ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 208 Brasília - DF, quinta-feira, 3 de novembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 7
Ministério das Comunicações 7
Ministério do Desenvolvimento Regional 9
Ministério da Economia 10
Ministério da Educação 87
Ministério da Infraestrutura 101
Ministério da Justiça e Segurança Pública 104
Ministério do Meio Ambiente 113
Ministério de Minas e Energia 113
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 121
Ministério da Saúde 121
Ministério do Trabalho e Previdência 133
Ministério do Turismo 133
Tribunal de Contas da União 138
Poder Legislativo 156
Poder Judiciário 158
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 161

Esta edição é composta de 165 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.926 **(1)**

ORIGEM	: 6926 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S)	: WALBER DE MOURA AGRA (00757/PE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICACAO SOCIAL
ADV.(A/S)	: FLAVIA LEFEVRE GUIMARAES (124443/SP)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S)	: PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG (329833/SP)
ADV.(A/S)	: ANA CLAUDIA CIFALI (80390/RS)
ADV.(A/S)	: ISABELLA VIEIRA MACHADO HENRIQUES (155097/SP)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
ADV.(A/S)	: NATALI NUNES DA SILVA (24439/DF)
ADV.(A/S)	: FERNANDO LUIS COELHO ANTUNES (39513/DF, 236002/RJ)
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE
AM. CURIAE.	: UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS - UBES
ADV.(A/S)	: FERNANDA MASSAD DE AGUIAR FABRETTI (261232/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente do pedido formulado na ação direta, para dele excluir o art. 2º, § 3º, alterado pela Lei nº 14.351/2022, e, na parte conhecida, julgá-lo improcedente, para declarar a constitucionalidade dos demais preceitos da Lei nº 14.172/2021, nos termos do voto do Relator. Falaram: pelo *amicus curiae* INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social, a Dra. Flávia Lefèvre Guimarães; e, pelo *amicus curiae* Instituto Alana, a Dra. Ana Claudia Cifali. Plenário, Sessão Virtual de 24.6.2022 a 1.7.2022.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Conhecimento parcial. Transferência de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para garantir acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19. Política pública voltada à concretização do direito social à educação. Ausência de afronta ao devido processo legislativo. Não incidência das condicionantes fiscais das Emendas Constitucionais nºs 106/20 e 109/21. Observância das regras legais e constitucionais voltadas ao equilíbrio fiscal. Ausência de contrariedade ao princípio da eficiência. Improcedência do pedido.

1. A ação direta perdeu parcialmente seu objeto após a superveniência da Lei nº 14.351/22, a qual deu nova redação ao art. 2º, § 3º, da Lei nº 14.172/21. Não se conheceu do pedido quanto ao ponto.

2. A Lei nº 14.172/21, ao buscar garantir a conectividade a alunos e professores da rede pública de ensino no contexto da pandemia de Covid-19, foi ao encontro do mandamento constitucional que posiciona a educação como um direito social (art. 205 da CF/88), bem como do princípio segundo o qual o ensino será ministrado com "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 206, inciso I, da CF/88).

3. A norma prevê a transferência de R$ 3.501.597.083,20 (três bilhões, quinhentos e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil e oitenta e três reais e vinte centavos) pela União mediante repasse único aos Estados e ao Distrito Federal, que serão os entes executores da política pública, o que não importa na criação de órgãos na administração pública federal, tampouco em sua reorganização ou alteração de atribuições. Ademais, o Projeto de Lei nº 3.477/20, que deu origem à lei impugnada, contou com estimativa de impacto orçamentário, em observância ao art. 113 do ADCT, não havendo que se falar em ofensa ao devido processo legislativo.

4. A aprovação da lei em testilha observou as limitações legais impostas às proposições legislativas que impliquem criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, não tendo sido amparada pelas dispensas implementadas pelas Emendas Constitucionais nºs 106/20 e 109/21.

5. Demonstrada a observância da regularidade orçamentária da proposição legislativa, o cumprimento da meta de resultado primário, da regra de ouro e do teto de gastos deve ser aferido ao final do respectivo exercício financeiro, a permitir que a realização da despesa busque a devida compensação, de forma a garantir sua neutralidade perante o orçamento. A discussão sobre o mérito desse processo de adequação e de escolha de prioridades, porém, é reservada ao campo político e administrativo, cuja análise escapa à competência do Poder Judiciário.

6. Há meios jurídicos para que a União garanta o cumprimento da norma pelos estados e pelo Distrito Federal, o que, todavia, não pode ser proporcionado pelo Supremo Tribunal de antemão pela estreita via do controle concentrado. Cuida-se de provimento reservado ao campo dos casos concretos, os quais deverão ser analisados oportunamente pela autoridade jurisdicional competente quando for o caso. Assim sendo, o princípio da eficiência não se opõe pura e simplesmente à política pública que ora se escrutina.

7. Ação direta da qual se conhece em parte, quanto a qual a ação é julgada improcedente.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.464, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza o Poder Executivo federal a doar 20 (vinte) viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército Paraguaio.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo federal, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar ao Exército Paraguaio 20 (vinte) viaturas MBB 1418 revitalizadas do Exército Brasileiro.

Art. 2º As viaturas MBB 1418 revitalizadas de que trata o art. 1º desta Lei serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com o seu traslado correrão às expensas do donatário.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será realizada por meio de termo lavrado perante o chefe do órgão competente do Comando do Exército.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.248, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, nos termos do disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada, para fins do disposto na alínea "d" do inciso V do **caput** do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a prorrogação, por seis meses, de contratos por tempo determinado de profissionais para atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com vistas a atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. A autorização referida no **caput** aplica-se ao limite de quarenta e seis contratos por tempo determinado firmados em decorrência da Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020, do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do disposto na alínea "n" do inciso VI do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

AVISO

Foram publicadas em 1/11/2022 as edições extras nºs 207-A e 207-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 572, de 1º de novembro de 2022. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafo do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.464, de 1º de novembro de 2022.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR REBELLO OLIVEIRA SOLUÇÕES DIGITAIS E ADMINISTRATIVAS. Processo n° 00100.001886/2022-02.

DEFIRO o credenciamento da AR PIOVESANA CERTIFICADOS DIGITAIS. Processo n° 00100.001873/2022-25.

DEFIRO o credenciamento da AR ITECH CERTIFICADORA. Processo n° 00100.001874/2022-70.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTICON CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001917/2022-17.

DEFIRO o credenciamento da AR N2W CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001967/2022-02.

DEFIRO o credenciamento da AR MARTINS SEGUROS - ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS. Processo n° 00100.001872/2022-81.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 506, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Institui o regulamento de distribuição e repasse dos recursos financeiros oriundos de concessões florestais federais aos Estados e aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 39 e 40 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, no Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, e o que consta do Processo nº 21000.113410/2021-22, resolve:

Art. 1º Fica instituído o regulamento de distribuição e repasse dos recursos financeiros oriundos de concessões florestais federais aos Estados e aos Municípios, no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º O Serviço Florestal Brasileiro realizará, por meio da sua execução orçamentária e financeira, a distribuição e o repasse dos recursos financeiros oriundos de concessões florestais federais aos Estados e aos Municípios beneficiários.

Parágrafo único. O repasse de que trata o caput será realizado por meio da conta única do Tesouro Nacional.

Art. 3º Os recursos financeiros recebidos serão distribuídos de acordo com o disposto no inciso II, do art. 39 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, da seguinte forma:

I - os oriundos de unidades florestais localizadas em áreas de domínio da União:

a) 30% (trinta por cento) aos Estados; e

b) 30% (trinta por cento) aos Municípios;

II - os oriundos de unidades localizadas em florestas nacionais criadas pela União nos termos do art. 17, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000:

a) 20% (vinte por cento) aos Estados; e

b) 20% (vinte por cento) aos Municípios.

Art. 4º O repasse dos recursos financeiros de que trata o art. 3º caracteriza-se como transferência obrigatória e será condicionado ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - instituição de conselho de meio ambiente pelo respectivo ente federativo, com participação social;

II - aprovação pelo conselho de que trata o inciso I do caput:

a) do cumprimento das metas relativas à aplicação desses recursos referentes ao ano anterior; e

b) da programação da aplicação dos recursos do ano em curso;

III - disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o caput serão aplicados em projetos e atividades de apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais.

Art. 5º Os Estados e os Municípios beneficiários dos repasses, para atender aos requisitos de que tratam os incisos I e II do art. 4º, deverão enviar ao Serviço Florestal Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cópias digitais ou digitalizadas dos seguintes documentos comprobatórios:

I - no caso dos Estados:

a) o decreto do governador ou a lei estadual que institui o conselho estadual de que trata o inciso I do art. 4º;

b) a ata da reunião do conselho estadual de meio ambiente que aprova o cumprimento das metas relativas à aplicação dos recursos repassados referentes ao ano anterior;

c) a ata da reunião do conselho estadual de meio ambiente que aprova a programação da aplicação dos recursos do ano em curso; e

d) o ofício do representante do Governo estadual que encaminha os documentos comprobatórios e os dados da respectiva conta bancária destinada aos depósitos dos repasses;

II - no caso dos Municípios:

a) o decreto do prefeito ou a lei municipal que institui o conselho municipal de que trata o inciso I do art. 4º;

b) a ata da reunião do conselho municipal de meio ambiente que aprova o cumprimento das metas relativas à aplicação dos recursos repassados referentes ao ano anterior;

c) a ata da reunião do conselho municipal de meio ambiente que aprova a programação da aplicação dos recursos do ano em curso; e

d) o ofício do representante da Prefeitura municipal que encaminha os documentos comprobatórios e os dados da respectiva conta bancária destinada aos depósitos dos repasses.

§ 1º As atas das reuniões dos conselhos estaduais e municipais de que tratam as alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do caput deverão ser assinadas por todos os membros presentes dos respectivos conselhos.

§ 2º Os dados das contas bancárias do Estado e da Prefeitura de que tratam as alíneas "d" dos incisos I e II do caput deverão informar:

I - o nome e o número do banco;

II - o número da agência;

III - o número da conta;

IV - o tipo de conta; e

V - o nome do órgão titular da conta.

Art. 6º O rateio entre Estados e Municípios dos recursos financeiros de que trata o art. 3º será realizado na proporção de área das Unidades de Manejo Florestal no respectivo Estado e Município.

Art. 7º A Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro executará os cálculos dos valores a serem repassados para cada ente federado beneficiário a cada trimestre.

§ 1º Na hipótese de não haver dotação orçamentária ou de insuficiência de recursos financeiros para todos os repasses devidos, a unidade responsável pelos cálculos apresentará proposta de implementação de redução linear dos valores a serem repassados aos entes federados beneficiários.

§ 2º A proposta de que trata o § 1º deverá ser analisada e aprovada pelo Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 8º O repasse dos recursos financeiros de que trata o art. 3º terá o seguinte cronograma:

I - para as documentações encaminhadas até 31 de março, o repasse será realizado até 30 de abril;

II - para as documentações encaminhadas até 30 de junho, o repasse será realizado até 31 de julho; e

III - para as documentações encaminhadas até 30 de setembro, o repasse será realizado até 31 de outubro.

Parágrafo único. As documentações de que tratam os incisos I, II e III do caput são aquelas referenciadas no art. 5º desta Portaria.

Art. 9º Os valores dos repasses devidos e efetivamente repassados a cada Estado e Município serão publicados no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. As informações dos repasses de que trata o caput conterão os respectivos contratos de concessões, as Unidades de Manejo Florestal, as florestas, os períodos de arrecadação, as datas dos repasses e as contas bancárias dos depósitos.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

MARCOS MONTES

PORTARIA MAPA Nº 507, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Delega atribuição para decidir sobre a autorização de concessão de hospitalidades por agentes privados a agentes públicos.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, no Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021, e o que consta do Processo nº 21052.008752/2022-05, resolve:

Art. 1º Fica delegada a atribuição para decidir sobre autorização de concessão de hospitalidades por agentes privados a agentes públicos, de que trata o art. 19 do Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021, nas suas respectivas áreas de atuação, e em suas ausências e impedimentos aos seus substitutos legais, observadas as disposições legais e regulamentares, às seguintes autoridades:

I - Secretário-Executivo;

II - Secretário Especial de Assuntos Fundiários;

III - Secretário de Política Agrícola;

IV - Secretário de Defesa Agropecuária;

V - Secretário de Aquicultura e Pesca;

VI - Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo;

VII - Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação;

VIII - Secretário de Comércio e Relações Internacionais; e

IX - Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário-Executivo decidir sobre as autorizações de interesse das áreas não subordinadas às autoridades de que trata os incisos II a IX do caput e das Superintendências Federais de Agricultura e Abastecimento.

Art. 2º O processo de autorização deverá ser instruído com a manifestação da área interessada contendo a análise técnica fundamentada, conforme previsto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 19 do Decreto nº 10.889, de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

MARCOS MONTES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 334, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, designada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22, de 20 de junho de 2013 e CONSIDERANDO o constante dos autos dos processos relacionados no processo nº 21042.015201/2022-17, resolve:

HABILITAR os Médicos Veterinários relacionados no anexo I, que contém os processos, nomes e respectivos números de registro no CRMV, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul, consoante às normas dispostas nas legislações vigentes.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes nos respectivos processos.

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

ANEXO I

MÉDICOS VETERINÁRIOS HABILITADOS PARA A EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCESSO	NOME	CRMV-RS
21042.012848/2022-89	DENISE MIRANDA DO LAGO	04250
21042.012904/2022-85	MAURÍCIO GOMES MAGIO	17002
21042.012950/2022-84	TAINARA VIGOLO DA SILVA	18623
21042.013007/2022-99	THAÍS MOREIRA TOTTI	20625
21042.013056/2022-21	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS CASTRO	16112
21042.013081/2022-13	EDUARDO ROQUE DE OLIVEIRA	10348
21042.013110/2022-39	JOSÉ RAMIRES FIGUEIREDO DOUTRELEPONT	17248
21042.013195/2022-55	WELLISON SANTOS DE SOUZA	16503
21042.013320/2022-27	JORDANO MEYER TEJADA	16399
21042.013449/2022-35	ITANAJARA DA SILVA VARGAS	20829
21042.013516/2022-11	GILVAN MARION JUNIOR	11988
21042.013670/2022-93	GABRIEL DA COSTA MERCH	20815
21042.013729/2022-43	DANIELA GINDRI DORNELES	15619
21042.013785/2022-88	AMANDA NAIARA HETTWER DOS SANTOS	20547
21042.013824/2022-47	ARTTUR DE FARIAS NETO	20730
21042.013840/2022-30	RODRIGO MULLER MELLO	11098
21042.014015/2022-52	NIKOLAS BONAPACE PAZ	20811
21042.014119/2022-67	ALCIDES LUIS MARCHESAN	17431
21042.014152/2022-97	PAULO HENRIQUE DA ROSA	17098
21042.014195/2022-72	ALESSANDRA DA SILVA CAETANO	20816
21042.014198/2022-14	MATHEUS SOUTO DE FREITAS	20702
21042.014342/2022-12	ADILSON CAMPOS MATIAS	20723
21042.014466/2022-90	MOHAMED AHMED ALI AZAB	15200
21042.014548/2022-34	FRANCISCO STEFANI DE SOUZA	12695
21042.014754/2022-44	SERGIO GUIMARÃES FERNANDES	04422
21042.014837/2022-33	TALIA FERNANDA MILANI	19016
21042.014909/2022-42	MATEUS PIZZI MENEGOTTO	13760

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE RORAIMA

PORTARIA Nº 64, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII do art.44 do Regimento das SFAs, aprovado pela portaria ministerial nº 561 de 11/04/2018 e tendo em vista o disposto nos Art. 29 e 30 do Decreto 24.114 de 12 de abril de 1934, o Art. 9 do Anexo I do Decreto N° 5741, de 30 de março de 2006, nos § 5º e § 7º do Art. 9º da Instrução Normativa Ministerial nº 28, de 20 de julho de 2017 e o que consta do Processo 21048.001240/2018-92; resolve:

Art. 1º - Interditar cautelarmente a sede do município de São Luiz-RR.

Art. 2º - Proibir a saída de frutas de espécies hospedeiras da mosca da carambola (Bactrocera carambolae), listadas na Instrução Normativa nº 38, de 01 de outubro de 2018, da área cautelarmente interditada da sede do município de São Luiz-RR.

Art.3º - Recomendar, ao Órgão Estadual de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima, a máxima atenção ao cumprimento dos Artigos 1° e 2° desta portaria, em especial na operacionalização de barreiras fitossanitárias para impedir o transporte de frutas hospedeiras da mosca da carambola, provenientes da área cautelarmente interditada da sede do município de São Luiz-RR, para outros municípios sem ocorrência da praga no estado e para outras unidades da federação consideradas como ausentes da praga, conforme Instrução Normativa nº 38, de 01 de outubro de 2018.

Art. 4º - As empresas de transporte aéreo, terrestre, marítimo ou fluvial poderão ser responsabilizadas pelo transporte de material hospedeiro, conforme Art. 259, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em caso de não cumprimento do Art. 2° desta Portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GELB PLATÃO PEREIRA LIMA



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 828, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria MC nº 36, de 25 de janeiro de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto de 30 de março de 2022, bem como da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no Decreto 11.023, de 31 de março de 2022, e Portaria MC nº 36, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria MC nº 36, de 25 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

"Anexo II:

I-550007 - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania."

"Anexo III:

I - 550009 - Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SEC. NAC. PREV DROG;

II - 550011 - Secretaria Nacional de Assistência Social - S.N.A.S./MC;

III - 550023 - Secretaria Nacional de Atenção À Primeira Infância - SNAPI/MC;

IV - 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social - F.N.A.S./M.C;

V - 550008 - Segurança Alimentar e Nutricional - SAN-SEISP;

VI - 550018 - Departamento de Inclusão Produtiva Urbana - DIPU - SEISP; e

VII - 400076 - Empreendimento de Economia Solidária - EES-SEISP."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

PORTARIA MC Nº 829, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova a reformulação do orçamento do Serviço Social da Indústria - SESI para o exercício de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 87 da Constituição Federal, pelo artigo 23, inciso XIII, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e o artigo 1º, inciso XIII, Anexo I, do Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e:

Considerando o disposto no artigo 2º da Portaria MDS nº 209, de 1º de julho de 2009, que trata da aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - SESI, do Serviço Social do Comércio - SESC e do Serviço Social do Transporte - SEST; resolve:

Art. 1º Aprovar, para o exercício de 2022, em conformidade com os quadros anexos, a reformulação do orçamento do Serviço Social da Indústria - SESI, cujo orçamento já fora aprovado nos termos da Portaria MC nº 732, de 28 de dezembro de 2021, condicionando sua execução às normas regulamentares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

ANEXO I

RECEITA
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SESI
R$ 1,00

Código	Descrição	Valor
10000000	**Receitas Correntes**	**9.711.383.132,42**
12000000	**Receita de Contribuições**	**5.640.286.895,10**
12300000	Contribuições para Entidades Privadas	5.640.286.895,10
12300110	Contribuições para Entidades Privadas	5.640.286.895,10
13000000	**Receita Patrimonial**	**881.737.469,52**
13100000	Receitas Imobiliárias	29.656.021,65
13109910	Outras Receitas Imobiliárias	29.656.021,65
13200000	Receita de Valores Mobiliários	852.081.447,87
13210000	Juros de Títulos de Renda	824.281.652,74
13220000	Dividendos	27.799.795,13
15000000	**Receita Industrial**	**223.175.061,90**
15000010	Receita Industrial	223.175.061,90
16000000	**Receitas de Serviços**	**2.137.770.840,95**
16100000	Serviços Administrativos e Comerciais	2.137.770.840,95
16100110	Serviços Administrativos e Comerciais	2.137.770.840,95
19000000	**Outras Receitas Correntes**	**828.412.864,95**
19200000	Indenizações e Restituições	28.544.708,63
19210000	Indenizações	28.544.708,63
19900000	Receitas Diversas	799.868.156,32
19909900	Outras Receitas	799.868.156,32
20000000	**Receitas de Capital**	**203.604.209,10**
22000000	**Alienação de Bens**	**32.175.176,00**
22100000	Alienação de Bens Moveis	1.563.093,00
22110000	Alienação de Títulos Mobiliários	1.563.093,00
22200000	Alienação de Bens Imóveis	30.612.083,00
22200010	Alienação de Bens Imóveis	30.612.083,00
23000000	Amortização de Empréstimos	11.505.163,62
23000600	**Amortização de Empréstimos Contratuais**	**11.505.163,62**
23000610	Amortização de Empréstimos Contratuais	11.505.163,62
29000000	**Outras Receitas de Capital**	**159.923.869,48**
29900000	Demais Receitas de Capital	159.923.869,48
TOTAL		**9.914.987.341,52**

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SESI
Programa: CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL
Objetivo: Gerir as ações de cultura e cooperação social.
R$ 1,00

Função	SubFunção	Ação	Meta Desempenho		Grupo Despesa	Valor
			Produto (Unidade)	Meta		
8	122	02052128 - GERIR AS AÇÕES DE CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL	1.Expectadores em Ações de Cultura. 2.Pessoas Atendidas em Ações Comunitárias.	903.054 198.449	Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	3.824.097,44 3.128.517,30
	244	02052128 - GERIR AS AÇÕES DE CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL	1.Expectadores em Ações de Cultura. 2.Pessoas Atendidas em Ações Comunitárias.	903.054 198.449	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	178.930.834,37 3.706.972,00 90.194.058,71 49.394.965,87
	306	02052128 - GERIR AS AÇÕES DE CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL	1.Expectadores em Ações de Cultura. 2.Pessoas Atendidas em Ações Comunitárias.	903.054 198.449	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	110.268.063,79 2.051.151,81 26.550.389,77 82.819.420,54
	331	02052128 - GERIR AS AÇÕES DE CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL	1.Expectadores em Ações de Cultura. 2.Pessoas Atendidas em Ações Comunitárias.	903.054 198.449	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	63,60 5.536.127,23 33.036.295,08 26.205.228,21
	333	02052128 - GERIR AS AÇÕES DE CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL	1.Expectadores em Ações de Cultura. 2.Pessoas Atendidas em Ações Comunitárias.	903.054 198.449	Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	180.131,85 120.325,57
	392	02052128 - GERIR AS AÇÕES DE CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL	1.Expectadores em Ações de Cultura. 2.Pessoas Atendidas em Ações Comunitárias.	903.054 198.449	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	61.210.794,67 150.967.876,88 29.094.382,35
	813	02052128 - GERIR AS AÇÕES DE CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL	1.Expectadores em Ações de Cultura. 2.Pessoas Atendidas em Ações Comunitárias.	903.054 198.449	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	563.000,00 35.341.187,84 33.173.003,47 17.551.856,03
Total do Programa CULTURA E COOPERAÇÃO SOCIAL						**943.848.744,30**

Programa: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS
Objetivo: Desenvolver e gerir competências essenciais ao negócio.
R$ 1,00

Função	SubFunção	Ação	Meta Desempenho		Grupo Despesa	Valor
			Produto (Unidade)	Meta		
8	122	02042112 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIA	Média de horas de capacitação por colaborador concluídas nas ações de educação corporativa	30	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais Investimentos Juros e Encargos da Divida	11.000,00 17.283.754,02 10.109.723,03
	128	02042112 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIA	Média de horas de capacitação por colaborador concluídas nas ações de educação corporativa	30	Investimentos Juros e Encargos da Divida Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	1.115.372,69 3.663.589,55 37.626.303,89 74.141.599,95
Total do Programa DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS						**143.951.343,13**

Programa: EDUCAÇÃO
Objetivo: Expandir a qualidade da educação básica, bem como ampliar o atendimento.
R$ 1,00

Função	SubFunção	Ação	Meta Desempenho		Grupo Despesa	Valor
			Produto (Unidade)	Meta		
8	331	02022116 - EXPANDIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BEM COMO AMPLIAR O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO	1.Expansão do atendimento à sociedade com educação e ações educativas 2.Resultado da Prova Brasil ou Simulado 3.Resultado do ENEM 4.Índice de alunos no Novo Ensino Médio 5.Percentual de conclusão da Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante	192.749 65% 600 24% 65%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	85.749,40 1.741.649,05 2.892.966,61
		02022127 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Número de Matrículas	520.327	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	12.500,00 1.131.034,25 22.302.896,69 37.966.410,28
	333	02022116 - EXPANDIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BEM COMO AMPLIAR O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO	1.Expansão do atendimento à sociedade com educação e ações educativas 2.Resultado da Prova Brasil ou Simulado 3.Resultado do ENEM 4.Índice de alunos no Novo Ensino Médio 5.Percentual de conclusão da Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante	192.749 65% 600 24% 65%	Outras Despesas Correntes	595.099,96
		02022127 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Número de Matrículas	520.327	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	13.523.468,53 350.786.520,60 27.715.645,37
	361	02022116 - EXPANDIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BEM COMO AMPLIAR O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO	1.Expansão do atendimento à sociedade com educação e ações educativas 2.Resultado da Prova Brasil ou Simulado 3.Resultado do ENEM 4.Índice de alunos no Novo Ensino Médio 5.Percentual de conclusão da Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante	192.749 65% 600 24% 65%	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	3.332.891,00 105.763.982,01 177.393.139,32 609.907.751,37
	362	02022116 - EXPANDIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BEM COMO AMPLIAR O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO	1.Expansão do atendimento à sociedade com educação e ações educativas 2.Resultado da Prova Brasil ou Simulado 3.Resultado do ENEM 4.Índice de alunos no Novo Ensino Médio 5.Percentual de conclusão da Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante	192.749 65% 600 24% 65%	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	2.146.708,00 182.718.067,96 122.323.923,22 312.879.276,37
	364	02022117 - DEMAIS AÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA	Número de Matrículas	520.327	Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	220.082,00 5.378.646,00
	365	02022127 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Número de Matrículas	520.327	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	50.030,00 898.012,17 13.348.556,21 53.120.500,78
	366	02022116 - EXPANDIR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BEM COMO AMPLIAR O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO	1.Expansão do atendimento à sociedade com educação e ações educativas 2.Resultado da Prova Brasil ou Simulado 3.Resultado do ENEM 4.Índice de alunos no Novo Ensino Médio 5.Percentual de conclusão da Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante	192.749 65% 600 24% 65%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	1.547.352,24 7.325.629,48 22.269.485,52
		02022127 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Número de Matrículas	520.327	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	11.443.577,89 13.031.127,25 39.019.961,19
	368	02022117 - DEMAIS AÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA	Número de Matrículas	520.327	Amortização da Divida Inversões Financeiras Investimentos Juros e Encargos da Divida Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	12.612.898,52 1.050.000,00 776.176.371,28 1.707.921,32 1.146.842.989,90 740.433.662,67
Total do Programa EDUCAÇÃO						**4.821.696.484,41**

Programa: INSTITUCIONAL
Objetivo: Ampliar a eficiência operacional e financeira do Sistema SESI.
Elevar a eficiência da gestão aos padrões sistêmicos pactuados.
R$ 1,00

Função	SubFunção	Ação	Meta Desempenho		Grupo Despesa	Valor
			Produto (Unidade)	Meta		
8	121	02012111 - ELEVAR A EFICIÊNCIA DA GESTÃO AOS PADRÃOS SISTÊMICOS PACTUADOS	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	7.022.549,12 45.291.786,90 70.493.391,28
	122	02012110 - GESTAO INSTITUCIONAL	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	30.465,39 10.916.178,05 49.308.410,07 116.958.794,59
		02012111 - ELEVAR A EFICIÊNCIA DA GESTÃO AOS PADRÃOS SISTÊMICOS PACTUADOS	Percentual de aderência às metas relativas aos indicadores do Programa de Eficiência de Gestão	80%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	3.879.286,81 85.670.734,93 98.401.304,98
		02012115 - APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	18.823.884,74 142.079.291,25 123.359.821,40
	123	02012115 - APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Amortização da Divida Inversões Financeiras Investimentos Juros e Encargos da Divida Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	5.351.983,74 345.690,68 9.220.750,14 1.211.327,53 225.148.505,42 116.848.045,82
	124	02012110 - GESTAO INSTITUCIONAL	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	53.180,00 4.115.346,37 18.382.209,87
	126	02012115 - APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	32.602.949,49 113.997.835,08 62.962.753,84

	131	02012111 - ELEVAR A EFICIÊNCIA DA GESTÃO AOS PADRÃOS SISTÊMICOS PACTUADOS	Percentual de aderência às metas relativas aos indicadores do Programa de Eficiência de Gestão	80%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	1.219.113,80 141.848.928,74 43.222.085,35
	573	02012115 - APOIO ADMINISTRATIVO	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	103.398,67 1.029.825,33 232.701,04
	661	02012110 - GESTAO INSTITUCIONAL	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	1.710.350,15 1.261.268,43
	845	02012113 - ASSISTENCIA FINANCEIRA AS ENTIDADES	Percentual de recursos destinados à atividade fim	85%	Investimentos Outras Despesas Correntes	40.854.561,45 907.752.202,90
Total do Programa INSTITUCIONAL						**2.501.710.913,35**

Programa: SAÚDE E SEGURANÇA NA INDUSTRIA
Objetivo: Expandir o atendimento às empresas industriais com Saúde e Segurança, promovendo a saúde dos trabalhadores da indústria.
R$ 1,00

Função	SubFunção	Ação	Meta Desempenho		Grupo Despesa	Valor
			Produto (Unidade)	Meta		
8	301	02032118 - EXPANDIR O ATENDIMENTO ÀS EMPRESAS COM SAÚDE E SEGURANÇA PROMOVENDO A SAÚDE DOS TRABALHADORES	1. Expansão do atendimento às empresas industriais com saúde e segurança. 2. Trabalhadores atendidos com Promoção da Saúde. 3. Número de trabalhadores na plataforma de saúde e segurança.	43.783 1.292.123 1.400.000	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	3.122.247,50 75.625.989,75 105.309.658,92
		02032119 - GESTAO SAÚDE E SEGURANÇA NA INDUSTRIA	Pessoas Atendidas	2.430.241	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	21.953.327,72 44.110.932,02 50.931.172,35
	305	02032118 - EXPANDIR O ATENDIMENTO ÀS EMPRESAS COM SAÚDE E SEGURANÇA PROMOVENDO A SAÚDE DOS TRABALHADORES	1. Expansão do atendimento às empresas industriais com saúde e segurança. 2. Trabalhadores atendidos com Promoção da Saúde. 3. Número de trabalhadores na plataforma de saúde e segurança.	43.783 1.292.123 1.400.000	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	332.448,37 66.105.770,70 5.489.357,84
	306	02032118 - EXPANDIR O ATENDIMENTO ÀS EMPRESAS COM SAÚDE E SEGURANÇA PROMOVENDO A SAÚDE DOS TRABALHADORES	1. Expansão do atendimento às empresas industriais com saúde e segurança. 2. Trabalhadores atendidos com Promoção da Saúde. 3. Número de trabalhadores na plataforma de saúde e segurança.	43.783 1.292.123 1.400.000	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	31.999,12 1.703.157,64 4.566.463,59
	331	02032118 - EXPANDIR O ATENDIMENTO ÀS EMPRESAS COM SAÚDE E SEGURANÇA PROMOVENDO A SAÚDE DOS TRABALHADORES	1. Expansão do atendimento às empresas industriais com saúde e segurança. 2. Trabalhadores atendidos com Promoção da Saúde. 3. Número de trabalhadores na plataforma de saúde e segurança.	43.783 1.292.123 1.400.000	Inversões Financeiras Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00 12.290.135,74 142.142.483,40 255.164.900,47
		02032119 - GESTAO SAÚDE E SEGURANÇA NA INDUSTRIA	Pessoas Atendidas	2.430.241	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	80.524.846,33 273.155.501,06 183.570.968,60
	571	02032119 - GESTAO SAÚDE E SEGURANÇA NA INDUSTRIA	Pessoas Atendidas	2.430.241	Outras Despesas Correntes	550.548,74
	573	02032119 - GESTAO SAÚDE E SEGURANÇA NA INDUSTRIA	Pessoas Atendidas	2.430.241	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	97.561,50 1.222.545,32 4.809.645,99
	661	02032118 - EXPANDIR O ATENDIMENTO ÀS EMPRESAS COM SAÚDE E SEGURANÇA PROMOVENDO A SAÚDE DOS TRABALHADORES	1. Expansão do atendimento às empresas industriais com saúde e segurança. 2. Trabalhadores atendidos com Promoção da Saúde. 3. Número de trabalhadores na plataforma de saúde e segurança.	43.783 1.292.123 1.400.000	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	17.930,00 22.170.416,00 6.958.394,67
		02032119 - GESTAO SAÚDE E SEGURANÇA NA INDUSTRIA	Pessoas Atendidas	2.430.241	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	332.768,90 2.523.636,27 2.874.539,50
	665	02032118 - EXPANDIR O ATENDIMENTO ÀS EMPRESAS COM SAÚDE E SEGURANÇA PROMOVENDO A SAÚDE DOS TRABALHADORES	1. Expansão do atendimento às empresas industriais com saúde e segurança. 2. Trabalhadores atendidos com Promoção da Saúde. 3. Número de trabalhadores na plataforma de saúde e segurança.	43.783 1.292.123 1.400.000	Investimentos Outras Despesas Correntes Pessoal e Encargos Sociais	4.583.582,38 38.988.163,45 88.115.570,19
Total do Programa SAÚDE E SEGURANÇA NA INDUSTRIA						**1.503.779.856,25**
Total do Anexo II						**9.914.987.341,52**

ANEXO III

RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS E GRUPO DE DESPESA
ÓRGÃO: MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Unidade: ENTIDADE NACIONAL DO SISTEMA INDUSTRIA/SISTEMA SESI.
R$ 1,00

Receitas		Despesas	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	**9.711.383.132,42**	**Despesas Correntes**	**8.150.047.290,63**
Receita de Contribuições	5.640.286.895,10	Pessoal e Encargos Sociais	3.504.320.583,54
Receita Patrimonial	881.737.469,52	Juros e Encargos da Dívida	6.582.838,40
Receita Industrial	223.175.061,90	Outras Despesas Correntes	4.639.143.868,69
Receitas de Servicos	2.137.770.840,95		
Outras Receitas Correntes	828.412.864,95		
Receitas de Capital	**203.604.209,10**	**Despesas de Capital**	**1.764.940.050,89**
Alienação de Bens	32.175.176,00	Investimentos	1.450.242.921,80
Amortização de Empréstimos	11.505.163,62	Inversões Financeiras	296.732.246,83
Outras Receitas de Capital	159.923.869,48	Amortização da Dívida	17.964.882,26
TOTAL DA RECEITA	**9.914.987.341,52**	**TOTAL DA DESPESA**	**9.914.987.341,52**

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA/SE/MC Nº 147, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria MC nº 30, de 11 de março de 2019, revoga a Portaria MC nº 191, de 24 de agosto de 2021, excluindo as Unidades Gestoras da Secretaria Especial da Cultura, e acrescendo na delegação de competência para Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências as Unidades Gestoras 550008, 550018 e 400076.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 11 e 12 do o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, os arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019, no Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, no art. 4º da Portaria MC nº 34, no art. 5º da Portaria MC nº 36, no art. 4º da Portaria MC nº 37, e no art. 3º da Portaria MC nº 43, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 30, de 11 de março de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Anexo I

I - 180009 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR;

II - 180016 - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD;

III - 180073 - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS;

IV - 180074 - Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDDT;

V - 180076 - Secretaria de Incentivo e Fomento ao Esporte -SIFE;

VI - 550028 - Departamento de Infraestrutura de Esporte - DIE;

VII - 550029 - Secretaria Nacional de Paradesporto - SNPAR;

VIII - 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social - F.N.A.S./M.C;

IX - 550009 - Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SEC. NAC. PREV DROG;

X - 550010 - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MC;

XI - 550011 - Secretaria Nacional de Assistência Social - S.N.A.S./MC;

XII - 550008 - Segurança Alimentar e Nutricional - SAN-SEISP;

XIII - 550018 - Departamento de Inclusão Produtiva Urbana - DIPU-SEISP; e

XIV - 400076 - Empreendimento de Economia Solidária - EES-SEISP."

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 191, de 24 agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO GALVÃO DA SILVA GORDO FILHO

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE
AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Espécie: DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2022/APFUT/SNFDT/SEESP/MC- Proc. nº 71000.000744/2022-96

A AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT, instituída pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 8.642 de 19 de janeiro de 2016, declara a decisão de conversão de advertência em exclusão do AMÉRICA FOOTBALL CLUB, inscrito no CNPJ sob nº 33.898.610/0001-03, do(s) parcelamento(s) no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, na forma do artigo 16, inciso I, e artigo 22, inciso IV, ambos da Lei nº 13.155, de 2015, nos termos da Nota Técnica 18/2022/SEESP/APFUT (SEI 12914846) proferida no âmbito do Processo Administrativo nº 71000.000744/2022-96.

MARCELO DE LIMA CONTINI
Presidente da Autoridade Pública de Governança do Futebol

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

ESPÉCIE: DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/2022/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, 71000.000556/2022-68.

A AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT, instituída pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 8.642 de 19 de janeiro de 2016, declara a decisão de conversão de advertência em exclusão do ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DOS VIAJANTES COMERCIAIS, inscrita no CNPJ sob nº 92.906.437/0001-07, do(s) parcelamento(s) no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, na forma do artigo 16, inciso I, e artigo 22, inciso IV, ambos da Lei nº 13.155, de 2015, e art. 9º, § 4º, do Decreto nº 8.642, de 2016, nos termos da Nota Técnica nº 15/2022/SEESP/APFUT (SEI 12803841) proferida âmbito do Processo administrativo nº 71000.000556/2022-68.

MARCELO DE LIMA CONTINI
Presidente da Autoridade Pública de Governança do Futebol

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

ESPÉCIE: DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/2022/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, 71000.000577/2022-83.

A AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT, instituída pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 8.642 de 19 de janeiro de 2016, declara a decisão de conversão de advertência em exclusão do AVAÍ FUTEBOL CLUBE, inscrito no CNPJ sob nº 77.910.230/0001-12, do(s) parcelamento(s) no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, na forma do artigo 16, inciso I, e artigo 22, inciso IV, ambos da Lei nº 13.155, de 2015, e art. 9º, § 4º, do Decreto nº 8.642, de 2016, nos termos da Nota Técnica 19/2022/SEESP/APFUT (SEI 12950087) proferida no âmbito do Processo administrativo nº 71000.000577/2022-83.

MARCELO DE LIMA CONTINI
Presidente da Autoridade Pública de Governança do Futebol

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 15/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

ESPÉCIE: DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 15/2022/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, 71000.000568/2022-92.

A AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT, instituída pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 8.642 de 19 de janeiro de 2016, declara a decisão de conversão de advertência em exclusão do IATE CLUBE JARDIM GUANABARA, inscrita no CNPJ sob nº 12.183.299/0001-46, do(s) parcelamento(s) no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, na forma do artigo 16, inciso I, e artigo 22, inciso IV, ambos da Lei nº 13.155, de 2015, e art. 9º, § 4º, do Decreto nº 8.642, de 2016, nos termos da Nota Técnica 17/2022/SEESP/APFUT (SEI 12894729) proferida no âmbito do Processo administrativo nº 71000.000568/2022-92.

MARCELO DE LIMA CONTINI
Presidente da Autoridade Pública de Governança do Futebol

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

ESPÉCIE: DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2022/APFUT/SNFDT/SEESP/MC, 71000.092055/2021-19.

A AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT, instituída pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 8.642 de 19 de janeiro de 2016, declara a decisão de conversão de advertência em exclusão da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO - CBFS, inscrita no CNPJ sob nº 09.519.687/0001-40, do(s) parcelamento(s) no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, na forma do artigo 16, inciso I, e artigo 22, inciso IV, ambos da Lei nº 13.155, de 2015, nos termos da Nota Técnica 20/2022/SEESP/APFUT (SEI 13059965) proferida no âmbito do Processo administrativo nº 71000.092055/2021-19.

MARCELO DE LIMA CONTINI
Presidente da Autoridade Pública de Governança do Futebol

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.266/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.004969/2022-63
Requerente: Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência -SP (A Beneficência Portuguesa de São Paulo).
CQB: 521/20
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8491/2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Sandra Yoko Yagiu da Silva em substituição a Carlos Eduardo Lima e Angela Maria Lorenzo dos Santos em substituição a Camila Rodrigues Lopes.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.268/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.003020/2022-46
Requerente: Bioagri Laboratórios Ltda.
CQB: 177/02
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 8268/2022
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição, Eugênio Luporini, emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Oficio CIBio 002/2022, nomeando Everton de Souza Kestner (Presidente), Andreza Pampolini de Souza (Vice-Presidente), Fernanda Galdino, Marcio Leandro Tomaz, Daniela Tonini do Canto, Sueli Ramos Dutra da Silva, Thais Surnin Ronconi Rodrigues, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATO Nº 14.795, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Limitado Privado (Fistel 06020088162), titulada pela entidade SEREP - EMPREENDIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 13.031.513/0001-01, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 14.939, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Extinguir, por Cassação, a outorga do Serviço de Interesse Restrito de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Radioamador, titulada pela entidade ANTÔNIO RAIMUNDO REIS COROA, CPF nº ***.356.915-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 14.989 - Expedir autorização a MOSAIC POTASSIO MINERACAO LTDA, CNPJ nº 31.009.644/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.990 - Expedir autorização a ANDRE GUSTAVO JONER, CPF nº ***.116.455-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.992 - Expedir autorização a MASSILEANDRO AMORIM OLIVEIRA, CPF nº ***.330.155-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 15.098, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53516.011064/2022-14: Extinguir, por cassação, a autorização no Serviço de Interesse Restrito outorgada à LUIZ FERNANDO GEREMIAS, CPF nº ***.124.479-**, por perdas das condições indispensáveis à manutenção da autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Extingui, por renúncia, a autorização outorgada aos abaixo identificados para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas:

Nº 15.138 - Processo nº 53516.011066/2022-03: IVAR PIVATTO JUNIOR, CPF nº ***.565.839-**.

Nº 15.139 - Processo nº 53516.011148/2022-40: ARAMYS RIBAS DE ANDRADE JUNIOR, CPF nº ***.083.079-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 15.145, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.011196/2022-38: Extingui, por renúncia, a autorização outorgada à HUMBERTO A.CARCERERI & CIA LTDA, CNPJ nº 79.731.683/0001-07, para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 15.150, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.011197/2022-82: Expede à RADIO CULTURA DE ARAPONGAS LTDA, CNPJ nº 75.398.826/0001-50, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 14.763, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53504.011336/2022-15. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à SALTO PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA, CNPJ nº 46.634.507/0001-06, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 14.856, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53504.012543/2022-89. Outorgar autorização de uso da radiofrequência ao Alberto Azenha de Almeida, CPF nº ***.931.108-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATOS DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 14.818 - Processo nº 53528.003478/2022-22, Marcio Casanata Godinho, CPF nº ***.093.330-**.

Nº 14.819 - Processo nº 53528.003510/2022-70, Tka Guindastes Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 09.332.314/0001-66.

Nº 14.820 - Processo nº 53528.003517/2022-91, Marcio Alcalde Vieira Pinheiro, CPF nº ***.993.370-**.

Nº 14.821 - Processo nº 53528.003521/2022-50, Fernando Locatelli, CPF nº ***.341.840-**.

Nº 14.822 - Processo nº 53528.003529/2022-16, Omar Wenning, CPF nº ***.043.010-**.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 14.334, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53500.316409/2022-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA PLANALTO DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 80.121.106/0001-82, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Bento do Sul/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 14.371 Processo nº 53500.319674/2022-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ichu/BA.

Nº 14.372 Processo nº 53500.319680/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Caldeirão Grande/BA.

Nº 14. 373 Processo nº 53500.319916/2022-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Abaré/BA.

Nº 14. 374 Processo nº 53500.319923/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barro Alto/BA.

Nº 14. 375 Processo nº 53500.319937/2022-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Belmonte/BA.

Nº 14. 376 Processo nº 53500.319943/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barra do Rocha/BA.

Nº 14. 377 Processo nº 53500.319951/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Coronel João Sá/BA.

Nº 14. 378 Processo nº 53500.319965/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Antônio Gonçalves/BA.

Nº 14. 379 Processo nº 53500.319970/2022-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Alcobaça/BA.

Nº 14. 380 Processo nº 53500.320026/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Oliveira dos Brejinhos/BA.

Nº 14. 381 Processo nº 53500.320043/2022-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Itarana/BA.

Nº 14. 382 Processo nº 53500.320054/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Fátima/BA.

Nº 14. 384 Processo nº 53500.320084/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nordestina/BA.

Nº 14. 385 Processo nº 53500.320086/2022-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ibiquera/BA.

Nº 14. 386 Processo nº 53500.320099/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BAHIA S.A., CNPJ 13.425.269/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Miguel Calmon/BA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 15.019, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53560.003639/2022-81. declara extinta, por renúncia, a partir de 25/10/2022, a autorização outorgada a ACERTE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 08.955.237/0001-38, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 29 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 15.064 Autoriza CHIMENTAO & DUARTE SOLUTION PROVIDERS LTDA, CNPJ nº 02.595.218/0001-61, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 07/11/2022 a 13/11/2022.

Nº 15.065 Autoriza TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 18/10/2022 a 16/12/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 15.081 Processo nº 53500.323875/2022-26. Expede autorização à PRO-OCEANO SERVICO OCEANOGRAFICO E AMBIENTAL LTDA, CNPJ/MF nº 04.001.949/0001-67, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.082 Processo nº 53500.326763/2022-27. Expede autorização à N GUERRA DA SILVA SERVICOS DE COMUNICACAO, CNPJ/MF nº 48.161.792/0001-02, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.085 Processo nº 53500.326833/2022-47. Expede autorização à TECWEST TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 01.768.573/0001-22, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.086 Processo nº 53500.327095/2022-55. Expede autorização à GV SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 48.014.300/0001-56, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.087 Processo nº 53500.319710/2022-50. Expede autorização à J.U. COSTA COELHO INTERNET, CNPJ/MF nº 03.281.858/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.088 Processo nº 53500.316943/2022-09. Expede autorização à LD NET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 47.430.166/0001-01, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.089 Processo nº 53500.320891/2022-67. Expede autorização à AGROTECH SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, CNPJ/MF nº 42.451.613/0001-95, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.090 Processo nº 53500.318552/2022-11. Expede autorização à A L DE OLIVEIRA BARBALHO, CNPJ/MF nº 28.895.279/0001-38, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.091 Processo nº 53500.327508/2022-00. Expede autorização à G C DUARTE TELECOMUNICACOES, CNPJ/MF nº 24.964.742/0001-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.092 Processo nº 53500.320011/2022-52. Expede autorização à RN NETWORK LTDA, CNPJ/MF nº 45.003.557/0001-14, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.111 Processo nº 53500.327086/2022-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à COLATINA RADIO SOM LTDA, CNPJ 27.740.158/0001-54, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Colatina/ES.

Nº 15.113 Processo nº 53500.326937/2022-51. Expede autorização a GUSTAVO CURY GUIMARAES, CPF nº ***.141.488-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.118 Processo nº 53500.029085/2022-57. declara extinta, por renúncia, a partir de 27/10/2022, a autorização outorgada à ZVOX TECNOLOGIA EM TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 18.502.610/0001-59, por intermédio do Ato nº 5743, de 25/04/2022, publicado no DOU de 27/04/2022, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.119 Processo nº 53500.327542/2022-76. declara extinta, por renúncia, a partir de 27/10/2022, a autorização outorgada à TALKNET SERVICOS DE ACESSO A INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 29.018.765/0001-30, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 15.120 Processo nº 53500.327739/2022-13. declara extinta, por renúncia, a partir de 28/10/2022, a autorização outorgada a MUNDO WEB COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 08.644.277/0001-69, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 15.157 Autoriza CHIMENTAO & DUARTE SOLUTION PROVIDERS LTDA, CNPJ nº 02.595.218/0001-61, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 07/11/2022 a 13/11/2022.

Nº 15.158 Autoriza TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Bragança Paulista/SP, no período de 31/10/2022 a 29/12/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.195, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Oliveira dos Brejinhos	Estiagem - 1.4.1.1.0	064	28/09/2022	59051.017739/2022-11
PE	São Joaquim do Monte	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.999	05/10/2022	59051.017756/2022-59
PR	Nova Prata do Iguaçu	Enxurradas - 1.2.2.0.0	3632	20/10/2022	59051.017845/2022-03
PR	São João	Enxurradas - 1.2.2.0.0	3.021	20/10/2022	59051.017818/2022-22
RN	Bento Fernandes	Estiagem - 1.4.1.1.0	030	11/10/2022	59051.017742/2022-35
RN	Riacho de Santana	Estiagem - 1.4.1.1.0	013	24/10/2022	59051.017841/2022-17
SP	Analândia	Quedas, Tombamentos e rolamentos - Blocos -1.1.3.1.1	2.466	19/10/2022	59051.017997/2022-06

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA SUDECO Nº 451, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Divulga o resultado das Metas Globais e Intermediárias de Desempenho Institucional referente ao 9º ciclo de Avaliação de Desempenho dos servidores da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado das metas globais e intermediárias de desempenho institucional referente ao 9º Ciclo da Avaliação de Desempenho dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, que compreende o período de 1º de novembro de 2021 a 31 de Outubro de 2022, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infra-Estrutura - GDAIE, conforme o Anexo I desta Portaria, na forma da Lei.

Art. 2º Informar que as Metas foram calculadas com base no disposto na Portaria nº 351, de 28 de janeiro de 2022, publicada no D.O.U nº 21, de 31 de janeiro de 2022, Seção I, página 18, e alcançaram 99,99% do resultado previsto, conforme tabela abaixo:

Metas Globais	Metas Intermediárias	Resultado Previsto	Resultado Obtido	Resultado FINAL
1	1.1	PGD	100% implantado	100%
	1.2	100%	100%	100%
	1.3	70%	100%	100%
2	2.1	1 campanha	1 campanha	100%
3	3.1	15 dias	14 dias	100%
4	4.1	20.000 visualizações a.m.	19.986 visualizações a.m.	99,93%
	4.2	2 eventos por UF 1 evento nacional	36 eventos nas UFs 1 nacional	100%
	4.3	100%	100%	100%
	4.4	100%	100%	100%
	4.5	100%	100%	100%
	4.6	15 dias	8,35 dias	100%
5	5.1	2 parcerias	2 parcerias	100%
6	6.1	1 estudo	2 estudos	100%
	6.2	65%	72,72%	100%
7	7.1	85%	90,1%	100%

* No anexo I desta portaria consta as informações detalhadas sobre o resultado das Metas Globais e Intermediárias para o 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho.

NOTA FINAL INSTITUCIONAL: 99,99%

Art. 3º Divulgar que as parcelas da GDPGPE, GDACE e GDAIE pagas em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho Institucional (Metas Globais e Intermediárias) aferido no 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho corresponde a 80 (oitenta) pontos, conforme tabela abaixo:

PERCENTUAL	PONTOS
Até 30%	30 pontos
Entre 31% a 45%	50 pontos
Entre 46% a 60%	60 pontos
Entre 61% a 80%	70 pontos
Acima de 81%	80 pontos

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2022.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

ANEXO I

RESULTADO DAS METAS GLOBAIS E INTERMEDIÁRIAS PARA O 9º CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (Período de 01/11/21 a 31/10/22)

METAS GLOBAIS	METAS INTERMEDIÁRIAS	INDICADOR	CÁLCULO	RESULTADO OBTIDO	FONTE DE DADOS (ÁREA RESPONSÁVEL)
1) Fortalecer a Gestão Estratégica	1.1) Implantar o Programa de Gestão por Demandas (PGD) no âmbito da SUDECO.	Implementação do Programa de Gestão por Demandas (PGD)	100% do PGD implementado	100% do PGD implementado	COGEP/DA
	1.2) Apresentar 100% dos projetos alinhados ao Mapa Estratégico da SUDECO.	Índice de Projetos Alinhados ao ME (IPAME)	IPAME =Projetos alinhados ao Mapa Estratégico/ Total de Projetos analisados	16 Projetos alinhados ao Mapa Estratégico/ 16 Projetos analisados	DPA
	1.3) Realizar 70% das ações previstas no PAINT.	Ações Realizadas (AR)	Total de ações realizadas/Total de ações previstas	2 ações realizadas/2 ações previstas	AUDITORIA
2) Motivar e qualificar o corpo técnico	2.1) Imunizar o corpo técnico da SUDECO com, no mínimo, uma campanha de vacinação por ano.	Campanhas Executadas (CE)	Campanha realizada/ Campanha prevista	1 campanha realizada/1 campanha prevista	COGEP/DA
3) Mapear e Organizar Processos de Trabalho	3.1) Analisar os processos de Tomadas de Contas Especiais - TCE em até 15 dias.	Análises Efetivadas (AE)	Somatório do total de dias de análise das TCE's/Total de TCE's analisadas	14 dias de análise/1 TCE analisada	AUDITORIA
4) Ampliar a Promoção Institucional	4.1) Obter média mensal de, no mínimo, 20.000 visualizações de página no site da SUDECO.	Média mensal de visualizações de página no site da Sudeco (MMVPS)	MMVPS=QV/12 QV=soma da quantidade de visualizações no site da Sudeco durante o período de análise.	239.834 visualizações no site da Sudeco/12	ASCOM
	4.2) Participar, no mínimo, em 2 eventos por unidade federativa do Centro-Oeste e em 1 evento de porte nacional, de forma presencial ou por videoconferência.	Participação em eventos	PE=Quantidade de participação ativa em eventos.	36 eventos UF 1 nacional	
	4.3) Dar tratamento adequado para todas (100%) as manifestações recebidas na Ouvidoria da Sudeco, conforme base legal vigente.	Manifestações recebidas	Total de manifestações tratadas/ Total de manifestações recebidas	42 manifestações tratadas/42 manifestações recebidas	OUVIDORIA
	4.4) Dar tratamento adequado para todas (100%) as manifestações recebidas na Ouvidoria do FCO, conforme base legal vigente.	Manifestações recebidas.	Total de manifestações tratadas/ Total de manifestações recebidas	59 manifestações tratadas/59 manifestações recebidas	
	4.5) Dar tratamento adequado para todos (100%) os pedidos de acesso à informação recebidos no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, conforme base legal vigente.	Pedidos de informação recebidos	Total de pedidos de informação tratados/ Total de pedidos de informação recebidos.	11 pedidos de informação tratados/11 pedidos de informação recebidos.	

	4.6) Responder em até 15 dias as manifestações e pedidos de informação recebidos pela Ouvidoria da Sudeco, Ouvidoria do FCO e Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.	Tempo médio de resposta às manifestações e pedidos de informação (TMO).	TMR* = TRO/QSO TRO: soma do tempo das respostas das Ouvidorias da Sudeco e do FCO e do SIC em dias. QSO: quantidade de manifestações/pedidos de informação respondidos pelas Ouvidorias da Sudeco e do FCO e pelo SIC.	835 dias/100 pedidos de informação respondidos pelas Ouvidorias da Sudeco e do FCO e pelo SIC	
5) Ampliar parcerias para fomentar investimentos	5.1) Celebrar 2 instrumentos de parceria para fomento de investimentos no Centro-Oeste.	Quantidade de Parcerias Celebradas (QPC)	Quantidade de parcerias celebradas	2 parcerias realizadas	DPA
6) Viabilizar estudos e projetos para promover o desenvolvimento regional	6.1) Realizar ou contratar pelo menos 1 estudo com foco em desenvolvimento regional.	Quantidade de Estudos Realizados (QER)	Quantidade de estudos realizados /contratados	2 estudos contratados	
	6.2) Analisar, no mínimo, 65% dos processos de prestação de contas recebidos.	Processos de prestação de contas analisados	Processos de prestação de contas analisados/processos de prestação de contas recebidos.	112 prestação de contas analisados /154 processos de prestação de contas recebidos	DPC/DA
7) Ampliar o controle das ações executadas e dos recursos descentralizados pela Autarquia	7.1) Emitir 85% dos pareceres de execução de objeto	Pareceres de Execução Emitidos	Número de Pareceres de Execução Emitidos / Número Convênios Aptos para Emissão de Parecer de Execução	82 Pareceres de Execução Emitidos /91 Convênios Aptos para Emissão de Parecer de Execução	DIPGF

RESULTADO FINAL INSTITUCIONAL = 99,99%

* Os dados referentes ao resultado do 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho encontram-se disponíveis no sítio www.sudeco.gov.br.

** O resultado final institucional alcançado foi mensurado conforme disposto no art. 6º da Portaria nº 197, de 28 de agosto de 2014, publicada no DOU nº 169, de 3 de setembro de 2014, Seção 1, página 30.

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 9.266, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria nº 5.623, de 22 de junho de 2022, do Ministério da Economia, que estabelece os critérios para análise da capacidade de pagamento, da suficiência das contragarantias, do custo das operações de crédito e para a concessão de garantias da União.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e tendo em vista o disposto no art. 23 da Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal, no art. 9º-A, inciso III, da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, e no art. 1º da Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 5.623, de 22 de junho de 2022, do Ministério da Economia, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

Parágrafo único. O disposto no caput será aplicado, entre outros casos, quando o Estado, Município ou Distrito Federal sinalizar que deixou de atender ao requisito de elegibilidade do inciso I do art. 13, conforme acompanhamento a ser feito com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do sexto bimestre, para o indicador de PC, e do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do terceiro quadrimestre, para os indicadores DC e IL." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 16 a 18/11/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitação de sustentação oral poderá ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
38	13888.723224/2017-53	39 a 64
65	13888.720484/2014-24	66 a 78
99	11080.720953/2015-56	100 a 117

DIA 16 de Novembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

Redator(a) AD HOC: JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
1 - Processo nº: 10825.723182/2018-88 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e VALE DO RIO NOVO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
2 - Processo nº: 10665.722738/2012-11 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10665.001342/2009-23 - Recorrente: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
4 - Processo nº: 16327.720870/2017-11 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
5 - Processo nº: 19515.000554/2011-04 - Recorrente: FEDERAL AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
6 - Processo nº: 15868.720080/2011-51 - Recorrente: JBS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
7 - Processo nº: 10880.013076/89-22 - Recorrente: CARBEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
8 - Processo nº: 11020.722680/2016-70 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
9 - Processo nº: 15521.000018/2005-12 - Recorrente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10640.723445/2012-21 - Recorrente: MASSAS AMIGAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
11 - Processo nº: 11080.728673/2018-39 - Recorrente: CBRE CONSULTORIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
12 - Processo nº: 10840.903563/2011-84 - Recorrente: UNIMED DE JABOTICABAL COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 de Novembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
13 - Processo nº: 16327.720993/2018-24 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
14 - Processo nº: 16327.000016/2005-92 - Recorrente: IGA PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
15 - Processo nº: 16682.905220/2017-96 - Recorrente: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13401.000486/2001-02 - Recorrente: SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUARIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
17 - Processo nº: 13005.908537/2009-68 - Recorrente: UNIMED COOP SERV SAUDE VALES TAQUARI E RIO PARDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13005.908538/2009-11 - Recorrente: UNIMED COOP SERV SAUDE VALES TAQUARI E RIO PARDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13896.000852/2010-91 - Recorrente: ODONTOPREV S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
20 - Processo nº: 10680.004120/2005-41 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10680.004119/2005-16 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 15956.720175/2012-67 - Recorrente: CONCEITO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Novembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
23 - Processo nº: 16327.720945/2018-36 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16327.720774/2018-45 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
25 - Processo nº: 16327.914695/2009-11 - Recorrente: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10680.012276/2004-14 - Recorrente: BRONZINA COMERCIO DE METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
27 - Processo nº: 15940.720045/2014-65 - Recorrente: PROLUB RERREFINO DE LUBRIFICANTES - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
28 - Processo nº: 19515.721343/2017-96 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
29 - Processo nº: 10880.904538/2009-27 - Recorrente: CLARIANT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO
30 - Processo nº: 16832.000149/2009-82 - Recorrente: MEGA SURGICAL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
31 - Processo nº: 10280.904791/2012-45 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
32 - Processo nº: 10510.720642/2018-60 - Recorrente: FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Novembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Redator(a) AD HOC: JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
33 - Processo nº: 16682.720832/2018-91 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
34 - Processo nº: 16561.720160/2017-18 - Recorrente: PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
35 - Processo nº: 10600.720040/2014-70 - Recorrente: PARATI S.A - PARTICIPACOES EM ATIVOS DE ENERGIA ELETRICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
36 - Processo nº: 10380.731100/2018-45 - Recorrente: REDEFONE COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
37 - Processo nº: 10168.003936/2007-18 - Recorrente: DEMOCRATAS DEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
38 - Processo nº: 13888.723224/2017-53 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE

39 - Processo nº: 13888.720726/2015-61 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13888.720750/2015-08 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13888.720848/2015-57 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13888.720880/2015-32 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13888.721047/2015-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13888.721052/2017-83 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13888.721053/2017-28 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13888.721054/2017-72 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13888.721055/2017-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13888.721056/2017-61 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13888.721057/2017-14 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13888.721133/2015-11 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13888.721552/2014-72 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13888.721623/2014-37 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13888.721658/2014-76 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13888.721662/2014-34 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13888.723176/2017-01 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13888.723177/2017-48 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13888.723178/2017-92 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13888.723181/2017-14 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13888.723226/2017-42 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13888.723227/2017-97 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13888.723228/2017-31 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13888.723230/2017-19 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13888.723231/2017-55 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13888.902948/2018-42 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
65 - Processo nº: 13888.720484/2014-24 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
66 - Processo nº: 13888.720329/2014-16 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13888.720486/2013-32 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13888.720548/2014-97 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13888.720629/2014-97 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13888.720647/2014-79 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13888.720662/2014-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13888.720677/2014-85 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13888.721521/2014-11 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13888.721779/2013-37 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13888.721945/2013-03 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13888.722378/2013-02 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13888.724407/2013-62 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13888.724574/2013-11 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
79 - Processo nº: 13888.723503/2017-17 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13888.720563/2016-05 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13888.721121/2017-59 - Recorrente: AMHPLA-COOPERATIVA DE ASSISTENCIA MEDICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
82 - Processo nº: 15868.720211/2012-81 - Recorrente: NEW YORK PLAZA SHOPPING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
83 - Processo nº: 16561.720011/2018-21 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ESTOK COMERCIO E REPRESENTACOES S.A.
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
84 - Processo nº: 13312.000047/2011-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAIMUNDO NONATO AGUIAR ELIAS ME
Redator(a) AD HOC: JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
85 - Processo nº: 16004.720295/2017-91 - Recorrente: VIACAO PIRACICABANA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
86 - Processo nº: 10166.730408/2017-27 - Recorrente: MCL EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 16327.721072/2017-06 - Recorrente: BANCO PAN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 16561.720154/2017-52 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e INTERCEMENT BRASIL S.A.
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
89 - Processo nº: 12963.720052/2018-34 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
90 - Processo nº: 10980.724441/2017-14 - Embargante: ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
91 - Processo nº: 19515.000389/2008-87 - Recorrente: COOPSERV SOC COOP PROF NA AREA DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
92 - Processo nº: 10680.905925/2012-32 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA CAROLINA MALDONADO MENDONCA KRALJEVIC
93 - Processo nº: 11052.000355/2010-90 - Recorrente: ONDULINE DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
94 - Processo nº: 10480.726354/2015-71 - Recorrente: ES ATACADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDUARDO MONTEIRO CARDOSO
95 - Processo nº: 19515.722755/2013-10 - Recorrente: INVERSORA MOONLIGHT LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
96 - Processo nº: 19679.000954/2006-71 - Recorrente: VETOR DESIGN IMPRESSAO E PRODUCAO DIGITAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
97 - Processo nº: 10120.728927/2014-17 - Recorrente: G DE B ROCHA JUNIOR EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
98 - Processo nº: 11080.732321/2014-54 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11080.720953/2015-56 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
100 - Processo nº: 11080.720956/2015-90 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11080.720957/2015-34 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 11080.720958/2015-89 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11080.720959/2015-23 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11080.720960/2015-58 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11080.720961/2015-01 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11080.720962/2015-47 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11080.720963/2015-91 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 11080.720964/2015-36 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 11080.720966/2015-25 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11080.720969/2015-69 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 11080.720970/2015-93 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11080.720971/2015-38 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11080.720972/2015-82 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11080.720973/2015-27 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11080.720974/2015-71 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 11080.720975/2015-16 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 11080.720977/2015-13 - Recorrente: UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
118 - Processo nº: 10880.900954/2010-90 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 16306.720540/2011-70 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 13433.000573/2004-27 - Recorrente: FRANCISCO PEIXOTO SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
121 - Processo nº: 16007.000156/2008-26 - Recorrente: PROMOVERDI PROMOTORA DE VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10850.903213/2012-80 - Recorrente: PROMOVERDI PROMOTORA DE VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10850.905530/2011-50 - Recorrente: PROMOVERDI PROMOTORA DE VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 16 a 18/11/2022.

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
08	10980.910736/2012-05	09 a 111
119	13819.903987/2014-57	120 a 122
123	13819.902242/2014-71	124 a 126
127	13819.904874/2012-15	128 a 137

DIA 16 de Novembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
1 - Processo nº: 10980.939618/2009-75 - Recorrente: CAPITAL BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10935.907431/2009-58 - Recorrente: MULTIPET IND E COM DE EQUIPAMENTOS EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
3 - Processo nº: 10783.902106/2006-37 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13770.000657/2002-78 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13770.000636/00-83 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
6 - Processo nº: 13656.720068/2010-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A
7 - Processo nº: 13656.720067/2010-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A
8 - Processo nº: 10980.910736/2012-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
9 - Processo nº: 10980.921379/2012-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
10 - Processo nº: 10980.921387/2012-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
11 - Processo nº: 10980.921409/2012-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
12 - Processo nº: 10980.921412/2012-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
13 - Processo nº: 10980.921417/2012-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
14 - Processo nº: 10980.921428/2012-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
15 - Processo nº: 10980.921429/2012-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
16 - Processo nº: 10980.921445/2012-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
17 - Processo nº: 10980.921446/2012-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
18 - Processo nº: 10980.921450/2012-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
19 - Processo nº: 10980.921455/2012-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
20 - Processo nº: 10980.921459/2012-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
21 - Processo nº: 10980.921460/2012-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
22 - Processo nº: 10980.921468/2012-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
23 - Processo nº: 10980.921384/2012-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
24 - Processo nº: 10980.921386/2012-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
25 - Processo nº: 10980.921391/2012-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
26 - Processo nº: 10980.921400/2012-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
27 - Processo nº: 10980.921416/2012-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
28 - Processo nº: 10980.921419/2012-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
29 - Processo nº: 10980.910737/2012-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
30 - Processo nº: 10980.921376/2012-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
31 - Processo nº: 10980.921382/2012-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
32 - Processo nº: 10980.921383/2012-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
33 - Processo nº: 10980.921393/2012-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
34 - Processo nº: 10980.921396/2012-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
35 - Processo nº: 10980.921399/2012-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
36 - Processo nº: 10980.921401/2012-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
37 - Processo nº: 10980.921406/2012-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
38 - Processo nº: 10980.921410/2012-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
39 - Processo nº: 10980.921411/2012-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
40 - Processo nº: 10980.921414/2012-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
41 - Processo nº: 10980.910743/2012-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
42 - Processo nº: 10980.921375/2012-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
43 - Processo nº: 10980.921392/2012-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
44 - Processo nº: 10980.921404/2012-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
45 - Processo nº: 10980.921405/2012-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
46 - Processo nº: 10980.921408/2012-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
47- Processo nº: 10980.921413/2012-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
48 - Processo nº: 10980.921418/2012-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
49 - Processo nº: 10980.921421/2012-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
50 - Processo nº: 10980.921435/2012-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
51 - Processo nº: 10980.921447/2012-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
52 - Processo nº: 10980.921461/2012-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
53 - Processo nº: 10980.921463/2012-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
54 - Processo nº: 10980.921464/2012-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
55 - Processo nº: 10980.921469/2012-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
56 - Processo nº: 10980.921471/2012-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
57 - Processo nº: 10980.921472/2012-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
58- Processo nº: 10980.910738/2012-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
59 - Processo nº: 10980.910739/2012-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
60 - Processo nº: 10980.910745/2012-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
61 - Processo nº: 10980.921380/2012-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
62 - Processo nº: 10980.921389/2012-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
63 - Processo nº: 10980.921394/2012-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
63 - Processo nº: 10980.921402/2012-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
65- Processo nº: 10980.921403/2012-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
66 - Processo nº: 10980.921430/2012-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
67 - Processo nº: 10980.921432/2012-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
68 - Processo nº: 10980.921440/2012-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
69 - Processo nº: 10980.921444/2012-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
70 - Processo nº: 10980.921452/2012-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
71- Processo nº: 10980.921456/2012-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
72 - Processo nº: 10980.921458/2012-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
73 - Processo nº: 10980.921462/2012-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
74 - Processo nº: 10980.921466/2012-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
75 - Processo nº: 10980.921470/2012-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
76 - Processo nº: 10980.910740/2012-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
77 - Processo nº: 10980.910741/2012-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
78 - Processo nº: 10980.910742/2012-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
79 - Processo nº: 10980.910744/2012-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
80 - Processo nº: 10980.921374/2012-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
81 - Processo nº: 10980.921381/2012-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
82 - Processo nº: 10980.921385/2012-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
83 - Processo nº: 10980.921388/2012-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
84 - Processo nº: 10980.921390/2012-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
85 - Processo nº: 10980.921398/2012-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
86 - Processo nº: 10980.921422/2012-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
87 - Processo nº: 10980.921431/2012-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
88 - Processo nº: 10980.921437/2012-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
89 - Processo nº: 10980.921442/2012-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
90 - Processo nº: 10980.921448/2012-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
91 - Processo nº: 10980.921449/2012-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
92 - Processo nº: 10980.921457/2012-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
93 - Processo nº: 10980.921465/2012-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
94 - Processo nº: 10980.921467/2012-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
95 - Processo nº: 10980.921420/2012-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
96 - Processo nº: 10980.921424/2012-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
97 - Processo nº: 10980.921434/2012-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
98 - Processo nº: 10980.921443/2012-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
99 - Processo nº: 10980.921377/2012-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
100 - Processo nº: 10980.921378/2012-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
101 - Processo nº: 10980.921395/2012-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
102 - Processo nº: 10980.921407/2012-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
103 - Processo nº: 10980.921415/2012-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
104 - Processo nº: 10980.921426/2012-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
105 - Processo nº: 10980.921436/2012-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
106 - Processo nº: 10980.921439/2012-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
107 - Processo nº: 10980.921454/2012-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
108 - Processo nº: 10980.921423/2012-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
109 - Processo nº: 10980.921425/2012-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
110 - Processo nº: 10980.921427/2012-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI
111 - Processo nº: 10980.921438/2012-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TICCOLOR VIDEO FOTO SOM EIRELI

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
112 - Processo nº: 10746.902851/2011-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURUPI
113 - Processo nº: 10746.902854/2011-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURUPI
114 - Processo nº: 10746.902866/2011-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURUPI
115 - Processo nº: 10746.902879/2011-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURUPI
116 - Processo nº: 10746.902861/2011-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURUPI

DIA 16 de Novembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
117 - Processo nº: 13819.000185/2011-41 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13502.720615/2016-12 - Recorrentes: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13819.903987/2014-57 - Recorrentes: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
120 - Processo nº: 13819.903988/2014-00 - Recorrentes: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13819.903991/2014-15 - Recorrentes: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13819.905567/2015-96 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
123 - Processo nº: 13819.902242/2014-71 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
124 - Processo nº: 13819.903984/2014-13 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13819.903985/2014-68 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13819.903986/2014-11 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
127 - Processo nº: 13819.904874/2012-15 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
128 - Processo nº: 13819.904873/2012-62 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13819.904875/2012-51 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13819.904876/2012-04 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13819.904877/2012-41 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13819.904878/2012-95 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13819.904879/2012-30 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13819.909860/2011-07 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13819.909861/2011-43 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13819.909862/2011-98 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 13819.909863/2011-32 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
138 - Processo nº: 13819.903989/2014-46 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
139 - Processo nº: 13502.721308/2013-14 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
140 - Processo nº: 11516.721501/2014-43 - Recorrentes: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
141 - Processo nº: 13609.904552/2012-33 - Recorrente: TECNOMETAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES MECANICAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13609.904551/2012-99 - Recorrente: TECNOMETAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES MECANICAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 13609.900938/2013-57 - Recorrente: TECNOMETAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES MECANICAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13609.904553/2012-88 - Recorrente: TECNOMETAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES MECANICAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13609.900937/2013-11 - Recorrente: TECNOMETAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES MECANICAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13609.900936/2013-68 - Recorrente: TECNOMETAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES MECANICAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Novembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Redator AD HOC: VINICIUS GUIMARAES
147 - Processo nº: 13555.000040/2001-16 - Recorrentes: SUZANO S.A. e FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 16327.720113/2016-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A
Relator(a): VALCIR GASSEN
149 - Processo nº: 16327.720009/2017-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
150 - Processo nº: 16024.720004/2017-26 - Recorrente: METSO OUTOTEC BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10855.724086/2013-95 - Recorrente: METSO OUTOTEC BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
152 - Processo nº: 10940.903290/2011-40 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10940.903291/2011-94 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10940.903295/2011-72 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10940.903292/2011-39 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10940.903293/2011-83 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10940.903297/2011-61 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Novembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
158 - Processo nº: 16327.000145/2009-12 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 16327.000152/2009-14 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 16327.000163/2009-96 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 16327.000168/2009-19 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
162 - Processo nº: 16327.000162/2009-41 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 16327.000164/2009-31 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 16327.000165/2009-85 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 16327.000167/2009-74 - Recorrente: PREVIBOSCH SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10880.971817/2016-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
167 - Processo nº: 10880.971820/2016-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
168- Processo nº: 10880.971821/2016-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
169 - Processo nº: 10880.971822/2016-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
170 - Processo nº: 10880.920625/2017-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
171 - Processo nº: 10880.920623/2017-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
172 - Processo nº: 10880.971819/2016-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
173 - Processo nº: 10880.971818/2016-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
174 - Processo nº: 10880.971823/2016-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
175 - Processo nº: 10880.920626/2017-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
176 - Processo nº: 10880.920627/2017-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
177 - Processo nº: 10880.997434/2016-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
178 - Processo nº: 10880.920628/2017-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIVAREAL INTERNET LTDA.
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
179 - Processo nº: 10283.721288/2009-21 - Recorrente: COOPANEST COOP DOS ANESTESIOLOGISTAS DO AMAZONAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 15956.720244/2013-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DROGAVIDA COMERCIAL DE DROGAS LTDA.
181 - Processo nº: 10480.724324/2014-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INDUSTRIA DE BEBIDAS IGARASSU LTDA

DIA 18 de Novembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
182 - Processo nº: 10480.732386/2015-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INTERNATIONAL COMMERCE RECIFE S.A.
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
183 - Processo nº: 10872.720087/2015-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REFRIGERANTES CONVENCAO RIO LTDA
184 - Processo nº: 10283.002649/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARTRADE AGENCIA MARITIMA LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
185 - Processo nº: 10283.003966/2004-65 - Recorrente: MARTRADE AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10283.003990/2004-02 - Recorrentes: MARTRADE AGENCIA MARITIMA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
187 - Processo nº: 10814.017814/2008-28 - Recorrente: PANTANAL LINHAS AEREAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13897.000428/00-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CAPGEMINI BRASIL S/A
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
189 - Processo nº: 10813.001074/2010-32 - Recorrente: OKUBO MERCANTIL - PRODUTOS PARA FIXACAO, ELEVACAO E COBERTURA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 12266.724186/2014-68 - Recorrente: CICLO CAIRU LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
191 - Processo nº: 10925.000206/2008-27 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e LACTICINIOS TIROL LTDA

DIA 18 de Novembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
192 - Processo nº: 10665.722999/2011-42 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CODIL ALIMENTOS LTDA
193 - Processo nº: 10665.723000/2011-82 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CODIL ALIMENTOS LTDA
194 - Processo nº: 10665.723001/2011-27 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CODIL ALIMENTOS LTDA
195 - Processo nº: 10665.723002/2011-71 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CODIL ALIMENTOS LTDA
196 - Processo nº: 10665.723003/2011-16 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CODIL ALIMENTOS LTDA
197 - Processo nº: 10665.723004/2011-61 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CODIL ALIMENTOS LTDA
198 - Processo nº: 10665.723005/2011-13 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CODIL ALIMENTOS LTDA
199 - Processo nº: 10120.909097/2011-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO
200 - Processo nº: 10120.909098/2011-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO
201 - Processo nº: 10120.909096/2011-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
202 - Processo nº: 10380.903528/2013-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
203 - Processo nº: 10380.903531/2013-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA

204 - Processo nº: 10380.903534/2013-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
205 - Processo nº: 10380.903536/2013-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
206 - Processo nº: 10380.902760/2016-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
207 - Processo nº: 10380.903527/2013-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
208 - Processo nº: 10380.903529/2013-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
209 - Processo nº: 10380.903533/2013-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
210 - Processo nº: 10380.903535/2013-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRANDE MOINHO CEARENSE SA
211 - Processo nº: 13227.900119/2012-13 - Recorrente: MIRIAN VILHENA AUTO POSTO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, GAS E CULTIVO DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 13227.900121/2012-92 - Recorrente: MIRIAN VILHENA AUTO POSTO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, GAS E CULTIVO DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 13227.900122/2012-37 - Recorrente: MIRIAN VILHENA AUTO POSTO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, GAS E CULTIVO DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSALDO TREVISAN
214 - Processo nº: 15940.720005/2017-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
215 - Processo nº: 15940.720003/2017-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
216 - Processo nº: 15940.720004/2017-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
217 - Processo nº: 10835.720096/2017-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
218 - Processo nº: 10835.720097/2017-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
219 - Processo nº: 15940.720010/2017-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
220 - Processo nº: 15940.720001/2017-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL
221 - Processo nº: 10835.721937/2014-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER ALIMENTOS DO BRASIL S.A.
222 - Processo nº: 10835.721936/2014-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER ALIMENTOS DO BRASIL S.A.
223 - Processo nº: 10835.721934/2014-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER ALIMENTOS DO BRASIL S.A.
224 - Processo nº: 10835.721935/2014-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER ALIMENTOS DO BRASIL S.A.
225 - Processo nº: 10835.721938/2014-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER ALIMENTOS DO BRASIL S.A.
226 - Processo nº: 10835.721939/2014-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LIDER ALIMENTOS DO BRASIL S.A.
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
227 - Processo nº: 16682.720836/2014-46 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA SPU-RN-NUDEP/ME Nº 9.452, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência e subdelegação, que lhe foram conferidas na Portaria SPU/ME nº 8.678, de 30 de setembro de 2022, publicada em 10 de outubro de 2022, na Edição 193, Seção 1, Página 35, do Diário Oficial da União, e tendo em vista o disposto no art. 18, II, § 8º e 9º da Lei 9636/98, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.141326/2022-11, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, cadastrada sob o CNPJ nº **.*34.385/0001-**, a instalar a adutora de São Miguel do Gostoso/RN, em área de domínio da União, caracterizada como Terreno de Marinha e acrescido, medindo 1.949,08 m², situada na Estrada RN-221, s/n, São Miguel do Gostoso/RN, identificada e caracterizada na Planta de Imóvel -NUCIP (27237551) e Memorial Descritivo SPU-RN-NUCIP (27237553).

Art. 2º - A execução da obra aqui autorizada fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais, sanitárias e urbanísticas, e em conformidade com a legislação vigente.

Art. 3º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, em especial, deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por essa legislação;

Art. 4º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias;

Art. 5º - Responderá a CAERN, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 6º - O descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, ensejará a revogação da presente autorização, sem necessidade de prévio aviso ou outro qualquer procedimento.

Art. 7º - A responsabilidade pela demolição/remoção da obra também é do interessado quando: representar risco à segurança das pessoas, do meio ambiente e/ou não cumprir mais a sua finalidade, nos termos da Portaria autorizativa, ou, na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 8º- Durante o período de execução das obras a que se refere o artigo 1°, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível ao público, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, disponível na Internet, no endereço: http://www.secom.gov.br/atuacao/publicidade/orientacoes-para-o-uso-da-marca-dogoverno-federal-arquivos/manual-de-uso-da-marca-do-governo-federal-obras-2019.pdf, com os seguintes dizeres: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, NA FORMA DA PORTARIA SPU-RN/ME Nº 9452, DE 31/10/2022".

Art. 9º - Esta Portaria terá prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada a critério da Administração.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PLATINY TORQUATO DO RÊGO

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 8.645, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados no País.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022 (publicada no DOU de 10.08.2022, Seção 1, pág. 228), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º e nos arts. 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.104160/2022-05, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial ME/MCTI nº 57, de 9 de outubro de 2020, que estabelece o Processo Produtivo Básico para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados no País, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º .....

.....

Art. 2º .....

Parágrafo único. Para os itens 34 e 35 constantes do Anexo desta Portaria, a dispensa da montagem a que se refere o caput deste artigo será aplicada até 31 de dezembro de 2023.

.....

ANEXO

1. .....

.....

34. Placa-mãe industrial, com suporte a amplitude de temperatura de 0°C a 60°C e operação com umidade relativa de 0% a 85%, com alimentação DC12V, watchdog timer em hardware e processador Quad Core 2.30 GHz 64 bits, com tecnologia de inicialização segura (Secure Boot) e bit de desativação de execução, própria para APARELHO DE MEDIÇÃO E REGISTRO DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIA PÚBLICA;

35. Fonte de alimentação com suporte a amplitude de temperatura de -20°C a +70°C e operação com umidade de 10% a 95%, correção de fator de potência ativo de >0,95 e eficiência mínima de 88%, full range de 90 a 264VAC e 127 á 370VDC com montagem em trilho DIN35, para APARELHO DE MEDIÇÃO E REGISTRO DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIA PÚBLICA." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade
do Ministério da Economia

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 8.646, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022 (publicada no DOU de 10.08.2022, Seção 1, pág. 228), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, art. 4º e nos arts. 11 a 18 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, e considerando o que consta no processo nº 19687.104160/2022-05, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial ME/MCTI nº 58, de 9 de outubro de 2020, que estabelece o Processo Produtivo Básico para BENS DE INFORMÁTICA, industrializados no Zona Franca de Manaus, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º .....

.....

Art. 2º .....

Parágrafo único. Para os itens 34 e 35 constantes do Anexo desta Portaria, a dispensa da montagem a que se refere o caput deste artigo será aplicada até 31 de dezembro de 2023.

.....

ANEXO

1. .....

.....

34. Placa-mãe industrial, com suporte a amplitude de temperatura de 0°C a 60°C e operação com umidade relativa de 0% a 85%, com alimentação DC12V, watchdog timer em hardware e processador Quad Core 2.30 GHz 64 bits, com tecnologia de inicialização segura (Secure Boot) e bit de desativação de execução, própria para APARELHO DE MEDIÇÃO E REGISTRO DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIA PÚBLICA;

35. Fonte de alimentação com suporte a amplitude de temperatura de -20°C a +70°C e operação com umidade de 10% a 95%, correção de fator de potência ativo de >0,95 e eficiência mínima de 88%, full range de 90 a 264VAC e 127 á 370VDC com montagem em trilho DIN35, para APARELHO DE MEDIÇÃO E REGISTRO DE VELOCIDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIA PÚBLICA." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade
do Ministério da Economia

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 9.454, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.102450/2022-71, resolve:

Art. 1º Fica a COMPONENTS OPTIMAL 4 S.R.L., com sede em El Trompillo: Avenida: Calle Jose Mercado Aguado, nro 578. Felipe de Alacaya y Monseñor Costas, Bolívia, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, tendo sido destacado o capital de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá em: "Prestar serviços técnicos para computadores, internet, comunicação por internet, programas de venda de registros elétricos e eletrônicos. Construção de edifícios completos ou de parte de edifícios, realizando

inclusive o trabalho de equipamentos de espaços e serviços técnicos de arquitetura, Engenharia civil e serviços em geral. Construção, demolição, reparação, instalação, ampliação, remodelação, adequação, restauração, conservação, manutenção, modificação ou renovação de edifícios, adequação, estruturas, estradas, pontes ou instalações, colocação de gasodutos, oleodutos, instalações elétricas, montagem em geral, perfuração de poços de água, preparação e limpeza de terreno a escavação e edificação, fixação de preços, local, promoção, produto e estratégias de marketing destinados à venda de lotes de terrenos e obras civis na zona urbana e rural em todo o território do país, construção e obras civis como: edifício, pavimentos asfaltados, quadras, piscinas, muros, áreas sociais, hospitais, centros de saúde, centros educativos, centros sociais e comerciais, instalações esportivas e recreativas, terminais, moradias de interesse social, unifamiliares, multifamiliares, galpões hangares, postos de gasolina, entre outros e comercialização direta e indireta de lotes de terreno e as obras civis no quesito da construção e imobiliária. Oferecer serviços gerais em rádio base de telecomunicações; instalação, montagem e manutenção de antenas MW, BTS, VIMAX. Desenho de redes de telecomunicações, manutenção de rádio bases, planta externa, provisão, fornecimento de materiais de instalação para rádio comunicações. Configurações de redes e routing; provisão, desenho e armação de salas de servidores; obras civis, fundações de torre e mono postes (urbanos e rurais), construção, montagem e instalações e manutenção de torres e minipostes, sistema greenfield indoor e rooftop, incitações de fibra ótica, roteamento de cabo de fibra ótica e planta externa, instalação de armário, racks, ODF, certificação de enlaces de fibra ótica; desenvolvimento de aplicações informáticas, serviços de integrações, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva. Instalações, configuração e venda de centrais telefônicas IP e equipamentos de telecomunicações. Serviços de sistema eletrônico; instalação de sistemas elétricos, painéis solares, retificadores, racks de baterias, grupo eletrogêneo, sistema de para raios, proteção terra, provisão de material e desenho de sistemas de proteção elétrico. Todas estas relacionadas às telecomunicações e qualquer outra atividade anexa e/ou conexa com as mencionadas e as que acorde a assembleia de sócios prestar serviços de consultoria ambiental para gerir em instituições públicas ou privadas segundo corresponda a tramitação e obtenção de licenças e autorizações ambientais, nacionais, departamental e municipal, como: declaração de impacto ambiental, certificado de dispensa de avaliações de impacto ambiental, declaração de adequação ambiental, entre outras e se apresentar ante as autoridades estatais ou privadas, como: Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, governos autônomos, departamentais, municipais e suas respectivas secretarias, autoridade de fiscalização e controle de social de bosques e terra (ABT), entre outros ou a quem corresponda solicitar a emissão de licenças e autorizações, tramitar os documentos necessários para sua renovação, apelar recusas, entre outros e também, está facultada de prestar serviços de consultoria para tramitação e de consultoria para tramitação e obtenção de autorizações e permissões municipais de construção, instalação, posicionamento de antenas, implementação de novas rádios bases, roteamento de fibra ótica, entre outros emitidos pelos diferentes governos municipais de acordo ao estipulado na Lei Nº 164 de telecomunicações e a 031 de autonomias e demais regulamentações municipais e a capacidade de se apresentar às diferentes instituições públicas ou privadas, segundo corresponda a fim de solicitar a emissão de autorizações, renovar, apelar, recusar e outros, provisão e instalação de sistema de energia e climatização de cabo de fibra ótica. Importação e comercialização de luminárias LED, serviços de instalação e manutenção de luminárias LED. Importação e comercialização de fertilizantes agrícolas, máquinas agrícolas, assim como atividades vinculadas à agroindústria, incluído a transformação, produção, fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de todo tipo de bens especialmente fertilizantes e demais produtos agroindustriais. Compra e venda, exportação e importação de minerais e seus concentrados metálicos e não metálicos, importação e exportação de elementos de segurança, maquinário industrial para mineração e indústria, exploração, extração, fundição, benefício, refinação, processamento, venda, comercialização, exportação, etc., de minerais metálicos, não metálicos e ferrosos existentes no solo e subsolo do estado Plurinacional da Bolívia, seja por conta própria ou alheia, de forma direta ou em associação, representação de terceiros e/ou formado, participando e administrando outras sociedades. Podendo efetuar todo o tipo de atividade mineiras como solicitar e adjudicar contratos mineiros, seja via arrendamento, risco compartilhado e/ou de qualquer modalidade de contrato que requeira sem limitação ou restrição alguma, em jazidas minerais metálicos, não metálicos, ferrosos e não ferrosos, seja com privados, ministério de mineração, corporação mineira da Bolívia "COMIBOL" ou as instituições criadas ou por ser criadas. Importação de equipamentos, maquinários, insumos, ferramentas e todo o requerido para a gestão da sociedade, assim como exportar minerais em bruto, processados, beneficiados, fundidos, etc., venda de equipamentos celulares, operação e manutenção de redes de acesso urbano e FTTX, serviços de transporte nacional e internacional de mercadorias e carga leve e pesada e também de arrendamento, exportação e importação de veículos, equipamentos e/ou maquinários da sociedade, poderá realizar as seguintes atividades: importação, exportação, representação, distribuição, comercialização e promoção de: 1) Dispositivos médicos, equipamentos médicos, mobiliário e acessórios médicos, 2) Dispositivos, equipamentos, mobiliários, acessórios sanitários. 3) Dispositivos, equipamentos, mobiliários, acessórios de biossegurança. 4) Reagentes de diagnósticos. 5) Cosméticos, produtos de higiene doméstica, detergente e absorventes de higiene pessoal, fabricação e comercialização de estruturas para telecomunicações e transmissão de energia elétrica", nos termos da Ata de Assembleia Extraordinária de Sócios, de 15 de agosto de 2022.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a COMPONENTS OPTIMAL 4 S.R.L., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMANDA MESQUITA SOUTO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.113, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.307, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar 1202392104 nº 187, de 16 de dezembro de 2021, na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, na Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002, na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, na Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, na Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, e na Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.307, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º A DBF deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de fevereiro, em relação ao ano-calendário imediatamente anterior, por meio da Internet, utilizando-se o programa Receitanet, disponível no endereço mencionado no caput do art. 3º.

1202392105 ....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em 1202392105 vigor em 1º dezembro de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

PORTARIA RFB Nº 242, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria RFB nº 4.766, de 13 de novembro de 2020, que dispõe sobre a instituição de 14 (quatorze) Câmaras Recursais no âmbito das Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXIII do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Portaria ME nº 340, de 8 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Os Anexos I e II da Portaria RFB nº 4.766, de 13 de novembro de 2020, ficam substituídos, respectivamente, pelos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

ANEXO I

Câmara Recursal	Matéria
1ª	1 - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), exceto IPI vinculado à importação; 2 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos ao tributo acima referido.
2ª	1 - Contribuições Previdenciárias, inclusive as instituídas a título de substituição e as devidas a terceiros; 2 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos à contribuição acima referida.
3ª	1 - Penalidades pelo descumprimento de obrigações acessórias pelas pessoas físicas e jurídicas, exceto as vinculadas à importação e exportação; 2 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); 3 - Exclusão e inclusão no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), e Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional); 4 - Tributos, empréstimos compulsórios, anistia e matéria correlata não incluídos na competência julgadora das demais Câmaras; e 5 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
4ª	1 - IPI vinculado à importação, Imposto de Importação, Imposto de Exportação e demais impostos ou contribuições exigidos quando do despacho aduaneiro de mercadorias na importação ou na exportação; 2 - Exigência de direitos antidumping, compensatórios e de salvaguardas comerciais; 3 - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); e 4 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
5ª	1 - IPI vinculado à importação, Imposto de Importação, Imposto de Exportação e demais impostos ou contribuições exigidos quando do despacho aduaneiro de mercadorias na importação ou na exportação; 2 - Exigência de direitos antidumping, compensatórios e de salvaguardas comerciais; 3 - Reintegra; e 4 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
6ª	1 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); 2 - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep); 3 - Contribuição para o Fundo de Investimento Social (Finsocial); 4 - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF);

	5 - Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (IPMF); 6 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE); 7 - Restituição e compensação de outros tributos não incluídos na competência das outras Câmaras; e 8 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
7ª	1 - Cofins; 2 - Contribuição para PIS/Pasep; 3 - Insocial; 4 - CPMF; 5 - IPMF; 6 - CIDE; 7 - Restituição e compensação de outros tributos não incluídos na competência das outras Câmaras; e 8 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
8ª	1 - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); 2 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); 3 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF); 4 - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF); 5 - Restituição, compensação e exigência de tributos decorrentes da aplicação da legislação referente ao Simples e ao Simples Nacional; e 6 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
9ª	1 - IRPJ; 2 - CSLL; 3 - IRRF; 4 - IOF; 5 - Restituição, compensação e exigência de tributos decorrentes da aplicação da legislação referente ao Simples e ao Simples Nacional; e 6 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
10ª	1 - IRPJ; 2 - CSLL; 3 - IRRF; 4 - IOF; 5 - Restituição, compensação e exigência de tributos decorrentes da aplicação da legislação referente ao Simples e ao Simples Nacional; e 6 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos aos tributos acima referidos.
11ª	1 - Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF); 2 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos ao tributo acima referido.
12ª	1 - IRPF; 2 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos ao tributo acima referido.
13ª	1 - IRPF; 2 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos ao tributo acima referido.
14ª	1 - IRPF; 2 - Outros tributos incluídos na competência das demais Câmaras, desde que haja conexão com os processos relativos ao tributo acima referido.

ANEXO II

(Anexo II da Portaria RFB nº 4.766, de 13 de novembro de 2020)

Câmara Recursal	Membro	DRJ
1ª	Marcela Cheffer Bianchini (Presidente)	DRJ08
	José Alexandre Grassi (Substituto)	DRJ10
	Flavio Castelo Branco Aflalo	DRJ02
	Carlos Romero Cezar do Amaral	DRJ06
	Sergio Eduardo Barreto Mayr	DRJ08
2ª	Manuela Drummond Duarte (Presidente)	DRJ06
	Rogério Antonio Malini (Substituto)	DRJ08
	Dirceu Moreira Furtado Lima	DRJ06
	Antonio Carlos Simão	DRJ09
3ª	Eduardo José Santos Regueira (Presidente)	DRJ04
	Janete Correa	DRJ01
	Carlos Alberto de Souza	DRJ08
	Leila Simone Monego	DRJ09
4ª	Armando Feres Sadalla (Presidente)	DRJ08
	Emerson da Silva Cabral (Substituto)	DRJ09
	Carlos Alberto Santana Viana	DRJ03
	Daniel Mariz Marinho	DRJ04
	Ana Paula Pedrosa Giglio	DRJ09
5ª	Rui Kenji Ota (Presidente)	DRJ09
	Marcelo Tatsumi Nishijima (Substituto)	DRJ08
	Ricardo Augusto de Barros Campelo	DRJ04
	Otávio Cipriani	DRJ08
6ª	Patrícia Stahnke Schveitzer (Presidente)	DRJ09
	Robson Marcos Schreider (Substituto)	DRJ06
	Magda Cotta Cardozo	DRJ07
	Marcos Soares da Mota e Silva	DRJ07
	Pedro Luis de Godoy Machado	DRJ08
7ª	Adriana Ramos Pinzolas (Presidente)	DRJ06
	José Dario Barcellos Pujol (Substituto)	DRJ10
	Sidney Afonso Lima Silva	DRJ05
	Marcelo Enk de Aguiar	DRJ10
8ª	Raimundo Pires de Santana Filho (Presidente)	DRJ05
	Flávio Machado Galvão Pereira (Substituto)	DRJ06
	Ruben Seixas Neto	DRJ01
	José Augusto Silva Guimarães	DRJ08
	Leon Hellmanzick	DRJ09
9ª	William da Silva Siqueira (Presidente)	DRJ07
	Ana Paula Guimarães Haydt (Substituto)	DRJ08
	Hugo Hashimoto	DRJ08
	Geraldo Brinckmann	DRJ10
10ª	José Aparecido Dias (Presidente)	DRJ08
	Roberto Massao Chinen (Substituto)	DRJ09
	Victor Pacheco do Amaral Junior	DRJ04
	Wilson Silva França Junior	DRJ06
	Marcelo Franco de Matos	DRJ07
11ª	Jorge Anibal David (Presidente)	DRJ01
	Cassio Rodolfo Menezes Silva	DRJ05
	Maria Regina Dantas Ronchi	DRJ01
12ª	Francisco Fujita Filho (Presidente)	DRJ03
	Marco Aurélio Guilherme (Substituto)	DRJ06
	Heimar Rezende Marcello	DRJ06
	Heloísa de Moraes Silveira	DRJ06
13ª	Elser Volney Diogo (Presidente)	DRJ10
	Gilberto Yoshiharo Mori (Substituto)	DRJ01
	Ana Cristina Schneider Martins	DRJ10
14ª	Verônica Maria Perrotta de Seixas (Presidente)	DRJ07
	Paulo Cesar Macedo Pessoa (Substituto)	DRJ07
	Marita Almeida Motta	DRJ07
	Patrícia Figueiredo e Mello	DRJ07

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

PORTARIA CGSN/SE Nº 85, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Define perfis e usuários do Sistema de Controle de Acesso ao ambiente de produção das aplicações do Simples Nacional.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Regimento Interno do Comitê Gestor do Simples Nacional, aprovado pela Resolução CGSN nº 163, de 21 de janeiro de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 151 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Definir perfis e usuários do Sistema de Controle de Acesso ao ambiente de produção das aplicações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) - ENTES-SINAC-P, na forma do Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Os usuários definidos no Anexo Único serão servidores efetivos das carreiras tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:

I - representantes dos entes federados no cadastro do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), denominados "responsáveis pelo FPEM", em relação ao perfil HABILITA;

II - empregados públicos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) autorizados pela área de tecnologia da informação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em relação aos perfis ADMSITESER, CONSULTAS e CONSULTDTE;

III - representantes dos entes federados designados pela autoridade máxima do Poder Executivo.

§1º O usuário-mestre e/ou usuário-cadastrador do ente federado, mencionados no Anexo Único a esta Portaria, assumem, conjuntamente, responsabilidade sobre o cadastramento e habilitação dos servidores efetivos mencionados no caput.

§ 2º Nos casos em que o ente federado não tenha carreira tributária instituída, aplicar-se-á o inciso III do caput.

Art. 3º Visando garantir a segurança no acesso aos dados do Simples Nacional, as habilitações dos usuários tratados por esta Portaria poderão ser revogadas por ato unilateral da RFB, passados 2 (dois) anos de sua concessão.

§ 1º Deverá ser efetuada, por usuário-mestre e/ou usuário-cadastrador do ente federado, a desabilitação dos usuários, no caso de desligamento do órgão ou caso cessem os motivos da habilitação.

§ 2º O disposto no caput não se aplica à habilitação de usuários-mestres.

Art. 4º Ficam revogadas as seguintes Portarias CGSN/SE:

I - nº 1, de 16 de agosto de 2007;
II - nº 3, de 14 de dezembro de 2010;
III - nº 6, de 2 de dezembro de 2011;
IV - nº 7, de 12 de março de 2012;
V - nº 11, de 8 de outubro de 2012;
VI - nº 12, de 18 de janeiro de 2013;
VII - nº 13, de 20 de fevereiro de 2013;
VIII - nº 14, de 7 de maio de 2013;
IX - nº 16, de 22 de julho de 2013;
X - nº 17, de 22 de julho de 2013;
XI - nº 19, de 14 de outubro de 2013;
XII - nº 21, de 28 de novembro de 2013;
XIII - nº 26, de 24 de março de 2014;
XIV - nº 36, de 12 de setembro de 2014;
XV - nº 37, de 4 de novembro de 2014;
XVI - nº 38, de 3 de fevereiro de 2015;
XVII - nº 41, de 15 de março de 2015;
XVIII - nº 43, de 6 de julho de 2015;
XIX - nº 44, de 23 de julho de 2015;
XX - nº 46, de 2 de setembro de 2015;
XXI - nº 47, de 21 de setembro de 2015;
XXII - nº 51, de 28 de abril de 2016;
XXIII - nº 52, de 28 de abril de 2016);
XXIV - nº 56, de 22 de novembro de 2016;
XXV - nº 57, de 7 de dezembro de 2016;
XXVI - nº 58, de 19 de maio de 2017;
XXVII - nº 61, de 8 de dezembro de 2017;
XXVIII - nº 64, de 23 de agosto de 2018;
XXIX - nº 67, de 23 de outubro de 2018;
XXX - nº 69, de 9 de outubro de 2019;
XXXI - nº 74, de 6 de novembro de 2020;
XXXII - nº 76, de 18 de fevereiro de 2021; e
XXXIII - nº 79, de 26 de novembro de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLIELSON LOBATO JÚNIOR

ANEXOS

PERFIL	**ADMSITERFB**
APLICAÇÃO	Gestão de Conteúdo.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) administrar o conteúdo do Portal do Simples Nacional, como publicar notícias, comunicados, manuais e inclusão de serviços; e b) registrar a prorrogação da data de vencimento de documentos de arrecadação do Simples Nacional (DAS e DAS-MEI).
USUÁRIOS	Servidores da RFB, Estados, Distrito Federal e Municípios autorizados pelo Secretário-Executivo do CGSN.

PERFIL	**ADMSITESER**
APLICAÇÃO	Gestão de Conteúdo - SERPRO
PRIVILÉGIOS	Permite a administração das aplicações disponíveis no Portal do Simples Nacional.
USUÁRIOS	Empregados públicos do Serpro integrantes de equipe de desenvolvimento responsável pelas aplicações do Simples Nacional, autorizados pela área de tecnologia da informação da RFB.

PERFIL	**BLOQUEIO**
APLICAÇÃO	Bloqueio - Restituição.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) bloquear pagamentos disponíveis de tributos administrado pelo ente federado ao qual pertence o usuário; b) desbloquear valores bloqueados de tributos administrado pelo ente federado ao qual pertence o usuário; e c) consultar histórico dos bloqueios e desbloqueios relativos a um determinado pagamento.
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; e b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na Tabela de Órgãos e Municípios - TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**CNAENATJ**
APLICAÇÃO	Manutenção de CNAE e Natureza Jurídica.
PRIVILÉGIOS	I - Manutenção de Atividade Econômica (CNAE) Permite a manutenção da tabela de CNAE vedadas ao Simples Nacional ou ao MEI. II - Manutenção de Natureza Jurídica Permite a manutenção da tabela de Natureza Jurídicas vedadas ao Simples Nacional ou ao MEI.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, Estados, Distrito Federal e Municípios autorizados pelo Secretário-Executivo do CGSN.

PERFIL	**CONSAF-RFB**
APLICAÇÃO	Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso - Sefisc.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) consultar ação fiscal; e b) realizar consultas gerenciais
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**CONSULTAS**
APLICAÇÃO	Consultas de informações do Simples Nacional - Diversos.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) consultar histórico de eventos relacionados à opção e exclusão de empresas no Simples Nacional e ao enquadramento e desenquadramento do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei); b) consultar apurações, extratos, declarações e recolhimentos do Simples Nacional; c) consultar apurações, extratos, declarações, recolhimentos e pendências no Simei; d) consultar CNAE e Naturezas Jurídicas vedadas; e) consultar compensações efetuadas pelos contribuintes; f) consultar débitos passíveis de compensação; g) consultar parcelamentos de débitos abrangidos pelo Simples Nacional e Simei, inclusive sob a modalidade de parcelamento especial; h) consultar informações sobre débitos declarados no Simples Nacional; i) consultar documentos de arrecadação do Simples Nacional (DAS emitidos ou pagos); j) consultar datas de vencimento e prorrogações do prazo para pagamento dos tributos e contribuições devidos no âmbito do Simples Nacional e Simei; k) consultar processo; l) consultar DAS-Ainf; e m) consultar opção por débito automático do MEI.
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências; c) Procuradores da Fazenda Nacional, nos termos dos respectivos convênios, autorizados por seu chefe imediato; e d) Empregados públicos do Serpro integrantes de equipe de desenvolvimento responsável pelas aplicações do Simples Nacional, autorizados pela área de tecnologia da informação da RFB.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**CONSULTDTE**
APLICAÇÃO	Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional - DTE-SN.
PRIVILÉGIOS	Permite visualizar mensagens enviadas aos contribuintes e consultar informações salvas da primeira leitura
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências; c) Procuradores da Fazenda Nacional, nos termos dos respectivos convênios, autorizados por seu chefe imediato; e d) Empregados públicos do Serpro integrantes de equipe de desenvolvimento responsável pelas aplicações do Simples Nacional, autorizados pela área de tecnologia da informação da RFB.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**DASRFB**
APLICAÇÃO	DAS Medida Judicial.
PRIVILÉGIOS	Permite a emissão e consulta de DAS sem multa e sem juros para atender medida judicial ou decisão administrativa.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**DEFERE**
APLICAÇÃO	Verificação de Pendências - Opção.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) consultar e validar as informações prestadas, no termo de opção em início de atividades, pelas empresas circunscritas ao ente federado, a fim de possibilitar o deferimento ou indeferimento da opção pelo Simples Nacional; e b) transmitir (upload) arquivo de pendências de empresas para efeito opção pelo Simples Nacional.
USUÁRIOS	Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**DESB-PGDAS**
APLICAÇÃO	Desbloqueio PGDAS-D.
PRIVILÉGIOS	Permite a liberação dos bloqueios das declarações PGDAS-D no Portal do Simples Nacional.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, Estados, Distrito Federal e Municípios autorizados pelo Secretário-Executivo do CGSN.

PERFIL	**ENVIODTE**
APLICAÇÃO	Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional - DTE-SN.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) enviar mensagem individual ou em lote; b) gerar relatório de ciência; e c) consultar mensagens.
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; e b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**EVENTOSEF**
APLICAÇÃO	Simples Nacional - Eventos e SIMEI - Eventos.
PRIVILÉGIOS	I - Simples Nacional - Eventos I.1 - Registro e alteração de Eventos Permite praticar eventos judiciais e administrativos, bem como consultas a histórico de eventos já praticados no Simples Nacional. I.2 - Exclusão em Lote Permite transmitir (upload) arquivo de exclusão em lote de optantes pelo Simples Nacional. I.3 - Liberação de Pendências Permite o acesso às funcionalidades dessa aplicação (colocar em análise, liberar e manter pendência, bem como desfazer os eventos registrados) pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, na hipótese de indeferimento de opção pelo Simples Nacional por pendências com o respectivo ente federado. II – Simei – Eventos I.1 - Registro e alteração de Eventos

	Permite praticar eventos judiciais e administrativos, bem como consultas a histórico de eventos já praticados no Simei. I.2 - Desenquadramento em Lote Permite transmitir (upload) arquivo de desenquadramento em lote de optantes pelo Simei.
USUÁRIOS	Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**EVENTOSRFB**
APLICAÇÃO	Simples Nacional - Eventos e SIMEI - Eventos.
PRIVILÉGIOS	I - Simples Nacional - Eventos I.1 - Registro e alteração de Eventos Permite praticar eventos judiciais e administrativos, bem como consultas a histórico de eventos já praticados no Simples Nacional. I.2 - Exclusão em Lote Permite transmitir (upload) arquivo de exclusão em lote de optantes pelo Simples Nacional. I.3 - Liberação de Pendências Permite o acesso às funcionalidades dessa aplicação (colocar em análise, liberar e manter pendência, bem como desfazer os eventos registrados) pela RFB, na hipótese de indeferimento de opção pelo Simples Nacional por pendências com a União (RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN). II – Simei – EventosRFB I.1 - Registro e alteração de Eventos Permite praticar eventos judiciais e administrativos, bem como consultas a histórico de eventos já praticados no Simei. I.2 - Desenquadramento em Lote Permite transmitir (upload) arquivo de desenquadramento em lote de optantes pelo Simei.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**FISCAL-ENT**
APLICAÇÃO	Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso - Sefisc.
PRIVILÉGIO	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) registrar, alterar e consultar ação fiscal; b) gerar e cancelar ação fiscal filha; c) emitir Termos de Encerramento de Ação Fiscal e de Fiscalização Integrada; d) gerar AINF e consultar AINFs notificados; e) informar ciência e consultar processos de AINF; f) consultar DAS-Ainf; e g) consultar Tabelas de Domínio do SEFISC.
USUÁRIOS	Auditores-Fiscais efetivos, com competência legal para o exercício de fiscalização e lançamento de tributos, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**FISCAL-RFB**
APLICAÇÃO	Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso - Sefisc.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) realizar consultas individuais e gerenciais de ações fiscais; b) gerar e cancelar ação fiscal filha; c) gerar AINF e consultar AINFs notificados; d) informar ciência e consultar processos de AINF; e) consultar DAS-Ainf; e f) consultar Tabelas de Domínio do SEFISC.
USUÁRIOS	Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**GESTOR**
APLICAÇÃO	Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso - Sefisc.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) registrar, alterar e consultar ação fiscal; b) cancelar ação fiscal pai; c) realizar consultas gerenciais; d) gerar e cancelar ação fiscal filha; e) incluir, consultar e alterar registros nas Tabelas Básicas de entes federados – unidades e prazos; f) emitir Termo de Encerramento de Ação Fiscal e de Fiscalização Integrada; g) consultar AINFs notificados; h) informar ciência e consultar processos de AINF; i) consultar DAS-Ainf; j) consultar Tabelas de Domínio do SEFISC; k) gerar extrato de débitos e TEPDA; l) anexar documentos do PAF; e m) incluir ações fiscais em lote.
USUÁRIOS	a) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com competência legal para o exercício de fiscalização de tributos e informar eventos do contencioso, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências; e b) Procuradores da Fazenda Nacional, para fins de consulta de autos de infração lavrados e respectivos anexos, autorizados por seu chefe imediato.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**GESTORDTE**
APLICAÇÃO	Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional - DTE-SN.
PRIVILÉGIOS	Permite gerenciar modelo de mensagem no DTE-SN.
USUÁRIOS	Servidores da RFB autorizados pelo Secretário-Executivo do CGSN.

PERFIL	**GESTOR-RFB**
APLICAÇÃO	Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso - Sefisc.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) realizar consultas individuais e gerenciais de ações fiscais; b) realizar consultas individuais e gerenciais de AINFs; c) incluir, consultar e alterar registros nas Tabelas de Domínio do AINF; e d) consultar DAS-Ainf.
USUÁRIOS	Auditores-Fiscais da RFB em exercício na Coordenação-Geral de Fiscalização (COFIS) ou na Equipe Nacional de Integração das Administrações tributárias (Eniat).

PERFIL	**HABILITA**
APLICAÇÃO	Habilitação no Simples Nacional.
PRIVILÉGIOS	1. Permite ao representante do ente federado no cadastro do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), denominado "responsável pelo FPEM", alterar o usuário-mestre. 2. Permite ao usuário-mestre o acesso às seguintes funcionalidades: a) designar um novo usuário-mestre; b) cadastrar diretamente outros usuários ou, se preferir, cadastrar usuários-cadastradores; e c) atribuir perfis de acesso aos usuários-cadastradores e outros usuários. 3. Permite aos usuários-cadastradores o acesso às seguintes funcionalidades: a) cadastrar outros usuários, exceto cadastradores; e b) atribuir perfis de acesso a outros usuários, exceto cadastradores.
USUÁRIOS	Responsável pelo FPEM, usuário-mestre e usuário-cadastrador, observadas as disposições do art. 152 da Resolução CGSN nº 140, de 2018.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios. A definição e alteração de usuário-mestre observará, ainda, as demais disposições do art. 152 da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

PERFIL	**LIBERA**
APLICAÇÃO	Liberação de Pendências.
PRIVILÉGIOS	Permite a liberação de pendências fiscais de empresas nas verificações da Opção, antes do indeferimento, por meio da aplicação Dispensa de Verificação de Débitos.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**LIBPARCSN**
APLICAÇÃO	Libera Pedido de Parcelamento.
PRIVILÉGIOS	Permite a liberação de pedido de parcelamento do Simples Nacional e Simei.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**MHACONS**
APLICAÇÃO	Malha PGDAS-D.
PRIVILÉGIOS	Permite efetuar consultas Malha PGDAS-D (exceto de parâmetros).
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; e b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**MHAGESAUD**
APLICAÇÃO	Malha PGDAS-D.
PRIVILÉGIOS	Permite acesso à consulta de auditoria no Malha PGDAS-D.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**MHAGESENT**
APLICAÇÃO	Malha PGDAS-D.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) inserir/alterar e consultar os parâmetros de malha/alerta do ICMS ou do ISS, respeitada a competência de cada ente; e b) realizar demais consultas e reimpressão de documentos do seu ente.
USUÁRIOS	Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**MHAGESRFB**
APLICAÇÃO	Malha PGDAS-D.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) inserir/alterar e consultar os parâmetros de malha/alerta para Unidade Administrativa da RFB; e b) realizar demais consultas e reimpressão de documentos da sua unidade.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**MHAGESTOR**
APLICAÇÃO	Malha PGDAS-D.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) inserir/alterar os parâmetros de malha/alerta para todas as Unidades Administrativas da RFB e, excepcionalmente, alterar os parâmetros de malha dos entes federados (ICMS e ISS); e b) consultar todos os parâmetros de malha/alerta, seja da RFB ou entes federados, realizar demais consultas e reimpressão de documentos.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**MHATRATA**
APLICAÇÃO	Malha PGDAS-D.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) realizar o trabalho de malha, aceitando, rejeitando ou liberando o tributo/declaração, respeitada a competência de cada ente federado e RFB; e b) efetuar consultas (exceto de parâmetros) e reimpressão de documentos da sua unidade/ente.
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; e b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**PREPARADOR**
APLICAÇÃO	Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso - Sefisc.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) Cadastrar ciência de AINF; b) Cadastrar/desfazer e consultar eventos do contencioso de AINF; c) Consultar e emitir DAS-AINF; d) Gerar extrato de débitos e TEPDA; e) Consultar e anexar documentos de AINF notificado; e

	f) Realizar consulta gerencial de processos.
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; e b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**REVPERTSN**
APLICAÇÃO	Revisão do PERT-SN
PRIVILÉGIOS	Permite a revisão da consolidação dos pedidos de parcelamento no âmbito do Programa Especial de Regularização Tributária.
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**SUPORTE**
APLICAÇÃO	Suporte
PRIVILÉGIOS	Permite consultar e administrar informações gerenciais relativas à opção pelo Simples Nacional.
USUÁRIOS	Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência.

PERFIL	**TRANSFARQ**
APLICAÇÃO	Transferência de Arquivos.
PRIVILÉGIOS	Permite o acesso às seguintes funcionalidades: a) baixar (download) arquivos contendo informações cadastrais e fiscais de optantes pelo Simples Nacional e Simei, extraídas de declarações, documentos de arrecadação, do cadastro, de sistemas de cobrança, parcelamento e fiscalização; b) consultar as solicitações de download dos arquivos; e c) consultar informações sobre e-CNPJ cadastrado para baixa de arquivos.
USUÁRIOS	a) Servidores da RFB, definidos em Portaria da RFB, no âmbito de sua competência; e b) Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação do Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PERFIL	**TRANSMAQ**
APLICAÇÃO	Liberação de e-CNPJ para acesso ao ReceitanetBX.
PRIVILÉGIOS	Permite cadastrar certificado digital de pessoa jurídica (e-CNPJ) para que seja possível baixa de arquivos de forma automática.
USUÁRIOS	Servidores efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente cadastrados e habilitados diretamente por um cadastrador do ente federado na aplicação Habilitação no Simples Nacional, no âmbito de suas competências.
PARÂMETROS ADICIONAIS	Código do município, utilizado na tabela TOM, ou o código da UF (estado), de acordo com a atuação do usuário, para usuários dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PORTARIA CGSN/SE Nº 86, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Define os procedimentos para registro das fases e resultados do contencioso do Auto de Infração e Notificação Fiscal.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Regimento Interno do Comitê Gestor do Simples Nacional, aprovado pela Resolução CGSN nº 163, de 21 de janeiro de 2022, e tendo em vista o disposto nos §§ 7º e 8 º, do art. 121, da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Definir os procedimentos para registrar as fases e resultados do contencioso administrativo do Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF) emitido por meio do Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso (Sefisc), de que tratam os arts. 86 e 87 da Resolução CGSN nº 140, de 2018, conforme segue:

I - Na hipótese de AINF lavrado pela RFB, o registro será feito pelo Sief Processo, a exemplo dos demais processos da RFB, independentemente da fase processual;

II - Na hipótese de AINF lavrado por Estado, Distrito Federal ou Município, deverá ser utilizado, conforme o caso:

a) o aplicativo Sefisc-Contencioso no Portal do Simples Nacional para registro, pelo próprio ente federado, da apresentação de questionamento total de 1ª instância;

b) um dos formulários-padrão constantes dos Anexos a esta Portaria, para o ente federado informar à Equipe Nacional de Integração das Administrações Tributárias, a quem caberá efetuar o registro no Sefisc:

1. a apresentação de questionamento parcial de 1ª instância;
2. a apresentação de questionamento nas demais instâncias;
3. os resultados (decisões) de quaisquer instâncias;
4. a ocorrência de outras informações processuais que possam alterar a exigibilidade do crédito tributário.

§ 1º Os formulários previstos na alínea "b" do inciso II do caput deste artigo devem ser:

I - preenchidos com as informações necessárias, mantendo-se os formatos dos documentos das planilhas eletrônicas do BrOffice (extensão.ods) ou MsOffice (excel, extensão .xlsx), ou do editor de texto do MsOffice (word, extensão .docx);

II - assinados digitalmente por usuário do ente federado habilitado no perfil "Preparador" do Sefisc;

III - identificados por um nome de arquivo padronizado composto sequencialmente do:

a) Identificador do Ente: sigla da UF para Estados/DF e nome do Município_UF para Municípios;

b) Identificador do AINF: número do AINF sem formatação (somente dígitos);

c) Identificador do Evento:

Q1	Questionamento de 1ª Instância
Q2	Questionamento de 2ª Instância
Q3	Questionamento de 3ª Instância
R1	Revisão de Ofício
RA1	Resultado de Apreciação de 1ª Instância
RA2	Resultado de Apreciação de 2ª Instância
RA3	Resultado de Apreciação de 3ª Instância
OE.01.i	Outros Eventos - Ciência do Solidário
OE.02.i	Outros Eventos - Desistência do Questionamento
OE.03.i	Outros Eventos - Suspensão por Medida Judicial
OE.04.i	Outros Eventos - Reativar Cobrança
OE.05.i	Outros Eventos - Suspensão por Representação

Onde "i" representa um número sequencial para o mesmo tipo de evento referente ao mesmo AINF.

IV - encaminhados ao endereço eletrônico: simples08.contencioso@rfb.gov.br.

§ 2º Para a assinatura digital referida no inciso II do § 1º deverão ser utilizadas as funcionalidades disponibilizadas pelos próprios aplicativos do BrOffice e MsOffice.

§ 3º Não serão registrados no Sefisc formulários que não atendam às condições especificadas no § 1º deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

OLIELSON LOBATO JÚNIOR

ANEXO I

INFORMAR QUESTIONAMENTO/REVISÃO DE LANÇAMENT0
FORMULÁRIO ORIGINAL FORMULÁRIO CORRETIVO
ENTE
Ente Federado (Estado, DF ou Município)
Nome do Ente: (Nome)
PROCESSO
Número do Processo/COMPROT:
Número do AINF: CNPJ Matriz:
QUESTIONAMENTO (utilizar a extensão ..... _Q no nome do arquivo)
Data da Apresentação do Questionamento:
Instância Recorrida:
1ª Instância (Impugnação)
2ª Instância (Recurso Voluntário)
3ª Instância (Recurso Especial/Revisão ...)
Contribuinte Representante da Adm. Pública
Tipo de Questionamento:
Total (Obs.: questionamento total em 1ª Instância deve ser registrado pelo Ente Federado diretamente no aplicativo SEFISC-Contencioso no Portal do Simples Nacional)
Parcial (Obrigatório o preenchimento da TABELA-Informação do Questionamento Parcial/Revisão Lançamento)
SEM Pagamento da Parte NÃO Questionada
COM Pagamento da Parte NÃO Questionada
Data da arrecadação: Valor do pagamento:
Número do DAS:
REVISÃO DE LANÇAMENTO POR ATO DE OFÍCIO (utilizar a extensão ..... _R no nome do arquivo)
(Importante: obrigatório o preenchimento da TABELA-Informação do Questionamento Parcial/Revisão Lançamento)
Ato de Ofício: Data do Ato de Ofício:
Autoridade Responsável (cargo/UA):
Data da Ciência do Contribuinte:
TABELA - INFORMAÇÕES DO QUESTIONAMENTO PARCIAL (Q1, Q2 ou Q3)/REVISÃO DE LANÇAMENTO(R1)

DÉBITO ATUAL* (Original/Mantido) do AINF				QUESTIONADO/REVISTO		NÃO (QUESTIONADO/MANTIDO)	
Código	PA/EX	Valor Principal	% Multa	Valor Principal	% Multa	Valor Principal	% Multa

Obs.: Inserir linhas para informar todos os CTs (Consultar CTs no SEFISC-Contencioso/Consulta Processo/CT)
Q1 Parcial: Informar os CTs Originais lançados no AINF
Q2 Parcial: informar os valores mantidos na 1ª Instância (consultar CT-Itens Questionados em Impugnação)
Q3 Parcial do contribuinte: Informar os valores MANTIDOS na 2ª Instância (consultar CT-Itens Questionados em Rec. Voluntário)
Q3 Parcial do Representante da Adm. Pública: Informar os valores EXTINTOS na 2ª Instância (consultar CT-Itens Questionados em Rec. Voluntário)
R1: Informar os CTs Originais lançados no AINF

ANEXO II

INFORMAR RESULTADO DE APRECIAÇÃO
FORMULÁRIO ORIGINAL FORMULÁRIO CORRETIVO
ENTE
Ente Federado: (Estado, DF ou Município)
Nome do Ente: (Nome)
PROCESSO
Número do Processo/COMPROT:
Número do AINF: CNPJ Matriz:
RESULTADO DA APRECIAÇÃO
Data da Apreciação:
Ato Decisório:
Número:
Tipo: Acórdão Resolução Despacho Decisão Outros
Instância Recorrida:
1ªInstância
2ª Instância Resultado encerra a Fase Administrativa
3ª Instância Resultado encerra a Fase Administrativa
Contribuinte Representante da Adm. Pública
Resultado:
Questionamento Intempestivo
Questionamento Não Conhecido
Questionamento Não Provido
Questionamento Provido com Recurso de Ofício
Questionamento Provido em parte (Preencher TABELA-Apreciação Provida em Parte)
Com Recurso de Ofício
Somente extinção da multa de ofício
COM multa de mora SEM multa de mora
Lançamento nulo Sujeito a novo lançamento
Devolvido à instância inferior para novo julgamento
Data de Ciência do Contribuinte:
Data de Ciência do Procurador: (Para Provimento Total ou Parcial em RA2 ou RA3)
TABELA - INFORMAÇÕES DA APRECIAÇÃO PROVIDA EM PARTE

Débito QUESTIONADO* do AINF				Valor Extinto		Valor Mantido	
Código	PA/EX	Valor Principal	% Multa	Valor Principal	% Multa	Valor Principal	% Multa

*Obs.: Inserir linhas para informar todos os CTs Questionados (Consultar CT-Itens Questionados no SEFISC-Contencioso/Consulta Processo/Questionamento)
RA1: consultar CT-Itens Questionados em Impugnação
RA2: consultar CT-Itens Questionados em Recurso Voluntário
RA3 de Questionamento do Contribuinte: consultar CT-Itens Mantidos em Recurso Voluntário
RA3 Questionamento do Representante da Adm. Pública: consultar CT-Itens Extintos em Recurso Voluntário

ANEXO III

INFORMAR OUTROS EVENTOS
FORMULÁRIO ORIGINAL FORMULÁRIO CORRETIVO
ENTE
Ente Federado: (Estado, DF u Município)
Nome do Ente: (Nome)
PROCESSO
Número do Processo/COMPROT:
Número do AINF: CNPJ Matriz:
01. CIÊNCIA DO SOLIDÁRIO
CPF/CNPJ: Data:
Tipo de Ciência:
Pessoal Correio Fax Meio Eletrônico
Edital Email Outros

02. INFORMAR DESISTÊNCIA DO QUESTIONAMENTO
Data:
Instância Recorrida:
1ª Instância 2ª Instância 3ª Instância
03. INFORMAR SUSPENSÃO POR MEDIDA JUDICIAL
Data da Medida Judicial: Data da Análise:
Número da Ação Judicial: UF:
CT Suspensos: TOTAL PARCIAL (preencher a TABELA-Informação da Suspensão Parcial)
04. REATIVAR COBRANÇA (suspenso por medida judicial)
DEVEDOR (decisão DESFAVORÁVEL ao contribuinte)
EXTINTO (decisão FAVORÁVEL ao contribuinte)
Data da Publicação da Decisão: Ação Judicial:
05. INFORMAR SUSPENSÃO POR REPRESENTAÇÃO (Cancelamento do AINF por Ato de Ofício)
Data da Suspensão: Ato Decisório:
Motivação:
Sujeito a Novo Lançamento Número do AINF
TABELA - INFORMAÇÕES DA SUSPENSÃO PARCIAL POR MEDIDA JUDICIAL

Débito ATUAL* (Original/Mantido) do AINF				Valor SUSPENSO		Valor EXIGÍVEL	
Código	PA/EX	Valor Principal	% Multa	Valor Principal	% Multa	Valor Principal	% Multa

Obs.: Inserir linhas para informar a nova situação de todos CTs atuais do Processo (Consultar CTs no SEFISC-Contencioso/Consulta Processo/CT)

PORTARIA CGSN/SE Nº 87, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Define procedimentos para substituição do usuário-mestre dos entes federados para acesso à base de dados do Simples Nacional.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Regimento Interno do Comitê Gestor do Simples Nacional, aprovado pela Resolução CGSN nº 163, de 21 de janeiro de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 152 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º A substituição do "usuário-mestre", quando por questões circunstanciais não for possível a utilização da aplicação Habilitação no Simples Nacional, de que trata o perfil HABILITA do Anexo Único da Portaria CGSN/SE nº 85, de 31 da outubro de 2022, deverá ser oficiada diretamente ao Presidente do CGSN:

I - pelo titular do ente federativo; ou

II - pelo titular do órgão de administração tributária, hipótese em que deverá ser anexada cópia do ato designatório.

§ 1º No ofício a que se refere o caput deverá constar o nome completo, o cargo e o respectivo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do " usuário-mestre" designado.

§ 2º O ofício solicitando a substituição do "usuário-mestre" deverá estar acompanhado do formulário de cadastramento específico, cujo modelo está definido no Anexo Único desta Portaria, devidamente preenchido com os dados do substituto e assinado pelo novo "usuário-mestre" e pela autoridade designante.

Art. 2º Cabe à área de Tecnologia da Informação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil o cadastramento do substituto do usuário-mestre.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLIELSON LOBATO JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

CONTROLE DE ACESSO AOS SISTEMAS DO SIMPLES NACIONAL
FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DO "USUÁRIO-MESTRE"

Receita Federal | Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação | Comitê Gestor do Simples Nacional

Anexo ao Expediente _____ nº _____, de ___/___/___

I – SOLICITAÇÃO

( ) CADASTRAMENTO ( ) ATUALIZAÇÃO ( ) EXCLUSÃO
( ) BLOQUEIO ( ) DESBLOQUEIO

II - IDENTIFICAÇÃO DO NOVO USUÁRIO-MESTRE

NOME COMPLETO		CPF	
CARGO	TELEFONE (DDD/Nº/RAMAL)	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
LOCAL DE TRABALHO	CNPJ DO ENTE FEDERADO	TIPO DE USUÁRIO	DATA/ASSINATURA/CARIMBO

III - ESPECIFICAÇÃO DOS SISTEMAS E PERFIS

SISTEMA	PERFIL	PARÂMETRO ADICIONAL	INÍCIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	S/N
ENTES-SINAC-P	HABILITA				

IV - IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE (autoridade designante).

NOME COMPLETO		CPF
CARGO	TELEFONE (DDD/Nº/RAMAL)	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)
LOCAL DE TRABALHO	DATA/ASSINATURA/CARIMBO	

V - TERMO DE RESPONSABILIDADE (firmado pelo novo Usuário-Mestre)

Comprometo-me a:
a) acessar os sistemas e bases de dados do Simples Nacional somente por necessidade de serviço;
b) não revelar fora do âmbito profissional fato ou informação de qualquer natureza de que tenha conhecimentos por força de minhas atribuições, salvo em decorrência de decisão de autoridade competente na esfera administrativa ou judicial.
c) manter o necessário cuidado quando da exibição de dados em tela, impressos ou gravados em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas.
d) não me ausentar da estação de trabalho sem bloquear ou encerrar a sessão em uso do Sistema, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas; e
e) responder, em todas as instâncias, pelas consequências das ações ou omissões de minha parte que possam colocar em risco ou comprometer a utilização dos privilégios a que tenho acesso.
Em / / _____
Assinatura do Usuário

CAMPO "Anexo ao Expediente nº": Preencher com os dados da correspondência oficial encaminhada ao Presidente do CGSN.

Quadro I - SOLICITAÇÃO
Assinalar CADASTRAMENTO e ATUALIZAÇÃO.

Quadro II - IDENTIFICAÇÃO DO NOVO USUÁRIO-MESTRE
NOME: Preencher com o nome completo do usuário, constante no Cadastro de Pessoas Físicas
CPF: Preencher com o número do CPF do usuário.
CARGO: Preencher com o nome do cargo do usuário.
TELEFONE: Preencher com o número do telefone do usuário, contendo código de área e o ramal, se for o caso.
ENDEREÇO ELETRÔNICO - Preencher com o endereço de correio eletrônico do usuário.
LOCAL DE TRABALHO: Órgão de lotação do usuário.
CNPJ DO ÓRGÃO DE ORIGEM: Preencher com o CNPJ do ente federado cadastrado no Fundo de Participação de Estados e Municípios (FPEM).
TIPO USUÁRIO: Preencher com "Cadastrador Parcial".
CARIMBO/DATA/ASSINATURA: O solicitante deve datar e assinar o formulário.

Quadro III - ESPECIFICAÇÃO DOS SISTEMAS E PERFIS
Coluna SISTEMA: Preencher com "ENTES-SINAC-P".
Coluna PERFIL: Preencher com "HABILITA".
Coluna PAR. ADICIONAL: NÃO PREENCHER
Coluna INÍCIO DA VIGÊNCIA: NÃO PREENCHER
Coluna FIM DA VIGÊNCIA: NÃO PREENCHER.
Coluna S/N: NÃO PREENCHER.

Quadro IV - IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE (autoridade designante)
NOME: Preencher com o nome completo do solicitante, ou seja, do titular do ente federado
CPF: Preencher com o CPF do solicitante.
CARGO: Preencher com o nome do cargo do solicitante.
TELEFONE: Preencher com o número do telefone do solicitante, contendo código de área e o ramal, se for o caso.
ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) - Preencher com o endereço de correio eletrônico do solicitante.
LOCAL DE TRABALHO: Órgão de lotação do solicitante.
CARIMBO/DATA/ASSINATURA: O solicitante deve datar e assinar o formulário.

Quadro V - TERMO DE RESPONSABILIDADE (novo usuário-mestre)
O usuário deve ler atentamente o Termo de Responsabilidade, datá-lo e assiná-lo.

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 100, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101532/2022-58, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON ONE	R$ 5,00 / vintena	326.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 101, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101533/2022-01, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON RED	R$ 5,00 / vintena	702.000
5) Cigarro	Slims 98mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 102, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101534/2022-47, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON SLIMS BLUE	R$ 5,00 / vintena	502.000
5) Cigarro	Slims 98mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 103, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101540/2022-02, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL KRETEK	R$ 5,00 / vintena	1.020.000
5) Cigarro	King Size Slims 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 104, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101541/2022-49, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL YELLOW SFP	R$ 5,00 / vintena	116.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 105, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101542/2022-93, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL COMPACT PREMIUM	R$ 5,00 / vintena	152.000
5) Cigarro	King Size Slims 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 106, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101543/2022-38, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL BLUE SFP	R$ 5,00 / vintena	251.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 107, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101544/2022-82, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Turquia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
CAMEL COMPACT	R$ 5,00 / vintena	751.000
5) Cigarro	King Size Slims 83mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 108, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101546/2022-71, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DJARUM BLACK MENTHOL	R$ 5,50 / vintena	1.520.000
5) Cigarro	King Size 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 109, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101547/2022-16, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DJARUM BLACK	R$ 5,50 / vintena	520.000
5) Cigarro	King Size 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 110, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0030-35.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 18220.101549/2022-13, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0030-35, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Indonésia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DJARUM LA MENTHOL	R$ 5,00 / vintena	360.000
5) Cigarro	King Size 85mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 111, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza exportação de cigarros pelo estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011, e tendo em vista o despacho exarado no Processo nº 18220.101609/2022-90, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., inscrito no CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a exportar cigarros, dispensadas as exigências de que tratam os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011, de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) Importador no Exterior	British American Tobacco Colômbia S.A.S., situada em Avenida Carrera 72, nº 80-94, Piso 9, Of 9001, Bogotá - Colômbia
2) País de destino dos produtos	Colômbia
2.1) Empresa de destino dos produtos	British American Tobacco Colômbia S.A.S., situada em Zona Franca CRA 106 N 15-25 BOD 1 Y 2, Bogotá - Colômbia
3) Características dos produtos	Cigarros em embalagem rígida com 20 unidades
4) Marca Comercial	Código de Barras
ROTHMANS DOUBLE CAPSULE RUBY	7702303138512
5) Unidade da RFB para iniciar o processo do Despacho de Exportação	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à comprovação referida no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 2011.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VINÍCIUS LARA DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 77, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 13033.745147/2021-20, DECLARA:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Thunder Capacidade de transporte: 12 (doze) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 23,8 m³ Marca/Fabricante: Neobus/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Ônibus urbano Versão: Torino Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500, 4.600, 4.800, 6.700, 6.900, 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Ônibus urbano Versão: Torino S Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500, 4.600, 4.800, 6.700, 6.900, 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare DV9L Capacidade de transporte: 29 (vinte e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare DW9 Capacidade de transporte: 28 (vinte e oito) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: FLY6 Capacidade de transporte: 19 (dezenove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 19,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare V8L Capacidade de transporte: 31 (trinta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 28,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare V9L Capacidade de transporte: 29 (vinte e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare W9C Capacidade de transporte: 28 (vinte e oito) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare WL Capacidade de transporte: 39 (trinta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 37,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2021/2021 e 2021/2022

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 78, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 13033.745139/2021-83, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Ônibus urbano Versão: Torino Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500, 4.600, 4.800, 6.700, 6.900, 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Ônibus urbano Versão: Torino S Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.500, 4.600, 4.800, 6.700, 6.900, 7.200 cm³ / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare DV9L Capacidade de transporte: 29 (vinte e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare DW9 Capacidade de transporte: 28 (vinte e oito) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)

Cilindradas: 4.801 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: FLY6 Capacidade de transporte: 19 (dezenove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 19,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare V8L Capacidade de transporte: 31 (trinta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 28,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare V9L Capacidade de transporte: 29 (vinte e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 29,2 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare W9C Capacidade de transporte: 28 (vinte e oito) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 30,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

Nome do veículo: Micro ônibus Versão: Volare WL Capacidade de transporte: 39 (trinta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 3.760 cm³ / Volume interno do habitáculo = 37,1 m³ Marca/Fabricante: Marcopolo/Volare Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 96, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 054/2015 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.748655/2022-96, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa PANASONIC DO BRASIL LIMITADA, CNPJ Nº 04.403.408/0001-65, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de Auto Rádio Toca Disco Digital a Laser, com capacidade instalada anual de 211.600 unidades aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 054/2015 de 16 de novembro de 2015, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2015, com término no ano-calendário 2024.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 97, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 055/2015 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.748642/2022-17, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa PANASONIC DO BRASIL LIMITADA, CNPJ Nº 04.403.408/0001-65, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de Placa de Circuito Impresso Montada, com capacidade instalada anual de 3.000.000 unidades aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 055/2015 de 16 de novembro de 2015, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2015, com término no ano-calendário 2024.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 98, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 056/2015 expedido pela SUDAM e no Processo nº 19614.748641/2022-72, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa PANASONIC DO BRASIL LIMITADA, CNPJ Nº 04.403.408/0001-65, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de Forno de Microondas, com capacidade instalada anual de 1.200.000 unidades aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 056/2015 de 16 de novembro de 2015, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2015, com término no ano-calendário 2024.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.015 - SRRF04/DISIT, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

ATIVIDADE DE TREINAMENTO E ENSINO. serviços não prestados nas dependências da contratante ou de terceiros por ela indicados. Desnecessidade de transferência de poder de comando/coordenação/supervisão, parcial ou total, sobre a mão de obra cedida, para a contratante. NÃO OCORRÊNCIA DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA. NÃO SUJEIÇÃO À RETENÇÃO DE QUE TRATA O ART. 31 DA LEI Nº 8.212, DE 1991.

Não configura cessão de mão de obra a atividade de treinamento e ensino executada na sede da empresa contratada. Nesse caso, a empresa contratada, em relação à prestação desses serviços de treinamento e ensino, não está sujeita a retenção de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991. Na cessão de mão de obra é necessário que os serviços sejam prestados nas dependências da contratante ou de terceiros por ela indicados. Porém, ainda que os serviços sejam prestados nas dependências da contratante ou de terceiros por ela indicados, essa condição, por si só, não é determinante para que ocorra a cessão de mão de obra. Para isso, é necessário, ainda, que a empresa contratada coloque seus trabalhadores à disposição da empresa contratante, para realizarem serviços contínuos, assim entendidos como os que atendem a uma necessidade permanente da contratante, o que deve ser analisado nos casos em concreto. Para a configuração da cessão de mão de obra é desnecessária a transferência de qualquer poder de comando/coordenação/supervisão, parcial ou total, sobre a mão de obra cedida. O elemento "colocação de mão de obra à disposição" se dá pelo estado da mão de obra de permanecer disponível para o contratante, nos termos pactuados.

Solução de consulta vinculada à Solução de Consulta nº 312 - Cosit, de 6 de novembro de 2014, e à Solução de Consulta nº 75 - Cosit, de 14 de junho de 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, caput; RPS, de 1999, art. 219, caput, e §§ 1º e 2º, XII; IN RFB nº 971, de 2009, arts. 115 e 118, X; e IN RFB nº 2.110, de 2022, arts. 108 e 112, X.

Assunto: Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

A consulta não produz efeitos quando tiver por objetivo a prestação de assessoria jurídica pela RFB.

CONSULTA PARCIALMENTE INEFICAZ

Dispositivo Legal: inciso XIV do art. 27 da IN RFB nº 2.058, de 2021.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF-07ª/RFB Nº 149, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e o que consta no processo nº 10768.004585/2010-07, resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : PORTO SUDESTE DO BRASIL SA
CNPJ nº : 08.310.839/0001-38
Projeto : Terminal Portuário Porto Sudeste
Localização: município de Itaguaí/ RJ

Art 2º Fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo DRF/RJ 1 nº 488, de 21 de outubro de 2010.

Art. 3º O cancelamento de Habilitação implica o cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas, conforme Art. 588, § 6º da IN RFB nº 1.911/2019.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF-07ª/RFB Nº 150, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com

redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando ainda o que consta do processo nº 11707.720819/2019-74 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : : EÓLICA SDB C S A
CNPJ nº :: 29.591.504/0001-05
Projeto : EOL Serra a Babilônia C
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Localização: município de Morro do Chapéu - BA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - RJ1 n° 21, de 17/03/2020, publicado no DOU de 19/03/2020.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF-07ª/RFB Nº 151, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando ainda o que consta do processo nº 11707.720861/2019-95 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : : EÓLICA SDB ECO S A
CNPJ nº :: 30.062.736/0001-55
Projeto : EOL Serra a Babilônia E
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Localização: município de Morro do Chapéu - BA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - RJ1 n° 1, de 02/01/2020, publicado no DOU de 07/01/2020.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF-07ª/RFB Nº 153, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando ainda o que consta do processo nº 11707.720979/2019-13 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : : EÓLICA SDB ALFA S A
CNPJ nº :: 30.063.842/0001-53
Projeto : EOL Serra da Babilônia A S A
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Localização: município de Várzea Nova/BA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - RJ1 n° 143, de 29/11/2019, publicado no DOU de 05/12/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF-07ª/RFB Nº 154, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando ainda o que consta do processo nº 11707.721010/2019-60 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : : EÓLICA SDB B S A
CNPJ nº :: 29.527.877/0001-17
Projeto : EOL Serra a Babilônia B
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Localização: município de Morro do Chapéu - BA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - RJ1 n° 155, de 18/12/2019, publicado no DOU de 19/12/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF-07ª/RFB Nº 155, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando ainda o que consta do processo nº 12448.731943/2019-26 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : : EÓLICA SDB D S A
CNPJ nº :: 30.062.725/0001-75
Projeto : EOL Serra a Babilônia D
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Localização: município de Morro do Chapéu - BA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - RJ1 n° 23, de 01/04/2020, publicado no DOU de 06/04/2020.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF-07ª/RFB Nº 152, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando ainda o que consta do processo nº 11707.720967/2019-99 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : : EÓLICA SDB F S A
CNPJ nº :: 30.234.798/0001-05
Projeto : EOL Serra da Babilônia F
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Localização: município de Morro do Chapéu - BA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - RJ1 n° 156, de 19/12/2019, publicado no DOU de 23/12/2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/VCP Nº 15, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Cancela e inclui inscrições no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU na mesma data, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, publicado no DOU em 06 de fevereiro de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU em 16 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Canceladas, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
	ADRIANA MATOS LIMA	398.078.158-51	10831.720480/2022-13
	GUILHERME SILVA OLIVEIRA	436.752.678-06	10831.720397/2022-44
8A.16.091	LUCIANO DE FIGUEIREDO	265.969.818-00	10831.720410/2022-65
8A.14.608	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS	182.745.678-70	10831.720399/2022-33

Art. 2º Incluídas, no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
ADRIANA MATOS LIMA	398.078.158-51	10831.720480/2022-13
GUILHERME SILVA OLIVEIRA	436.752.678-06	10831.720397/2022-44
LUCIANO DE FIGUEIREDO	265.969.818-00	10831.720410/2022-65
LUIZ EDUARDO DOS SANTOS	182.745.678-70	10831.720399/2022-33

Art. 3º Incluída, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
THAMIRES DE FATIMA VIEIRA DOS SANTOS GRACIANO	357.213.808-61	10831.720428/2022-67

Art. 4º Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012.

Art. 5º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

PORTARIA ALF/STS N° 123, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga a Portaria ALF/STS n° 175, de 21 de dezembro de 2017.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso de suas atribuições previstas no art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o teor do acórdão de apelação exarado em 10 de outubro de 2022 pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região nos autos do Processo n° 5003617-83.2017.4.03.6104, resolve:

Art. 1° Fica revogada a Portaria ALF/STS n° 175, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICHARD FERNANDO AMOEDO NEUBARTH

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA N° 58, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 9432 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Transportador, CONEXAO MARITIMA - SERVICOS LOGISTICOS S.A., inscrição no CNPJ sob nº 08.473.312/0001-24.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA N° 59, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 9431 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Depositário, CONEXAO MARITIMA - SERVICOS LOGISTICOS S.A., inscrição no CNPJ sob nº 08.473.312/0001-24.

Art. 2º Esta concessão se restringe ao CNPJ do estabelecimento referenciado no Art. 1o.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA N° 60, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 10933 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, Importador, Exportador, TRAMONTINA TEEC S/A., inscrição no CNPJ sob nº 01.554.846/0001-36.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA N° 61, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 10632 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, Importador, Exportador, TRAMONTINA SA CUTELARIA, inscrição no CNPJ sob nº 90.050.238/0001-14.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA N° 62, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 10636 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, Importador, Exportador, TRAMONTINA FARROUPILHA SA INDUSTRIA METALURGICA, inscrição no CNPJ sob nº 87.834.883/0001-13.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 9.539, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios da Infraestrutura, do Trabalho e Previdência, e da Cidadania, no valor de R$ 45.785.479,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização constante do art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, nos Ministérios da Infraestrutura, do Trabalho e Previdência, e da Cidadania, no valor de R$ 45.785.479,00 (quarenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								705.413
	Projetos								
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							705.413
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							705.413
			F	4-INV	2	90	0	100	705.413
TOTAL - FISCAL									705.413
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									705.413

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								6.000.000
	Atividades								
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							6.000.000
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							6.000.000
			F	4-INV	2	90	0	129	6.000.000
3006	Transporte Terrestre e Trânsito								3.500.000
	Atividades								
3006 21DO	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida	26 125							3.500.000
3006 21DO 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida - Nacional	26 125							3.500.000
			F	4-INV	2	90	0	174	3.500.000
TOTAL - FISCAL									9.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								500.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							500.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							500.000
			F	3-ODC	2	90	0	129	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								6.415.279
	Atividades								
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							6.415.279
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							6.415.279
			F	4-INV	2	90	0	100	6.415.279
3005	Transporte Aquaviário								21.878.295
	Atividades								
3005 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 784							21.878.295
3005 219Z 6033	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia	26 784							20.677.768
			F	4-INV	2	90	0	100	19.810.982
			F	4-INV	2	90	0	111	866.786
3005 219Z 6035	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Parnaíba	26 784							121.900
			F	4-INV	2	90	0	100	121.900
3005 219Z 6040	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Paraná	26 784							1.078.627
			F	4-INV	2	90	0	100	218.745
			F	4-INV	2	90	0	111	859.882
TOTAL - FISCAL									28.293.574
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.293.574

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3004	Aviação Civil								1.000.000
	Atividades								
3004 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	26 125							1.000.000
3004 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional	26 125							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	180	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno								1.251.158
	Atividades								
2213 20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	11 125							1.251.158

2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional	11 125	F	4-INV	2	90	0	136	1.251.158 1.251.158
TOTAL - FISCAL									1.251.158
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.251.158

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.080.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	09 122							1.080.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	09 122							1.080.000
			S	4-INV	2	90	0	188	1.080.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.080.000
TOTAL - GERAL									1.080.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno								2.900.000
	Atividades								
2213 4741	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	11 126							2.900.000
2213 4741 0001	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego - Nacional	11 126							2.900.000
			S	4-INV	2	90	0	180	2.900.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.900.000
TOTAL - GERAL									2.900.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5026	Esporte								2.000
	Atividades								
5026 211Z	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem	27 811							2.000
5026 211Z 0001	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem - Nacional	27 811							2.000
			F	4-INV	2	90	0	118	2.000
5035	Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas								553.334
	Atividades								
5035 21DQ	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas	08 244							553.334
5035 21DQ 0001	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas - Nacional	08 244							553.334
			S	3-ODC	2	90	0	153	553.334
TOTAL - FISCAL									2.000
TOTAL - SEGURIDADE									553.334
TOTAL - GERAL									555.334

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								705.413
	Projetos								
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							705.413
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							705.413
			F	3-ODC	2	90	0	100	705.413
TOTAL - FISCAL									705.413
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									705.413

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								6.000.000
	Atividades								
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							6.000.000
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							6.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	129	6.000.000
3006	Transporte Terrestre e Trânsito								3.500.000
	Atividades								
3006 21DO	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida	26 125							3.500.000

3006 21DO 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida - Nacional	26 125	F	3-ODC	2	90	0	174	3.500.000 3.500.000
TOTAL - FISCAL									9.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								500.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							500.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							500.000
			F	4-INV	2	90	0	129	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								6.415.279
	Atividades								
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							6.415.279
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							6.415.279
			F	3-ODC	2	90	0	100	6.415.279
3005	Transporte Aquaviário								21.878.295
	Atividades								
3005 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 784							21.878.295
3005 219Z 6033	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia	26 784							20.677.768
			F	3-ODC	2	90	0	100	19.810.982
			F	3-ODC	2	90	0	111	866.786
3005 219Z 6035	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Parnaíba	26 784							121.900
			F	3-ODC	2	90	0	100	121.900
3005 219Z 6040	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Paraná	26 784							1.078.627
			F	3-ODC	2	90	0	100	218.745
			F	3-ODC	2	90	0	111	859.882
TOTAL - FISCAL									28.293.574
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.293.574

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3004	Aviação Civil								1.000.000
	Atividades								
3004 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	26 125							1.000.000
3004 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional	26 125							1.000.000
			F	4-INV	2	90	0	180	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno								1.251.158
	Atividades								
2213 20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	11 125							1.251.158
2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional	11 125							1.251.158
			F	3-ODC	2	90	0	136	1.251.158
TOTAL - FISCAL									1.251.158
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.251.158

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.080.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	09 122							1.080.000

0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	09 122	S	3-ODC	2	90	0	188	1.080.000 1.080.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.080.000
TOTAL - GERAL									1.080.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno								2.900.000
	Atividades								
2213 4741	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	11 126							2.900.000
2213 4741 0001	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego - Nacional	11 126	S	3-ODC	2	90	0	180	2.900.000 2.900.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.900.000
TOTAL - GERAL									2.900.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5026	Esporte								2.000
	Atividades								
5026 211Z	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem	27 811							2.000
5026 211Z 0001	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem - Nacional	27 811	F	3-ODC	2	90	0	118	2.000 2.000
5035	Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas								553.334
	Atividades								
5035 21DQ	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas	08 244							553.334
5035 21DQ 0001	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Auxílio Brasil e de Articulação com Outras Políticas Públicas - Nacional	08 244	S	4-INV	2	90	0	153	553.334 553.334
TOTAL - FISCAL									2.000
TOTAL - SEGURIDADE									553.334
TOTAL - GERAL									555.334

PORTARIA SETO/ME Nº 9.540, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$ 478.575.220,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, inciso III, alíneas "c", e "i", item 1, e § 3º, da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e do art. 42, § 2º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R$ 478.575.220,00 (quatrocentos e setenta e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								5.700.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	12 122							200.000
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	12 122	F	3-ODC	2	90	8	100	200.000 200.000
0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	12 122							2.500.000
0032 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional	12 122	F	3-ODC	2	90	8	100	2.500.000 2.500.000
0032 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	12 571							3.000.000
0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional	12 571	F	3-ODC	2	50	8	142	3.000.000 3.000.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								29.441.581
	Projetos								
5013 15R3	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							12.266.018
5013 15R3 0001	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional	12 364	F F	4-INV 4-INV	2 2	90 90	8 8	100 342	10.458.698 1.807.320
	Operações Especiais								
5013 00P1	Apoio à Residência em Saúde	12 364							17.175.563
5013 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional	12 364							17.175.563

			S	3-ODC	2	90	8	100	17.175.563
TOTAL - FISCAL									17.966.018
TOTAL - SEGURIDADE									17.175.563
TOTAL - GERAL									35.141.581

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
6016	Educação Especial								800.000
	Atividades								
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	12 367							800.000
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	12 367							800.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.660.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.660.000
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	12 364							1.660.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	160.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.660.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.660.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.000.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.000.000
5013 8282 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas	12 364							3.000.000
			F	4-INV	2	90	8	342	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.454.600
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							54.600
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	12 364							54.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	54.600
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.400.000
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	12 364							1.400.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.400.000
TOTAL - FISCAL									1.454.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.454.600

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.091.337
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.091.337
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	12 364							1.091.337
			F	3-ODC	2	90	8	100	277.288
			F	3-ODC	2	90	8	150	814.049
TOTAL - FISCAL									1.091.337
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.091.337

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								3.438
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							3.438
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							3.438
			F	3-ODC	2	50	0	100	3.438
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								28.290
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							28.290
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	12 364							28.290
			F	3-ODC	2	90	8	100	28.290
TOTAL - FISCAL									31.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								60.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							60.000
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro	12 128							60.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	60.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.500.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.500.000
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							1.500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.560.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								267.115
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							267.115
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							267.115
			F	3-ODC	2	90	8	150	267.115
TOTAL - FISCAL									267.115
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									267.115

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								5.309.873
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							5.309.873
5013 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	12 364							5.309.873
			F	3-ODC	2	90	8	350	1.000.000
			F	4-INV	2	90	8	100	3.777.876
			F	4-INV	2	90	8	150	531.997
TOTAL - FISCAL									5.309.873
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.309.873

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								53.622
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							53.622

0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco	12 128	F	3-ODC	2	90	8	100	53.622 53.622
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								7.485.099
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							7.485.099
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	12 364							7.485.099
			F	3-ODC	2	90	8	100	5.742.811
			F	3-ODC	2	90	8	150	800.000
			F	4-INV	2	90	8	100	942.288
TOTAL - FISCAL									7.538.721
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.538.721

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.500.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.500.000
5013 8282 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	12 364							3.500.000
			F	4-INV	2	90	8	150	1.500.000
			F	4-INV	2	90	8	188	2.000.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								20.743.485
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							20.743.485
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							20.743.485
			F	3-ODC	2	90	8	100	20.743.485
TOTAL - FISCAL									20.743.485
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.743.485

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								21.000
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							21.000
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							21.000
			F	3-ODC	2	50	0	150	21.000
TOTAL - FISCAL									21.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.125.171
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.125.171
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							3.125.171
			F	3-ODC	2	90	8	100	3.125.171
TOTAL - FISCAL									3.125.171
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.125.171

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								10.000
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							10.000
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							10.000
			F	3-ODC	2	80	0	150	10.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								390.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							390.000
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima	12 363							390.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	390.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.502.933
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.502.933
5013 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima	12 364							3.502.933
			F	3-ODC	2	90	8	100	3.452.516
			F	3-ODC	2	90	8	150	50.417
TOTAL - FISCAL									3.902.933
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.902.933

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								3.150
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							3.150
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							3.150
			F	3-ODC	2	50	0	100	3.150
TOTAL - FISCAL									3.150
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.150

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								430.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							430.000
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	12 364							430.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	430.000
TOTAL - FISCAL									430.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									430.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								8.751
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							1.438
0032 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais	12 122							1.438
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.438
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							7.313
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	12 128							7.313
			F	3-ODC	2	90	8	100	7.313
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								8.334
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							8.334
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							8.334
			F	3-ODC	2	50	0	100	8.334

5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.442.224
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.442.224
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							1.442.224
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.442.224
TOTAL - FISCAL									1.459.309
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.459.309

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.470.353
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							8.853
5012 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	12 363							8.853
			F	3-ODC	2	90	8	100	8.853
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.461.500
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	12 363							1.461.500
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.318.090
			F	4-INV	2	90	8	100	143.410
TOTAL - FISCAL									1.470.353
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.470.353

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								300.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							300.000
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							300.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.138.384
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.138.384
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	12 364							3.138.384
			F	3-ODC	2	90	8	100	2.474.702
			F	3-ODC	2	90	8	150	663.682
TOTAL - FISCAL									3.138.384
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.138.384

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.974.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.974.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							1.974.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.974.000
TOTAL - FISCAL									1.974.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.974.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								7.000
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							7.000

0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846	F	3-ODC	2	50	0	100	7.000 7.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.843.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							630.000
5013 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	630.000 630.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.213.000
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	2.213.000 2.213.000
TOTAL - FISCAL									2.850.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.850.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								5.514
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							5.514
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846	F	3-ODC	2	50	0	100	5.514 5.514
TOTAL - FISCAL									5.514
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.514

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.800.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.800.000
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	2.800.000 2.800.000
TOTAL - FISCAL									2.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.800.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								3.728
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							3.728
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846	F	3-ODC	2	50	0	100	3.728 3.728
TOTAL - FISCAL									3.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								713.543
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							102.013
5013 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	102.013 102.013
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							611.530
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	611.530 611.530
TOTAL - FISCAL									713.543
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									713.543

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								4.000.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							4.000.000
5013 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	12 364							4.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.662.976
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.662.976
5013 8282 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							3.662.976
			F	4-INV	2	90	8	100	3.662.976
TOTAL - FISCAL									3.662.976
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.662.976

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								13.440
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							13.440
0032 4572 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas	12 128							13.440
			F	3-ODC	2	90	8	100	13.440
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								687.950
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							687.950
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	12 364							687.950
			F	3-ODC	2	90	8	100	687.950
TOTAL - FISCAL									701.390
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									701.390

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								30.000
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							30.000
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							30.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								7.600.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							7.600.000

5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	7.600.000 4.600.000
			F	3-ODC	2	91	8	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									7.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.600.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								809.080
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							809.080
5013 8282 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	12 364							809.080
			F	4-INV	2	90	8	100	809.080
TOTAL - FISCAL									809.080
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									809.080

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.676.054
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.177.019
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							2.177.019
			F	3-ODC	2	90	8	100	500.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.677.019
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							499.035
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							499.035
			F	4-INV	2	90	8	100	499.035
TOTAL - FISCAL									2.676.054
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.676.054

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								5.000
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							5.000
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							5.000
			F	3-ODC	2	50	0	150	5.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								207.960
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							207.960
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí	12 363							207.960
			F	3-ODC	2	90	8	100	207.960
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								45.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							45.000
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	12 364							45.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	45.000
TOTAL - FISCAL									257.960
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									257.960

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								500.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							500.000
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	12 364							500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								6.500.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							6.500.000
5013 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe	12 364							6.500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	6.500.000
TOTAL - FISCAL									6.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.392.977
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.392.977
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							2.392.977
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.780.804
			F	3-ODC	2	90	8	180	612.173
TOTAL - FISCAL									2.392.977
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.392.977

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.083.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.083.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							1.083.000
			F	4-INV	2	90	8	342	1.083.000
TOTAL - FISCAL									1.083.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.083.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								200.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							200.000
0032 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá	12 128							200.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	200.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.000.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.000.000
5013 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	12 364							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais								45.500.000
	Atividades								
5014 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica	12 368							45.500.000
5014 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional	12 368							45.500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	41.200.000
			F	3-ODC	2	90	8	142	4.300.000
TOTAL - FISCAL									45.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								25.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	12 122							25.000.000
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	12 122							25.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	142	25.000.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								210.000.000
	Atividades								
5013 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	12 573							110.000.000
5013 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional	12 573							110.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	142	110.000.000
	Operações Especiais								
5013 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	12 364							100.000.000
5013 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional	12 364							100.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	142	100.000.000
5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais								8.000.000
	Atividades								
5014 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12 364							8.000.000
5014 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional	12 364							8.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	142	8.000.000
TOTAL - FISCAL									243.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									243.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.694.181
	Atividades								
5013 21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	12 302							1.694.181
5013 21D8 0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	12 302							1.694.181
			S	4-INV	2	90	8	163	1.645.000
			S	4-INV	2	90	8	363	49.181
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.694.181
TOTAL - GERAL									1.694.181

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								130.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	12 122							130.000
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	12 122							130.000
			F	4-INV	2	90	8	100	130.000
6015	Educação Infantil								3.197.419
	Operações Especiais								
6015 00OW	Apoio à manutenção da educação infantil	12 365							3.197.419
6015 00OW 0001	Apoio à manutenção da educação infantil - Nacional	12 365							3.197.419
			F	3-ODC	2	40	8	113	3.197.419
TOTAL - FISCAL									3.327.419
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.327.419

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								350.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							350.000
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	12 364							350.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								523.031
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							523.031

5013 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	12 364	F	4-INV	2	90	8	100	523.031
									523.031
TOTAL - FISCAL									523.031
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									523.031

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								148.550
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							148.550
5012 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	12 363							148.550
			F	4-INV	2	90	8	100	148.550
TOTAL - FISCAL									148.550
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									148.550

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								4.515.359
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							4.515.359
5012 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas	12 363							4.515.359
			F	3-ODC	2	90	8	100	4.515.359
TOTAL - FISCAL									4.515.359
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.515.359

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								709.686
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							709.686
5012 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará	12 363							709.686
			F	3-ODC	2	90	8	100	709.686
TOTAL - FISCAL									709.686
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									709.686

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								100.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							100.000
0032 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás	12 122							100.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	100.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								376.180
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							376.180
5012 20RG 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	12 363							376.180
			F	4-INV	2	90	8	100	376.180
TOTAL - FISCAL									476.180
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									476.180

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.544.789
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.544.789
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão	12 363							2.544.789
			F	3-ODC	2	90	8	100	2.544.789
TOTAL - FISCAL									2.544.789
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.544.789

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.524.029
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.031.839
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							1.031.839
			F	3-ODC	2	90	8	100	751.839
			F	3-ODC	2	90	8	150	280.000
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							492.190
5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							492.190
			F	3-ODC	2	90	0	100	242.190
			F	3-ODC	2	90	0	150	250.000
TOTAL - FISCAL									1.524.029
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.524.029

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								910.777
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							670.415
5012 20RG 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							670.415
			F	4-INV	2	90	8	100	670.415
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							240.362
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							240.362
			F	3-ODC	2	90	8	100	240.362
TOTAL - FISCAL									910.777
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									910.777

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.581.859
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.581.859
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							2.581.859
			F	4-INV	2	90	8	100	2.581.859
TOTAL - FISCAL									2.581.859
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.581.859

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.126.085
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.092.471
5012 20RG 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							1.092.471
			F	4-INV	2	90	8	100	1.015.316
			F	4-INV	2	90	8	363	77.155
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							33.614
5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							33.614
			F	4-INV	2	90	0	100	33.614
TOTAL - FISCAL									1.126.085
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.126.085

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								310.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							310.000

0032 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso	12 128	F	3-ODC	2	90	8	100	310.000 310.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								615.171
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							615.171
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	12 363	F	3-ODC	2	90	8	100	615.171 615.171
TOTAL - FISCAL									925.171
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									925.171

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								49.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							49.000
0032 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 128	F	3-ODC	2	90	8	100	49.000 49.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.256.010
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.256.010
5012 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 363	F	3-ODC	2	90	8	100	2.256.010 2.206.010
			F	3-ODC	2	90	8	150	50.000
TOTAL - FISCAL									2.305.010
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.305.010

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.904.526
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							200.000
5012 20RG 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	200.000 200.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.704.526
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	12 363	F	3-ODC	2	90	8	100	2.704.526 2.704.526
TOTAL - FISCAL									2.904.526
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.904.526

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.350.362
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.350.362
5012 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	1.350.362 1.350.362
TOTAL - FISCAL									1.350.362
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.350.362

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								235.217
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							235.217
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	235.217 235.217
TOTAL - FISCAL									235.217
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									235.217

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								3.414.355
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.529.104
5012 20RG 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	12 363							2.529.104
			F	4-INV	2	90	8	100	2.529.104
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							885.251
5012 2994 0043	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	12 363							885.251
			F	3-ODC	2	90	0	100	885.251
TOTAL - FISCAL									3.414.355
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.414.355

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								525.719
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							525.719
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	12 363							525.719
			F	3-ODC	2	90	8	100	525.719
TOTAL - FISCAL									525.719
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									525.719

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								30.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							30.000
0032 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina	12 122							30.000
	Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3-ODC	2	90	8	100	30.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.470.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.470.000
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	12 363							2.470.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	2.420.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	50.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.684.254
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.684.254
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe	12 363							1.684.254
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.684.254
TOTAL - FISCAL									1.684.254
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.684.254

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.790.276
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.790.276
5012 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins	12 363							2.790.276
			F	3-ODC	2	90	8	100	757.884

			F	3-ODC	2	90	8	188	2.032.392
TOTAL - FISCAL									2.790.276
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.790.276

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								450.600
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							450.600
5012 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre	12 363							450.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	350.600
			F	4-INV	2	90	8	100	100.000
TOTAL - FISCAL									450.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.600

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.121.299
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.112.699
5012 20RG 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	12 363							1.112.699
			F	4-INV	2	90	8	100	1.112.699
5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	12 363							8.600
5012 21B3 0029	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado da Bahia	12 363							8.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	8.600
TOTAL - FISCAL									1.121.299
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.121.299

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								700.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							700.000
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	12 363							700.000
			F	3-ODC	2	90	8	350	500.000
			F	4-INV	2	90	8	100	200.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								500.000
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							500.000
5012 20RG 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	12 363							500.000
			F	4-INV	2	90	8	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.000.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.000.000
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí	12 363							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								10.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							10.000
0032 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná	12 122							10.000
	Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3-ODC	2	90	8	100	10.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								77.751
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							77.751
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná	12 363							77.751
			F	4-INV	2	90	8	100	74.051
			F	4-INV	2	90	8	181	3.700
TOTAL - FISCAL									87.751
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									87.751

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.000.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.000.000
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	12 363							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								11.327
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							11.327
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	12 363							11.327
			F	4-INV	2	90	8	100	11.327
TOTAL - FISCAL									11.327
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.327

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.098.356
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.098.356
5012 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo	12 363							2.098.356
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.098.356
			F	4-INV	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									2.098.356
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.098.356

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								36.567
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							36.567

5013 20GK 0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul	12 364	F	4-INV	2	90	8	181	36.567 36.567
TOTAL - FISCAL									36.567
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									36.567

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.665.260
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.665.260
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	12 364							2.665.260
			F	3-ODC	2	90	8	100	2.665.260
TOTAL - FISCAL									2.665.260
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.665.260

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								160.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							160.000
5013 20GK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste	12 364							160.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	160.000
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									160.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								750.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							750.000
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	12 364							750.000
			F	4-INV	2	90	8	100	750.000
TOTAL - FISCAL									750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									750.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								538.263
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							538.263
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	12 364							538.263
			F	3-ODC	2	90	8	100	538.263
TOTAL - FISCAL									538.263
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									538.263

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.300.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.300.000
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	12 364							2.300.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	2.300.000
TOTAL - FISCAL									2.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.300.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								100.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							100.000
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia	12 364							100.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26453 - Universidade Federal de Jataí
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								530.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							530.000
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	12 364							530.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	530.000
TOTAL - FISCAL									530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									530.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								250.000
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							250.000
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							250.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	250.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.000.000
	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							1.000.000
5013 4002 0020	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Nordeste	12 364							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.250.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								500.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							500.000
0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal	12 122							500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	500.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								14.174.000
	Operações Especiais								
5013 00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos	12 364							14.174.000
5013 00QC 0001	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - Nacional	12 364							14.174.000
			S	3-ODC	2	90	8	100	8.283.680
			S	3-ODC	2	90	8	342	5.890.320
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									14.174.000
TOTAL - GERAL									14.674.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	Educação Básica de Qualidade								50.000
	Atividades								
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368							50.000

5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	12 368	F	3-ODC	2	90	8	150	50.000 50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								160.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							160.000
0032 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste	12 128							160.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	160.000
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									160.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								39.600
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							39.600
0032 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia	12 122							39.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	39.600
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								15.000
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							15.000
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							15.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	15.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.400.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.400.000
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	12 364							1.400.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.400.000
TOTAL - FISCAL									1.454.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.454.600

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								265.976
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							265.976
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará	12 128							265.976
			F	3-ODC	2	90	8	100	265.976
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								114.049
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							16.500
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							16.500
			F	3-ODC	2	80	0	150	16.500
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							97.549
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							97.549
			F	3-ODC	2	50	0	150	97.549
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								711.312
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							711.312

5013 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará	12 364							711.312
			F	3-ODC	2	90	8	100	6.512
			F	3-ODC	2	90	8	150	700.000
			F	4-INV	2	90	8	100	4.800
TOTAL - FISCAL									1.091.337
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.091.337

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								31.728
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							31.728
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							31.728
			F	3-ODC	2	80	0	100	31.728
TOTAL - FISCAL									31.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.560.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							1.560.000
5013 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							1.560.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.560.000
TOTAL - FISCAL									1.560.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.560.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								140.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							140.000
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	12 128							140.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	140.000
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								127.115
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							63.283
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							63.283
			F	3-ODC	2	80	0	150	63.283
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							63.832
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							63.832
			F	3-ODC	2	50	0	150	63.832
TOTAL - FISCAL									267.115
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									267.115

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								90.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							90.000
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba	12 128							90.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	90.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								5.219.873
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.372.910
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	12 364							3.372.910
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.600.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	1.531.997

			F	4-INV	2	90	8	100	240.913
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							1.846.963
5013 4002 0025	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	12 364							1.846.963
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.846.963
TOTAL - FISCAL									5.309.873
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.309.873

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								45.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							45.000
0032 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco	12 122							45.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	45.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								6.693.721
	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							2.193.721
5013 4002 0026	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	12 364							2.193.721
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.193.721
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							4.500.000
5013 8282 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	12 364							4.500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	4.500.000
TOTAL - FISCAL									6.738.721
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.738.721

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.500.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.500.000
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	12 364							1.500.000
			F	4-INV	2	90	8	150	1.500.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.000.000
5013 8282 7037	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Rio Grande do Norte	12 364							2.000.000
			F	4-INV	2	90	8	188	2.000.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.743.485
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							1.743.485
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro	12 128							1.743.485
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.743.485
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								19.000.000
	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							19.000.000
5013 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							19.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	19.000.000
TOTAL - FISCAL									20.743.485
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.743.485

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								21.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							21.000

5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364	F	3-ODC	2	90	8	150	21.000 21.000
TOTAL - FISCAL									21.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								500.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							500.000
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro	12 128							500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	500.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.325.171
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							325.171
5013 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							325.171
			F	3-ODC	2	90	8	100	325.171
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							1.000.000
5013 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	12 364							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.825.171
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.825.171

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								10.603
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							10.603
0032 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima	12 128							10.603
			F	3-ODC	2	90	8	100	10.603
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								10.000
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							10.000
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							10.000
			F	3-ODC	2	50	0	150	10.000
5011	Educação Básica de Qualidade								124.127
	Atividades								
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368							124.127
5011 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima	12 368							124.127
			F	3-ODC	2	90	8	100	27.127
			F	3-ODC	2	90	8	150	25.000
			F	4-INV	2	90	8	100	72.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								679.539
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							679.539
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima	12 363							679.539
			F	4-INV	2	90	8	100	679.539
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.078.664
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							522.368
5013 20GK 0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima	12 364							522.368
			F	3-ODC	2	90	8	100	318.373
			F	3-ODC	2	90	8	150	25.417
			F	4-INV	2	90	8	100	178.578
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							517.568
5013 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima	12 364							517.568
			F	4-INV	2	90	8	100	517.568
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							570.993
5013 4002 0014	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Roraima	12 364							570.993
			F	3-ODC	2	90	0	100	570.993
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.467.735
5013 8282 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima	12 364							1.467.735
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.467.735
TOTAL - FISCAL									3.902.933
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.902.933

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.150
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.150
5013 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins	12 364							3.150
			F	3-ODC	2	90	8	100	3.150
TOTAL - FISCAL									3.150
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.150

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								130.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							130.000
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará	12 128							130.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	130.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								300.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							300.000
5013 20GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará	12 364							300.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	300.000
TOTAL - FISCAL									430.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									430.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.459.309
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							242.589
5013 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais	12 364							242.589
			F	3-ODC	2	90	8	100	242.589
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.216.720
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							1.216.720
			F	4-INV	2	90	8	100	1.216.720
TOTAL - FISCAL									1.459.309
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.459.309

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								139.908
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							139.908
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro	12 128							139.908
			F	3-ODC	2	90	8	100	139.908
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								26.298
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							7.000
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							7.000
			F	3-ODC	2	80	0	100	7.000
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							19.298
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							19.298
			F	3-ODC	2	50	0	100	19.298
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.304.147
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							554.147

5012 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	12 363	F	4-INV	2	90	8	100	554.147
									554.147
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							750.000
5012 2994 0033	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	12 363	F	3-ODC	2	90	0	100	750.000
									750.000
TOTAL - FISCAL									1.470.353
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.470.353

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								300.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							300.000
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	12 128	F	3-ODC	2	90	8	100	300.000
									300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								5.242
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							2.644
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846	F	3-ODC	2	80	0	100	2.644
									2.644
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							2.598
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846	F	3-ODC	2	50	0	100	2.598
									2.598
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.133.142
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							5.507
5013 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	5.507
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							663.682
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	12 364	F	4-INV	2	90	8	150	663.682
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							1.546.404
5013 4002 0041	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Paraná	12 364	F	3-ODC	2	90	0	100	1.546.404
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							917.549
5013 8282 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	12 364	F	4-INV	2	90	8	100	917.549
TOTAL - FISCAL									3.138.384
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.138.384

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								10.000
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							10.000
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846	F	3-ODC	2	80	0	100	10.000
									10.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.840.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.840.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	2.210.000
			F	4-INV	2	90	8	100	630.000
TOTAL - FISCAL									2.850.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.850.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								5.514
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							5.514
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							5.514
			F	3-ODC	2	80	0	100	5.514
TOTAL - FISCAL									5.514
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.514

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.800.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.800.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							2.800.000
			F	4-INV	2	90	8	100	2.800.000
TOTAL - FISCAL									2.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.800.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.728
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							3.728
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	12 364							3.728
			F	4-INV	2	90	8	100	3.728
TOTAL - FISCAL									3.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								713.543
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							713.543
5013 8282 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	12 364							713.543
			F	3-ODC	2	90	8	100	313.543
			F	4-INV	2	90	8	100	400.000
TOTAL - FISCAL									713.543
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									713.543

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								4.000.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							4.000.000
5013 8282 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	12 364							4.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.500.000
			F	4-INV	2	90	8	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								701.390

	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							701.390
5013 8282 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	12 364							701.390
			F	3-ODC	2	90	8	100	701.390
TOTAL - FISCAL									701.390
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									701.390

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								30.000
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							30.000
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							30.000
			F	3-ODC	2	80	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								4.600.000
	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							4.600.000
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							4.600.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	4.600.000
TOTAL - FISCAL									4.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.600.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								50.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							50.000
0032 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí	12 128							50.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	50.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								207.960
	Atividades								
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							207.960
5012 2994 0022	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí	12 363							207.960
			F	3-ODC	2	90	0	100	207.960
TOTAL - FISCAL									257.960
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									257.960

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								500.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							500.000
5013 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	12 364							500.000
			F	4-INV	2	90	8	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								6.500.000

	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							6.500.000
5013 4002 0028	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Sergipe	12 364							6.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	6.500.000
TOTAL - FISCAL									6.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								1.894
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							1.000
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							1.000
			F	3-ODC	2	80	0	100	1.000
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							894
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							894
			F	3-ODC	2	50	0	100	894
5012	Educação Profissional e Tecnológica								512.901
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							398.782
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							398.782
			F	3-ODC	2	90	8	100	398.782
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							114.119
5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							114.119
			F	3-ODC	2	90	0	100	114.119
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.878.182
	Atividades								
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							1.266.009
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							1.266.009
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.266.009
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							612.173
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	12 364							612.173
			F	4-INV	2	90	8	180	612.173
TOTAL - FISCAL									2.392.977
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.392.977

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.200.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							200.000
5013 20GK 0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá	12 364							200.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	200.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.000.000
5013 8282 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	12 364							1.000.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								30.200.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	12 122							15.400.000
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	12 122							15.400.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	4.000.000
			F	4-INV	2	90	8	100	11.400.000
0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	12 122							14.800.000
0032 20RH 0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal	12 122							14.800.000
			F	3-ODC	2	80	8	100	5.421.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	9.378.400

5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais								15.300.000
	Atividades								
5014 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica	12 368							4.300.000
5014 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional	12 368							4.300.000
			F	4-INV	2	30	8	142	4.300.000
5014 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12 364							10.000.000
5014 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional	12 364							10.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	10.000.000
5014 4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais	12 573							1.000.000
5014 4000 0001	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - Nacional	12 573							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	550.000
			F	4-INV	2	90	8	100	450.000
TOTAL - FISCAL									45.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	Educação Básica de Qualidade								246.000.000
	Atividades								
5011 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12 368							46.000.000
5011 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional	12 368							46.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	142	46.000.000
	Operações Especiais								
5011 00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	12 368							200.000.000
5011 00O0 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional	12 368							200.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	142	200.000.000
TOTAL - FISCAL									246.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									246.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.694.181
	Atividades								
5013 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	12 302							1.694.181
5013 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	12 302							1.694.181
			S	4-INV	2	90	8	163	1.645.000
			S	4-INV	2	90	8	363	49.181
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.694.181
TOTAL - GERAL									1.694.181

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								130.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							130.000
0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal	12 122							130.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	130.000
5011	Educação Básica de Qualidade								6.197.419
	Atividades								
5011 214V	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos	12 366							669.198
5011 214V 0001	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos - Nacional	12 366							669.198
			F	3-ODC	2	40	8	113	669.198
	Operações Especiais								
5011 00PH	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos	12 366							2.528.221
5011 00PH 0001	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos - Nacional	12 366							2.528.221
			F	3-ODC	2	90	8	113	2.528.221
5011 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	12 368							3.000.000
5011 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional	12 368							3.000.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	3.000.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								35.408.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							4.008.000
5013 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional	12 364							4.008.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	4.008.000
	Operações Especiais								
5013 0A12	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior	12 364							31.400.000

5013 0A12 0001	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior - Nacional	12 364	F	3-ODC	2	90	0	100	31.400.000 31.400.000
TOTAL - FISCAL									41.735.419
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.735.419

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								350.000
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							350.000
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia	12 364							350.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								23.031
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							23.031
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							23.031
			F	3-ODC	2	50	0	100	23.031
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								500.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							500.000
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	12 364							500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	500.000
TOTAL - FISCAL									523.031
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									523.031

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								148.550
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							148.550
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	12 363							148.550
			F	3-ODC	2	90	8	100	148.550
TOTAL - FISCAL									148.550
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									148.550

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								4.515.359
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							4.000.000
5012 20RG 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas	12 363							4.000.000
			F	4-INV	2	90	8	100	4.000.000
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							515.359
5012 2994 0013	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amazonas	12 363							515.359
			F	3-ODC	2	90	0	100	515.359
TOTAL - FISCAL									4.515.359
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.515.359

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								709.686
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							709.686
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará	12 128							709.686
			F	3-ODC	2	90	8	100	709.686
TOTAL - FISCAL									709.686
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									709.686

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								476.180
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							476.180
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	12 363							476.180
			F	3-ODC	2	90	8	100	476.180
TOTAL - FISCAL									476.180
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									476.180

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.500.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							1.500.000
0032 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão	12 128							1.500.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.500.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.044.789
	Atividades								
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							1.044.789
5012 2994 0021	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão	12 363							1.044.789
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.044.789
TOTAL - FISCAL									2.544.789
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.544.789

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								49.023
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							49.023
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	12 128							49.023
			F	3-ODC	2	90	8	100	49.023
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.475.006
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							700.023
5012 20RG 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							700.023
			F	4-INV	2	90	8	100	377.056
			F	4-INV	2	90	8	150	322.967
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							207.033
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							207.033
			F	4-INV	2	90	8	150	207.033
5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	12 363							497.950
5012 21B3 0031	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							497.950
			F	3-ODC	2	90	8	100	423.013
			F	4-INV	2	90	8	100	74.937
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							70.000

5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363	F	4-INV	2	90	0	100	70.000 70.000
TOTAL - FISCAL									1.524.029
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.524.029

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								235.019
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							235.019
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	12 128							235.019
			F	3-ODC	2	90	8	100	235.019
5012	Educação Profissional e Tecnológica								675.758
	Atividades								
5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	12 363							89.459
5012 21B3 0031	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							89.459
			F	3-ODC	2	90	8	100	89.459
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							586.299
5012 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							586.299
			F	3-ODC	2	90	0	100	586.299
TOTAL - FISCAL									910.777
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									910.777

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								45.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							45.000
0032 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais	12 122							45.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	45.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.536.859
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.536.859
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							2.536.859
			F	3-ODC	2	90	8	100	2.536.859
TOTAL - FISCAL									2.581.859
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.581.859

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								56.938
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							56.938
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	12 128							56.938
			F	3-ODC	2	90	8	100	52.538
			F	3-ODC	2	91	8	100	4.400
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.069.147
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.059.147
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							1.059.147
			F	3-ODC	2	90	8	100	974.378
			F	3-ODC	2	90	8	150	77.155
			F	3-ODC	2	91	8	100	7.614
5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	12 363							10.000
5012 21B3 0031	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado de Minas Gerais	12 363							10.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	10.000
TOTAL - FISCAL									1.126.085
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.126.085

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								4.012
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							4.012
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							4.012
			F	3-ODC	2	50	0	100	4.012
5012	Educação Profissional e Tecnológica								921.159
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							200.000
5012 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	12 363							200.000
			F	4-INV	2	90	8	100	200.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							310.000
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	12 363							310.000
			F	4-INV	2	90	8	100	310.000
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							411.159
5012 2994 0051	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	12 363							411.159
			F	4-INV	2	90	0	100	411.159
TOTAL - FISCAL									925.171
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									925.171

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								155.010
	Atividades								
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	12 131							155.010
0032 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 131							155.010
			F	3-ODC	2	90	8	100	155.010
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.100.000
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.100.000
5012 20RG 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	12 363							2.100.000
			F	4-INV	2	90	8	100	2.100.000
TOTAL - FISCAL									2.255.010
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.255.010

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								52.021
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							52.021
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará	12 128							52.021
			F	3-ODC	2	90	8	100	52.021
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.852.505
	Atividades								
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							2.852.505
5012 2994 0015	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará	12 363							2.852.505
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.852.505
TOTAL - FISCAL									2.904.526
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.904.526

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								107.800
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							107.800
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba	12 128							107.800
			F	3-ODC	2	90	8	100	107.800

5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.742.562
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.742.562
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	12 363							1.742.562
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.242.562
			F	3-ODC	2	90	8	150	500.000
TOTAL - FISCAL									1.850.362
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.850.362

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								215.217
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							215.217
0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco	12 128							215.217
			F	3-ODC	2	90	8	100	215.217
5012	Educação Profissional e Tecnológica								820.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							800.000
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	12 363							800.000
			F	3-ODC	2	90	8	150	800.000
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							20.000
5012 2994 0026	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	12 363							20.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									1.035.217
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.035.217

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								351.114
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							13.600
0032 216H 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul	12 122							13.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	13.600
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							337.514
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul	12 128							337.514
			F	3-ODC	2	90	8	100	337.514
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								1.183
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							1.183
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							1.183
			F	3-ODC	2	50	0	100	1.183
5012	Educação Profissional e Tecnológica								3.062.058
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							3.062.058
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	12 363							3.062.058
			F	3-ODC	2	90	8	100	3.031.432
			F	4-INV	2	90	8	100	30.626
TOTAL - FISCAL									3.414.355
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.414.355

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								3.564
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							3.564
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							3.564
			F	3-ODC	2	80	0	100	3.564

5012	Educação Profissional e Tecnológica								522.155
	Atividades								
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							522.155
5012 2994 0043	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	12 363							522.155
			F	3-ODC	2	90	0	100	522.155
TOTAL - FISCAL									525.719
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									525.719

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								150.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							150.000
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina	12 128							150.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	150.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.350.000
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.550.000
5012 20RG 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	12 363							1.550.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.550.000
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							800.000
5012 2994 0042	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	12 363							800.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								190.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							190.000
0032 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe	12 128							190.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	190.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.494.254
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							200.000
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe	12 363							200.000
			F	4-INV	2	90	8	100	200.000
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							1.294.254
5012 2994 0028	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Sergipe	12 363							1.294.254
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.294.254
TOTAL - FISCAL									1.684.254
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.684.254

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.790.276
	Atividades								
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							2.190.276
5012 20RG 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins	12 363							2.190.276
			F	4-INV	2	90	8	100	157.884
			F	4-INV	2	90	8	188	2.032.392
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							600.000
5012 2994 0017	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins	12 363							600.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									2.790.276
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.790.276

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								100.600
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							12.600
0032 216H 0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre	12 122							12.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	12.600
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							88.000
0032 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre	12 128							88.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	88.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica								350.000
	Atividades								
5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	12 363							50.000
5012 21B3 0012	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Acre	12 363							50.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	50.000
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							300.000
5012 2994 0012	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre	12 363							300.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									450.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.600

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								8.600
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							8.600
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia	12 128							8.600
			F	3-ODC	2	90	8	100	8.600
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.112.699
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.111.823
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	12 363							1.111.823
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.111.823
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							876
5012 2994 0029	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia	12 363							876
			F	3-ODC	2	90	0	100	876
TOTAL - FISCAL									1.121.299
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.121.299

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								200.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							200.000
0032 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás	12 128							200.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								500.000
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							500.000

5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	12 363	F	3-ODC	2	90	8	100	500.000 500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.000.000
	Atividades								
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							1.000.000
5012 2994 0022	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí	12 363							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								33.850
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							33.850
0032 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná	12 128							33.850
			F	3-ODC	2	90	8	100	33.850
5012	Educação Profissional e Tecnológica								53.901
	Atividades								
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							3.700
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná	12 363							3.700
			F	3-ODC	2	90	8	181	3.700
5012 21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	12 363							50.201
5012 21B3 0041	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica - No Estado do Paraná	12 363							50.201
			F	3-ODC	2	90	8	100	43.714
			F	4-INV	2	90	8	100	6.487
TOTAL - FISCAL									87.751
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									87.751

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.000.000
	Atividades								
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							1.000.000
5012 2994 0033	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	12 363							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								11.327
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							11.327
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina	12 128							11.327
			F	3-ODC	2	90	8	100	11.327
TOTAL - FISCAL									11.327
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.327

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

5012	Educação Profissional e Tecnológica								2.098.356
	Atividades								
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							2.098.356
5012 2994 0035	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo	12 363							2.098.356
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.098.356
TOTAL - FISCAL									2.098.356
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.098.356

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								36.567
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							36.567
5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	12 364							36.567
			F	3-ODC	2	90	8	150	36.567
TOTAL - FISCAL									36.567
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									36.567

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.029.951
	Atividades								
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							16.826
5013 20GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará	12 364							16.826
			F	3-ODC	2	90	8	100	16.826
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							963.125
5013 4002 0015	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Pará	12 364							963.125
			F	3-ODC	2	90	0	100	963.125
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.050.000
5013 8282 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	12 364							1.050.000
			F	4-INV	2	90	8	100	1.050.000
TOTAL - FISCAL									2.029.951
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.029.951

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								9.370
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							404
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							404
			F	3-ODC	2	80	0	100	404
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							8.966
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							8.966
			F	3-ODC	2	50	0	100	8.966
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								150.630
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							150.630
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	12 364							150.630
			F	3-ODC	2	90	8	100	150.630
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									160.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								750.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							750.000

5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	12 364	F	3-ODC	2	90	8	100	750.000 750.000
TOTAL - FISCAL									750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									750.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								36.499
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							36.499
0032 216H 0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará	12 122							36.499
			F	3-ODC	2	90	8	100	36.499
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								1.764
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							1.764
0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							1.764
			F	3-ODC	2	50	0	100	1.764
TOTAL - FISCAL									38.263
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									38.263

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.300.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.300.000
5013 8282 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	12 364							2.300.000
			F	4-INV	2	90	8	100	2.300.000
TOTAL - FISCAL									2.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.300.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								100.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							100.000
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	12 364							100.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26453 - Universidade Federal de Jataí
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								530.000
	Atividades								
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							530.000
5013 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	12 364							530.000
			F	4-INV	2	90	8	100	530.000
TOTAL - FISCAL									530.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									530.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								1.250.000
	Atividades								
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.250.000
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	12 364							1.250.000
			F	3-ODC	2	90	8	100	1.000.000
			F	4-INV	2	90	8	100	250.000
TOTAL - FISCAL									1.250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.250.000

PORTARIA SETO/ME Nº 9.541, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Ministério de Minas e Energia e na Dívida Pública Federal, no valor de R$ 1.002.709.299,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização constante do art. 42, § 1º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no Ministério de Minas e Energia e na Dívida Pública Federal, no valor de R$ 1.002.709.299,00 (um bilhão, dois milhões, setecentos e nove mil, duzentos e noventa e nove reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.293.700
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	25 122							1.293.700
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	25 122							1.293.700
			F	3-ODC	2	90	0	134	1.293.700
TOTAL - FISCAL									1.293.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.293.700

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								295.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	22 128							145.000
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	22 128							145.000
			F	3-ODC	2	90	0	142	145.000
	Projetos								
0032 125F	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	18 543							150.000
0032 125F 0042	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina	18 543							150.000
			F	4-INV	2	90	0	142	150.000
2218	Gestão de Riscos e de Desastres								250.000
	Atividades								
2218 20LA	Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres	22 127							250.000
2218 20LA 0001	Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres - Nacional	22 127							250.000
			F	4-INV	2	90	0	142	250.000
3002	Geologia, Mineração e Transformação Mineral								793.159
	Atividades								
3002 213Y	Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional	22 663							270.000
3002 213Y 0001	Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional - Nacional	22 663							270.000
			F	3-ODC	2	90	0	142	270.000
3002 2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	22 663							291.159
3002 2399 0001	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil - Nacional	22 663							291.159
			F	3-ODC	2	90	0	142	291.159
3002 2B51	Gestão e Disseminação da Informação Geológica	22 126							232.000
3002 2B51 0001	Gestão e Disseminação da Informação Geológica - Nacional	22 126							232.000
			F	4-INV	2	90	0	142	232.000
TOTAL - FISCAL									1.338.159
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.338.159

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3001	Energia Elétrica								77.440
	Atividades								
3001 20LI	Estudos para o Planejamento do Setor Energético	25 121							77.440
3001 20LI 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Energético - Nacional	25 121							77.440
			F	4-INV	2	90	0	100	77.440
TOTAL - FISCAL									77.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.440

ÓRGÃO: 75000 - Dívida Pública Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								1.000.000.000
	Operações Especiais								
0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28 843							1.000.000.000

0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional	28 843	F	2-JUR	0	90	0	148	1.000.000.000 1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.293.700
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	25 122							1.293.700
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	25 122							1.293.700
			F	4-INV	2	90	0	134	1.293.700
TOTAL - FISCAL									1.293.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.293.700

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								295.000
	Atividades								
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	22 128							145.000
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	22 128	F	4-INV	2	90	0	142	145.000 145.000
	Projetos								
0032 125F	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	18 543							150.000
0032 125F 0042	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina	18 543	F	3-ODC	2	90	0	142	150.000 150.000
2218	Gestão de Riscos e de Desastres								250.000
	Atividades								
2218 20LA	Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres	22 127							250.000
2218 20LA 0001	Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres - Nacional	22 127	F	3-ODC	2	90	0	142	250.000 250.000
3002	Geologia, Mineração e Transformação Mineral								793.159
	Atividades								
3002 213Y	Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional	22 663							270.000
3002 213Y 0001	Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional - Nacional	22 663	F	4-INV	2	90	0	142	270.000 270.000
3002 2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	22 663							291.159
3002 2399 0001	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil - Nacional	22 663	F	4-INV	2	90	0	142	291.159 291.159
3002 2B51	Gestão e Disseminação da Informação Geológica	22 126							232.000
3002 2B51 0001	Gestão e Disseminação da Informação Geológica - Nacional	22 126	F	3-ODC	2	90	0	142	232.000 232.000
TOTAL - FISCAL									1.338.159
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.338.159

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE
ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3001	Energia Elétrica								77.440
	Atividades								
3001 20LI	Estudos para o Planejamento do Setor Energético	25 121							77.440
3001 20LI 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Energético - Nacional	25 121	F	3-ODC	2	90	0	100	77.440 77.440
TOTAL - FISCAL									77.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.440

ÓRGÃO: 75000 - Dívida Pública Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								1.000.000.000
	Operações Especiais								
0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28 843							1.000.000.000
0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional	28 843	F	6-AMT	0	90	0	148	1.000.000.000 1.000.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000.000

PORTARIA SETO/ME Nº 9.542, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso V, do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores; e

Considerando a publicação da Portaria SETO/ME nº 9.130, de 17 de outubro de 2022, que, dentre outras alterações, remanejou dotações orçamentárias dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e da Infraestrutura; e da Advocacia-Geral da União para o Ministério da Economia, e a necessidade de compatibilização entre os limites de movimentação e empenho estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 10.961, de 2022, e alterações posteriores, e as dotações atualizadas (LOA + Créditos), resolve:

Art. 1º Adequar os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	733.000	733.000
39000	Ministério da Infraestrutura	0	0	2.500.000	2.500.000
63000	Advocacia-Geral da União	0	0	479.481	479.481
TOTAL		0	0	3.712.481	3.712.481

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
25000	Ministério da Economia	0	0	3.712.481	3.712.481
TOTAL		0	0	3.712.481	3.712.481

PORTARIA SETO/ME Nº 9.543, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Economia; da Justiça e Segurança Pública; da Infraestrutura; do Trabalho e Previdência; do Turismo; e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R$ 157.222.154,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, caput, incisos I, alínea "d", item "1", III, alíneas "a", item "2", e "i", item "1", IV e V, e § 3º, da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e no art. 42, § 2º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Economia; da Justiça e Segurança Pública; da Infraestrutura; do Trabalho e Previdência; do Turismo; e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R$ 157.222.154,00 (cento e cinquenta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								804.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	20 122							704.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	20 122							704.000
			F	3-ODC	2	90	0	174	704.000
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	20 122							100.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	20 122							100.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	100.000
1031	Agropecuária Sustentável								959.505
	Atividades								
1031 20Y1	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira	20 608							119.833
1031 20Y1 0001	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira - Nacional	20 608							119.833
			F	3-ODC	2	90	0	100	119.833
1031 210V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais	20 608							275.847
1031 210V 0001	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais - Nacional	20 608							275.847
			F	3-ODC	2	30	0	100	197.267
			F	4-INV	2	90	0	100	78.580
1031 21B6	Assistência Técnica e Extensão Rural	20 606							563.825
1031 21B6 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural - Nacional	20 606							563.825
			F	3-ODC	2	50	0	176	412.825
			F	4-INV	2	90	0	176	151.000
TOTAL - FISCAL									1.763.505
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.763.505

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.638.082
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	19 122							3.638.082
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19 122							3.638.082
			F	3-ODC	2	90	0	100	721.167
			F	4-INV	2	90	0	100	2.916.915
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								1.658.832
	Operações Especiais								
0910 00NQ	Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	28 846							1.500.000
0910 00NQ 0001	Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX - Nacional	28 846							1.500.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	1.500.000
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							158.832
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							158.832
			F	3-ODC	2	80	0	100	158.832
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento								2.377.223
	Atividades								
2204 20US	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico	19 571							1.432.223
2204 20US 0001	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico - Nacional	19 571							1.432.223
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.432.223
2204 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	19 571							445.000
2204 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional	19 571							445.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	445.000
2204 6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento	19 573							500.000
2204 6702 0001	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento - Nacional	19 573							500.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									7.674.137
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.674.137

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2207	Programa Espacial Brasileiro								1.086.329
	Atividades								
2207 20VB	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial	19 572							1.086.329
2207 20VB 0001	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial - Nacional	19 572							1.086.329
			F	3-ODC	2	90	0	100	88.525
			F	4-INV	2	90	0	100	997.804
TOTAL - FISCAL									1.086.329
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.086.329

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0999	Reserva de Contingência								195.135
	Operações Especiais								
0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	99 999							195.135
0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios	99 999							195.135
			F	9-RES	0	99	0	150	195.135
TOTAL - FISCAL									195.135
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									195.135

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5015	Justiça								4.043.746
	Atividades								
5015 2810	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	04 391							4.043.746
5015 2810 0001	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional - Nacional	04 391							4.043.746
			F	3-ODC	2	90	0	100	4.043.746
TOTAL - FISCAL									4.043.746
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.043.746

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								410.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	06 122							410.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	06 122							410.000
			F	3-ODC	2	90	0	174	410.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								3.500.000
	Operações Especiais								
0909 00QV	Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado	28 846							3.500.000
0909 00QV 0001	Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado - Nacional	28 846							3.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	174	3.500.000
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento								17.127.418
	Atividades								
5016 2723	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção	06 181							17.127.418
5016 2723 0001	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	06 181							17.127.418
			F	3-ODC	2	90	0	100	5.738.318
			F	3-ODC	2	90	0	174	11.389.100
TOTAL - FISCAL									21.037.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.037.418

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento								7.272.000
	Atividades								
5016 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	06 181							5.640.000
5016 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	06 181							5.640.000
			F	4-INV	2	90	0	100	5.640.000
	Projetos								
5016 155H	Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG	06 181							240.000
5016 155H 2762	Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG - No Município de Juiz de Fora - MG	06 181							240.000
			F	4-INV	2	90	0	100	240.000
5016 15UP	Construção da Delegacia de Ponta Porã/MS	06 181							1.392.000
5016 15UP 5258	Construção da Delegacia de Ponta Porã/MS - No Município de Ponta Porã - MS	06 181							1.392.000
			F	4-INV	2	90	0	100	1.392.000
TOTAL - FISCAL									7.272.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.272.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								70.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	14 122							70.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	14 122							70.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	70.000
0617	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas								1.771.360
	Atividades								
0617 21BO	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	14 423							1.771.360
0617 21BO 0001	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - Nacional	14 423							1.771.360
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.170.000
			F	4-INV	2	90	0	100	601.360
TOTAL - FISCAL									1.841.360
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.841.360

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								334.915
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							229.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							229.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	229.000
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	26 122							105.915
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	26 122							105.915

	Agente público beneficiado (unidade): 2		F	3-ODC	2	90	0	100	105.915
TOTAL - FISCAL									334.915
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									334.915

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								10.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							10.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							10.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	150	3.000.000
			F	4-INV	2	90	0	150	7.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3005	Transporte Aquaviário								826.650
	Atividades								
3005 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 784							826.650
3005 219Z 6034	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	26 784							826.650
			F	3-ODC	2	90	0	100	826.650
3006	Transporte Terrestre e Trânsito								67.763.936
	Atividades								
3006 2036	Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal	26 782							15.430.000
3006 2036 0001	Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal - Nacional	26 782							15.430.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	15.430.000
3006 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 782							48.568.869
3006 219Z 0010	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Norte	26 782							23.568.869
			F	4-INV	2	90	0	100	23.090.769
			F	4-INV	2	90	0	111	478.100
3006 219Z 0020	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Nordeste	26 782							15.000.000
			F	4-INV	2	90	0	100	15.000.000
3006 219Z 0040	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Sul	26 782							10.000.000
			F	4-INV	2	90	0	100	10.000.000
3006 2325	Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos	26 782							1.520.000
3006 2325 0001	Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos - Nacional	26 782							1.520.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.520.000
	Projetos								
3006 10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT	26 782							503.000
3006 10L1 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado de Mato Grosso	26 782							503.000
			F	4-INV	2	90	0	100	503.000
3006 13XG	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG	26 782							1.742.067
3006 13XG 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG - No Estado de Minas Gerais	26 782							1.742.067
			F	4-INV	2	90	0	100	1.742.067
TOTAL - FISCAL									68.590.586
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									68.590.586

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								9.529.941
	Atividades								
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	26 121							9.529.941
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	26 121							9.529.941
			F	3-ODC	2	90	0	100	7.565.603
			F	3-ODC	2	90	0	150	1.964.338
TOTAL - FISCAL									9.529.941
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.529.941

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.500.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							1.500.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							1.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	180	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								987.992
	Atividades								
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	26 121							987.992
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	26 121							987.992
			F	4-INV	2	90	0	180	987.992
3004	Aviação Civil								900.000
	Atividades								
3004 210F	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)	26 122							400.000
3004 210F 0001	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão) - Nacional	26 122							400.000
			F	3-ODC	2	90	0	129	100.000
			F	3-ODC	2	90	0	180	300.000
	Projetos								
3004 14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	26 781							500.000
3004 14UB 5083	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de São Borja - RS	26 781							500.000
			F	4-INV	2	90	0	180	500.000
TOTAL - FISCAL									1.887.992
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.887.992

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								44.551
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	09 122							44.551
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	09 122							44.551
			S	3-ODC	2	90	0	150	44.551
2214	Nova Previdência								1.500.000
	Atividades								
2214 2563	Gestão da Melhoria Contínua	09 665							1.500.000
2214 2563 0001	Gestão da Melhoria Contínua - Nacional	09 665							1.500.000
			S	3-ODC	2	90	0	150	1.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.544.551
TOTAL - GERAL									1.544.551

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								200.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	09 122							170.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	09 122							170.000
			S	4-INV	2	90	0	174	170.000
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	09 122							30.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	09 122							30.000
			S	3-ODC	2	90	0	174	30.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								294.000
	Atividades								
0032 4815	Funcionamento das Unidades Descentralizadas	11 122							294.000
0032 4815 0001	Funcionamento das Unidades Descentralizadas - Nacional	11 122							294.000
			S	3-ODC	2	90	0	180	294.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									294.000
TOTAL - GERAL									294.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								338.500
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	23 122							338.500

0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	23 122	F	3-ODC	2	90	0	100	338.500 338.500
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								3.200
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							3.200
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846	F	3-ODC	2	80	0	100	3.200 3.200
5025	Cultura								30.537
	Atividades								
5025 20ZG	Formulação e Gestão da Política Cultural	13 392							30.537
5025 20ZG 0001	Formulação e Gestão da Política Cultural - Nacional	13 392	F	3-ODC	2	90	0	100	30.537 30.537
TOTAL - FISCAL									372.237
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									372.237

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54202 - Fundação Casa de Rui Barbosa
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5025	Cultura								48.000
	Atividades								
5025 20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	13 391							48.000
5025 20ZH 0001	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional	13 391	F	3-ODC	2	90	0	100	48.000 48.000
TOTAL - FISCAL									48.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54203 - Fundação Biblioteca Nacional - BN
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.259.940
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							1.259.940
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	13 122							1.259.940
			F	3-ODC	2	90	0	100	681.966
			F	3-ODC	2	90	0	300	577.974
TOTAL - FISCAL									1.259.940
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.259.940

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.612.821
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							1.600.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122	F	3-ODC	2	90	0	100	1.600.000 1.600.000
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	13 128							12.821
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	13 128	F	3-ODC	2	90	0	100	12.821 12.821
5025	Cultura								341.000
	Atividades								
5025 211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	13 392							341.000
5025 211F 0001	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 392	F	3-ODC	2	90	0	100	341.000 341.000
TOTAL - FISCAL									1.953.821
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.953.821

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								64.137
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	13 122							64.137
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	13 122							64.137
	Agente público beneficiado (unidade): 5		F	3-ODC	2	90	0	100	64.137
TOTAL - FISCAL									64.137
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									64.137

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54208 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5025	Cultura								1.628.404
	Atividades								
5025 211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	13 392							1.628.404
5025 211F 0001	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 392							1.628.404
			F	3-ODC	2	90	0	100	461.513
			F	3-ODC	2	90	0	188	1.166.891
TOTAL - FISCAL									1.628.404
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.628.404

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.000.000
	Atividades								
0032 4907	Ouvidoria Geral do Ministério da Cidadania	04 125							2.000.000
0032 4907 0001	Ouvidoria Geral do Ministério da Cidadania - Nacional	04 125							2.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.000.000
5026	Esporte								8.350.000
	Atividades								
5026 20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	27 812							1.000.000
5026 20JP 0001	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - Nacional	27 812							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.000.000
5026 20YA	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	27 811							1.350.000
5026 20YA 0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional	27 811							1.350.000
			F	3-ODC	2	50	0	118	1.350.000
5026 218F	Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico	27 811							6.000.000
5026 218F 0001	Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico - Nacional	27 811							6.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	118	6.000.000
5027	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social								350.000
	Atividades								
5027 20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza	08 244							350.000
5027 20GG 0001	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza - Nacional	08 244							350.000
			S	3-ODC	2	50	0	153	250.000
			S	4-INV	2	50	0	153	100.000
5033	Segurança Alimentar e Nutricional								2.400.000
	Atividades								
5033 2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	08 244							2.400.000
5033 2792 0001	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - Nacional	08 244							2.400.000
			S	3-ODC	2	30	0	100	480.000
			S	3-ODC	2	90	0	151	700.000
			S	3-ODC	2	90	0	153	1.220.000
TOTAL - FISCAL									10.350.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.750.000
TOTAL - GERAL									13.100.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								150.000
	Atividades								
0032 6662	Formulação e Desenvolvimento de Políticas e Estratégias de Longo Prazo	04 122							150.000
0032 6662 0001	Formulação e Desenvolvimento de Políticas e Estratégias de Longo Prazo - Nacional	04 122							150.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								100.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	20 122							100.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	20 122							100.000
			F	4-INV	2	90	0	100	100.000

1031	Agropecuária Sustentável								1.387.658
	Atividades								
1031 210T	Promoção da Educação do Campo	20 363							563.825
1031 210T 0001	Promoção da Educação do Campo - Nacional	20 363							563.825
			F	3-ODC	2	90	0	176	563.825
1031 213F	Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União	20 608							704.000
1031 213F 0001	Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União - Nacional	20 608							704.000
			F	3-ODC	2	90	0	174	704.000
	Operações Especiais								
1031 0080	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	20 608							119.833
1031 0080 0001	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997) - Nacional	20 608							119.833
			F	3-ODC	2	90	0	100	119.833
1040	Governança Fundiária								275.847
	Atividades								
1040 21B7	Gestão e Operacionalização do Terra Brasil	21 631							275.847
1040 21B7 0001	Gestão e Operacionalização do Terra Brasil - Nacional	21 631							275.847
			F	3-ODC	2	30	0	100	197.267
			F	4-INV	2	90	0	100	78.580
TOTAL - FISCAL									1.763.505
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.763.505

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.709.000
	Atividades								
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	19 131							1.709.000
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	19 131							1.709.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.709.000
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento								4.179.781
	Atividades								
2204 20V7	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI	19 571							1.288.082
2204 20V7 0001	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional	19 571							1.288.082
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.156.691
			F	4-INV	2	90	0	100	131.391
2204 215L	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	19 571							1.508.989
2204 215L 0001	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Nacional	19 571							1.508.989
			F	3-ODC	2	90	0	100	845.568
			F	4-INV	2	90	0	100	663.421
2204 6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação	19 212							541.699
2204 6147 0001	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação - Nacional	19 212							541.699
			F	3-ODC	2	90	0	100	541.699
2204 6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento	19 573							841.011
2204 6702 0001	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento - Nacional	19 573							841.011
			F	3-ODC	2	90	0	100	434.110
			F	4-INV	2	90	0	100	406.901
TOTAL - FISCAL									5.888.781
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.888.781

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.061.552
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	19 122							2.061.552
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19 122							2.061.552
			F	4-INV	2	90	0	100	2.061.552
2207	Programa Espacial Brasileiro								160.133
	Projetos								
2207 7F40	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA	19 572							160.133
2207 7F40 0552	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA - No Município de Alcântara - MA	19 572							160.133
			F	3-ODC	2	90	0	100	160.133
TOTAL - FISCAL									2.221.685
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.221.685

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5011	Educação Básica de Qualidade								1.000.000
	Operações Especiais								
5011 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	12 368							1.000.000

5011 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional	12 368	F	3-ODC	2	90	8	100	1.000.000 1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								11.742.055
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	04 122							11.742.055
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	04 122							11.742.055
			F	3-ODC	2	90	0	100	8.692.055
			F	4-INV	2	90	0	100	3.050.000
5015	Justiça								1.496.263
	Atividades								
5015 20I7	Promoção da Política Nacional de Justiça	14 422							996.263
5015 20I7 0001	Promoção da Política Nacional de Justiça - Nacional	14 422							996.263
			F	3-ODC	2	30	0	100	49.000
			F	3-ODC	2	50	0	100	100.000
			F	3-ODC	2	80	0	100	98.200
			F	3-ODC	2	90	0	100	252.800
			F	3-ODC	2	90	0	174	496.263
5015 2334	Proteção e Defesa do Consumidor	14 422							500.000
5015 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	14 422							500.000
			F	3-ODC	2	80	0	100	15.475
			F	3-ODC	2	90	0	100	484.525
TOTAL - FISCAL									13.238.318
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.238.318

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								13.518
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	04 122							13.518
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	04 122							13.518
	Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3-ODC	2	90	0	100	13.518
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								30.228
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							30.228
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							30.228
			F	3-ODC	2	80	0	100	30.228
TOTAL - FISCAL									43.746
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									43.746

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								8.310.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	06 122							8.310.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	06 122							8.310.000
			F	3-ODC	2	90	0	174	3.910.000
			F	4-INV	2	90	0	174	4.400.000
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento								3.489.100
	Projetos								
5016 154T	Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF	06 181							3.489.100
5016 154T 0001	Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF - Nacional	06 181							3.489.100
			F	3-ODC	2	90	0	174	551.872
			F	4-INV	2	90	0	174	2.937.228
TOTAL - FISCAL									11.799.100
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.799.100

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento								7.272.000
	Projetos								
5016 15F9	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	06 181							7.272.000
5016 15F9 0001	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal - Nacional	06 181							7.272.000
			F	4-INV	2	90	0	100	7.272.000
TOTAL - FISCAL									7.272.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.272.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.841.360
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	14 122							1.771.360
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	14 122							1.771.360
			F	3-ODC	2	90	0	100	670.000
			F	4-INV	2	90	0	100	1.101.360
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	14 122							70.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	14 122							70.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	70.000
TOTAL - FISCAL									1.841.360
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.841.360

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								4.617.952
	Atividades								
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	26 121							4.617.952
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	26 121							4.617.952
			F	3-ODC	2	90	0	100	4.617.952
TOTAL - FISCAL									4.617.952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.617.952

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								5.246.904
	Atividades								
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	26 121							46.904
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	26 121							46.904
			F	4-INV	2	90	0	100	46.904
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							5.200.000
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							5.200.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	3.235.662
			F	3-ODC	2	90	0	150	1.964.338
TOTAL - FISCAL									5.246.904
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.246.904

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3006	Transporte Terrestre e Trânsito								10.000.000
	Atividades								
3006 21DO	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida	26 125							10.000.000
3006 21DO 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida - Nacional	26 125							10.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	150	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								39.935.729
	Atividades								
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	26 121							15.000.000
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	26 121							15.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	15.000.000
0032 218S	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura	26 122							9.000.000
0032 218S 0001	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura - Nacional	26 122							9.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	9.000.000
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	26 126							15.935.729
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	26 126							15.935.729
			F	3-ODC	2	90	0	100	15.935.729
3005	Transporte Aquaviário								11.704.857
	Atividades								
3005 20LO	Operação de Eclusas	26 784							8.166.917
3005 20LO 0001	Operação de Eclusas - Nacional	26 784							8.166.917
			F	3-ODC	2	90	0	100	8.166.917
3005 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 784							3.537.940
3005 219Z 6035	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Parnaíba	26 784							478.100
			F	3-ODC	2	90	0	111	478.100
3005 219Z 6040	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Paraná	26 784							860.580
			F	3-ODC	2	90	0	100	860.580
3005 219Z 6041	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Paraguai	26 784							2.199.260
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.199.260
3006	Transporte Terrestre e Trânsito								16.950.000
	Atividades								
3006 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 782							16.950.000
3006 219Z 0030	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Sudeste	26 782							16.950.000
			F	4-INV	2	90	0	100	16.950.000
TOTAL - FISCAL									68.590.586
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									68.590.586

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
3004	Aviação Civil								1.500.000
	Atividades								
3004 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	26 125							1.500.000
3004 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional	26 125							1.500.000
			F	4-INV	2	90	0	180	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								100.000
	Operações Especiais								
0909 00TW	Pagamento de Indenização à Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN	28 846							100.000
0909 00TW 1304	Pagamento de Indenização à Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN - No Município de São Gonçalo do Amarante - RN	28 846							100.000
			F	3-ODC	2	90	0	129	100.000
3004	Aviação Civil								1.787.992
	Atividades								
3004 20SW	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil	26 128							300.000
3004 20SW 0001	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil - Nacional	26 128							300.000
			F	3-ODC	2	90	0	180	300.000
	Projetos								
3004 14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	26 781							987.992
3004 14UB 2657	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Governador Valadares - MG	26 781							978.533
			F	4-INV	2	90	0	180	978.533
3004 14UB 4545	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Joaçaba - SC	26 781							9.459
			F	4-INV	2	90	0	180	9.459
3004 15UZ	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Fernando de Noronha/PE	26 781							500.000
3004 15UZ 1624	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Fernando de Noronha/PE - No Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE	26 781							500.000
			F	4-INV	2	90	0	180	500.000
TOTAL - FISCAL									1.887.992
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.887.992

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								44.551
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							44.551
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							44.551
			S	3-ODC	2	80	0	150	44.551
2214	Nova Previdência								1.500.000
	Atividades								
2214 2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	09 124							1.500.000
2214 2562 0001	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional	09 124							1.500.000
			S	3-ODC	2	90	0	150	1.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.544.551
TOTAL - GERAL									1.544.551

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2214	Nova Previdência								200.000
	Atividades								
2214 2592	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	09 125							200.000
2214 2592 0001	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Nacional	09 125							200.000
			S	3-ODC	2	90	0	174	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno								294.000
	Atividades								
2213 2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	11 332							194.000
2213 2553 0001	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional	11 332							194.000
			S	3-ODC	2	90	0	180	194.000
2213 2C43	Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	11 334							100.000
2213 2C43 0001	Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Nacional	11 334							100.000
			S	3-ODC	2	90	0	180	100.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									294.000
TOTAL - GERAL									294.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2223	A Hora do Turismo								338.500
	Atividades								
2223 218G	Gestão, Inovação e Inteligência Competitiva do Turismo	23 695							338.500
2223 218G 0001	Gestão, Inovação e Inteligência Competitiva do Turismo - Nacional	23 695							338.500
			F	3-ODC	2	90	0	100	338.500
5025	Cultura								1.793.677
	Atividades								
5025 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	13 392							577.974
5025 20ZF 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional	13 392							577.974
			F	3-ODC	2	90	0	300	577.974
5025 215G	Implementação da Política Nacional de Cultura Viva	13 392							681.966
5025 215G 0001	Implementação da Política Nacional de Cultura Viva - Nacional	13 392							681.966
			F	3-ODC	2	90	0	100	681.966
5025 219S	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia Criativa	13 392							500.000
5025 219S 0001	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia Criativa - Nacional	13 392							500.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	500.000
	Projetos								
5025 14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	13 392							33.737
5025 14U2 0001	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 392							33.737
			F	3-ODC	2	90	0	100	33.737
TOTAL - FISCAL									2.132.177
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.132.177

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54202 - Fundação Casa de Rui Barbosa
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5025	Cultura								48.000
	Atividades								
5025 20ZM	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	13 392							48.000
5025 20ZM 0001	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional	13 392							48.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	48.000
TOTAL - FISCAL									48.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								27.485
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	13 122							27.485
0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro	13 122							27.485
			F	3-ODC	2	90	0	100	27.485
5025	Cultura								1.926.336
	Atividades								
5025 20KH	Ações Integradas de Cultura e Educação	13 392							141.000
5025 20KH 0033	Ações Integradas de Cultura e Educação - No Estado do Rio de Janeiro	13 392							141.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	141.000
5025 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	13 392							1.785.336
5025 20ZF 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional	13 392							1.785.336
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.785.336
TOTAL - FISCAL									1.953.821
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.953.821

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								64.137
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							64.137
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							64.137
			F	3-ODC	2	90	0	100	64.137
TOTAL - FISCAL									64.137
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									64.137

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54208 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.205.891
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							1.166.891
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							1.166.891
			F	3-ODC	2	90	0	188	1.166.891
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	13 122							39.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	13 122							39.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	39.000
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								43.860
	Operações Especiais								
0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							43.860
0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							43.860
			F	3-ODC	2	80	0	100	43.860
5025	Cultura								378.653
	Atividades								
5025 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	13 392							154.837
5025 20ZF 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional	13 392							154.837
			F	3-ODC	2	90	0	100	28.719
			F	3-ODC	2	91	0	100	38.000
			F	4-INV	2	90	0	100	88.118
	Projetos								
5025 14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	13 392							223.816

5025 14U2 0001	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 392	F	4-INV	2	90	0	100	223.816 223.816
TOTAL - FISCAL									1.628.404
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.628.404

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania

UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5024	Atenção Integral à Primeira Infância								500.000
	Atividades								
5024 217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz	08 243							500.000
5024 217M 0001	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz - Nacional	08 243							500.000
			S	3-ODC	2	90	0	153	500.000
5026	Esporte								7.350.000
	Atividades								
5026 216T	Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento	27 811							1.350.000
5026 216T 0001	Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento - Nacional	27 811							1.350.000
			F	3-ODC	2	90	0	118	1.250.000
			F	4-INV	2	90	0	118	100.000
	Operações Especiais								
5026 00SL	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	27 812							6.000.000
5026 00SL 0001	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional	27 812							6.000.000
			F	4-INV	2	40	0	118	6.000.000
5027	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social								1.200.000
	Atividades								
5027 20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza	08 244							720.000
5027 20GG 0001	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza - Nacional	08 244							720.000
			S	3-ODC	2	90	0	153	720.000
5027 215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária	11 334							480.000
5027 215F 0001	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - Nacional	11 334							480.000
			F	3-ODC	2	30	0	100	480.000
5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)								700.000
	Atividades								
5031 8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	08 122							700.000
5031 8249 0001	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social - Nacional	08 122							700.000
			S	3-ODC	2	90	0	151	700.000
5033	Segurança Alimentar e Nutricional								350.000
	Atividades								
5033 20GD	Inclusão Produtiva Rural	08 244							350.000
5033 20GD 0001	Inclusão Produtiva Rural - Nacional	08 244							350.000
			S	3-ODC	2	90	0	153	350.000
5035	Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas								2.000.000
	Atividades								
5035 21DW	Processamento de Dados do Programa Auxílio Brasil - PAB	08 126							2.000.000
5035 21DW 0001	Processamento de Dados do Programa Auxílio Brasil - PAB - Nacional	08 126							2.000.000
			S	3-ODC	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									7.830.000
TOTAL - SEGURIDADE									4.270.000
TOTAL - GERAL									12.100.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica								195.135
	Operações Especiais								
0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	28 845							195.135
0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	28 845							195.135
			F	4-INV	1	90	0	100	195.135
TOTAL - FISCAL									195.135
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									195.135

PORTARIA SETO/ME Nº 9.544, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, na Presidência da República, no valor de R$ 960.000,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização constante do art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, na Presidência da República, no valor de R$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2206	Política Nuclear								160.000
	Atividades								
2206 2B27	Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro	04 122							160.000
2206 2B27 0001	Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro - Nacional	04 122							160.000
			F	4-INV	2	90	0	100	160.000
4002	Segurança Institucional								800.000
	Atividades								
4002 4693	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respectivos Familiares, e Outras Autoridades	04 122							800.000
4002 4693 0001	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respectivos Familiares, e Outras Autoridades - Nacional	04 122							800.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									960.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									960.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2206	Política Nuclear								160.000
	Atividades								
2206 2B27	Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro	04 122							160.000
2206 2B27 0001	Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro - Nacional	04 122							160.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	160.000
4002	Segurança Institucional								800.000
	Atividades								
4002 4693	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respectivos Familiares, e Outras Autoridades	04 122							800.000
4002 4693 0001	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respectivos Familiares, e Outras Autoridades - Nacional	04 122							800.000
			F	4-INV	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									960.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									960.000

PORTARIA SETO/ME Nº 9.591, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 2.621.987.796,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "c", item "3", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 2.621.987.796,00 (dois bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de incorporação de excesso de arrecadação, relativo a Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - M. Desenvolv. Regional
ANEXO — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno								524.397.559
	Operações Especiais								
0902 0534	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO)	28 846							524.397.559

0902 0534 0010	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO) - Na Região Norte	28 846							524.397.559
			F	5-IFI	0	90	0	101	524.397.559
TOTAL - FISCAL									524.397.559
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									524.397.559

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - M. Desenvolv. Regional

ANEXO — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno								524.397.559
	Operações Especiais								
0902 0029	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste	28 846							524.397.559
0902 0029 0050	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste - Na Região Centro-Oeste	28 846							524.397.559
			F	5-IFI	0	90	0	101	524.397.559
TOTAL - FISCAL									524.397.559
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									524.397.559

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - M. Desenvolv. Regional

ANEXO — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno								1.573.192.678
	Operações Especiais								
0902 0030	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste	28 846							786.596.338
0902 0030 0020	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste - Na Região Nordeste	28 846							786.596.338
			F	5-IFI	0	90	0	101	786.596.338
0902 0031	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste	28 846							786.596.340
0902 0031 0020	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste - Na Região Nordeste	28 846							786.596.340
			F	5-IFI	0	90	0	101	786.596.340
TOTAL - FISCAL									1.573.192.678
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.573.192.678

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RESOLUÇÃO CONFAZ/ME Nº 34, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza os Estados do Amapá, Espírito Santo e Rio de Janeiro a REGISTRAR E DEPOSITAR ATOS NORMATIVOS E ATOS CONCESSIVOS, VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017, conforme o disposto no parágrafo único da cláusula décima segunda e no § 1º da cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190/17.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41 do Regimento do CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS nº 133, de 12 de dezembro de 1997, informa que o Conselho, na sua 361ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 27 de outubro de 2022, em Brasília, DF, resolveU:

Art. 1º Os Estados do Amapá, Espírito Santo e Rio de Janeiro ficam autorizados, nos termos do parágrafo único da cláusula décima segunda e no § 1º da cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, a REGISTRAR E DEPOSITAR na Secretaria-Executiva do CONFAZ relações de ATOS NORMATIVOS E ATOS CONCESSIVOS VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017, relativos aos benefícios fiscais instituídos por legislações estaduais publicadas até 8 de agosto de 2017 em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, e as respectivas DOCUMENTAÇÕES COMPROBATÓRIAS, conforme solicitações abaixo informadas, recebidas na SE/CONFAZ:

Item	UF	Recebimento		Registro e Depósito de:
		Data	Forma	
1	AP	25.10.2022 e 27.10.2022	Correio eletrônico	Atos Concessivos de extensão editados em agosto, setembro, outubro e dezembro de 2021 e janeiro, abril, maio, junho e julho de 2022.
2	ES	25.10.2022	Correio eletrônico	Ato Normativo/Concessivo de adesão editado em maio/2022.
3	RJ	06.10.2022	Correio eletrônico	Atos Concessivos de extensão editados em fevereiro, março e abril de 2022.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 67, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Informa a data de início da aplicação do Regime de Substituição Tributária, no Estado de Mato Grosso, ao produto "algodão hidrófilo, não estéril, destinado à higiene pessoal" decorrente do Convênio ICMS 108/22.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, aprovado pelo Convênio ICMS nº 133, de 12 de dezembro de 1997, e tendo em vista o disposto na cláusula trigésima primeira do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, recebida no dia 28 de outubro de 2022 e registrada no Processo SEI nº 12004.101109/2022-26, que este Estado incluirá o produto "algodão hidrófilo, não estéril, destinado à higiene pessoal", previsto no Convênio ICMS nº 108, de 1º de julho de 2022, ao regime de substituição tributária a partir de 1º de janeiro de 2023, na forma do Decreto Estadual nº 1.505, de 26 de outubro de 2022.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

DESPACHO Nº 68, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Torna publica a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.3 e f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 6, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.101112/2022-40, torna público que foi emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0009/2022 DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

ELGIN - Termo de Verificação Funcional nº 0009/2022.

1. Dados do Termo

1.1. Identificação do equipamento SAT

1.1.1. Marca: ELGIN

1.1.2. Modelo: Linkerll

1.1.3. Versão do software básico: 05.00.52

1.2. Número do Termo: 09/2022

1.3. Data de emissão: 31/10/2022

1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT

1.5. Legislação aplicável:

1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.29.04)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.18.02)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT114-022
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: ELGIN
2.2. Razão social: ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
2.3. CNPJ: 14.200.166/0001-66
2.4. Inscrição estadual / UF: 000.062.002.252 (AM)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_16102022_driverlinker_instalador-x64-03.02.61.exe".
3.1.1. Sistema operacional: Windows 7 64 bits
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): 46D71227686CD5C49DB021BE6D7D2726

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA STN Nº 1.658, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Acrescenta o inciso III ao § 1º do art. 31 da Portaria STN nº 1.487, de 12 de julho de 2022, que regulamenta as análises da situação fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o Plano de Recuperação Fiscal, as limitações de despesas, o limite a contratar de operações de crédito, os procedimentos quanto ao adimplemento referentes aos financiamentos e aos refinanciamentos concedidos pela União, e os procedimentos a serem adotados na análise da capacidade de pagamento e na apuração da suficiência das contragarantias oferecidas.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, o Decreto nº 10.681 de 20 de abril de 2021, o Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021, o Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, a Portaria ME nº 5.623, de 22 de junho de 2022, a Portaria MF nº 285, de 14 de junho de 2018, e a Portaria STN nº 738, de 23 de outubro de 2018, e a Portaria STN nº 739, de 11 de março de 2021, resolve:

Art. 1º O artigo 31 da Portaria STN nº 1.487, de 12 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 31. .....

§ 1º .....

.....

III - em até dez dias úteis da conclusão do processo de análise fiscal, caso se verifique que a classificação final de capacidade de pagamento decorra diretamente de auxílios financeiros temporários no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal ou de outros programas de suporte financeiro a serem criados pela União.

....." (NR)

Art. 2º Para o exercício de 2022 o prazo estabelecido no inciso III do § 1º do art. 31 da Portaria STN nº 1.487, de 2022, será contado da data de início de vigência desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

RESOLUÇÃO CVM Nº 172, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Promove alterações temporárias, em caráter experimental, em requisitos regulatórios relacionados ao envio e à publicidade de demonstrativos de composição e diversificação de carteira dos fundos de investimento que especifica.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 1º de novembro de 2022, com fundamento no disposto no art. 8º, I, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e no art. 26 da Resolução CVM nº 67, de 10 de março de 2022, APROVOU a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta resolução promove alterações temporárias, em caráter experimental, em requisitos regulatórios relacionados ao envio e à publicidade do demonstrativo de composição e diversificação de carteira ("CDA") previsto na Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, exclusivamente para os fundos de investimento classificados como "ações - ativos" e como "previdenciários de ações - ações ativos" ("Fundos"), conforme definidos nas Regras e Procedimentos para Classificação de Fundos 555 nº 07, de 23 de maio de 2019, conforme alteradas ("Regras"), elaborada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, nos arts. 7º, § 1º, II, e 14, II, respectivamente.

Art. 2º Os Fundos a que se refere o art. 1º podem omitir, por até 180 (cento e oitenta) dias, na forma do art. 56, § 3°, inciso II, da Instrução CVM nº 555, de 2014, a identificação e a quantidade de valores mobiliários no CDA, sem necessidade de enviar solicitação fundamentada à CVM para promover a ocultação.

Art. 3º Observado o parágrafo único, o CDA enviado à CVM em observância ao art. 59, inciso II, alínea "b", da Instrução CVM nº 555, de 2014, deve ser disponibilizado, pela CVM, em sua página na rede mundial de computadores trimestralmente, com base no calendário civil, permanecendo inalterada a obrigação de envio mensal do CDA.

Parágrafo único. O disposto no caput somente entra em vigor após a implementação dos ajustes necessários no sistema previsto no art. 59, caput, da Instrução CVM nº 555, de 2014, fato que será comunicado pela Superintendência de Supervisão de Investidores Institucionais - SIN.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022, com exceção do disposto no art. 3º, parágrafo único.

JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 20.297, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a ERMIDA ASSET MANAGEMENT LTDA., CNPJ nº 41.630.953, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 8, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 4º da Lei n.°5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3° da Lei n.° 9.933, de 20 de dezembro de 1999, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovado pelo Decreto nº 6.275/2007 e pela alínea a do subitem 4.1 da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n° 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.005499/2020-38; resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.gov.br/inmetro/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/consultas-publicas, a proposta de texto da Portaria que aprova a tradução da publicação do Suplemento 6 do Guia para a expressão de incerteza de medição (GUM) - Avaliação de dados de medição - O papel da incerteza de medição na avaliação da conformidade.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Consulta Pública, o prazo de 20 (vinte) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas ao texto mencionado no artigo 1º.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas pelo Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas eletronicamente para o e-mail acbaratto@inmetro.gov.br.

Art. 4º Declarar que, findo o prazo fixado no artigo 2º, o Inmetro se articulará com as entidades representativas do setor, que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Consulta Pública no Diário Oficial da União quando iniciará a sua vigência.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 428, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos n.ºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.010480/2020-11; resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de bolsas concedidas a pesquisadores e técnicos selecionados no âmbito do Edital 1/2019, listados no quadro abaixo, por um período de até 12 (doze) meses, conforme disponibilidade orçamentária e financeira prevista no Termo de Execução Descentralizada nº 04/2019, celebrado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus-Suframa e o Inmetro, objetivando a continuidade das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA.

Bolsista	Nível da Bolsa Aprovada	%
Daniel Nascimento Motta	DCT - 5A	100
Ginarajadaça Ferreira dos Santos Oliveira	DCT - 3A	100
Mayane Pereira de Souza	DCT - 4A	100
Orlando Amazonas da Rocha Loureiro Paes	DCT - 5A	100

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2022.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

RETIFICAÇÃO

No Anexo J, da Portaria Inmetro nº 128, de 23 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2022, páginas 113 a 135, seção 1, onde se lê:

"2. Os Campos do RNC devem ser preenchidos conforme a seguinte instrução:

(...)

Campo Observações

Deve ser preenchido com as observações que se fizerem necessárias (exemplo: justificativa técnica para a redução do período de inspeção).

(...)

Campo Inspetor

Deve ser preenchido com carimbo ou impressão, constando o nome, assinatura e número do inspetor do OIA-PP. Para o OIA-PP deve também constar o número de registro do Crea ou CRT.

Campo Lista de Grupos de Produtos Perigosos

Deve ser preenchido de acordo com o Campo 16 [("Equipamento Rodoviário Apto a Transportar Produto(s) Perigoso(s) do(s) Seguinte(s) Grupo(s)"] do CIPP emitido.

3. Condições Gerais";

Leia-se:

"2. Os Campos do RNC devem ser preenchidos conforme a seguinte instrução:

(...)

Campo Observações

Deve ser preenchido com o(s) grupo(s) de produtos perigosos de acordo com o Campo 16 [("Equipamento Rodoviário Apto a Transportar Produto(s) Perigoso(s) do(s) Seguinte(s) Grupo(s)"] do CIPP emitido, e com outras observações que se fizerem necessárias (exemplo: justificativa técnica para a redução do período de inspeção)."

(...)

Campo Inspetor

Deve ser preenchido com carimbo ou impressão, constando o nome, a assinatura e o número do inspetor do OIA-PP. Para o OIA-PP, deve também constar o número de registro do Crea ou CRT."

3. Condições Gerais".

RETIFICAÇÃO

No artigo 4º, da Portaria Inmetro nº 267, de 22 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2021, seção 1, páginas 67 a 72:

1) No § 1º, onde se lê: "potência nominal abaixo de 20kW."; leia-se: "potência elétrica nominal abaixo de 20 kW.".

2) No § 3º, onde se lê: "Encontram-se excluídos do cumprimento dos requisitos de consumo de energia os fornos elétricos de convecção forçada com potência inferior a 4 kW, área horizontal útil da cavidade inferior a 2400 cm2 e capacidade de produção inferior a 25 pães por ciclo."; leia-se: "Encontram-se excluídos do cumprimento dos requisitos de consumo de energia os fornos elétricos de convecção forçada com potência elétrica inferior a 4 kW, área horizontal útil da cavidade inferior a 2400 cm2 e capacidade de produção inferior a 25 pães por ciclo, bem como os fornos elétricos que comprovadamente se demonstrem incompatíveis com o procedimento de ensaio previsto neste Regulamento para a determinação do consumo de energia elétrica de cocção."

3) No § 4º, onde se lê: "qualquer forno acima de 20 kW."; leia-se: "qualquer forno com potência elétrica nominal acima de 20 kW.".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 465, de 23 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2021, seção 1, páginas 37 a 40, no Anexo II, onde se lê:

"3. da seguinte forma: "Para produtos bivolt, deve ser incluída na ENCE uma coluna para que as informações de cada tensão sejam disponibilizadas, ou, alternativamente, o pior valor deve ser declarado na etiqueta.

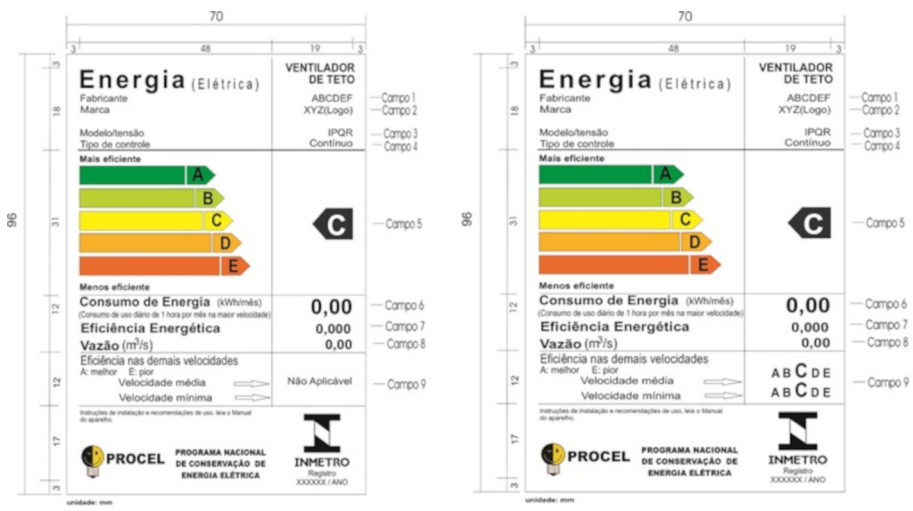
Figura 1 - Modelo da ENCE (à esquerda, para produtos com 3 velocidades; à direita, para produtos com velocidade única).



Leia-se:

"3. Para produtos bivolt, deve ser incluída na ENCE uma coluna para que as informações de cada tensão sejam disponibilizadas, ou, alternativamente, o pior valor deve ser declarado na etiqueta.

Figura 1 - Modelo da ENCE (à esquerda, para produtos com 3 velocidades; à direita, para produtos com velocidade única).



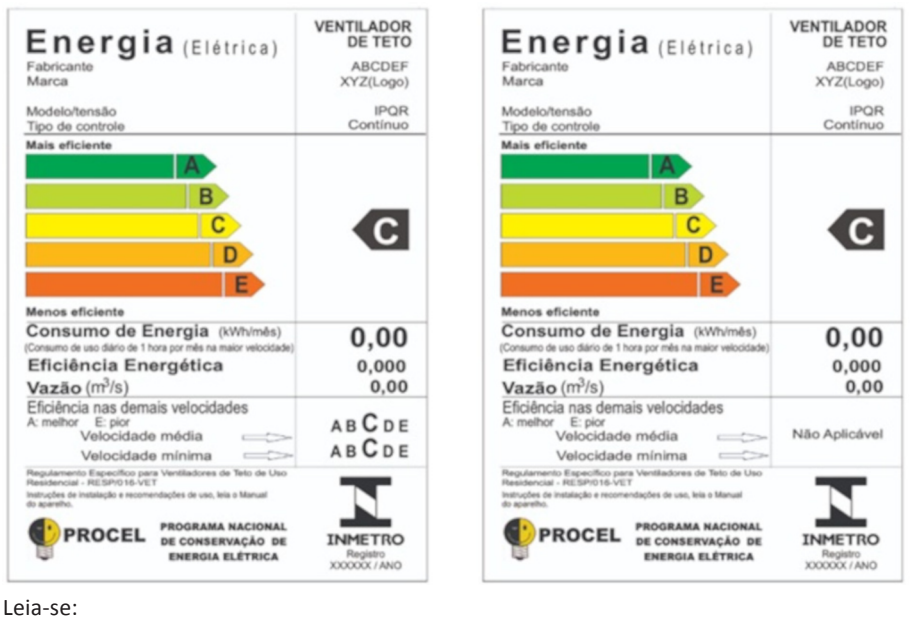
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 465, de 23 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2021, seção 1, páginas 37 a 40, no Anexo II, onde se lê:

"3. da seguinte forma: "Para produtos bivolt, deve ser incluída na ENCE uma coluna para que as informações de cada tensão sejam disponibilizadas, ou, alternativamente, o pior valor deve ser declarado na etiqueta.

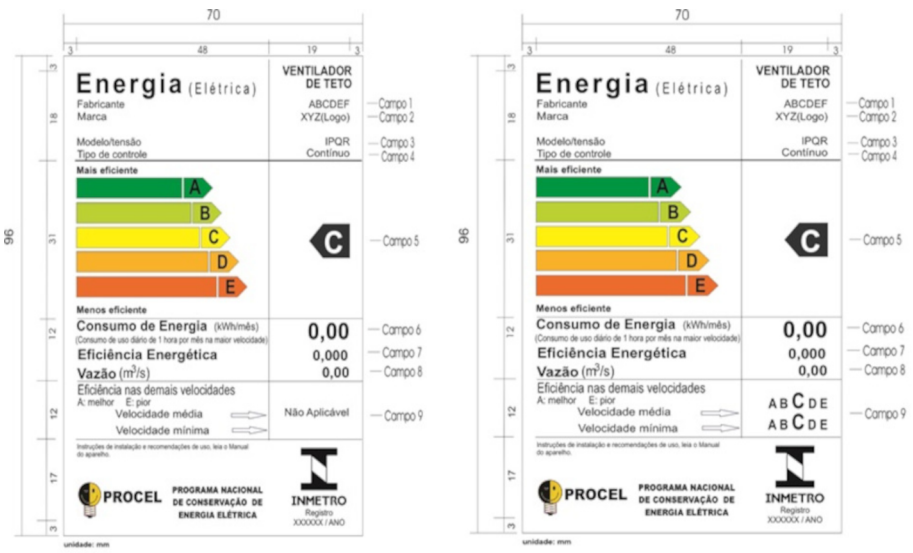
Figura 1 - Modelo da ENCE (à esquerda, para produtos com 3 velocidades; à direita, para produtos com velocidade única).



Leia-se:

"3. Para produtos bivolt, deve ser incluída na ENCE uma coluna para que as informações de cada tensão sejam disponibilizadas, ou, alternativamente, o pior valor deve ser declarado na etiqueta.

Figura 1 - Modelo da ENCE (à esquerda, para produtos com 3 velocidades; à direita, para produtos com velocidade única).



MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR
Presidente do Inmetro

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 823, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no art. 29 do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, e conforme consta do Processo nº 23123.004640/2022-11, resolve:

Art. 1º Convalidar a Portaria MEC nº 1.575, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 7 de novembro de 2011, para que o ato de movimentação tenha seus efeitos pautados no instituto da requisição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 824, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a redistribuição e o remanejamento de cargos e códigos de vagas a eles referentes, entre as Instituições Federais de Ensino Superior –Ifes e o Ministério da Educação – MEC, como instrumento de gestão do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010, resolve:

Art. 1º Remanejar, das Instituições Federais de Ensino Superior –Ifes para o Ministério da Educação –MEC, os cargos e seus respectivos códigos de vaga constantes do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Redistribuir, do MEC para as IFES, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR GODOY VEIGA

ANEXO I

DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ORIGEM	CARGO	NOME DO CARGO	CLASSE	QTDE.	CÓD. VAGA
26230 Univasf	701230	Técnico em Eletrotécnica	D	1	0227527
26230 Univasf	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0290255
26230 Univasf	701005	Arquivista	E	1	0234806
26230 Univasf Total				3	
26231 Ufal	701026	Economista	E	1	0714517
26231 Ufal	701400	Administrador de Edifícios	C	1	0281677
26231 Ufal	701006	Assistente Social	E	1	0464168
26231 Ufal	701207	Instrumentador Cirúrgico	D	1	0714456
26231 Ufal	701076	Secretário-Executivo	E	1	1002846
26231 Ufal	701081	Tecnólogo-Formação	E	1	0713057
26231 Ufal Total				6	
26232 UFBA	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0219618
26232 UFBA	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0219524
26232 UFBA	701029	Enfermeiro/área	E	1	0613780
26232 UFBA	701087	Farmacêutico	E	1	0220266
26232 UFBA	701047	Médico/área	E	1	0221357
26232 UFBA	701068	Químico	E	1	0216072
26232 UFBA Total				6	
26234 Ufes	701047	Médico/área	E	1	0228731
26234 Ufes	701047	Médico/área	E	1	0706821
26234 Ufes	701047	Médico/área	E	1	0228998
26234 Ufes	701002	Antropólogo	E	1	0745221
26234 Ufes	701031	Engenheiro/área	E	1	0227388
26234 Ufes	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0743999
26234 Ufes	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0745625
26234 Ufes Total				**7**	
26235 UFGO	701216	Técnico em Arquivo	D	1	0693774
26235 UFGO	701026	Economista	E	1	0231235
26235 UFGO	701029	Enfermeiro/área	E	1	0636691
26235 UFGO	701076	Secretário-Executivo	E	1	0223116
26235 UFGO	701029	Enfermeiro/área	E	1	0694038
26235 UFGO	701208	Mestre de Edificações e Infraestrutura	D	1	0231640
26235 UFGO	701030	Enfermeiro do Trabalho	E	1	0980909
26235 UFGO	701026	Economista	E	1	0219999
26235 UFGO	701270	Desenhista Técnico Especialidade	D	1	0232343
26235 UFGO	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0249197
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0232248
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0232276
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0232205
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0693480
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0229681
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0229707
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0230034
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0231251
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0231254
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0231334
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0232216
26235 UFGO	701269	Vigilante	D	1	0232229
26235 UFGO	701015	Contador	E	1	0230986
26235 UFGO	701087	Farmacêutico	E	1	0229637
26235 UFGO Total				24	
26236 UFF	701028	Editor de Publicações	E	1	0236217
26236 UFF	701029	Enfermeiro/área	E	1	0237292
26236 UFF	701029	Enfermeiro/área	E	1	0233689
26236 UFF	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0279397
26236 UFF	701029	Enfermeiro/área	E	1	0769520
26236 UFF	701029	Enfermeiro/área	E	1	0238265
26236 UFF	701029	Enfermeiro/área	E	1	0234979
26236 UFF Total				7	
26237 UFJF	701029	Enfermeiro/área	E	1	0678590
26237 UFJF	701029	Enfermeiro/área	E	1	0679433
26237 UFJF Total				2	
26238 UFMG	701047	Médico/área	E	1	0695941
26238 UFMG	701066	Programador Visual	E	1	0246838
26238 UFMG	701076	Secretário-Executivo	E	1	0327770
26238 UFMG	701203	Desenhista Projetista	D	1	0247426
26238 UFMG	701208	Mestre de Edificações e Infraestrutura	D	1	0247701
26238 UFMG	701208	Mestre de Edificações e Infraestrutura	D	1	0247732
26238 UFMG	701228	Técnico em Edificações	D	1	0248485
26238 UFMG	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0244183
26238 UFMG	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0246394
26238 UFMG	701263	Técnico em Som	D	1	0247432
26238 UFMG Total				10	
26239 UFPA	701029	Enfermeiro/área	E	1	0696452
26239 UFPA	701047	Médico/área	E	1	0191252
26239 UFPA	701047	Médico/área	E	1	0696399
26239 UFPA	701047	Médico/área	E	1	0696281
26239 UFPA	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0682016
26239 UFPA	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0696997
26239 UFPA	701269	Vigilante	D	1	0250349
26239 UFPA	701269	Vigilante	D	1	0250352
26239 UFPA	701269	Vigilante	D	1	0250354
26239 UFPA	701269	Vigilante	D	1	0250357
26239 UFPA	701269	Vigilante	D	1	0250362
26239 UFPA	701269	Vigilante	D	1	0250366
26239 UFPA	701269	Vigilante	D	1	0250368
26239 UFPA	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0251009
26239 UFPA	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0252236
26239 UFPA Total				15	
26240 UFPB	701029	Enfermeiro/área	E	1	0256319
26240 UFPB	701029	Enfermeiro/área	E	1	0257962
26240 UFPB	701029	Enfermeiro/área	E	1	0257964
26240 UFPB	701029	Enfermeiro/área	E	1	0257981
26240 UFPB	701029	Enfermeiro/área	E	1	0258072
26240 UFPB	701029	Enfermeiro/área	E	1	0259985
26240 UFPB	701029	Enfermeiro/área	E	1	0260483
26240 UFPB	701034	Farmacêutico-Habilitação	E	1	0258010
26240 UFPB	701045	Jornalista	E	1	0256040
26240 UFPB	701047	Médico/área	E	1	0253854
26240 UFPB	701047	Médico/área	E	1	0256236
26240 UFPB	701047	Médico/área	E	1	0259162

26240 UFPB	701047	Médico/área	E	1	0259228
26240 UFPB	701047	Médico/área	E	1	0259346
26240 UFPB	701072	Relações Públicas	E	1	0254258
26240 UFPB	701076	Secretário-Executivo	E	1	0253897
26240 UFPB	701076	Secretário-Executivo	E	1	0256271
26240 UFPB	701076	Secretário-Executivo	E	1	0256586
26240 UFPB	701076	Secretário-Executivo	E	1	0259788
26240 UFPB	701077	Sociólogo	E	1	0259848
26240 UFPB	701087	Farmacêutico	E	1	0257336
26240 UFPB	701087	Farmacêutico	E	1	0260647
26240 UFPB	701202	Confeccionador de Instrumentos Musicais	D	1	0259512
26240 UFPB	701203	Desenhista-Projetista	D	1	0254369
26240 UFPB	701203	Desenhista-Projetista	D	1	0255522
26240 UFPB	701203	Desenhista-Projetista	D	1	0258418
26240 UFPB	701203	Desenhista-Projetista	D	1	0260351
26240 UFPB	701205	Diagramador	D	1	0255274
26240 UFPB	701210	Operador de Câmera de Cinema e TV	D	1	0258839
26240 UFPB	701216	Técnico em Arquivo	D	1	0259035
26240 UFPB	701216	Técnico em Arquivo	D	1	0333279
26240 UFPB	701220	Técnico em Anatomia e Necropsia	D	1	0259520
26240 UFPB	701221	Técnico em Audiovisual	D	1	0256574
26240 UFPB	701230	Técnico em Eletrotécnica	D	1	0254938
26240 UFPB	701230	Técnico em Eletrotécnica	D	1	0259224
26240 UFPB	701231	Técnico em Eletromecânica	D	1	0258432
26240 UFPB	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0258037
26240 UFPB	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0258689
26240 UFPB	701252	Técnico em Nutrição e Dietética	D	1	0642181
26240 UFPB	701259	Técnico em Refrigeração	D	1	0258163
26240 UFPB	701259	Técnico em Refrigeração	D	1	0258558
26240 UFPB	701259	Técnico em Refrigeração	D	1	0697685
26240 UFPB Total				42	
26241 UFPR	701015	Contador	E	1	0980025
26241 UFPR	701029	Enfermeiro/área	E	1	0264578
26241 UFPR	701029	Enfermeiro/área	E	1	0676898
26241 UFPR	701029	Enfermeiro/área	E	1	0716761
26241 UFPR	701047	Médico/área	E	1	0263691
26241 UFPR	701047	Médico/área	E	1	0104246
26241 UFPR	701047	Médico/área	E	1	0731052
26241 UFPR	701029	Enfermeiro/área	E	1	0676875
26241 UFPR	701047	Médico/área	E	1	0676520
26241 UFPR	701047	Médico/área	E	1	0676582
26241 UFPR	701076	Secretário-Executivo	E	1	0901196
26241 UFPR	701233	Técnico de Enfermagem	D	1	0716594
26241 UFPR	701233	Técnico de Enfermagem	D	1	0264524
26241 UFPR	701233	Técnico de Enfermagem	D	1	0716652
26241 UFPR	701233	Técnico de Enfermagem	D	1	0716908
26241 UFPR	701208	Mestre de Edificação e Infraestrutura	D	1	0264378
26241 UFPR Total				16	
26243 UFRN	701004	Arquiteto e Urbanista	E	1	0269517
26243 UFRN Total				1	
26244 UFRGS	701006	Assistente Social	E	1	0482021
26244 UFRGS	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0273549
26244 UFRGS	701228	Técnico em Edificações	D	1	0274868
26244 UFRGS	701830	Técnico em Eletrônica	D	1	0272593
26244 UFRGS	701043	Historiador	E	1	0274905
26244 UFRGS	701037	Físico	E	1	0273804
26244 UFRGS	701063	Odontólogo	E	1	0277322
26244 UFRGS	701077	Sociólogo	E	1	0273377
26244 UFRGS Total				8	
26245 UFRJ	701076	Secretário-Executivo	E	1	0280673
26245 UFRJ	701076	Secretário-Executivo	E	1	0280902
26245 UFRJ	701076	Secretário-Executivo	E	1	0281207
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0278378
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0282683
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0279479
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0279569
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0279617
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0279653
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0281309
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0281523
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0282209
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0291522
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0291783
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0281190
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0290237
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0291234
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0289761
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0289766
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0279787
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0290691
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0280930
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0280727
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0705287
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0705358
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0705614
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0705954
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0706013
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0706021
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0706190
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0706201
26245 UFRJ	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0284018
26245 UFRJ	701076	Secretário-Executivo	E	1	0290530
26245 UFRJ	701275	Secretário-Executivo	E	1	0290652
26245 UFRJ	701275	Secretário-Executivo	E	1	0291009
26245 UFRJ	701275	Secretário-Executivo	E	1	0279347
26245 UFRJ	701076	Secretário-Executivo	E	1	0278515
26245 UFRJ	701069	Redator	E	1	0280539
26245 UFRJ	701069	Redator	E	1	0281170
26245 UFRJ	701069	Redator	E	1	0282630
26245 UFRJ Total				40	
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	1	0644216
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	1	0690159
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	1	0692364
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	1	0690194
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	1	0691936
26246 UFSC	701088	Farmacêutico-Bioquímico	E	1	0689133

26246 UFSC Total				6	
26247 UFSM	701029	Enfermeiro/área	E	1	0571828
26247 UFSM	701029	Enfermeiro/área	E	1	0294994
26247 UFSM	701037	Físico	E	1	0579707
26247 UFSM	701047	Médico/área	E	1	0295242
26247 UFSM	701269	Vigilante	D	1	0292983
26247 UFSM	701269	Vigilante	D	1	0295052
26247 UFSM	701269	Vigilante	D	1	0295738
26247 UFSM	701269	Vigilante	D	1	0294703
26247 UFSM	701076	Secretário-Executivo	E	1	0294368
26247 UFSM	701269	Vigilante	D	1	0294845
26247 UFSM Total				10	
26248 UFRPE	701270	Desenhista Técnico Especialidade	D	1	0296933
26248 UFRPE	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0296610
26248 UFRPE	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0297113
26248 UFRPE	701047	Médico/área	E	1	081198
26248 UFRPE Total				4	
26250 UFRR	701084	Tradutor Intérprete	E	1	0866136
26250 UFRR Total				1	
26251 UFT	701071	Revisor de Textos	E	1	0232271
26251 UFT	701220	Técnico em Anatomia e Necropsia	D	1	0870949
26251 UFT Total				2	
26253 UFRA	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0904352
26253 UFRA	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967561
26253 UFRA	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0246648
26253 UFRA	701048	Médico Veterinário	E	1	0719581
26253 UFRA Total				4	
26254 UFTM	701047	Médico/área	E	1	0706915
26254 UFTM	701047	Médico/área	E	1	0706934
26254 UFTM	701029	Enfermeiro/área	E	1	0706948
26254 UFTM	701029	Enfermeiro/área	E	1	0706535
26254 UFTM	701270	Desenhista Técnico Especialidade	D	1	0301513
26254 UFTM Total				5	
26258 UTFPR	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0703953
26258 UTFPR	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0813544
26258 UTFPR Total				2	
26260 Unifal	701076	Secretário-Executivo	E	1	0985549
26260 Unifal Total				1	
26262 Unifesp	701262	Técnico em Segurança do Trabalho	D	1	0896552
26262 Unifesp	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0223195
26262 Unifesp	701830	Técnico em Eletrônica	D	1	0642150
26262 Unifesp	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0223248
26262 Unifesp	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0224133
26262 Unifesp	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0674184
26262 Unifesp	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0223953
26262 Unifesp	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0224011
26262 Unifesp	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0224042
26262 Unifesp	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0673141
26262 Unifesp	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0673278
26262 Unifesp	701060	Psicólogo/área	E	1	0707156
26262 Unifesp	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0707104
26262 Unifesp	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0674228
26262 Unifesp	701063	Odontólogo - Dl 1445-76	E	1	0449099
26262 Unifesp Total				15	
26263 Ufla	701076	Secretário-Executivo	E	1	0306602
26263 Ufla	701208	Mestre de Edificações e Infraestrutura	D	1	0306406
26263 Ufla	701086	Engenheiro Agrônomo	E	1	0708498
26263 Ufla Total				3	
26264 Ufersa	701015	Contador	E	1	0901003
26264 Ufersa Total				1	
26267 Unila	701026	Economista	E	1	0265208
26267 Unila	701071	Revisor de Textos	E	1	0328238
26267 Unila	701072	Relações Públicas	E	1	0984842
26267 Unila	701230	Técnico em Eletrotécnica	E	1	0288664
26267 Unila Total				4	
26268 Unir	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0979335
26268 Unir	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0979642
26268 Unir Total				2	
26270 Ufam	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0774420
26270 Ufam	701029	Enfermeiro/área	E	1	0310822
26270 Ufam	701029	Enfermeiro/área	E	1	0310870
26270 Ufam	701031	Engenheiro/área	E	1	0310335
26270 Ufam	701076	Secretário-Executivo	E	1	0865048
26270 Ufam	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0748308
26270 Ufam Total				6	
26272 UFMA	701026	Economista	E	1	0213155
26272 UFMA	701047	Médico/área	E	1	0771500
26272 UFMA	701047	Médico/área	E	1	0317633
26272 UFMA	701058	Pedagogo/área	E	1	0480723
26272 UFMA	701061	Produtor Cultural	E	1	0315814
26272 UFMA Total				5	
26273 FURG	701047	Médico/Área	E	1	0319312
26273 FURG	701029	Enfermeiro/área	E	1	0319311
26273 FURG	701029	Enfermeiro/área	E	1	0770142
26273 FURG	701228	Técnico em Edificações	D	1	0318250
26273 FURG	701830	Técnico em Eletrônica	D	1	0318607
26273 FURG	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0317938
26273 FURG Total				6	
26274 UFU	701445	Motorista	C	1	0323125
26274 UFU	701024	Diretor de Programa	E	1	0322828
26274 UFU	701045	Jornalista	E	1	0319441
26274 UFU	701047	Médico/área	E	1	0708948
26274 UFU	701047	Médico/área	E	1	0319707
26274 UFU	701047	Médico/área	E	1	0321074
26274 UFU	701047	Médico/área	E	1	0322456
26274 UFU	701047	Médico/área	E	1	0319708
26274 UFU Total				8	
26275 Ufac	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	019078
26275 Ufac	701217	Técnico em Artes Gráficas	D	1	0323742
26275 Ufac	701231	Técnico em Eletromecânica	D	1	0322010
26275 UFAC Total				3	
26276 UFMT	701088	Farmacêutico Bioquímico	E	1	0326369
26276 UFMT	701061	Produtor Cultural	E	1	0709607
26276 UFMT	701026	Economista	E	1	061494
26276 UFMT	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0902899

26276 UFMT Total				4	
26278 UFPEL	701270	Desenhista Técnico Especializado	D	1	0328865
26278 UFPEL	701029	Enfermeiro/área	E	1	0330751
26278 UFPEL	701047	Médico/área	E	1	0330901
26278 UFPEL	701047	Médico/área	E	1	0771689
26278 UFPEL	701047	Médico/área	E	1	0771694
26278 UFPEL	701047	Médico/área	E	1	0330674
26278 UFPEL	701047	Médico/área	E	1	0330660
26278 UFPEL Total				**7**	
26279 UFPI	701026	Economista	E	1	0721342
26279 UFPI	701086	Engenheiro Agrônomo	E	1	0721637
26279 UFPI	701047	Médico/área	E	1	0721547
26279 UFPI	701058	Pedagogo/área	E	1	0602867
26279 UFPI	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0332062
26279 UFPI Total				5	
26282 UFV	701221	Técnico em Audiovisual	D	1	0336172
26282 UFV	701216	Técnico em Arquivo	D	1	0338195
26282 UFV	701272	Técnico em Eletricidade	D	1	0333886
26282 UFV	701272	Técnico em Eletricidade	D	1	0332996
26282 UFV	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0678796
26282 UFV	701015	Contador	E	1	0979976
26282 UFV	701063	Odontólogo	E	1	0303245
26282 UFV	701085	Zootecnista	E	1	0339525
26282 UFV Total				8	
26283 UFMS	701047	Médico	E	1	0341133
26283 UFMS	701004	Arquiteto e Urbanista	E	1	0341491
26283 UFMS	701004	Arquiteto e Urbanista	E	1	0341993
26283 UFMS	701015	Contador	E	1	0340921
26283 UFMS	701068	Químico	E	1	0715782
26283 UFMS	701034	Farmacêutico-Habilitação	E	1	0341519
26283 UFMS	701221	Técnico em Audiovisual	D	1	0871053
26283 UFMS	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0340274
26283 UFMS	701238	Técnico em Farmácia	D	1	0258057
26283 UFMS	701255	Técnico em Prótese Dentária	D	1	0715560
26283 UFMS	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0341934
26283 UFMS	701266	Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais	D	1	0972244
26283 UFMS Total				12	
26350 UFGD	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0234807
26350 UFGD	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0240517
26350 UFGD	701026	Economista	E	1	0219470
26350 UFGD	701012	Biomédico	E	1	0863720
26350 UFGD	701038	Fisioterapeuta	E	1	0863970
26350 UFGD	701047	Médico/área	E	1	0806670
26350 UFGD	701029	Enfermeiro/área	E	1	0757168
26350 UFGD Total				7	
26352 UFABC	701081	Tecnólogo-Formação	E	1	0986358
26352 UFABC	701266	Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais	D	1	0972436
26352 UFABC	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0232077
26352 UFABC Total				3	
26440 UFFS	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0979740
26440 UFFS Total				1	
26447 UFOB	701047	Médico/área	E	1	0217096
26447 UFOB Total				1	
26455 UFDPAR	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967712
26455 UFDPAR Total				1	
26252 UFCG	701034	Farmacêutico-Habilitação	E	1	0700494
26252 UFCG	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0228038
26252 UFCG	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0228194
26252 UFCG	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0231229
26252 UFCG	701230	Técnico em Eletrotécnica	D	1	0255898
26252 UFCG Total				5	
26269 Unirio	701207	Instrumentador Cirúrgico	D	1	0308873
26269 Unirio Total				1	
26454 UFR	701266	Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais	D	1	0972346
26454 UFR Total				1	

ANEXO II

DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

DESTINO	CARGO	NOME DO CARGO	CLASSE	QTDE.	CÓD. VAGA
26230 Univasf	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0230499
26230 Univasf	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970027
26230 Univasf	701001	Administrador	E	1	0975310
26230 Univasf Total				3	
26231 Ufal	701001	Administrador	E	1	0975286
26231 Ufal	701029	Enfermeiro/área	E	1	0217699
26231 Ufal	701420	Costureiro de Espetáculo-Cenário	C	1	0701318
26231 Ufal	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865413
26231 Ufal	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0217789
26231 Ufal	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865614
26231 Ufal Total				6	
26232 UFBA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970032
26232 UFBA	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967943
26232 UFBA	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0967944
26232 UFBA	701058	Pedagogo/área	E	1	0983443
26232 UFBA	701001	Administrador	E	1	0975320
26232 UFBA	701001	Administrador	E	1	0975321
26232 UFBA Total				6	
26234 Ufes	701009	Auditor	E	1	0978774
26234 Ufes	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865608
26234 Ufes	701061	Produtor Cultural	E	1	0312283
26234 Ufes	701010	Bibliotecário/Documentalista	E	1	0900936
26234 Ufes	701004	Arquiteto e Urbanista	E	1	0276086
26234 Ufes	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967927
26234 Ufes	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967928
26234 Ufes Total				7	
26235 UFGO	701012	Biomédico	E	1	0676242
26235 UFGO	701031	Engenheiro/área	E	1	0300434
26235 UFGO	701055	Nutricionista/Habilitação	E	1	0696983
26235 UFGO	701078	Técnico Desportivo	E	1	0263072
26235 UFGO	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969992
26235 UFGO	701001	Administrador	E	1	0975275
26235 UFGO	701031	Engenheiro/área	E	1	0981662
26235 UFGO	701214	Técnico em Agropecuária	D	1	0306343
26235 UFGO	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969993

26235 UFGO	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969994
26235 UFGO	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969995
26235 UFGO	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969996
26235 UFGO	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969997
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967891
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967892
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967893
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967894
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967895
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967896
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967897
26235 UFGO	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967898
26235 UFGO	701031	Engenheiro/área	E	1	0981735
26235 UFGO	701039	Fonoaudiólogo	E	1	0982105
26235 UFGO Total				23	
26236 UFF	701001	Administrador	E	1	0975300
26236 UFF	701001	Administrador	E	1	0975327
26236 UFF	701001	Administrador	E	1	0975328
26236 UFF	701001	Administrador	E	1	0975330
26236 UFF	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981270
26236 UFF	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981275
26236 UFF	701039	Fonoaudiólogo	E	1	0982104
26236 UFF Total				7	
26237 UFJF	701001	Administrador	E	1	0975277
26237 UFJF	701001	Administrador	E	1	0975278
26237 UFJF Total				2	
26238 UFMG	701042	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981268
26238 UFMG	701001	Administrador	E	1	0975325
26238 UFMG	701058	Pedagogo	E	1	0983383
26238 UFMG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970039
26238 UFMG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970040
26238 UFMG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970041
26238 UFMG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970042
26238 UFMG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970043
26238 UFMG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970044
26238 UFMG	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967951
26238 UFMG Total				10	
26239 UFPA	701001	Administrador	E	1	0899954
26239 UFPA	701001	Administrador	E	1	0975274
26239 UFPA	701058	Pedagogo	E	1	0983188
26239 UFPA	701058	Pedagogo	E	1	0983432
26239 UFPA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969998
26239 UFPA	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967886
26239 UFPA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969999
26239 UFPA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970000
26239 UFPA	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967887
26239 UFPA	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967888
26239 UFPA	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967889
26239 UFPA	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967890
26239 UFPA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970001
26239 UFPA	701001	Administrador	E	1	0975314
26239 UFPA	701001	Administrador	E	1	0975315
26239 UFPA Total				15	
26240 UFPB	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900931
26240 UFPB	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900932
26240 UFPB	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900933
26240 UFPB	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900934
26240 UFPB	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900935
26240 UFPB	701005	Arquivista	E	1	0234806
26240 UFPB	701011	Biólogo	E	1	0285824
26240 UFPB	701011	Biólogo	E	1	0334485
26240 UFPB	701011	Biólogo	E	1	0673452
26240 UFPB	701086	Engenheiro Agrônomo	E	1	0010968
26240 UFPB	701086	Engenheiro Agrônomo	E	1	0223510
26240 UFPB	701048	Médico Veterinário	E	1	0987300
26240 UFPB	701048	Médico Veterinário	E	1	0987301
26240 UFPB	701048	Médico Veterinário	E	1	0987302
26240 UFPB	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0982765
26240 UFPB	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0982766
26240 UFPB	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0982767
26240 UFPB	701058	Pedagogo/área	E	1	0983438
26240 UFPB	701058	Pedagogo/área	E	1	0983439
26240 UFPB	701058	Pedagogo/área	E	1	0983440
26240 UFPB	701061	Produtor Cultural	E	1	0312395
26240 UFPB	701061	Produtor Cultural	E	1	0312815
26240 UFPB	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970016
26240 UFPB	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970017
26240 UFPB	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970018
26240 UFPB	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970019
26240 UFPB	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970020
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967906
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967907
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967908
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967909
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967910
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967911
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967912
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967913
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967914
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967915
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967916
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967917
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967918
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967919
26240 UFPB	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967920
26240 UFPB Total				42	
26241 UFPR	701001	Administrador	E	1	0975301
26241 UFPR	701001	Administrador	E	1	0975302
26241 UFPR	701001	Administrador	E	1	0975303
26241 UFPR	701001	Administrador	E	1	0975304
26241 UFPR	701001	Administrador	E	1	0975305
26241 UFPR	701001	Administrador	E	1	0975306
26241 UFPR	701033	Estatístico	E	1	0981780
26241 UFPR	701033	Estatístico	E	1	0981781
26241 UFPR	701061	Produtor Cultural	E	1	0237200
26241 UFPR	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865606

26241 UFPR	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865607
26241 UFPR	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970021
26241 UFPR	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970022
26241 UFPR	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970023
26241 UFPR	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970024
26241 UFPR	701238	Técnico em Farmácia	D	1	0259517
26241 UFPR Total				16	
26243 UFRN	701058	Pedagogo/área	E	1	0983437
26243 UFRN Total				1	
26244 UFRGS	701034	Farmacêutico/habilitação	E	1	0324700
26244 UFRGS	701011	Biólogo	E	1	0308358
26244 UFRGS	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967930
26244 UFRGS	701238	Técnico em Farmácia	D	1	0259797
26244 UFRGS	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970028
26244 UFRGS	701061	Produtor Cultural	E	1	0239308
26244 UFRGS	701001	Administrador	E	1	0975311
26244 UFRGS	701001	Administrador	E	1	0975312
26244 UFRGS	701001	Administrador	E	1	0975313
26244 UFRGS Total				9	
26245 UFRJ	701054	Musicoterapeuta	E	1	0825967
26245 UFRJ	701054	Musicoterapeuta	E	1	0825968
26245 UFRJ	701054	Musicoterapeuta	E	1	0825969
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0265184
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0748092
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774662
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774664
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774667
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774668
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774669
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774670
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774671
26245 UFRJ	701238	Técnico de Farmácia	D	1	0774672
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0259673
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0261842
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0262398
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0264904
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0265032
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0276070
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0277436
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0278109
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0290525
26245 UFRJ	701257	Técnico em Radiologia	D	1	0301320
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967933
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967934
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967935
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967936
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967937
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967938
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967939
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967940
26245 UFRJ	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967941
26245 UFRJ	701001	Administrador	E	1	0975317
26245 UFRJ	701001	Administrador	E	1	0975318
26245 UFRJ	701001	Administrador	E	1	0975319
26245 UFRJ	701006	Assistente Social	E	1	0978363
26245 UFRJ	701061	Produtor Cultural	E	1	0312264
26245 UFRJ	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981272
26245 UFRJ	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981273
26245 UFRJ	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981274
26245 UFRJ Total				40	
26246 UFSC	701002	Antropólogo	E	1	0217144
26246 UFSC	701006	Assistente Social	E	1	0978366
26246 UFSC	701006	Assistente Social	E	1	0978367
26246 UFSC	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865613
26246 UFSC	701058	Pedagogo/área	E	1	0983444
26246 UFSC	701058	Pedagogo/área	E	1	0983436
26246 UFSC Total				6	
26247 UFSM	701001	Administrador	E	1	0975282
26247 UFSM	701001	Administrador	E	1	0975295
26247 UFSM	701001	Administrador	E	1	0975283
26247 UFSM	701015	Contador	E	1	0340921
26247 UFSM	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970002
26247 UFSM	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970003
26247 UFSM	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967899
26247 UFSM	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967904
26247 UFSM	701001	Administrador	E	1	0975323
26247 UFSM	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967946
26247 UFSM Total				10	
26248 UFRPE	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970013
26248 UFRPE	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970014
26248 UFRPE	701001	Administrador	E	1	0975294
26248 UFRPE	701031	Engenheiro/área	E	1	0981739
26248 UFRPE Total				4	
26250 UFRR	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0696987
26250 UFRR Total				1	
26251 UFT	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865615
26251 UFT	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967942
26251 UFT Total				2	
26253 UFRA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970009
26253 UFRA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970010
26253 UFRA	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970011
26253 UFRA	701004	Arquiteto e Urbanista	E	1	0258403
26253 UFRA Total				4	
26254 UFTM	701001	Administrador	E	1	0975291
26254 UFTM	701001	Administrador	E	1	0975292
26254 UFTM	701001	Administrador	E	1	0975293
26254 UFTM	701006	Assistente Social	E	1	0978361
26254 UFTM	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0220287
26254 UFTM Total				5	
26258 UTFPR	701058	Pedagogo/área	E	1	0983435
26258 UTFPR	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967932
26258 UTFPR Total				2	
26260 Unifal	701001	Administrador	E	1	0975297
26260 Unifal Total				1	
26262 Unifesp	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969990
26262 Unifesp	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967883

26262 Unifesp	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967884
26262 Unifesp	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970006
26262 Unifesp	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970007
26262 Unifesp	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970008
26262 Unifesp	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967900
26262 Unifesp	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967901
26262 Unifesp	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967902
26262 Unifesp	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981269
26262 Unifesp	701001	Administrador	E	1	0975331
26262 Unifesp	701001	Administrador	E	1	0975285
26262 Unifesp	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865507
26262 Unifesp	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970036
26262 Unifesp	701047	Médico/área	E	1	0112334
26262 Unifesp Total				15	
26263 Ufla	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900930
26263 Ufla	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967903
26263 Ufla	701047	Médico/área	E	1	0105374
26263 Ufla Total				3	
26264 Ufersa	701001	Administrador	E	1	0975284
26264 Ufersa Total				1	
26267 Unila	701001	Administrador	E	1	0975316
26267 Unila	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865611
26267 Unila	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865612
26267 Unila	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967931
26267 Unila Total				4	
26268 Unir	701058	Pedagogo/área	E	1	0983441
26268 Unir	701058	Pedagogo/área	E	1	0983442
26268 Unir Total				2	
26270 Ufam	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0969991
26270 Ufam	701001	Administrador	E	1	0975287
26270 Ufam	701001	Administrador	E	1	0975288
26270 Ufam	701001	Administrador	E	1	0975289
26270 Ufam	701001	Administrador	E	1	0975290
26270 Ufam	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970012
26270 Ufam Total				6	
26272 UFMA	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0976205
26272 UFMA	701009	Auditor	E	1	0978773
26272 UFMA	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865602
26272 UFMA	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865603
26272 UFMA	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865604
26272 UFMA Total				5	
26273 FURG	701058	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865610
26273 FURG	701001	Administrador	E	1	0975308
26273 FURG	701001	Administrador	E	1	0975309
26273 FURG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970025
26273 FURG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970026
26273 FURG	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967929
26273 FURG Total				6	
26274 UFU	701455	Operador de Máquinas de Terraplanagem	C	1	0306361
26274 UFU	701061	Produtor Cultural	E	1	0235845
26274 UFU	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865600
26274 UFU	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0976203
26274 UFU	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0976204
26274 UFU	701058	Pedagogo/área	E	1	0983433
26274 UFU	701068	Químico	E	1	0256085
26274 UFU	701001	Administrador	E	1	0975326
26274 UFU Total				8	
26275 UFAC	701001	Administrador	E	1	0975296
26275 UFAC	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970015
26275 UFAC	701226	Técnico em Tecnologia da Informação	D	1	0967905
26275 UFAC Total				3	
26276 UFMT	701006	Nutricionista/habilitação	E	1	0330841
26276 UFMT	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0697025
26276 UFMT	701001	Administrador	E	1	0895392
26276 UFMT	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967885
26276 UFMT Total				4	
26278 UFPEL	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967882
26278 UFPEL	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	017104
26278 UFPEL	701078	Técnico Desportivo	E	1	0482647
26278 UFPEL	701001	Administrador	E	1	0975276
26278 UFPEL	701011	Biólogo	E	1	0217350
26278 UFPEL	701089	Engenheiro Agrônomo	E	1	0814865
26278 UFPEL	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865212
26278 UFPEL Total				7	
26279 UFPI	701001	Administrador	E	1	0975307
26279 UFPI	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981271
26279 UFPI	701048	Médico Veterinário	E	1	0987303
26279 UFPI	701006	Assistente Social	E	1	0978362
26279 UFPI	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900938
26279 UFPI Total				5	
26282 UFV	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970033
26282 UFV	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970034
26282 UFV	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970029
26282 UFV	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970030
26282 UFV	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970031
26282 UFV	701006	Assistente Social	E	1	0978364
26282 UFV	701006	Assistente Social	E	1	0978365
26282 UFV	701011	Biólogo	E	1	0326830
26282 UFV Total				8	
26283 UFMS	701029	Enfermeiro/área	E	1	0220450
26283 UFMS	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0976206
26283 UFMS	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0976207
26283 UFMS	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865312
26283 UFMS	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865316
26283 UFMS	701048	Médico Veterinário	E	1	0987299
26283 UFMS	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967921
26283 UFMS	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967922
26283 UFMS	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967923
26283 UFMS	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967924
26283 UFMS	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967925
26283 UFMS	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967926
26283 UFMS Total				12	
26350 UFGD	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970004
26350 UFGD	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970005

26350 UFGD	701001	Administrador	E	1	0975279
26350 UFGD	701006	Assistente Social	E	1	0978342
26350 UFGD	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865495
26350 UFGD	701001	Administrador	E	1	0975298
26350 UFGD	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865605
26350 UFGD Total				7	
26352 UFABC	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0900937
26352 UFABC	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967949
26352 UFABC	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967950
26352 UFABC Total				3	
26440 UFFS	701001	Administrador	E	1	0975299
26440 UFFS Total				1	
26447 UFOB	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0865601
26447 UFOB Total				1	
26455 UFDPAR	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970035
26455 UFDPAR Total				1	
26252 UFCG	701001	Administrador	E	1	0975324
26252 UFCG	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967947
26252 UFCG	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967948
26252 UFCG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970037
26252 UFCG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970038
26252 UFCG Total				5	
26269 Unirio	701233	Técnico em Enfermagem	D	1	0232196
26269 Unirio Total				1	
26454 UFR	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0970045
26454 UFR Total				1	

PORTARIA Nº 826, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Institui Grupo de Trabalho para concepção da Tabela de Aderência a ser utilizada no Sistema de Bonificação proposto para o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, considerando a Portaria MEC nº 467, de 1º de julho de 2022, e os autos do Processo nº 23000.018543/2022-01, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho para concepção da Tabela de Aderência a ser utilizada no Sistema de Bonificação proposto para o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - analisar as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC para a reformulação do Enem;

II - elaborar relatório contendo a Tabela de Aderência entre os cursos técnicos de nível médio e cada curso superior; e

III - elaborar minutas de normativos, se necessário.

Art. 3º O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I - um representante titular e um suplente da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica - DPR/Setec, que o coordenará;

II - um representante titular e um suplente da Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica - DAF/Setec;

III - um representante titular e um suplente da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica - DDR/Setec;

IV - um representante titular e um suplente da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica da Secretaria de Educação Básica - DPD/SEB;

V - um representante titular e um suplente da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior - DIPES/SESu;

VI - um representante titular e um suplente da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - DAEB/Inep;

VII - um representante titular e um suplente da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - DEED/Inep; e

VIII - um representante titular e um suplente do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Parágrafo único. Os representantes de que trata este artigo serão indicados por seus respectivos dirigentes, designados pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação, e poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Art. 4º O Grupo de Trabalho reunir-se-á bimestralmente, conforme cronograma pactuado entre os integrantes na primeira reunião ordinária, convocado pela coordenação, com quórum mínimo de cinquenta por cento de sua composição.

§ 1º Os encaminhamentos e as decisões ocorrerão, preferencialmente, por consenso ou, quando este não for alcançado, por maioria simples.

§ 2º À Coordenação do Grupo de Trabalho caberá decidir sobre a matéria, em caso de empate.

§ 3º As reuniões serão realizadas por videoconferência.

§ 4º Eventuais reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Coordenação do Grupo de Trabalho, com antecedência mínima de dois dias.

Art. 5º A critério da Coordenação do Grupo de Trabalho, outros especialistas e técnicos poderão ser convidados a contribuir com as atividades a serem desenvolvidas.

Art. 6º A Secretaria-Executiva do GT será exercida pela Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 7º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante não remunerada.

Art. 8º O Grupo de Trabalho terá o prazo de um ano para conclusão de seus trabalhos, a contar da entrada em vigor desta Portaria, podendo ser prorrogado a critério da Coordenação do Grupo de Trabalho.

Parágrafo único. Os resultados dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho serão relatados à Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica e ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, para apreciação e aprovação do relatório.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 265/2022, de 17 de março de 2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que tratou da alteração da Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências, conforme consta do Processo nº 23001.000633/2020-65.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 535/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que analisou recurso interposto para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria nº 17, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia Civil, bacharelado, a ser ofertado pela Faculdade Maurício de Nassau de Maceió, instalada na Rua Professor Sandoval Arroxelas, nº 239, Bairro Ponta Verde, no município de Maceió, no estado de Alagoas, mantida pela Adea - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda., com sede no mesmo endereço, com duzentas e quarenta vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23001.000078/2013-42.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

DESPACHO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 271/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria nº 1.252, de 7 de dezembro de 2017, para autorizar o funcionamento do curso de Medicina Veterinária, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Uninassau de Aracaju, no município de Aracaju, no estado de Sergipe, mantida pela Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda., com sede no mesmo município e estado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23001.001070/2017-27 (e-MEC nº 201601792).

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 188, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria (FUPAI), CNPJ nº 18.025.536/0001-27, atuar como fundação de apoio ao Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) conforme o Processo nº 23000.019851/2022-45.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 189, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE), CNPJ nº 51.619.104/0001-10, atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT), conforme o Processo nº 23000.028040/2022-35.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 190, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), CNPJ nº 83.476.911/0001-17, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), conforme o Processo nº 23000.029052/2022-87.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 191, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências (Fundação PÁTRIA), CNPJ nº 71.558.068/0001-39, atuar como fundação de apoio à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), conforme o Processo nº 23000.010432/2022-48.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 192, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Delfim Mendes Silveira (FDMS), CNPJ nº 03.703.102/0001-61, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), conforme o Processo nº 23000.029193/2022-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 193, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC), CNPJ nº 06.220.430/0001-03, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), conforme o Processo nº 23000.027941/2022-18.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 194, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica. autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande (FAURG), CNPJ nº 03.483.912/0001-50, a atuar como fundação de apoio ao Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG-EBSERH), conforme o Processo nº 23000.027746/2022-80.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 195, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica. renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC), CNPJ nº 06.220.430/0001-03, atuar como fundação de apoio ao Instituto Militar de Engenharia (IME), conforme o processo nº 23000.024074/2022-51.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 196, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica. renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (Fundação RTVE), CNPJ nº 01.517.750/0001-06, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), conforme o Processo nº 23000.019120/2022-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 197, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica. renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais (Fundação CEFETMINAS), CNPJ nº 00.278.912/0001-20, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), conforme o Processo nº 23000.028826/2022-52.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 198, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica. renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), CNPJ nº 00.799.205/0001-89, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), conforme o Processo nº 23000.032433/2021-62.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 944, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201926462	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CENTRO FED DE ED TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA RJ	AVENIDA MARACANÃ, 229, MARACANÃ, RIO DE JANEIRO/RJ
2	202016568	PEDAGOGIA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Araguaia	SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA DE GOIAS S/C LTDA	AVENIDA T-10, 1047, UNIDADE BUENO, SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO
3	201816841	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASÍLIA DO ESTADO DE GOIÁS	CENTRO EDUCACIONAL MONTES BELOS LTDA	AVENIDA HERMÓGENES COELHO, 340, SETOR UNIVERSITÁRIO, SÃO LUÍS DE MONTES BELOS/GO
4	201926072	ENGENHARIA BIOMÉDICA (Bacharelado)	320 (trezentas e vinte)	Centro Universitário das Américas	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS S.A.	RUA AUGUSTA, 1520, 1508 A , CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
5	201815369	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÂNIA	ASSOBES ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA T-2, 1993, CAMPUS - GOIÂNIA - SETOR BUENO, SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO
6	201815252	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SALVADOR	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA JORGE AMADO, 780, UNIDADE IMBUÍ, BOCA DO RIO, SALVADOR/BA
7	201926362	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA GOVERNADOR CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, 110, , BOA VISTA, RECIFE/PE
8	201803167	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	50 (cinquenta)	Centro Universitário Facid Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, , HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
9	201927069	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 683, , CENTRO, ANÁPOLIS/GO
10	202018374	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGÜERA DE DOURADOS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA MANOEL SANTIAGO, 1155, , VILA SÃO LUIS, DOURADOS/MS
11	201928584	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 300, CAMPUS BARÃO RIO BRANCO, CENTRO, IMPERATRIZ/MA
12	201927646	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE MACEIÓ	ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 3800, UNIDADE SEDE, CIDADE UNIVERSITÁRIA, MACEIÓ/AL
13	202016504	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA FERNANDO OSÓRIO, 2.301, , TRÊS VENDAS, PELOTAS/RS
14	201929759	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA FERNANDO OSÓRIO, 2.301, , TRÊS VENDAS, PELOTAS/RS
15	201926820	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PORTO ALEGRE	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA CAVALHADA, 4980, , CAVALHADA, PORTO ALEGRE/RS
16	201816143	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE BEZERRA DE ARAÚJO	CENTRO DE FORMACAO PROFISSIONAL BEZERRA DE ARAUJO LTDA.	RUA CARIUS, 223, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO/RJ
17	202017743	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO NORTE	ASSOCIACAO SANTA TERESINHA DE MOSSORO	PRAÇA DOM JOÃO COSTA, 511, SANTO ANTÔNIO, MOSSORÓ/RN
18	201925807	PEDAGOGIA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Educamais	EGEA - ESCOLA GLOBAL DE EDUCACAO AVANCADA S.A	RUA CONDE DO PINHAL, 80, SEDE CONDE DO PINHAL, CENTRO, SÃO PAULO/SP
19	201815440	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade Estácio de Curitiba	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AV. SENADOR SOUZA NAVES, 1715, , CRISTO REI, CURITIBA/PR
20	201929446	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Fasipe Cuiabá	INSTITUTO DE ENSINO UNIFASIPE LTDA	RUA JORNALISTA AMARO DE FIGUEIREDO FALCÃO, 133, CUIABÁ/MT - RUA JORNALISTA AMARO DE FIGUEIREDO FALCÃO, CPA I, CUIABÁ/MT
21	202020086	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Fasipe Cuiabá	INSTITUTO DE ENSINO UNIFASIPE LTDA	RUA JORNALISTA AMARO DE FIGUEIREDO FALCÃO, 133, CUIABÁ/MT - RUA JORNALISTA AMARO DE FIGUEIREDO FALCÃO, CPA I, CUIABÁ/MT
22	201901748	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Multivix Vila Velha	MULTIVIX VILA VELHA - ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RODOVIA DO SOL, 3990, UNIDADE SEDE, JOCKEY DE ITAPARICA, VILA VELHA/ES
23	201815367	FARMÁCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PARANAENSE	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	ALAMEDA DOM PEDRO II, 432, UNIDADE SEDE, BATEL, CURITIBA/PR
24	201927460	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA CABO VALÉRIO SANTOS, 297, , ÁTILA DE PAIVA (BARREIRO), BELO HORIZONTE/MG
25	202020341	PEDAGOGIA (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	Faculdades Integradas de Taguaí	INSTITUTO DE SERVICOS EDUCACIONAIS VALE DO PARANAPANEMA LTDA	RUA DAS ACÁCIAS, 110, , JARDIM PRIMAVERA I, TAGUAÍ/SP
26	201803449	DESIGN (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FUNDACAO EDUCACIONAL ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE	AVENIDA OSCAR MARTINS RANGEL, 4500, , FOGÃO GAÚCHO, TAQUARA/RS
27	202018134	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ - UniFIC	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO LTDA	RUA JULIO CAVALCANTE, 34, , AREIAS I, IGUATU/CE
28	202018133	FARMÁCIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ - UniFIC	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO LTDA	RUA JULIO CAVALCANTE, 34, , AREIAS I, IGUATU/CE
29	201927609	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE TERRA NORDESTE	SOCIEDADE UNINORDESTE DE EDUCACAO UNIVERSITARIA DE CAUCAIA S/S LTDA	RUA CORONEL CORREIA, 1119, - ATÉ 1179/1180, PARQUE SOLEDADE, CAUCAIA/CE
30	201927232	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	Faculdade UNIGUAÇU	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO IGUACU LTDA - ME	RUA VALENTIM CELESTE PALAVRO, 1.501, CONJUNTO PANORAMA, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR
31	201929482	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS (Licenciatura)	100 (cem)	Faculdade Unina	SAO BRAZ EDUCACIONAL LTDA - ME	RUA CLÁUDIO CHATAGNIER, 112, FACULDADE SÃO BRAZ - FSB, BACACHERI, CURITIBA/PR
32	201929377	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	INSTITUTO DE EDUCACAO SECULO XXI LTDA	AVENIDA EVANDI AMÉRICO COMARELA, S/N, UNIDADE II, CENTRO, VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES
33	202016525	QUÍMICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE	AVENIDA HUGO SCHLOSSER, 605, , JARDIM MALUCHE, BRUSQUE/SC
34	201926009	GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	RUA 14 DE JULHO, 150, , COQUEIROS, FLORIANÓPOLIS/SC
35	201926590	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARANA	R. ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES, 453, , PORTO SEGURO, PARANAGUÁ/PR
36	201927018	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	BR 470,, 6500, , BAIRRO SAPOPEMA, VERANÓPOLIS/RS
37	201927016	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA AVELINO ANTÔNIO DE SOUZA, 1730, , NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CAXIAS DO SUL/RS

38	201927118	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura)	32 (trinta e duas)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA ALBERTO HOFFMANN, 285, , RESTINGA, PORTO ALEGRE/RS
39	201815262	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.	AVENIDA DOM PEDRO I, 3.575, ESQUINA COM R. ANTÔNIO CASTILHO MARCONDES, JARDIM EULÁLIA, TAUBATÉ/SP
40	201815264	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	70 (setenta)	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.	AVENIDA DOM PEDRO I, 3.575, ESQUINA COM R. ANTÔNIO CASTILHO MARCONDES, JARDIM EULÁLIA, TAUBATÉ/SP
41	201815409	CIÊNCIA E INOVAÇÃO EM ALIMENTOS (Bacharelado)	20 (vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	AV. IPIRANGA, 6681, , PARTENON, PORTO ALEGRE/RS
42	201927037	BIOMEDICINA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA CEARÁ, 333, CAMPO GRANDE/MS - MATRIZ, MIGUEL COUTO, CAMPO GRANDE/MS
43	201930335	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.	RUA CASA DO ATOR, 294, CAMPUS VILA OLIMPIA, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO/SP
44	201927314	ESTÉTICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO	AV. SHISHIMA HIFUMI, Nº 2911, BAIRRO URBANOVA, 2911, URBANOVA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
45	201815818	MEDICINA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	PRAÇA PROF. EDMIR SÁ SANTOS, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAVRAS/MG
46	201815269	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO, AVENIDA RORAIMA, 1000, CAMPUS - SANTA MARIA - CAMOBI, CAMOBI, SANTA MARIA/RS
47	202016349	LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA (Licenciatura)	135 (cento e trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3890, , BENFICA, FORTALEZA/CE
48	201815399	ENGENHARIA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA RAIMUNDO SANTANA CRUZ, , , SAO TOME, SALINÓPOLIS/PA
49	201801721	MECATRÔNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	390 (trezentas e noventa)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	AVENIDA PROFESSOR LUIZ IGNÁCIO ANHAIA MELLO, 1363, - ATÉ 2001 - LADO ÍMPAR, VILA PRUDENTE, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 946, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201928755	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA	RUA ABRAHÃO ISSA HALACK, 980, RIBEIRÂNIA., 980, RIBEIRÂNIA, RIBEIRÃO PRETO/SP
2	202123827	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE DO RIO DE JANEIRO	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALISTAS	RUA GASTÃO GONÇALVES, 79, SANTA ROSA, NITERÓI/RJ
3	202122719	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SUDOESTE PAULISTA	INSTITUICAO CHADDAD DE ENSINO LTDA	RUA JOSÉ DE ALMEIDA CARVALHO, 1695, CAMPUS ITAPETININGA, VILA LEONOR, ITAPETININGA/SP
4	202122671	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE AGES DE JACOBINA	AGES EDUCACAO LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 701, CAMPUS JACOBINA, PEDRA BRANCA, JACOBINA/BA
5	201929548	ENGENHARIA DE MINAS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE AGES DE JACOBINA	AGES EDUCACAO LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 701, CAMPUS JACOBINA, PEDRA BRANCA, JACOBINA/BA
6	201929518	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE AGES DE JACOBINA	AGES EDUCACAO LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 701, CAMPUS JACOBINA, PEDRA BRANCA, JACOBINA/BA
7	202122664	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE AGES DE MEDICINA DE IRECÊ	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA DR. ANGELO DOURADO, 27, PRÉDIO ANEXO: PRAÇA GOES CALMON, 33, CENTRO, IRECÊ/BA
8	202122613	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
9	202122614	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
10	202122626	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
11	202122627	HISTÓRIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
12	202122632	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
13	202122633	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
14	202122634	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
15	202122784	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA	SEDUP - SOCIEDADE EDUCACIONAL DA PARAIBA LTDA	RUA FRANCISCO LEOCÁDIO RIBEIRO COUTINHO, 68, UNIDADE SEDE, AEROCLUBE, JOÃO PESSOA/PB
16	202123759	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESAMC UBERLÂNDIA	IDEA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANCADO LTDA	AVENIDA VASCONCELOS COSTA, 270, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
17	202113404	PRODUÇÃO DE CERVEJA (Tecnológico)	20 (vinte)	FACULDADE ESCOLA POLITÉCNICA DE INOVAÇÃO E CONHECIMENTO APLICADO	ESCOLA SUPERIOR DE CERVEJA E MALTE LTDA	RUA ELSBETH FEDDERSEN, 72, SALTO NORTE, BLUMENAU/SC
18	202123547	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE IBMEC	IBMEC EDUCACIONAL LTDA.	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
19	202123549	DEFESA CIBERNÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE IBMEC	IBMEC EDUCACIONAL LTDA.	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG

20	202123557	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PSICOLOG	PSICOLOG - INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMPORTAMENTO LTDA	RUA JÚLIO PRESTES, 959, JARDIM SUMARÉ, RIBEIRÃO PRETO/SP
21	202122852	TEOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO BRASIL	CENTRO MEDICO E ESTETICO LCM LTDA	RUA ITAJUBÁ, 02, CPA I, CUIABÁ/MT
22	202124407	AGRONOMIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES SULAMÉRICA BAHIA	DAM EMPREENDIMENTOS E HOLDING EIRELI	RUA GLABER ROCHA, 66, JARDIM PARAISO, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
23	202124418	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES SULAMÉRICA BAHIA	DAM EMPREENDIMENTOS E HOLDING EIRELI	RUA GLABER ROCHA, 66, JARDIM PARAISO, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
24	202123256	FONOAUDIOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE VERDE NORTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL VERDE NORTE LTDA - ME	AVENIDA JOSÉ ALVES MIRANDA, 500, FACULDADE VERDE NORTE, ALTO SÃO JOÃO, MATO VERDE/MG
25	202123498	PEDAGOGIA (Licenciatura)	113 (cento e treze)	INSTITUTO AMAZÔNICO DE ENSINO SUPERIOR	J. DE L. E LIMA & CIA LTDA	RUA SÃO LUÍS, 441, ADRIANÓPOLIS, MANAUS/AM
26	202124732	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RODOVIA BR 316, KM 3, GUANABARA, ANANINDEUA/PA
27	202125115	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RODOVIA JOSÉ AURÉLIO VILELA - BR 267, 11999, UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - CAMPUS POÇOS DE CALDAS, CIDADE UNIVERSITÁRIA, POÇOS DE CALDAS/MG
28	202125103	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RODOVIA JOSÉ AURÉLIO VILELA - BR 267, 11999, UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - CAMPUS POÇOS DE CALDAS, CIDADE UNIVERSITÁRIA, POÇOS DE CALDAS/MG

PORTARIA Nº 949, DE 1º DE NOVENBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201929409	PSICOLOGIA (Bacharelado)	60	FACULDADE ANHANGUERA DO AMAZONAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA NOEL NUTELS, 1762, - DE 851/852 A 2399/2400, CIDADE NOVA, MANAUS/AM
2	201928062	DIREITO (Bacharelado)	200	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE TERESINA	ORGANIZACAO TECNOLOGICA DE ENSINO LTDA	RUA ANFRÍSIO LOBÃO, 2039, JÓQUEI, TERESINA/PI
3	201906181	DIREITO (Bacharelado)	280	FACULDADE MARECHAL RONDON DE BAURU	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 10-31, - DE QUADRA 9 AO FIM, JARDIM PANORAMA, BAURU/SP
4	201906179	ENFERMAGEM (Bacharelado)	280	FACULDADE MARECHAL RONDON DE BAURU	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 10-31, - DE QUADRA 9 AO FIM, JARDIM PANORAMA, BAURU/SP
5	201906183	FARMÁCIA (Bacharelado)	280	FACULDADE MARECHAL RONDON DE BAURU	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 10-31, - DE QUADRA 9 AO FIM, JARDIM PANORAMA, BAURU/SP
6	201906180	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	280	FACULDADE MARECHAL RONDON DE BAURU	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 10-31, - DE QUADRA 9 AO FIM, JARDIM PANORAMA, BAURU/SP
7	201906182	PSICOLOGIA (Bacharelado)	300	FACULDADE MARECHAL RONDON DE BAURU	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, 10-31, - DE QUADRA 9 AO FIM, JARDIM PANORAMA, BAURU/SP
8	202112906	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	50	FACULDADE PHYSIO CURSOS	PHYSIO CURSOS LTDA	RUA DA CONSOLAÇÃO, 1681, - DE 1101 A 2459 - LADO ÍMPAR, CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
9	201901679	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	80	FACULDADE PITÁGORAS DE CARUARU	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA CLETO CAMPELO, 36, - LADO PAR, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU/PE
10	201930087	DIREITO (Bacharelado)	90	FACULDADE PITÁGORAS DE PARANAGUÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ, 374, - ATÉ 1501/1502, VILA PARANAGUÁ, PARANAGUÁ/PR
11	201930088	PSICOLOGIA (Bacharelado)	60	FACULDADE PITÁGORAS DE PARANAGUÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ, 374, - ATÉ 1501/1502, VILA PARANAGUÁ, PARANAGUÁ/PR
12	202014439	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100	INSTITUTO DO SUL DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	AVENIDA ESTEVÃO EMILIO DE SOUZA, 980, CEARÁ, CRICIÚMA/SC
13	202014444	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100	INSTITUTO DO SUL DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	AVENIDA ESTEVÃO EMILIO DE SOUZA, 980, CEARÁ, CRICIÚMA/SC
14	202014442	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100	INSTITUTO DO SUL DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	AVENIDA ESTEVÃO EMILIO DE SOUZA, 980, CEARÁ, CRICIÚMA/SC
15	202014440	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100	INSTITUTO DO SUL DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	AVENIDA ESTEVÃO EMILIO DE SOUZA, 980, CEARÁ, CRICIÚMA/SC
16	202014443	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100	INSTITUTO DO SUL DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	AVENIDA ESTEVÃO EMILIO DE SOUZA, 980, CEARÁ, CRICIÚMA/SC

PORTARIA Nº 950, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201929542	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE AGES DE JACOBINA	AGES EDUCACAO LTDA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 701, CAMPUS JACOBINA, PEDRA BRANCA, JACOBINA/BA
2	202123225	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA	FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA LTDA. - ME	RUA ERNESTO GEISEL QUADRA 72, S/N, LOTE: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 E 24, PARAÍSO, PARAUAPEBAS/PA
3	202122834	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELA, S/N, SG - 07, ININGA, TERESINA/PI

PORTARIA Nº 951, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; tendo em vista o disposto no art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3/9/2018; considerando o disposto no Processo SEI nº 23000.030530/2022-00 (relacionado com o Processo e-MEC nº 202205230), resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora.

§ 1º A Instituição de Educação Superior Incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no Sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição Incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior Incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do Sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
202205230	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR GUAIRACÁ Ltda. - SESG (cód. 2390) CNPJ: 06.060.722/0001-18	CENTRO UNIVERSITÁRIO GUAIRACÁ - UNIGUAIRACÁ (cód. 3797).	Faculdade Guairacá de Prudentópolis (cód. 21992).	CENTRO UNIVERSITÁRIO GUAIRACÁ - UNIGUAIRACÁ (cód. 3797).	Rua XV de Novembro, nº 7.050, no bairro Centro, no município de Guarapuava, no estado do Paraná. CEP: 85.010-000.

PORTARIA Nº 952, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; tendo em vista o disposto no art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3/9/2018; considerando o disposto no Processo SEI nº 23000.030530/2022-00 (relacionado com o Processo e-MEC nº 202208733), resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora.

§ 1º A Instituição de Educação Superior Incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no Sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição Incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior Incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do Sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
202208733	ASSOCIAÇÃO IGREJA ADVENTISTA MISSIONÁRIA - AIAMIS (cód. 1390) CNPJ: 03.365.403/0001-22.	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA - UNINTA (cód. 2111)	Faculdade UNINTA (cód. 21816)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA - UNINTA (cód. 2111)	Rua Antônio Rodrigues Magalhães, nº 359, bairro Dom Expedito, no município de Sobral, estado do Ceará. CEP: 62.050-100.

PORTARIA Nº 953, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; tendo em vista o disposto no art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3/9/2018; considerando o disposto no Processo SEI nº 23000.030530/2022-00 (relacionado com o Processo e-MEC nº 202212878), resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora.

§ 1º A Instituição de Educação Superior Incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no Sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição Incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior Incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do Sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

Processo e-MEC	**Mantenedora, CNPJ**	**IES Incorporadora**	**IES Incorporada**	**Denominação da IES após a unificação de mantidas**	**Endereço da IES após a unificação de mantidas**
202212878	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PONTAPORANENSE - AESP (cód. 15808) CNPJ nº 01.998.483/0001-28.	FACULDADES MAGSUL - FAMAG (cód. 940)	FACULDADES INTEGRADAS DE PONTA PORÃ - FAPP (cód. 976)	FACULDADES MAGSUL - FAMAG (cód. 940)	Avenida Presidente Vargas, nº 725, no bairro Centro, no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul. CEP: 79.904-616.

PORTARIA Nº 954, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; tendo em vista o disposto no art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3/9/2018; considerando o disposto no Processo SEI nº 23000.030530/2022-00 (relacionado com o Processo e-MEC nº 202214337), resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora.

§ 1º A Instituição de Educação Superior Incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no Sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição Incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior Incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do Sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
202214337	IREP - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL Ltda. (cód. 545) CNPJ: 02.608.755/0001-07	FACULDADE ESTÁCIO DE NATAL (cód. 2460).	FAL ESTÁCIO - FACULDADE ESTÁCIO DE NATAL (cód. 1208).	FACULDADE ESTÁCIO DE NATAL (cód. 2460).	Av. Almirante Alexandrino de Alencar, nº 708, bairro Alecrim, mun. Natal, Rio Grande do Norte. CEP: 59.030-350.

PORTARIA Nº 955, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no art. 27 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 50-A da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018 e a Resolução CNE/CES nº 1/2019, de 19 de março de 2019; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.026358/2022-81, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 128/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de atribuição de registro de seus próprios diplomas, pleiteado pela Faculdade Stella Maris (código e-MEC nº 2256), mantida pela CIA Educacional Rancho Alegre (código e-MEC nº 3094), ambas com sede no município de Fortaleza, no estado no Ceará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 956, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em conformidade com o disposto no art. 27 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 50-A da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018 e a Resolução CNE/CES nº 1/2019, de 19 de março de 2019; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.021189/2022-93, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 129/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Fica estendida à Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (código e-MEC nº 3523), mantida pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (código e-MEC nº 2229), ambas com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, a atribuição de registro dos diplomas por ela expedidos.

Parágrafo único. A manutenção da atribuição a que se refere o art. 1º será objeto de análise no processo de recredenciamento subsequente da Instituição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 957, DE 1º DE NIVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e a Portaria Conjunta nº 3, de 7 de julho de 2021, com fundamento no § 6º do art. 31 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e na Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando o que consta do Processo SEI nº 23000.031657/2019-32 (relacionado ao Processo e-MEC nº 201931035), resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso de Engenharia de Transporte e Mobilidade (código e-MEC 1506556), bacharelado, com 40 (quarenta) vagas totais anuais, pela Universidade Federal de Pelotas, código 634, a ser ministrado na Rua Washington Luiz, nº 675, Centro Histórico, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida, exclusivamente, para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 3.037, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, e reconduzida pelo Decreto de 29/09/2022, publicado no DOU de 30 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, resolve:

Art. 1º Extinguir a Coordenadoria de Manutenção Predial - CMP/DADM/PROAD, Reitoria, código FG-04, subordinada ao Departamento de Administração - DADM/PROAD, Reitoria.

Art. 2º Extinguir a Coordenadoria de Transporte - CT/DADM/PROAD, Reitoria, código FG-01, subordinada ao Departamento de Administração - DADM/PROAD, Reitoria.

Art. 3º Remanejar, o código FG-01, da Coordenadoria de Transporte - CT/DADM/PROAD, Reitoria, para a Coordenadoria de Manutenção e Transporte - CMT/DADM/PROAD, Reitoria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/11/2022.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Cria no Campus I da UFPB o Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba (CPT-ETS), o Departamento de Registro, Promoção e Assistência a Saúde (RPPAS), o Departamento de Diagnóstico, Práticas Laboratoriais e Odontológicas (DDPLO), transfere a estrutrura física e patrimonial, cursos profissionais regulares e de especialização em Gerontologia da Escola Técnica de Saúde vinculada ao Centro de Ciências da Saúde da UFPB para o CPT-ETS, e dá outras providências.

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba - CONSUNI, no uso de suas atribuições, com base na legislação em vigor, tendo em vista a deliberação em plenário ocorrida em 06 de setembro de 2022 (Processo nº 23074. 113452/2021-26).

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394 de 1996 concernente a Educação Profissional e Tecnológico;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.892 de 29/12/2008 que estabelece a Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do País, no âmbito do Sistema Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação, na qual a Unidade está contida;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica do País;

CONSIDERANDO que a Escola Técnica de Saúde representa a Unidade da Universidade Federal da Paraíba, Campus 1, que integra a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir o Centro Profissional e Tecnológico no âmbito da UFPB, com professores da carreira EBTT, face a especificidade da Educação Profissional e Tecnológica da UFPB;

CONSIDERANDO que a Educação Profissional e Tecnológica da UFPB é desenvolvida por meio de cursos e programa, com base no § 2º do art. 39 da LDB e no Decreto nº 5.154/2004;

CONSIDERANDO a necessidade de estreitar o relacionamento entre o Ensino Superior, a Educação Básica e o mundo do trabalho na área Profissional e Tecnológica, resolve:

Art. 1º. Criar o Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba - CPT-ETS, o Departamento de Registro, Promoção e Assistência a Saúde (RPPAS) e o Departamento de Diagnóstico, Práticas Laboratoriais e Odontológicas (DDPLO), no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, a partir do desmembramento da Escola Técnica de Saúde ETS do Centro de Ciências da Saúde.

Parágrafo único. As atribuições e competências do CPT-ETS, para a Educação Profissional e Tecnológica, serão definidas de acordo com o Estatuto e Regimento Geral da UFPB, no que lhes são atinentes.

Art. 2º. Transferem-se da Escola Técnica de Saúde da UFPB vinculada ao Centro de Ciências da Saúde para CPT-ETS, as salas de aula didáticas, os laboratórios didáticos dos cursos técnicos, a biblioteca setorial, auditório, as salas de aulas e para docentes, as coordenações dos cursos técnicos, as duas áreas de lazer, assim como os cursos técnicos de Agente Comunitário de Saúde, Análises Clínicas (Modalidade Regular e EJA), Cuidados de Idosos (Modalidade Regular e EJA), Enfermagem, Prótese Dentária, Registro em Informação em Saúde, Saúde Bucal, Segurança do Trabalho e o curso de Especialização em Gerontologia e toda a estrutura administrativa, acadêmica, patrimonial, orçamentária e de pessoal, pertencente à Escola Técnica de Saúde da UFPB, vinculada ao Centro de Ciências da Saúde da UFPB.

Art. 3º. Integram a estrutura administrativa e acadêmica do referido Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba - CPT-ETS, o Departamento de Registro, Promoção e Assistência à Saúde (RPPAS) e o Departamento de Diagnóstico, Práticas Laboratoriais e Odontológicas (DDPLO), os cursos técnicos de Agente Comunitário de Saúde, Análises Clínicas (Modalidade Regular e EJA), Cuidados de Idosos (Modalidade Regular e EJA), Enfermagem, Prótese Dentária, Registro em Informação em Saúde, Saúde Bucal e Segurança do Trabalho e o curso de Especialização em Gerontologia.

Art. 4º. O Art. 15 do Estatuto da UFPB passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. O Campus I, sediado na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros:

.....

.....

XVII - Centro Profissional e Tecnológico Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba - CPT-ETS."

Art. 5º. Integram o Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba os seus departamentos, tendo como atribuições o disposto nos artigos 52 a 58 do Estatuto e regendo-se na forma do contido nos artigos 11 a 19 do Regimento Geral desta Universidade.

Art. 6º. A organização e o funcionamento do Centro Profissional e Tecnológico- Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba serão estabelecidos em regimento próprio, elaborado e aprovado na forma do Estatuto da UFPB, de acordo com o que dispõe o Art. 7º do Regimento Geral desta Instituição.

§1º O regimento do Centro Profissional e Tecnológico- Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba será objeto de resolução específica do Conselho Universitário.

§2º Enquanto não for aprovado o Regimento próprio do Centro Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições do Regimento Interno da Escola Técnica de Saúde da UFPB.

Art. 7º. A estrutura e organização administrativa e academica do Centro e do Departamentos Profissional e Tecnológico - Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraiba desta norma devem obedecer a dos Centros da UFPB, na forma do disposto no Estatuto e no Regimento Geral desta Instituição.

§1º A composição organizacional do Centro, dos Cursos e dos Departamentos, no âmbito desta resolução, será feita pelas normas estatutárias e regimentais da UFPB.

§2º Cabe aos orgãos afins da UFPB o devido assessoramento para implantação das Unidades setoriais do Centro, dos Cursos existentes e Departamentos ora criados .

Art. 8º.Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 9º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

VALDINEY VELOSO GOUVEIA
Presidente do Conselho

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.415, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 928, de 28 de março de 2022, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.034485/2022-27, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por cinco anos, os seguintes cursos realizados na modalidade de ensino à distância (EAD) pela empresa TECNODATA EDUCACIONAL LTDA., CNPJ nº 02.117.348/0001-99, situada na Rua Suécia, nº 623, Fundos, Bairro Tarumã, CEP: 82.800-060, Curitiba/PR:

I - Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos;

II - Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Carga Indivisível e outras objeto de Regulamentação Específica pelo CONTRAN;

III - Curso para Condutores de Veículos de Emergência;

IV - Curso para Condutores de Veículo de Transporte coletivo de Passageiros;

V - Curso para Condutores de Veículos de Transporte Escolar;

VI - Curso de Atualização para Condutores de Veículo de Transporte de Escolares;

VII - Curso de Atualização para Condutores de Veículo de Transporte de emergência;

VIII - Curso de Atualização para Condutores de Veículo de Transporte de Cargas de Produtos Perigosos;

IX - Curso de Atualização para Condutores de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros; e

X - Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Cargas com Blocos de Rochas Ornamentais e outras cujo Transporte seja objeto de Regulamentação Específica pelo CONTRAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.477, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o Anexo IV - Tabela de Códigos de Enquadramentos das Infrações, da Portaria SENATRAN nº 354, de 31 de março de 2022.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e o art. 2º da Resolução CONTRAN nº 217, de 14 de dezembro de 2006, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.036415/2021-22, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera o Anexo IV - Tabela de Códigos de Enquadramentos das Infrações, da Portaria SENATRAN nº 354, de 31 de março de 2022, que estabelece os campos e informações mínimas que devem compor o Auto de Infração de Trânsito (AIT).

Art. 2º O Anexo IV - Tabela de Códigos de Enquadramentos das Infrações, da Portaria SENATRAN nº 354, de 2022, passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo.

Art. 3º Ficam criados os códigos referentes às seguintes infrações previstas no CTB:

I - art. 163 combinado com o inciso VII do art. 162:

a) 7773-1; e

b) 7773-2;

II - art. 164 combinado com o inciso VII do art. 162:

a) 7781-1; e

b) 7781-2;

III - parágrafo único do art. 278 combinado com o art. 210: 7765-0.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

ANEXO

CÓDIGO	DESDOB.	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO (RESUMIDA)	AMPARO CTB	INFRATOR	GRAVIDADE	ÓRGÃO COMPETENTE
7773	1	Entregar veículo a pessoa sem possuir cursos especializados obrigatórios	163 c/c 162, VII	Proprietário	7 - Gravíss	ESTADUAL/RODOV
7773	2	Entregar veículo a pessoa sem possuir cursos específicos obrigatórios.	163 c/c 162, VII	Proprietário	7 - Gravíss	ESTADUAL/RODOV
7781	1	Permitir posse e condução do veículo por pessoa sem possuir cursos especializados obrigatórios	164 c/c 162, VII	Proprietário	7 - Gravíss	ESTADUAL/RODOV
7781	2	Permitir posse e condução do veículo por pessoa sem possuir cursos específicos obrigatórios	164 c/c 162, VII	Proprietário	7 - Gravíss	ESTADUAL/RODOV
7765	0	Fugir o condutor à ação policial	278, § único c/c 210	Condutor	SDD - Gravíss	ESTAD/MUNIC/RODOV

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.596, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.041277/2022-51, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Marca Salto;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0400;

III - município (UF): Angélica (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 59' 00'' S / 053° 54' 14'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 19 de abril de 2023.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1016/SIA de 18 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, Seção 1 Página 8.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 145, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.016767/2022-68 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer da petição protocolada pelo Sindicato das Empresas Operadoras de Terminais Retroportuários de Itajaí e Região - SINTER.

Art. 2º No mérito, indeferir pedido de medida cautelar para suspensão imediata de todas as cobranças relativas ao Serviço de Segregação e Entrega de Containers (SSE), incluídas as rubricas de levante, pesagem e armazenagem.

Art. 3º Reconhecer a conexão da matéria ora em deliberação com aquela discutida nos processos nº 50300.014077/2022-74, 50300.015876/2022-68 e 50300.013135/2022-42, motivo pelo qual deverão os presentes autos serem encaminhados à Secretaria-Geral da ANTAQ para as providências decorrentes.

Art. 4º Encaminhar os presentes autos à Superintendência de Regulação para que promova sua instrução no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em consonância com o entendimento adotado no Processo nº 50300.013135/2022-42.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ACÓRDÃO Nº 550-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014942/2022-82
2. Interessados: Cafebras Comércio de Cafés do Brasil S.A.; Conselho de Exportadores de Café do Brasil - Cecafé; CMA CGM Société Anonyme e CMA CGM do Brasil Agência Marítima Ltda.
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de denúncia com pedido de medida cautelar de interesse da Cafebras Comércio de Cafés do Brasil S.A., doravante Cafebras, representada pelo Conselho de Exportadores de Café do Brasil - Cecafé, que alega a realização de cobranças indevidas efetuadas por parte da CMA CGM Société Anonyme, representada pela CMA CGM do Brasil Agência Marítima Ltda., relativas a supostas pendências decorrentes de sobrestadia (detention) de contêineres,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 531, ante as razões expostas pelo Relator, em referendar a Deliberação-DG nº 130/2022 (SEI nº 1734571).

6. Data da Reunião: 24 a 26/10/2022 - Virtual.
7. Especificação do quórum:

7.1 Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e Alexandre Lopes.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 560-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.016487/2022-50
2. Interessado: APM Terminals Itajaí S.A.
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de Recurso de Reconsideração interposto pela APM Terminals Itajaí S.A. em face da Deliberação-DG nº 55/2022 (SEI nº 1725607),

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 531, ante as razões expostas pelo Relator, em não conhecer do recurso, com fundamento no inciso I do art. 49 da Resolução-ANTAQ nº 66/2022.

6. Data da Reunião: 24 a 26/10/2022 - Virtual.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e Alexandre Lopes.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 571-2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.011650/2022-98
2. Interessado: GMS Serviços Marítimos Gerais Ltda.
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de solicitação de registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário no município de São Luís/MA pela empresa GMS Serviços Marítimos Gerais Ltda.,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 531, ante as razões expostas pela Relatora, em:

5.1. deferir o registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário solicitado pela empresa GMS Serviços Marítimos Gerais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.514.972/0001-83, referente à instalação portuária localizada na Rua do Porto nº 03, bairro Coqueiro, no município de São Luís/MA, com fulcro no art. 2º, inciso V, da Resolução Normativa-ANTAQ nº 13/2016;

5.2. ressaltar que o registro ora deferido não desonera a requerente do atendimento às exigências junto à Receita Federal, assim como aos padrões de regularidade e segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, especialmente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Poder Público Municipal, à Autoridade Aduaneira, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente; e

5.3. cientificar a requerente acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 24 a 26/10/2022 - Virtual.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e Alexandre Lopes.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANTAQ Nº 531 REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2022

Às 14 horas do dia 24 de outubro de 2022, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ nº 531, com a participação da Diretora Flávia Takafashi, do Diretor Alexandre Lopes, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e do representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Procurador-Chefe Artur Watt Neto.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

As atas estão publicadas no Portal da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foram retirados de pauta os seguintes processos:

- 50300.013391/2022-30, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery; e
- 50300.020893/2021-36, de relatoria do Diretor Alexandre Lopes.

PEDIDOS DE VISTA

- O processo de nº 50300.009135/2022-48, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. Não houve adiantamento de votos. O processo constará da pauta da próxima reunião telepresencial.

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada aprovou os Acórdãos de nºs 550 a 581, disponíveis para consulta na internet (https://www.gov.br/antaq).

ENCERRAMENTO

Às 14 horas do dia 26 de outubro, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

DELIBERAÇÃO Nº 10, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 50300.009164/2022-18. Fiscalizada: TES - Terminal Exportador de Santos S/A., CNPJ sob o nº 18.845.076/0001-83. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente da Regional de São Paulo (GRESP) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, decide: pela subsistência do AUTO DE INFRAÇÃO nº 005592-1 (SEI/ANTAQ nº 1639870) e pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, considerando a primariedade e a natureza da infração (leve) conforme dispõe o art. 54, da Resolução 3.259/2014-ANTAQ, à empresa, pelo cometimento da infração tipificada no Art. 32, inciso XXII da Resolução nº 3.274-ANTAQ, por, na data de 28/04/2022, negligenciar a segurança portuária junto à passagem de nível da linha ferroviária adjacente ao GATE 21/SPA.

GUILHERME DA COSTA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 175, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.013397/2022-15, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização nº 2.003-ANTAQ, em favor da empresa POSIDONIA NAVEGAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 29.737.689/0001-13, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na navegação de cabotagem, com fulcro na Resolução Normativa nº 05/ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 176, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.012719/2022-09, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização nº 2.004-ANTAQ, em favor do empresário individual M S DE SANTANA APOIO MARÍTIMO, inscrito no CNPJ sob o nº 27.887.889/0001-27, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 (dois mil) HP, com fulcro na Resolução Normativa nº 05/ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 1.083, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objetos da modificação operacional constam da Licença Operacional - LOP de nº 84; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.196086/2022-18, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da VIACAO UMUARAMA LTDA., CNPJ nº 76.354.281/0001-42, para realizar operação simultânea de serviços intermunicipais com as linhas interestaduais GUAÍRA (PR) - CAMPO GRANDE (MS), prefixo nº 09-0063-00, UMUARAMA (PR) - CAMPO GRANDE (MS), prefixo nº 09-0066-00, e GUAÍRA (PR) - CAMPO GRANDE (MS), prefixo nº 09-0537-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.084, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 165; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.222400/2022-25, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da RODOVIÁRIO SÃO BENTO LTDA., CNPJ nº 17.063.703/0001-61, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha RIBEIRÃO PRETO (SP) - PASSOS (MG), prefixo nº 08-0214-00; e

II - implantar a linha RIBEIRÃO PRETO (SP) - PASSOS (MG), prefixo nº 08-0214-60, com as seguintes seções:

a) de RIBEIRÃO PRETO (SP), BATATAIS (SP), ALTINOPOLIS (SP) e SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA (SP) para PASSOS (MG), SÃO SEBASTIÃO (MG) e ITAU DE MINAS (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.085, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, considerando o que consta no processo administrativo nº 50500.206877/2022-63, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, de desistência da implantação da linha GUARAPUAVA (PR) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 09-0546-30.

Art. 2º Revogar a Decisão SUPAS nº 996, de 06 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2022, Seção 1, pág. 57.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.086, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 49; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.232245/2022-55, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO CONTINENTAL DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 21.642.756/0001-04, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha ARAXÁ (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0092-00; e

II - implantar a linha ARAXÁ (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0092-60, com as seguintes seções:

a) de ARAXÁ (MG) para SÃO PAULO (SP), CAMPINAS (SP), RIBEIRÃO PRETO (SP) e FRANCA (SP); e

b) de SACRAMENTO (MG) para CAMPINAS (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.087, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 82; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.231021/2022-26, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S/A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha MARINGÁ (PR) - TUPÃ (SP), prefixo 09-0550-00, com as seções de MARINGÁ (PR) e LONDRINA (PR) para ASSIS (SP), MARILIA (SP), POMPEIA (SP) e TUPÃ (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.088, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de seção constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.232289/2022-85, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação do serviço com a implantação das seções indicadas, na linha GUANAMBI (BA) - SÃO PAULO (SP), prefixo 05-0097-00:

I - de GUANAMBI (BA) para MONTES CLAROS (MG), JANAUBA (MG) e ESPINOSA (MG);

II - de PINDAI (BA) para MONTES CLAROS (MG), JANAUBA (MG), ESPINOSA (MG) e SÃO PAULO (SP);

III - de URANDI (BA) para MONTES CLAROS (MG) e ESPINOSA (MG); e

IV - de SÃO PAULO (SP) para MONTE AZUL (MG) e MATO VERDE (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.089, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 192; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.036213/2022-21, decide:

Art. 1º Revogar a Decisão SUPAS nº 307, de 4 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2022, uma vez que, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1034975-79.2022.4.01.3400, os mercados solicitados possuem características administrativas.

Art. 2º Deferir o pedido da RICCO TRANSPORTES RODOVIÁRIO E TURISMO EIRELI, CNPJ nº 05.108.552/0001-31, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha POUSO ALEGRE (MG) - OSASCO (SP), prefixo 06-0559-00, com as seções de POUSO ALEGRE (MG) para ATIBAIA (SP), MAIRIPORÃ (SP), GUARULHOS (SP) e SÃO PAULO (SP).

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.090, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 125; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.176036/2022-14, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMTRAM - EMPRESA DE TRANSPORTE MACAUBENSE LTDA., CNPJ nº 16.041.592/0001-20, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha TEÓFILO OTONI (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo 06-0556-00, com as seções de TAUBATÉ (SP), SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) e SÃO PAULO (SP) para CARATINGA (MG), GOVERNADOR VALADARES (MG), LEOPOLDINA (MG) e MURIAÉ (MG).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 293, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida, Processo MigranteWeb n° 47039.008244/2021-08 em nome do imigrante FERNANDO PEDRO SANTA FERREIRA GUILHERME, RNM F491097B, nacional da PORTUGAL, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo SEI nº 08084.006888/2022-37.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 294, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante EIJI KONDO, RNM G466571V, nacional da JAPÃO, filho(a) de KUMIKO KONDO, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo MigranteWeb/SEI nº 47039.007909/2020-77.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 295, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante CHANGCHONG CAO, RNM F304471M, nacional da CHINA, filho(a) de KETING CAO, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo MigranteWeb /SEI nº 47039.011151/2020-71.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 296, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida à imigrante WEI LIU, RNM F156920U, nacional da CHINA, filho(a) de HONGXIA WEI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo MigranteWeb /SEI nº 47039.013638/2018-74.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 297, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida em nome do imigrante FELIX THOMAS ALBUS, RNM F270828T, nacional da ALEMANHA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo MigranteWeb/SEI nº 47039.001289/2022-24.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 298, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina: a instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida em nome do imigrante MUHAMMAD ASRAF BIN AHAMAD, RNM F605566M, nacional da MALÁSIA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo MigranteWeb nº 47039.016268/2021-22.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

DESPACHOS DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 524/2022 de 26/10/2022, 527/2022 de 27/10/2022, 528/2022 de 27/10/2022, 529/2022 de 31/10/2022 e 530/2022 de 31/10/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.016038/2022-65 Requerente: CHUNYU TANG BIJOUX E BOLSAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MEICHAI GUO Data Nascimento: 10/11/1977 Passaporte: ED0690956 País: CHINA Mãe: Jinmei Tang Pai: Jinzhong Guo.

Processo: 08228.015409/2022-91 Requerente: LUMIAR COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Daxin Ye Data Nascimento: 15/01/1992 Passaporte: EF7580878 País: CHINA Mãe: Huizhu Ye Pai: Zeling Ye.

Processo: 08228.015555/2022-17 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Motoki Hamada Data Nascimento: 26/09/1984 Passaporte: TS0147422 País: JAPÃO Mãe: Nobuko Hamada Pai: Masahiko Hamada.

Processo: 08228.015650/2022-11 Requerente: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 24 Meses Imigrante: HIROSHI MIZUGUCHI Data Nascimento: 26/09/1972 Passaporte: TT1537330 País: JAPÃO Mãe: YOSHIKO MIZUGUCHI Pai: OSAMU MIZUGUCHI.

Processo: 08228.015788/2022-11 Requerente: SOUZA CRUZ LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Hassamo Cassamo Adamo Samamad Data Nascimento: 20/05/1983 Passaporte: AB0793603 País: MOÇAMBIQUE Mãe: Armanda Maria Adão Lauchande Samamad Pai: Tualque Nurmamad Samamad.

Processo: 08228.015795/2022-11 Requerente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: MATTEO MALTAGLIATI Data Nascimento: 18/12/1990 Passaporte: YB3107517 País: ITÁLIA Mãe: CARLA TROIANI Pai: AUGUSTO MALTAGLIATI.

Processo: 08228.015887/2022-18 Requerente: HITACHI ASTEMO MANAUS BRAKE SYSTEMS LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: TAKASHI SHIGENO Data Nascimento: 26/12/1971 Passaporte: TT 2.150.942 País: JAPÃO Mãe: KEIKO SHIGENO Pai: MASUJI SHIGENO.

Processo: 08228.015888/2022-46 Requerente: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: ALEXANDRE NICOLAS AMIR CHAHTAHTINSKY Data Nascimento: 16/05/1997 Passaporte: 16CP87490 País: FRANÇA Mãe: Anna Valerievna Glouchko Pai: Alexis Chahtahtinsky.

Processo: 08228.015890/2022-15 Requerente: NIPPON SEIKI DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: TETSUYA KODAMA Data Nascimento: 02/09/1974 Passaporte: TS 0.687.247 País: JAPÃO Mãe: HIDEKO KODAMA Pai: TOMIO KODAMA.

Processo: 08228.015895/2022-48 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: OLGA KULIKOVA Data Nascimento: 10/08/1995 Passaporte: 762490833 País: RÚSSIA Mãe: Natalia Kulikova Pai: Alexey Kulikov .

Processo: 08228.015938/2022-95 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Pawan Hareshlal Narang Data Nascimento: 26/05/1999 Passaporte: T6645696 País: ÍNDIA Mãe: Rachna Hareshlal Narang Pai: Hareshlal Narang.

Processo: 08228.015940/2022-64 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: QINGHUA WANG Data Nascimento: 18/12/1973 Passaporte: EJ3501952 País: CHINA Mãe: Zaiying Wang Pai: Deyin Li.

Processo: 08228.016025/2022-96 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Francisco José Cardeira Lograd Data Nascimento: 15/03/1997 Passaporte: CC117543 País: PORTUGAL Mãe: Maria Iolanda Silvestre Cardeira Pai: Carlos Alberto Fernandes Lograd.

Processo: 08228.016043/2022-78 Requerente: DAZHUANG JIN Prazo: 2 Anos Imigrante: SHAOMEI WANG Data Nascimento: 14/12/1983 Passaporte: EH7921541 País: CHINA Mãe: Chenglian He Pai: Tianyun Wang.

Processo: 08228.016047/2022-56 Requerente: ZM COMERCIO DE ARTIGOS DE VESTUARIOS E ACESSORIOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: BIN FANG Data Nascimento: 05/02/1996 Passaporte: EJ3017407 País: CHINA Mãe: Yongqiong Liu Pai: Qifu fang.

Processo: 08228.016058/2022-36 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Itzel Indhira Martinez Rios Data Nascimento: 06/06/1989 Passaporte: N02127038 País: MÉXICO Mãe: Juana Rios Hernandez Pai: Israel Martinez Romero.

Processo: 08228.016076/2022-18 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: VLADIMIR KARASEV Data Nascimento: 08/10/1980 Passaporte: 760047390 País: RÚSSIA Mãe: Svetlana Karaseva Pai: Vladimir Karasev.

Processo: 08228.016087/2022-14 Requerente: TOP 100 IMPORTADOS EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: HUANG ZHENG Data Nascimento: 01/07/1999 Passaporte: E89634854 País: CHINA Mãe: QIN TENG Pai: WEIFENG ZHENG.

Processo: 08228.016240/2022-97 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHAL PAWEL MAZANEK Data Nascimento: 11/09/1992 Passaporte: EH0603415 País: POLÔNIA Mãe: JOANNA KATARZYNA MAZANEK Pai: ANDRZEJ MAZANEK.

Processo: 08228.016274/2022-81 Requerente: RESTAURANTE MASSALA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: SAURABH SINGH PANWAR Data Nascimento: 03/05/1994 Passaporte: U3414138 País: ÍNDIA Mãe: AMRA PANWAR Pai: TRILOK SINGH.

Processo: 08228.016276/2022-71 Requerente: ROYAL RESTAURANTE INDIANO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: JITENDRA SINGH Data Nascimento: 12/03/1986 Passaporte: V4394731 País: ÍNDIA Mãe: SHANTI DEVI Pai: PREM SINGH.

Processo: 08228.016282/2022-28 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ABDOU RAHMANE GASSAMA Data Nascimento: 10/01/1992 Passaporte: A02380324 País: SENEGAL Mãe: SODA DIOP Pai: FALLOU GASSAMA.

Processo: 08228.016283/2022-72 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: BABACAR DIOP Data Nascimento: 25/06/1995 Passaporte: A02699430 País: SENEGAL Mãe: NDEYE SANOU THIOUNE Pai: MOUSTAPHA DIOP.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.014144/2022-12 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dias Imigrante: PRASHANT RANA Data Nascimento: 20/03/1995 Passaporte: Z5273028 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.010438/2022-67 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Jean Maéva François Claude Proteaux Data Nascimento: 29/09/1976 Passaporte: 18CA60127 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014152/2022-51 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: ULRICA HELENA STERLING Data Nascimento: 30/05/1971 Passaporte: 36111504 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.016554/2022-91 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MAURICIO JAVIER CARVAJAL REZA Data Nascimento: 18/08/1978 Passaporte: AAI989023 País: ESPANHA Imigrante: JOHAN SEBASTIAN BUITRAGO

ZULUAGA Data Nascimento: 08/08/1999 Passaporte: XDD924921 País: ESPANHA Imigrante: RUI CARLOS DA COSTA FERREIRA ROMPANTE Data Nascimento: 05/07/1973 Passaporte: CB080489 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.016537/2022-52 Requerente: SANKYU S/A Prazo: 35 Dias Imigrante: KEISUKE ISHIBASHI Data Nascimento: 11/02/1947 Passaporte: TR 9142010 País: JAPÃO Imigrante: HIRONOBU MATSUOKA Data Nascimento: 03/09/1970 Passaporte: TR 7877285 País: JAPÃO.

Processo: 08228.014466/2022-53 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDREAS WENZEL Data Nascimento: 21/01/1992 Passaporte: CH2GVLVK4 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014502/2022-89 Requerente: TRAMONTINA SA CUTELARIA Prazo: 1 Ano Imigrante: JUN FENG Data Nascimento: 27/02/1983 Passaporte: EJ4516490 País: CHINA.

Processo: 08228.014549/2022-42 Requerente: TRAMONTINA SA CUTELARIA Prazo: 1 Ano Imigrante: PENGDA WEN Data Nascimento: 18/05/1997 Passaporte: PE1897733 País: CHINA.

Processo: 08228.014554/2022-55 Requerente: TRAMONTINA SA CUTELARIA Prazo: 1 Ano Imigrante: YANZHI DENG Data Nascimento: 10/02/1983 Passaporte: EJ4518858 País: CHINA.

Processo: 08228.014562/2022-18 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Hamza Krout Data Nascimento: 31/07/1989 Passaporte: 561804289 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.014578/2022-12 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Andrea Marras Data Nascimento: 20/05/1986 Passaporte: YB0073908 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014589/2022-94 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Maurizio Mazzola Data Nascimento: 22/09/1974 Passaporte: YB3800573 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014591/2022-63 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Luca Alcaras Data Nascimento: 28/01/1971 Passaporte: YB7367263 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014592/2022-16 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Jean François Santiago Data Nascimento: 31/08/1963 Passaporte: 21EE05532 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014610/2022-51 Requerente: PRYSMIAN CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: LUIS ALBERTO SARMIENTOS RAMIREZ Data Nascimento: 10/09/1985 Passaporte: G25608300 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014881/2022-15 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: EYK TITTEL Data Nascimento: 09/08/1971 Passaporte: C627GT39C País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014883/2022-12 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MIRKO WEIGAND Data Nascimento: 26/03/1982 Passaporte: C628WHTXF País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014886/2022-31 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ZDENEK ZELIVSKY Data Nascimento: 10/07/1975 Passaporte: 42373863 País: REPÚBLICA THECA.

Processo: 08228.014900/2022-11 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Bo Erik Baeckstroem Data Nascimento: 08/08/1958 Passaporte: FP5283613 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.014985/2022-11 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Cezary Wodzynski Data Nascimento: 26/07/1980 Passaporte: ER6556830 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.015444/2022-19 Requerente: MARKING SERVICES IDENTIFICACAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Oscar Almovar Carao Data Nascimento: 03/02/1975 Passaporte: P0787776B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015460/2022-11 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: FERNANDO SEBASTIAN QUIROZ Data Nascimento: 26/06/1976 Passaporte: AAI137399 País: ARGENTINA.

Processo: 08228.015502/2022-12 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Kari Tapani Myllymäki Data Nascimento: 04/12/1972 Passaporte: FP4445327 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.015646/2022-52 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: Pietro Crisci Data Nascimento: 25/07/1967 Passaporte: YA7893293 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.015723/2022-74 Requerente: CAPUANI DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: Lars Volker Westenfeld Data Nascimento: 13/02/1974 Passaporte: C7MVJ64T7 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.015842/2022-27 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: LUIS ALBERTO SALAS NAVARRO Data Nascimento: 03/09/1973 Passaporte: 220113705 País: PERU.

Processo: 08228.015833/2022-36 Requerente: BISCAINO COMERCIAL DE MAQUINAS GRAFICAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jigang Huang Data Nascimento: 08/12/1975 Passaporte: EH2767440 País: CHINA.

Processo: 08228.015835/2022-25 Requerente: ROB SOL INDUSTRIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: CHENGDONG HU Data Nascimento: 01/09/1983 Passaporte: E88472817 País: CHINA.

Processo: 08228.015860/2022-17 Requerente: BYD ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: WEIBIN DANG Data Nascimento: 18/06/1998 Passaporte: EJ2124791 País: CHINA Imigrante: XINXIANG XU Data Nascimento: 17/02/1996 Passaporte: EH9987251 País: CHINA.

Processo: 08228.015858/2022-31 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Stephanie Victoria Barratt Data Nascimento: 13/05/1992 Passaporte: 515549902 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.015855/2022-12 Requerente: NDT GLOBAL AS DO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: MICHAEL OLIVER DUNLEAVY Data Nascimento: 05/05/1994 Passaporte: 549111638 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.015863/2022-42 Requerente: NDT GLOBAL AS DO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: HUW LEWIS Data Nascimento: 07/07/1985 Passaporte: 543188696 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.015873/2022-88 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Matti Antero Pellikka Data Nascimento: 12/12/1960 Passaporte: FP1713959 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.015876/2022-11 Requerente: AMERAPEX DO BRASIL TESTES E ANALISES TECNICAS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: STEVEN DALE CHRISTOPHER JR Data Nascimento: 14/06/1980 Passaporte: 509648990 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015881/2022-24 Requerente: AMERAPEX DO BRASIL TESTES E ANALISES TECNICAS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: JOHN GLENN EVANS III Data Nascimento: 07/11/1970 Passaporte: 514235107 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015891/2022-61 Requerente: LIEBHERR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Martin Schafer Data Nascimento: 21/10/1961 Passaporte: C8W5TKXGV País: ALEMANHA.

Processo: 08228.015916/2022-25 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: DANIEL HAJNADI Data Nascimento: 28/02/1991 Passaporte: CFYC80JV0 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016034/2022-87 Requerente: NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Shahrizul Anuar Bin Abu Nahar Data Nascimento: 04/06/1988 Passaporte: A56720954 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.016055/2022-19 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Alfonso Di Martino Data Nascimento: 11/05/1979 Passaporte: YB9938683 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016104/2022-13 Requerente: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dias Imigrante: HAYATO UEDA Data Nascimento: 27/02/1979 Passaporte: TR4044947 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016251/2022-77 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SEAN MARC SCOT MACDONALD Data Nascimento: 24/02/1994 Passaporte: 544172572 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: THOMAS JAMES O'GRADY Data Nascimento: 15/09/1988 Passaporte: 124314411 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: KANE DAVID RAYMOND GRIFFITHS Data Nascimento: 13/10/1991 Passaporte: 564550871 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: DANIEL JAMES HEDLEY Data Nascimento: 26/01/1983 Passaporte: 128098169 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: HECTOR GELERA TE Data Nascimento: 08/03/1971 Passaporte: P9205428A País: FILIPINAS Imigrante: DAVID MATTHEW SYME Data Nascimento: 31/07/1986 Passaporte: 518119059 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: NESTOR FERNANDO LEONARDO GUERRERO FAMY Data Nascimento: 14/01/1966 Passaporte: P7179999A País: FILIPINAS Imigrante: DAVID AIMÉ MARIE GLAZ Data Nascimento: 12/06/1975 Passaporte: 15FV30659 País: FRANÇA Imigrante: ANTHONY BIGGS Data Nascimento: 05/01/1969 Passaporte: 528856058 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: DONALD INNES JACK Data Nascimento: 30/03/1972 Passaporte: 127728744 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.016571/2022-27 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: David William Murdoch McGinn Data Nascimento: 24/03/1974 Passaporte: 538787256 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.016215/2022-11 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: KENJI OSHIRO Data Nascimento: 15/03/1996 Passaporte: TT1791294 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016271/2022-48 Requerente: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: EMIEL KURVERS Data Nascimento: 02/12/1985 Passaporte: NX37D7F87 País: HOLANDA.

Processo: 08228.016270/2022-11 Requerente: BBULL - INSTALACOES DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: BORIS RURENKO Data Nascimento: 26/06/1971 Passaporte: C7VTZ1276 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016334/2022-66 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RONNY BUCH Data Nascimento: 27/04/1982 Passaporte: CCF229954 País: NORUEGA.

Processo: 08228.016289/2022-41 Requerente: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: JOHANNES THEODORUS WILHELMUS VAN DIJK Data Nascimento: 17/09/1965 Passaporte: NT0F0H1F2 País: HOLANDA Imigrante: SVEN JACOBUS HELENA KEULERS Data Nascimento: 14/03/1992 Passaporte: NX5C37FL3 País: HOLANDA Imigrante: WILHELMUS PETRUS JOHANNES VAN DEN BERG Data Nascimento: 12/03/1975 Passaporte: NY9LC6616 País: HOLANDA.

Processo: 08228.016299/2022-85 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ALEXIS AURELIO GALLEGOS GARZA Data Nascimento: 23/10/1997 Passaporte: G38079502 País: MÉXICO Imigrante: ISAI SOLIS OLIVERA Data Nascimento: 03/04/1994 Passaporte: G38074441 País: MÉXICO Imigrante: JUAN ANTONIO SOLIS BECERRA Data Nascimento: 30/03/1992 Passaporte: G40640465 País: MÉXICO.

Processo: 08228.016301/2022-16 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Anwar Sajhid Escareño Zamora Data Nascimento: 18/03/1991 Passaporte: G30092834 País: MÉXICO Imigrante: Edgar Eduardo Leon Garcia Data Nascimento: 30/03/1996 Passaporte: G39941410 País: MÉXICO.

Processo: 08228.016306/2022-49 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Kristian Melling Data Nascimento: 24/02/1959 Passaporte: CCF221783 País: NORUEGA.

Processo: 08228.016338/2022-44 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: DENNIS THORNTON Data Nascimento: 13/01/1959 Passaporte: 551357817 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: DANIEL BRUCE FRANCIS Data Nascimento: 27/06/1974 Passaporte: PA9133097 País: AUSTRÁLIA Imigrante: LUKASZ LABUDA Data Nascimento: 19/04/1981 Passaporte: EN7046695 País: POLÔNIA Imigrante: ARUK KONGKAO Data Nascimento: 12/09/1965 Passaporte: AB4555846 País: TAILÂNDIA Imigrante: PHILIPPE MOROTE Data Nascimento: 03/07/1974 Passaporte: 22DC19826 País: FRANÇA Imigrante: ANTONY FREDERICK BIRD Data Nascimento: 16/12/1976 Passaporte: 760779856 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.016332/2022-77 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: STEPHEN MARK IVAN ARMSTRONG Data Nascimento: 23/05/1985 Passaporte: 515540005 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.016336/2022-55 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CONSTANTIN DRAGNEA Data Nascimento: 29/03/1960 Passaporte: 062409041 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.016364/2022-72 Requerente: CARMO ENERGY S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: MARTHA LUCIA ROMERO MAHECHA Data Nascimento: 16/11/1968 Passaporte: AY743046 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.016371/2022-74 Requerente: ITAPOA TERMINAIS PORTUARIOS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: JI JIE Data Nascimento: 20/09/1992 Passaporte: PE1586784 País: CHINA.

Processo: 08228.016372/2022-19 Requerente: ITAPOA TERMINAIS PORTUARIOS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: WANG ENJIE Data Nascimento: 01/01/1983 Passaporte: PE1821554 País: CHINA.

Processo: 08228.016373/2022-63 Requerente: ITAPOA TERMINAIS PORTUARIOS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: XIONG WEI Data Nascimento: 31/12/1997 Passaporte: PE1898943 País: CHINA.

Processo: 08228.016374/2022-16 Requerente: ITAPOA TERMINAIS PORTUARIOS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: YANG BOHONG Data Nascimento: 01/02/1988 Passaporte: PE1898940 País: CHINA.

Processo: 08228.016387/2022-87 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: EIJI SHIGA Data Nascimento: 01/03/1965 Passaporte: MU8362330 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016428/2022-35 Requerente: METALFINO DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: CHEN, CHANG - YUAN Data Nascimento: 18/11/1979 Passaporte: 360646034 País: CHINA.

Processo: 08228.016426/2022-46 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Hugo Guerreiro Data Nascimento: 04/07/1976 Passaporte: CA796370 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.016431/2022-59 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jorge da Cruz Soares Jordão Data Nascimento: 22/09/1973 Passaporte: CA614448 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.016435/2022-37 Requerente: METALFINO DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: CHUANG, KUN - HSIANG Data Nascimento: 13/04/1984 Passaporte: 310179427 País: CHINA.

Processo: 08228.016442/2022-39 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: EU GINE YUNE Data Nascimento: 21/07/1968 Passaporte: M93728913 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.016451/2022-21 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JIYE SEOK Data Nascimento: 04/08/1997 Passaporte: M98968418 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.016467/2022-32 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CHENGLONG CAI Data Nascimento: 20/06/1988 Passaporte: EH8579926 País: CHINA.

Processo: 08228.016471/2022-17 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 16/07/2023 Imigrante: Chandra Kant Dhiman Data Nascimento: 24/11/1956 Passaporte: Z5208682 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016496/2022-11 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: HUINONG LIU Data Nascimento: 02/08/1969 Passaporte: EJ3494878 País: CHINA.

Processo: 08228.016500/2022-24 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: MAYANK CHANDRA UPADHYAY Data Nascimento: 10/05/1995 Passaporte: R9568321 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016501/2022-79 Requerente: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ANDREAS GIESE Data Nascimento: 28/09/1962 Passaporte: C7T7FM451 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016544/2022-54 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: PHILIPP HERMANN PETER ELSER Data Nascimento: 13/03/1999 Passaporte: C8MHVV2KX País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016545/2022-15 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: SHOTA IKUMA Data Nascimento: 17/10/1994 Passaporte: TR7303325 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016548/2022-32 Requerente: COMPANHIA METALURGICA PRADA Prazo: 180 Dias Imigrante: CHEN YONGHU Data Nascimento: 06/03/1979 Passaporte: E87003880 País: CHINA.

Processo: 08228.016565/2022-71 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Kaidi Liang Data Nascimento: 21/03/1992 Passaporte: PE1698775 País: CHINA.

Processo: 08228.016553/2022-45 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: CLEMENT JEAN LOUIS RENE FOUTEL Data Nascimento: 05/06/1989 Passaporte: 22EH12796 País: FRANÇA.

Processo: 08228.016563/2022-81 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: HIROKI NAGAHATA Data Nascimento: 23/04/1982 Passaporte: TS3179819 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016567/2022-69 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: STEFAN ERNST HANKE Data Nascimento: 17/01/1991 Passaporte: C1VCZNT1W País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.017604/2022-56 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 180 Dias Imigrante: NESTOR AUGUSTO OSPINA PARRADO Data Nascimento: 11/02/1979 Passaporte: AQ349213 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.017755/2022-12 Requerente: FUNDACAO BUTANTAN Prazo: 30 Dias Imigrante: Maximilian Erhardt Data Nascimento: 15/12/1993 Passaporte: C8MWF8JXS País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.016662/2022-62 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Michael Charles Hynes Data Nascimento: 01/04/1971 Passaporte: 560576181 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.017475/2022-12 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ANDERS STORVIKEN Data Nascimento: 09/07/1968 Passaporte: 32691935 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017541/2022-38 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: NIKOLAJ FREDERIK LINDEMANN KVIST Data Nascimento: 11/01/1994 Passaporte: 214007432 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.017585/2022-68 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARK WARMAN Data Nascimento: 24/01/1959 Passaporte: 556842744 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: JAMES ROBERT PHEBY Data Nascimento: 13/10/1988 Passaporte: 124932823 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: BEN WARMAN Data Nascimento: 21/06/1980 Passaporte: 123410998 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017552/2022-18 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JAMES BARRY GRACE Data Nascimento: 08/10/1960 Passaporte: 557316576 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017576/2022-77 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: TAKASHI NOMOTO Data Nascimento: 30/08/1978 Passaporte: TT1901437 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017580/2022-35 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ATSUSHI IIJIMA Data Nascimento: 30/01/1976 Passaporte: TT1758406 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017598/2022-37 Requerente: VIDROPORTO S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: CARLOS DAVID BERMUDEZ OSPINA Data Nascimento: 08/07/1981 Passaporte: PE149345 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.017597/2022-92 Requerente: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MASAYA MURAKAMI Data Nascimento: 15/06/1978 Passaporte: TR4366723 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017600/2022-78 Requerente: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YOSHINORI NITTA Data Nascimento: 21/10/1977 Passaporte: TR8957221 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017605/2022-17 Requerente: VIDROPORTO S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: WILLIAM SANTIAGO OSORIO TOBON Data Nascimento: 05/03/1982 Passaporte: AQ651091 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.017603/2022-11 Requerente: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: SHINGO INUISHI Data Nascimento: 08/12/1971 Passaporte: TS1360601 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017726/2022-42 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: David John Cowles Data Nascimento: 05/08/1959 Passaporte: 561330797 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017606/2022-45 Requerente: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: TOMOHIRO SAKATA Data Nascimento: 17/08/1971 Passaporte: TT1872437 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017631/2022-29 Requerente: TRUMPF MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ANDREAS LAUE Data Nascimento: 28/02/1961 Passaporte: CHMTC02VT País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017633/2022-18 Requerente: MTU MAINTENANCE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MAIK BANNIER Data Nascimento: 26/01/1973 Passaporte: C247MM786 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017635/2022-15 Requerente: MTU MAINTENANCE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: FLORIAN BORGES Data Nascimento: 12/02/2000 Passaporte: C23HC344P País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017653/2022-99 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: HOPE DANIELLE SHEFFIELD Data Nascimento: 24/12/1996 Passaporte: 556078281 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017763/2022-51 Requerente: SMS GROUP METALURGIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: EDIN BEGIC Data Nascimento: 20/10/1971 Passaporte: 132636122 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.017766/2022-94 Requerente: SMS GROUP METALURGIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: DIMITRIOS EFSTATHIOU Data Nascimento: 14/03/1980 Passaporte: AT1366844 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.017837/2022-59 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: THOMAS PIVA Data Nascimento: 17/12/1991 Passaporte: YB5019922 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017862/2022-32 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 180 Dias Imigrante: PABLO LUIS DEL CAMPO CABALLERO Data Nascimento: 07/12/1989 Passaporte: PAK136747 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017912/2022-81 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ALEXANDER HUBER Data Nascimento: 10/11/1980 Passaporte: C5KXP1F08 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.014333/2022-87 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Kalli Westphal Data Nascimento: 04/09/1972 Passaporte: 208148104 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.014418/2022-65 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JEFFREY SANFORD HOLBEIN Data Nascimento: 24/08/1957 Passaporte: 561431087 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.016013/2022-61 Requerente: VESTERGAARD MARINE, SERVICE DO BRASIL, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDERS CARLSEN Data Nascimento: 05/04/1972 Passaporte: 212217581 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.016129/2022-17 Requerente: ORESEARCH HOLDINGS BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JOSHUA MANN Data Nascimento: 13/12/1979 Passaporte: PB6434947 País: AUSTRÁLIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 05/2017

Processo: 08228.017269/2022-96 Requerente: SHIPLOG SERVICOS DE AGENCIAMENTO MARITIMO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Philipp Humburg Data Nascimento: 15/02/1992 Passaporte: C6XTXPP4H País: ALEMANHA Imigrante: Alexander Riepl Data Nascimento: 03/08/1993 Passaporte: U4470470 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.017271/2022-65 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: SAVERIO FRANCESCO TRITTO Data Nascimento: 21/12/1991 Passaporte: YB9537949 País: ITÁLIA Imigrante: BISHNU PRASAD GHIMIRE Data Nascimento: 30/10/1985 Passaporte: 09259750 País: NEPAL Imigrante: ARIEL ISIDRO MEJIA SEVERINO Data Nascimento: 26/05/1979 Passaporte: RD7158840 País: REPÚBLICA DOMINICANA Imigrante: LUIS ALBERTO CRUZ CONTRERAS Data Nascimento: 11/05/1975 Passaporte: RD4898222 País: REPÚBLICA DOMINICANA.

Processo: 08228.017496/2022-11 Requerente: SHIPLOG SERVICOS DE AGENCIAMENTO MARITIMO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Markus Nentwich Data Nascimento: 28/12/1994 Passaporte: U1753679 País: ÁUSTRIA Imigrante: Jordi Husemann Roviro Data Nascimento: 01/07/2001 Passaporte: PAM909784 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017518/2022-43 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: RUTH IRENE VILLASANTE BONIFACIO Data Nascimento: 22/02/1987 Passaporte: 122023323 País: PERU Imigrante: MARCO ANTONIO PRIETO APOLINAR Data Nascimento: 28/05/1994 Passaporte: 122302379 País: PERU Imigrante: MIHAI-AURELIAN MANOLACHE Data Nascimento: 19/11/1968 Passaporte: 062776802 País: ROMÊNIA Imigrante: STELLARIO MINUTOLO Data Nascimento: 17/05/1986 Passaporte: YB1594148 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017533/2022-91 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: LAYLA SCAIOLA YERMANOS Data Nascimento: 12/01/1985 Passaporte: AAH290988 País: ARGENTINA Imigrante: MARIUSZ MAZWA Data Nascimento: 19/11/1971 Passaporte: EU7310298 País: POLÔNIA Imigrante: GIUSEPPE AGATINO REALE Data Nascimento: 04/01/1995 Passaporte: YB0941222 País: ITÁLIA Imigrante: KARLA GEORGINA GARDUÑO ROJAS Data Nascimento: 28/11/1979 Passaporte: G42633630 País: MÉXICO Imigrante: SARA ISABEL MARTINS VITAL Data Nascimento: 23/03/1998 Passaporte: CC796930 País: PORTUGAL Imigrante: SIMONA DI PIETRO Data Nascimento: 14/08/1973 Passaporte: YC0526213 País: ITÁLIA Imigrante: LUISA CUCCARO Data Nascimento: 20/10/1993 Passaporte: YB8529108 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017591/2022-15 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: DIEGO ANGELI Data Nascimento: 11/07/1984 Passaporte: YC0259813 País: ITÁLIA Imigrante: AGNESE MAZZOLARI Data Nascimento: 12/10/1999 Passaporte: YB1682089 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.011514/2022-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: VLADIMER SARISHVILI Data Nascimento: 18/07/1957 Passaporte: 15BB03792 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.013647/2022-62 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: ABLYAKIM SHUKURIEVICH ABLYALIMOV Data Nascimento: 27/07/1987 Passaporte: 76 3538712 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014246/2022-21 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: ANDREW WRIGHT-BARKER Data Nascimento: 29/03/1973 Passaporte: 518414841 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014352/2022-11 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 01/06/2024 Imigrante: Tomasz Lenz Data Nascimento: 21/01/1977 Passaporte: ET5015556 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.015307/2022-76 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Shreekrishna Chandra Nath Data Nascimento: 06/05/1999 Passaporte: A00908936 País: BANGLADESH Imigrante: Abdullah Data Nascimento: 01/11/1996 Passaporte: EG0653282 País: BANGLADESH Imigrante: Md Ariful Islam Data Nascimento: 04/03/1997 Passaporte: A02077704 País: BANGLADESH Imigrante: Mdbadsha Ali Data Nascimento: 05/10/1982 Passaporte: EB0370522 País: BANGLADESH.

Processo: 08228.015493/2022-43 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Christopher Glen Flowers Data Nascimento: 18/01/1974 Passaporte: 660905100 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015489/2022-85 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Sunday Jonah Ekpenyong Data Nascimento: 27/09/1982 Passaporte: B50297030 País: NIGÉRIA.

Processo: 08228.015492/2022-15 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Franklin Flores Verallo Data Nascimento: 24/11/1978 Passaporte: P6605535B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015496/2022-87 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 06/05/2023 Imigrante: Josip Vukic Data Nascimento: 20/01/1984 Passaporte: 310007345 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.015497/2022-21 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jonil Aynaga Salinas Data Nascimento: 07/06/1980 Passaporte: P7980310B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015758/2022-11 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 10/08/2023 Imigrante: Jayakhishnan Kannachazhath Jayachandran Data Nascimento: 25/05/1987 Passaporte: P3995038 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.015968/2022-18 Requerente: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: VINCENT J GUIDRY Data Nascimento: 23/08/1966 Passaporte: 565747577 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015918/2022-14 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 26/03/2023 Imigrante: IOSEF ZAHEER-ELDIN Data Nascimento: 13/06/1998 Passaporte: 059129541 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.015921/2022-38 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 12/02/2023 Imigrante: SIMON ROBERT BEAN Data Nascimento: 02/04/1970 Passaporte: 510785925 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: BRIAN SCOTT FUSELIER Data Nascimento: 30/04/1981 Passaporte: 505633945 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: WILFREDO VILLADELREY DIMAFELIX Data Nascimento: 29/05/1970 Passaporte: P0122815C País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015969/2022-46 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: DAVIDE AJANI GUY Data Nascimento: 18/09/1993 Passaporte: A6687770 País: JAMAICA.

Processo: 08228.015977/2022-92 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: JUNE DIMAPILIS DE VILLA Data Nascimento: 29/06/1993 Passaporte: P7197223B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015982/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: SAMMY ANCORIN VALENCIA Data Nascimento: 30/11/1974 Passaporte: P6775714B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015985/2022-39 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: ANDREW LOMEDA SEGUENZA Data Nascimento: 18/10/1982 Passaporte: P6008184B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016066/2022-82 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: ARVIN FACINABAO PEDREGOSA Data Nascimento: 25/02/1982 Passaporte: P3963015B País: FILIPINAS Imigrante: RODIL DE LEMIOS BRAVO Data Nascimento: 17/04/1976 Passaporte: P8806347B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016067/2022-27 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: JAN OLE BERNTSEN Data Nascimento: 17/08/1964 Passaporte: 29844861 País: NORUEGA.

Processo: 08228.016112/2022-43 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Aman Kumar Data Nascimento: 20/08/1981 Passaporte: T3858502 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016096/2022-99 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Keats Dyson Cagalitan Mondejar Data Nascimento: 03/01/1993 Passaporte: P2485378B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016092/2022-19 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Edison Macabacyao Sierra Data Nascimento: 19/10/1979 Passaporte: P8072877B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016086/2022-53 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Michael Ambrocio Quijano Data Nascimento: 17/03/1982 Passaporte: P9170563B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016051/2022-14 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: SIMON ROBERT GORMAN Data Nascimento: 28/05/1980 Passaporte: 534809488 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.016097/2022-33 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: ARTEM ZAKHAROV Data Nascimento: 17/06/1992 Passaporte: 72 2340911 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.016098/2022-88 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: MARK BELARMINO DIMEN Data Nascimento: 31/03/1982 Passaporte: P0755897B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016099/2022-22 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: GROVER TOLENTINO PARA-ON Data Nascimento: 30/01/1963 Passaporte: P6065030B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016101/2022-63 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: RONALD RAGUIN MANUEL Data Nascimento: 15/04/1973 Passaporte: P9176468A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016103/2022-52 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: MARK ANTHONY TIDULA ORDOYO Data Nascimento: 17/03/1973 Passaporte: P3674665B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016105/2022-41 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: ANDREW LOMEDA SEGUENZA Data Nascimento: 18/10/1982 Passaporte: P6008184B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016135/2022-58 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Mesut Donmez Data Nascimento: 03/05/1978 Passaporte: U23717778 País: TURQUIA Imigrante: William O'Hare Data Nascimento: 21/02/1986 Passaporte: 17715144 País: IRLANDA Imigrante: Juan Ramon Olmeda Aguirre Data Nascimento: 04/11/1990 Passaporte: G40429126 País: MÉXICO Imigrante: Zhassulan Sirazhev Data Nascimento: 28/08/1977 Passaporte: N10571695 País: CAZAQUISTÃO Imigrante: Rangga Ludiman Data Nascimento: 15/04/1973 Passaporte: C4484727 País: INDONÉSIA Imigrante: Sulthan Muhammed Kolavanmukku Mayankutty Data Nascimento: 24/05/1978 Passaporte: N4195029 País: ÍNDIA Imigrante: Muhamad Zaili Habib Data Nascimento: 10/02/1976 Passaporte: C4264182 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.016157/2022-18 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Froilan Jr. Ampong Bernido Data Nascimento: 06/11/1966 Passaporte: P6504966B País: FILIPINAS Imigrante: Neil Lozano Alisangco Data Nascimento: 11/11/1972 Passaporte: P7536856B País: FILIPINAS Imigrante: Jorie Lim Francisco Data Nascimento: 07/01/1972 Passaporte: P7593951B País: FILIPINAS Imigrante: Julius Sagot Polinga Data Nascimento: 02/10/1977 Passaporte: P7641905B País: FILIPINAS Imigrante: Rommel Tolentino Paranga Data Nascimento: 04/03/1975 Passaporte: P2974181B País: FILIPINAS Imigrante: Edwin Millare Maravilla Data Nascimento: 29/08/1977 Passaporte: P5471986B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016151/2022-41 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: RONNEL MEDRANO DELOS ANGELES Data Nascimento: 19/12/1972 Passaporte: P9920933A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016153/2022-31 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: RJ RABANAL TUBAYING Data Nascimento: 17/01/1985 Passaporte: P2827926B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016165/2022-64 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Lakom Anak Kayong Data Nascimento: 05/08/1969 Passaporte: K53454929 País: MALÁSIA Imigrante: Dinny Anak Bujang Data Nascimento: 15/09/1973 Passaporte: K54449948 País: MALÁSIA Imigrante: Awang Anak Biji Data Nascimento: 24/07/1971 Passaporte: K54448361 País: MALÁSIA Imigrante: Jalani Anak Buran Data Nascimento: 05/04/1974 Passaporte: K54434646 País: MALÁSIA Imigrante: Franky Anak Demas Data Nascimento: 01/09/1983 Passaporte: K55813875 País: MALÁSIA Imigrante: Cornilius Anak Jimmy Data Nascimento: 01/01/1969 Passaporte: K54434565 País: MALÁSIA Imigrante: Matan Anak Batang Data Nascimento: 05/07/1979 Passaporte: K54979627 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.016156/2022-73 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: REYNALDO LUMBAY LALOTA Data Nascimento: 27/10/1969 Passaporte: P6237587B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016166/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: STACY JEFF SIMBAHON ALCANTARA Data Nascimento: 17/10/1983 Passaporte: P6095795B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016162/2022-21 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: JADWIGA WIKTORIA ORLINSKA Data Nascimento: 24/05/1984 Passaporte: EG1196193 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.016169/2022-42 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 31/05/2024 Imigrante: Prudencio Calumno Cajayon Data Nascimento: 28/04/1965 Passaporte: P8378016B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016173/2022-19 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: HERBERT TENDERO RIVERA Data Nascimento: 30/11/1977 Passaporte: P9240765A País: FILIPINAS Imigrante: GIOSUE QUARANTA Data Nascimento: 16/10/1961 Passaporte: YB2026310 País: ITÁLIA Imigrante: MARIO ADORNI Data Nascimento: 14/10/1972 Passaporte: YB4731960 País: ITÁLIA Imigrante: FEDERICO COSSA Data Nascimento: 17/07/1999 Passaporte: YB4943138 País: ITÁLIA Imigrante: FRANCESCO DONVITO Data Nascimento: 24/08/1987 Passaporte: YB6583825 País: ITÁLIA Imigrante: Luca D'Aleo Data Nascimento: 16/04/1974 Passaporte: YB3464962 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016170/2022-77 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: DMITRY BOGATENKOV Data Nascimento: 23/11/1989 Passaporte: 76 3651717 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.016233/2022-95 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Christian Layita Data Nascimento: 23/04/1987 Passaporte: 22PP06713 País: GABÃO.

Processo: 08228.016190/2022-48 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Butch Jethru Mendoza Togonon Data Nascimento: 31/07/1998 Passaporte: P0247291B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016191/2022-92 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jay-Ar Matavilla Pascual Data Nascimento: 18/01/1996 Passaporte: P6948444B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016199/2022-59 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Martin Frank de Wit Data Nascimento: 21/11/1967 Passaporte: BV6BB7RR3 País: HOLANDA.

Processo: 08228.016202/2022-34 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 12/09/2023 Imigrante: RONILO DE GUZMAN CALCES Data Nascimento: 18/07/1974 Passaporte: P1320060B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016201/2022-91 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Denis Nepomnyaschy Data Nascimento: 25/01/1977 Passaporte: 752556137 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.016206/2022-12 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Dennis Giloca Abellana Data Nascimento: 19/01/1980 Passaporte: P9547255A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016223/2022-51 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ulysses Asuque Alipoyo Data Nascimento: 20/11/1989 Passaporte: P0437484B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016228/2022-82 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: JESSIE AGSAMOSAM DE LA CRUZ Data Nascimento: 06/04/1996 Passaporte: P0529760B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016232/2022-41 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: GODFREY YCONG HIYAS Data Nascimento: 28/05/1972 Passaporte: P9944794A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016235/2022-84 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: OSCAR JR COSARE MULA Data Nascimento: 27/10/1977 Passaporte: P0383262B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016247/2022-17 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Nathalie Gatta Data Nascimento: 13/02/1977 Passaporte: 16CE47932 País: FRANÇA.

Processo: 08228.016326/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2023 Imigrante: EMMANUEL SALISE PABL0 Data Nascimento: 12/10/1975 Passaporte: P7133164A País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.015692/2022-51 Requerente: CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Zhijun Li Data Nascimento: 23/08/1964 Passaporte: PE2166072 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc II)

Processo: 08228.015909/2022-23 Requerente: SEYSES BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação de haver gerado 10 novos empregos, no mínimo, quando for o caso, Imigrante: JULIO ALBA SOTO Data Nascimento: 04/03/1986 Passaporte: XDC960397 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.014127/2022-77 Requerente: TAYBE BRASIL ATACADISTA DISTRIBUIDORA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: Elie Saab Data Nascimento: 09/03/1975 Passaporte: LR2182784 País: LÍBANO.

Processo: 08228.015948/2022-21 Requerente: AGRICOLA GROENER LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: HANS GEORG GROENER Data Nascimento: 15/03/1969 Passaporte: C9RM4PNMK País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.015181/2022-31 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: AMADOU GUEYE Data Nascimento: 12/08/1985 Passaporte: A02417422 País: SENEGAL.

Processo: 08228.015306/2022-21 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Meses Imigrante: SHIJUN LI Data Nascimento: 05/07/1999 Passaporte: EJ5036359 País: CHINA.

Processo: 08228.016045/2022-67 Requerente: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 6 Meses Imigrante: ANNEKE NELE WIEDMANN Data Nascimento: 22/12/1996 Passaporte: CFJJT57PZ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016130/2022-25 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 5 Meses Imigrante: AHMED MOHAMMED YAHYA YAHYA Data Nascimento: 11/01/1977 Passaporte: 94998832 País: SUÉCIA.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.016559/2022-12 Requerente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ Prazo: 1 Ano Imigrante: WEI SUN Data Nascimento: 26/07/1985 Passaporte: PE2195383 País: CHINA Mãe: CUIHUA XIE Pai: HUAZONG SUN.

Processo: 08228.014425/2022-67 Requerente: TIBERINA AUTOMOTIVE PE - COMPONENTES METALICOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: Daniele Pierozzi Data Nascimento: 03/08/1986 Passaporte: YB6111129 País: ITÁLIA Mãe: Paola Piermarini Pai: Luca Pierozzi.

Processo: 08228.015452/2022-57 Requerente: MOSAIC DO BRASIL SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: EMANUELE MAGLIOCCHETTI Data Nascimento: 28/04/1984 Passaporte: YB1865524 País: ITÁLIA Mãe: Vittoria Vari Pai: Giancarlo Magliocchetti.

Processo: 08228.015680/2022-27 Requerente: FIRST TECH TECNOLOGIA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: RANCÉS SÁNCHEZ SÁNCHEZ Data Nascimento: 17/01/1993 Passaporte: J363497 País: CUBA Mãe: IDALMIS DE LA CARIDAD SANCHEZ LINARES Pai: RADAMAN SANCHEZ SANCHEZ.

Processo: 08228.016070/2022-41 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: WATARU YANO Data Nascimento: 28/08/1978 Passaporte: TZ1393159 País: JAPÃO Mãe: MICHIYO YANO Pai: MIYOSAKU YANO.

Processo: 08228.016178/2022-33 Requerente: RIO CHEN'S IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ZHAOFEN LIN Data Nascimento: 25/12/1979 Passaporte: E06621819 País: CHINA Mãe: AIMEI YANG Pai: WAIMIAN LIN.

Processo: 08228.016277/2022-15 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: TOH SHERYL Data Nascimento: 18/12/1992 Passaporte: K1732434B País: CINGAPURA Mãe: LIM LEE HUA Pai: TOH SENG CHONG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.015978/2022-37 Requerente: MOHAMED AMINE BEN SALAH Prazo: 1 Ano Imigrante: Mohamed Amine Ben Salah Data Nascimento: 15/02/1994 Passaporte: I101731 País: TUNÍSIA.

Processo: 08228.016026/2022-31 Requerente: ELETRONICA SANTERNO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: BESMIR HAMITI Data Nascimento: 09/07/1988 Passaporte: YA9446699 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016116/2022-21 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Graeme Andrew Dyer Data Nascimento: 02/09/1965 Passaporte: 510783054 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.016337/2022-16 Requerente: THYSSENKRUPP UHDE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ROBERT JUREK Data Nascimento: 01/11/1966 Passaporte: 42201880 País: REPÚBLICA THECA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.012751/2022-31 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/08/2023 Imigrante: ROMEL BRIAGAS VILLALUZ Data Nascimento: 08/03/1994 Passaporte: P6973758A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012755/2022-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/08/2023 Imigrante: JUDE VINCO PASTOLERO Data Nascimento: 05/06/1991 Passaporte: P6946845A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012758/2022-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/05/2023 Imigrante: RHOEL MENDOZA GARCIA Data Nascimento: 12/03/1960 Passaporte: P4687530B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012776/2022-33 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/05/2023 Imigrante: DMITRIJS PLATOVS Data Nascimento: 13/07/1992 Passaporte: LV6173989 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.014672/2022-63 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: SHIVRANJAN Data Nascimento: 01/01/1994 Passaporte: Z4079923 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014682/2022-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: HARMAN SINGH PADDA Data Nascimento: 20/03/1982 Passaporte: T3030305 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014693/2022-89 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: ASHISH HARISHCHANDRA KOYANDE Data Nascimento: 02/05/1984 Passaporte: W1673597 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.015980/2022-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 19/05/2023 Imigrante: VENKATESWARA RAO KATTA Data Nascimento: 12/01/1966 Passaporte: Z4033230 País: ÍNDIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.016010/2022-28 Requerente: TOP CAR VEICULOS S/A Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: YUTA KATO Data Nascimento: 13/05/1991 Passaporte: TT 1847819 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016180/2022-11 Requerente: THE GATE PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JAEWON KANG Data Nascimento: 15/10/1976 Passaporte: M 44394480 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.013666/2022-99 Requerente: HANDS ON TRAINING PROMOCOES E EVENTOS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Eric van Dooren Data Nascimento: 08/05/1959 Passaporte: ES291136 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.014918/2022-13 Requerente: COMPANHIA BRASILEIRA DE AMARRAS BRASILAMARRAS Prazo: Indeterminado Imigrante: David Chou Zhang Data Nascimento: 20/09/1994 Passaporte: PAG947083 País: ESPANHA.

Processo: 08228.015508/2022-73 Requerente: SEOYON INTECH FABRICACAO DE SISTEMA INTERIOR AUTOMOTIVO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: IL HWAN KIM Data Nascimento: 10/01/1981 Passaporte: M99807513 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.015538/2022-81 Requerente: SABAF DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MASSIMO DORA Data Nascimento: 22/11/1970 Passaporte: YB2876033 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016089/2022-97 Requerente: TORPEDO BRASIL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANCISCO JAVIER ASENSIO SALT Data Nascimento: 16/03/1960 Passaporte: 488391286 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.016286/2022-14 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MITSUHIKO NISHIJIMA Data Nascimento: 21/11/1970 Passaporte: TR 1.937.306 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016288/2022-11 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAKI TSUMORI Data Nascimento: 05/08/1981 Passaporte: TR 3.326.738 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016290/2022-74 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JUN ARIMA Data Nascimento: 19/11/1985 Passaporte: TR 9.051.021 País: JAPÃO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.012349/2022-55 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Diane Lee Priday Data Nascimento: 27/02/1957 Passaporte: 657167064 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012351/2022-24 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Bruce Farnsworth Priday Data Nascimento: 22/12/1958 Passaporte: 657157062 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.013427/2022-39 Requerente: LIBERITA BRAGANCA Prazo: 2 Anos Imigrante: Liberita Bragança Data Nascimento: 27/07/1982 Passaporte: 0080916C País: TIMOR.

Processo: 08228.014620/2022-97 Requerente: KOMI AKOETE HOGNON Prazo: 2 Anos Imigrante: KOMI AKOETE HOGNON Data Nascimento: 01/11/1986 Passaporte: EB388277 País: TOGO.

Processo: 08228.015006/2022-42 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Layne Doran Anderson Data Nascimento: 12/01/1945 Passaporte: 544590889 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015185/2022-18 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 2 Anos Imigrante: JOSÉ RAFAEL GONZÁLEZ LUNA Data Nascimento: 15/01/2001 Passaporte: EX0481783 País: REPÚBLICA DOMINICANA.

Processo: 08228.015375/2022-35 Instituição: IGREJA O REINO DE JESUS CRISTO, CONGREGACAO LOCAL DO BRASIL Prazo: 2 Anos Imigrante: ELISA PATRIACA CERON Data Nascimento: 22/08/1977 Passaporte: P1507747C País: BRASIL.

Processo: 08228.016208/2022-11 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 02 Anos Imigrante: DANIEL MORAS YOUSHIMATS Data Nascimento: 19/09/2003 Passaporte: G23674233 País: MÉXICO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.015456/2022-35 Requerente: GV DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: JORGE FRANCISCO GARCIA AVILA Data Nascimento: 05/09/1985 Passaporte: G29370753 País: MÉXICO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 20/2017

Processo: 08228.017149/2022-99 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: 01/04/2023 Imigrante: MAGDEVIS YANET RODRIGUEZ CATURLA Data Nascimento: 29/07/1978 Passaporte: J755878 País: CUBA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2018

Processo: 08228.016523/2022-39 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: Marco Data Nascimento: 15/11/1971 Passaporte: YA7151318 País: ITÁLIA Mãe: Lucia Palmieri Pai: Antonio Grossi.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2018

Processo: 08228.014840/2022-11 Requerente: FLEURY S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: JEFTÉ ARNALDO LUKOKI Data Nascimento: 07/11/1992 Passaporte: N2026595 País: ANGOLA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.015260/2022-41 Requerente: GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: XINRU LIU Data Nascimento: 21/06/1994 Passaporte: E82604399 País: CHINA Mãe: Xueling Wu Pai: Yong Liu.

Processo: 08228.015728/2022-13 Requerente: NORDESTE PECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Wentao Bai Data Nascimento: 17/04/1989 Passaporte: EJ5685160 País: CHINA Mãe: Aiping Wu Pai: Liang Bai.

Processo: 08228.015778/2022-84 Requerente: MAGAZINE DE VARIEDADES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Nengji Chen Data Nascimento: 19/01/1979 Passaporte: G57390624 País: CHINA Mãe: Lanlan Chen Pai: Youyu Chen.

Processo: 08228.015787/2022-75 Requerente: SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DAVID RAYNAUD DE FITTE Data Nascimento: 20/05/1991 Passaporte: 22AH00929 País: FRANÇA Mãe: MARIE BLANCHE YVONNE RENEE DELABARRE Pai: PAUL JEAN JACQUES MARIE RAYNAUD DE FITTE.

Processo: 08228.015839/2022-11 Requerente: ASSOCIACAO CIDADAO DO MUNDO - CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: Alyssa Mackenzie Mammen Data Nascimento: 26/07/1993 Passaporte: 525991462 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Linda Marie Lobdell Pai: Rolf Eberhard Mammen.

Processo: 08228.015884/2022-68 Requerente: SOMPO SEGUROS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: CIHAN KALENDER Data Nascimento: 29/03/1982 Passaporte: U09857773 País: TURQUIA Mãe: OMER MUJDAT KALENDER Pai: GULAY KALENDER.

Processo: 08228.016035/2022-21 Requerente: KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TOSHIYUKI MYORAKU Data Nascimento: 12/07/1980 Passaporte: TZ208792 País: JAPÃO Mãe: MIWAKO MYORAKU Pai: KANJI MYORAKU.

Processo: 08228.016147/2022-82 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KAILIN YANG Data Nascimento: 08/01/1994 Passaporte: E32198091 País: CHINA Mãe: YING LU Pai: BUNIAN YANG.

Processo: 08228.016109/2022-21 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NILS HÄKAN OLOF SAVENSTRAND Data Nascimento: 01/08/1979 Passaporte: 35248022 País: SUÉCIA Mãe: Britt Erna Savenstrand Pai: Jan Nils Lennart Savenstrand.

Processo: 08228.016172/2022-66 Requerente: ZHONGLIANG WANG - MEGA COMERCIAL Prazo: Indeterminado Imigrante: CHUNYI HU Data Nascimento: 28/04/1971 Passaporte: EF6884730 País: CHINA Mãe: YUEYAN WANG Pai: JINMEI HU.

Processo: 08228.016239/2022-62 Requerente: TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Roland Ludwig Bouchet Data Nascimento: 01/07/1962 Passaporte: 21EC58554 País: FRANÇA Mãe: Erika Rosina Lang Pai: Albert Bouchet .

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.016568/2022-11 Requerente: JESUS ENRIQUE STERLING ACHIPIZ Prazo: Indeterminado Imigrante: Jesús Enrique Sterling Achipiz Data Nascimento: 19/06/1991 Passaporte: AW742455 País: COLÔMBIA Mãe: Mayely Achipiz Silva Pai: Jesús Enrique Sterling Muñoz.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.014331/2022-98 Requerente: MAR - QUENTE CONFECCOES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JOSEPH SARKIS DOUAIHY Data Nascimento: 28/07/1997 Passaporte: LR0526790 País: LÍBANO Mãe: VIVIANE FADLALLAH Pai: SARKIS DOUAIHY.

Processo: 08228.016044/2022-12 Requerente: DIN DIN ELETRONICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Mingguang Chen Data Nascimento: 29/06/1972 Passaporte: E64799392 País: CHINA Mãe: Saie Dong Pai: Fozi Chen.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.015704/2022-48 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Andreas Axmann Data Nascimento: 25/02/1964 Passaporte: C6Z1V48GX8D País: ALEMANHA Mãe: Magdalena Maria Matusczyk Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.015775/2022-41 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Ishant Kapil Data Nascimento: 15/05/1988 Passaporte: Z4058946 País: ÍNDIA Mãe: Surekha Kapil Pai: Ramesh Chand.

Processo: 08228.015813/2022-65 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: TOMASZ MACIEJ GRYCHTA Data Nascimento: 29/12/1982 Passaporte: EU5362301 País: POLÔNIA Mãe: LIDIA JANINA GRYCHTA Pai: GRZEGORZ MACIEJ GRYCHTA.

Processo: 08228.015941/2022-17 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: WILLIANS ANDRES CABEZA MORENO Data Nascimento: 01/06/1991 Passaporte: 142178418 País: VENEZUELA Mãe: VILMA CAROLINA MORENO DE CABEZA Pai: WILLIANS JOSE CABEZA VASQUEZ.

Processo: 08228.016102/2022-16 Requerente: TEMOINSA DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: RUIZHI ZHANG Data Nascimento: 25/06/1987 Passaporte: PE1652300 País: CHINA Mãe: MEILING MA Pai: WANJUN ZHANG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.004466/2022-45 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Dante Agullo Calibuso Data Nascimento: 08/11/1970 Passaporte: P8485685A País: FILIPINAS Mãe: Perlia Saraos Agullo Pai: Ricardo Agustines Calibuso.

Processo: 08228.013603/2022-32 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 04/10/2024 Imigrante: Daniele Asuni Data Nascimento: 31/05/1979 Passaporte: YB6218780 País: ITÁLIA Mãe: Maria Grazia Zanda Pai: Fiorenzo Asuni.

Processo: 08228.015660/2022-56 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 07/02/2023 Imigrante: Kornelis Kik Data Nascimento: 18/01/1960 Passaporte: BU94C3L00 País: HOLANDA Mãe: Wilhelmina Klaasse Pai: Hendrik Kik.

Processo: 08228.015667/2022-78 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 07/02/2023 Imigrante: Hector Jaime Castillo Data Nascimento: 17/04/1968 Passaporte: G25069030 País: MÉXICO Mãe: Martha Castillo Martinez Pai: Juan Jaime Mota.

Processo: 08228.015700/2022-61 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: JUMAR VILLARETTE GELLADA Data Nascimento: 07/09/1971 Passaporte: P2094934B País: FILIPINAS Mãe: LOURDES VILLARETTE GELLADA Pai: MAMERTO MAGALLANES GELLADA.

Processo: 08228.015721/2022-85 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 07/02/2023 Imigrante: Orlando Gabriel Tirboiu Data Nascimento: 29/07/1971 Passaporte: 055842994 País: ROMÊNIA Mãe: Tiberina Tirboiu Pai: Haralambie Tirboiu.

Processo: 08228.015724/2022-19 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 07/02/2023 Imigrante: Vladislavas Dobilas Data Nascimento: 26/02/1975 Passaporte: 24550722 País: LITUÂNIA Mãe: VERA DOBILIENE Pai: FELIKSAS ANTANAS DOBILAS.

Processo: 08228.015730/2022-76 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Michal Rajmund Ogloza Data Nascimento: 28/02/1978 Passaporte: EN7529558 País: POLÔNIA Mãe: Dzintra Tress Pai: Marlan Ogloza.

Processo: 08228.015955/2022-22 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: IVAN KOLIC Data Nascimento: 27/10/1988 Passaporte: 293593656 País: CROÁCIA Mãe: JADRANKA KOLIC Pai: NENAD KOLIC.

Processo: 08228.015931/2022-73 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Miroslav Vasilev Yordanov Data Nascimento: 09/05/1969 Passaporte: 385682994 País: BULGÁRIA Mãe: Leva Nikolova Stoyanova Pai: Vasil Yordanov Vasilev.

Processo: 08228.015933/2022-62 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: PETAR UNKASEVIC Data Nascimento: 07/02/1981 Passaporte: P06GC9233 País: MONTENEGRO Mãe: Radmila Unkasevic Pai: Ilija Unkasevic.

Processo: 08228.016020/2022-63 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Brock Anthony Lohnes Data Nascimento: 09/11/1976 Passaporte: HK650518 País: CANADÁ Mãe: Charlotte Ann Lohnes Pai: Vaughn Edgar Lohnes.

Processo: 08228.015987/2022-28 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Piotr Wiktor Makosa Data Nascimento: 28/08/1967 Passaporte: EJ0519932 País: POLÔNIA Mãe: Barbara Fussek Pai: Janusz Witold Makosa.

Processo: 08228.015991/2022-96 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Artem Nykonets Data Nascimento: 12/01/1983 Passaporte: FG408720 País: UCRÂNIA Mãe: Alla Nykonets Pai: Oleksandr Nykonets.

Processo: 08228.015998/2022-16 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Stoyan Bozhinov Mitev Data Nascimento: 07/02/1971 Passaporte: 387235232 País: BULGÁRIA Mãe: Kerka Stoyanova Pai: Bozhin Nestoroy Mitev.

Processo: 08228.016023/2022-13 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Luke Patrick Jarvis Data Nascimento: 17/10/1975 Passaporte: HM203026 País: CANADÁ Mãe: Audrey Skinner Pai: Luke Jarvis.

Processo: 08228.016052/2022-69 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Oleksandr Yaremenko Data Nascimento: 03/08/1995 Passaporte: FH556929 País: UCRÂNIA Mãe: Olga Yaremenko Pai: Roman Yaremenko.

Processo: 08228.016053/2022-11 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Robert Sutlic Data Nascimento: 12/08/1962 Passaporte: 049374164 País: CROÁCIA Mãe: Nevenka Sutlic Pai: Mario Sutlic.

Processo: 08228.016054/2022-58 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Igor Malytskyy Data Nascimento: 17/11/1966 Passaporte: FH677475 País: UCRÂNIA Mãe: Anastasia Malytskaya Pai: Korneliy Malytskyy.

Processo: 08228.016175/2022-16 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: VIACHESLAV PASICHNYAK Data Nascimento: 03/05/1988 Passaporte: 764578700 País: RÚSSIA Mãe: NATALIA PASICHNYAK Pai: VIACHESLAV PASICHNYAK.

Processo: 08228.016192/2022-37 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Mark Linton Adams Data Nascimento: 22/04/1969 Passaporte: LK211588 País: NOVA ZELÂNDIA Mãe: Lorna Joyce Adams Pai: Ronald George Adams.

Processo: 08228.016204/2022-23 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Marek Piotr Piekny Data Nascimento: 01/08/1969 Passaporte: EW2555610 País: POLÔNIA Mãe: Krystyna Biszczanik Pai: Jan Piekny.

Processo: 08228.016207/2022-67 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Radoslaw Stanislaw Kaminski Kij Data Nascimento: 29/11/1977 Passaporte: ES1002045 País: POLÔNIA Mãe: Elzbieta Barbara Kaminska Kij Pai: Paulin Jozef Kij.

Processo: 08228.016212/2022-71 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Catalin Marian Toader Data Nascimento: 11/08/1965 Passaporte: 061113953 País: ROMÊNIA Mãe: Maria Toader Pai: Neculai Toader.

Processo: 08228.016227/2022-38 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 07/02/2023 Imigrante: Ian Campbell Sinclair Data Nascimento: 02/03/1970 Passaporte: 538675197 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Yvonne Sinclair Pai: Campbell Sinclair.

Processo: 08228.016238/2022-18 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Enver Salkic Data Nascimento: 03/04/1963 Passaporte: 070294902 País: CROÁCIA Mãe: Serifa Salkic Pai: Meho Salkic.

Processo: 08228.016243/2022-21 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Emil Mitkov Enchev Data Nascimento: 07/02/1974 Passaporte: 385314436 País: BULGÁRIA Mãe: Zlatka Zeleva Dobreva Pai: Mitko Enchev Mitev.

Processo: 08228.016258/2022-99 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Damir Lakovic Data Nascimento: 21/05/1959 Passaporte: 015238062 País: CROÁCIA Mãe: Nafija Lakovic Pai: Federico Lakovic.

Processo: 08228.016264/2022-46 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Grigory Nesterenko Data Nascimento: 19/11/1973 Passaporte: 763779786 País: RÚSSIA Mãe: Lyudmila Petrovna Nesterenko Pai: Vladimir Grigoryevich Nesterenko.

Processo: 08228.016268/2022-24 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Vidar Yttri Data Nascimento: 13/09/1987 Passaporte: 31040310 País: NORUEGA Mãe: Asdis Gunnarsdottir Pai: Olav Arne Yttri.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 11/2017 - Anexo XII - Inciso I)

Processo: 08228.015577/2022-87 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JAEMO KWON Data Nascimento: 27/05/1981 Passaporte: M31581786 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Okboon Son Pai: Changwoon Kwon.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.016031/2022-43 Instituição: MISSAO BATISTA DO SUL DO BRASIL Prazo: 2 Anos Imigrante: Jeffrey Hart Basford Data Nascimento: 12/02/1994 Passaporte: 674179952 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Elizabeth Jayne Basford Pai: Jeffrey Scott Basford.

Processo: 08228.016036/2022-76 Instituição: MISSAO BATISTA DO SUL DO BRASIL Prazo: 2 Anos Imigrante: Sydney Brianna Basford Data Nascimento: 04/12/1993 Passaporte: 581376624 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Karen Kay Bodden Pai: Jeffrey Bodden.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 15/2017)

Processo: 08228.013722/2022-95 Requerente: ASSOCIACAO BEM ESTAR NATURAL SENIOR - ABENS Prazo: 1 Ano Imigrante: Ana Sofia Simões da Silva Loio Data Nascimento: 20/04/1988 Passaporte: 0000 País: PORTUGAL Mãe: Maria Luisa Simões Marques da Silva Pai: António Alexandre Simões Loio.

Processo: 08228.013641/2022-95 Requerente: ROSA LETICIA PERNILLO FINO Prazo: 1 Ano Imigrante: ROSA LETÍCIA PERNILLO FINO Data Nascimento: 20/08/1962 Passaporte: F5814817 País: GUATEMALA Mãe: OLIVIA FINO GRANCO Pai: ENRIQUE PERNILLO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 20/2017)

Processo: 08228.017064/2022-19 Requerente: NEELAKSHI JOSHI Prazo: 2 Anos Imigrante: NEELAKSHI JOSHI Data Nascimento: 13/10/1980 Passaporte: V4983579 País: ÍNDIA Mãe: NEELIMA JOSHI Pai: LAXMIKANT JOSHI.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 24/2018)

Processo: 08228.016616/2022-63 Requerente: José Manuel Vieira Fragoso Prazo: 24/04/2023 Imigrante: José Manuel Vieira Fragoso Data Nascimento: 23/06/1956 Passaporte: CC825386 País: PORTUGAL Mãe: Olívia Vieira Cabral Fragoso Pai: José de Andrade Fragoso.

Processo: 08228.017386/2022-51 Requerente: HERVE CEDRIC YVIQUEL Prazo: Indeterminado Imigrante: Hervé Cédric Yviquel Data Nascimento: 18/08/1986 Passaporte: 18C196486 País: FRANÇA Mãe: Jacqueline Anne Marie Donnio Pai: Joël André Yviquel.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 40/2019)

Processo: 08228.015209/2022-39 Requerente: MAURICE WALTER ROGER GLASER Prazo: 2 Anos Imigrante: MAURICE WALTER ROGER GLASER Data Nascimento: 24/03/1995 Passaporte: X9114088 País: SUÍÇA Mãe: SILVANA GLASER- GIUPPONI Pai: ROGER WALTER ROBERT GLASER.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 08228.013811/2022-31 Requerente: WOLFGANG MAXIMILIAN MUHLBAUER Prazo: 2 Anos Imigrante: Wolfgang Maximilian Muhlbauer Data Nascimento: 01/03/1967 Passaporte: U 2655322 País: ÁUSTRIA Mãe: Beatriz Mühlbauer Pai: Ingenieur Josef Mühlbauer.

Processo: 08228.015443/2022-66 Requerente: BEATRICE ANNE MICHELE CRISTOFARI EP MACKE Prazo: 04 Anos Imigrante: BEATRICE ANNE MICHELE CRISTOFARI Data Nascimento: 09/05/1963 Passaporte: 13AI98646 País: FRANÇA Mãe: PAULETTE GENEVIEVE LOUISE BLANCHET Pai: PAUL JEAN CRISTOFARI.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 08228.014989/2022-16 Requerente: SUSANNE CHRISTINE EBNER KELP Prazo: 1 Ano Imigrante: SUSANNE CHRISTINE EBNER KELP Data Nascimento: 06/01/1959 Passaporte: CF7YR1LM2 País: ALEMANHA Mãe: FRITZ KURT KARL KELP Pai: URSULA KELP.

Processo: 08228.015917/2022-71 Requerente: AMANDA KLEINE BECKER Prazo: 1 Ano Imigrante: CHRISTINA RUTH JOHNSON Data Nascimento: 16/06/1994 Passaporte: 528600333 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: JANNETH THRASHER Pai: TAMAN JOHNSON.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.014338/2022-18 Requerente: LUCA IACOMINO Prazo: 1 Ano Imigrante: LUCA IACOMINO Data Nascimento: 21/02/2000 Passaporte: YB3221534 País: ITÁLIA.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 4º c/c 2º)

Processo: 08228.017394/2022-12 Requerente: ESPORTE CLUBE PINHEIROS Prazo: 12 Meses Imigrante: Richard Amardi Data Nascimento: 16/10/1989 Passaporte: AB962810 País: CANADÁ.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 4º c/c 3º)

Processo: 08228.017284/2022-34 Requerente: COIMBRA ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DANILO FAUSTO DE OLIVEIRA MELO Data Nascimento: 22/08/1983 Passaporte: CA680807 País: PORTUGAL.

INDEFERIDO

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 08228.012786/2022-79 Requerente: Sanzhar Bimamirov Prazo: 1 Ano Imigrante: Sanzhar Bimamirov Data Nascimento: 24/07/1990 Passaporte: Pasaporte País: CAZAQUISTÃO.

Processo: 08228.009434/2022-36 Requerente: HEBER MANUEL DELGADO MEDRANO Prazo: 1 Ano Imigrante: HEBER MANUEL DELGADO MEDRANO Data Nascimento: 20/04/1984 Passaporte: 530919896 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009869/2022-81 Requerente: Gregory Michael Alexander Staunton Prazo: 1 Ano Imigrante: GREGORY MICHAEL ALEXANDER STAUNTON Data Nascimento: 23/08/1979 Passaporte: 529989264 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.010780/2022-67 Requerente: NICOLO BROTTO Prazo: 1 Ano Imigrante: Nicolo Brotto Data Nascimento: 23/09/1988 Passaporte: YA9437768 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.008876/2022-65 Requerente: ALFRED GUNGERICH Prazo: Indeterminado Imigrante: ALFRED GUNGERICH Data Nascimento: 21/06/1950 Passaporte: X8328506 País: SUÍÇA Mãe: GERTRUD GUNGERICH Pai: KARL GUNGERICH.

Processo: 08228.014857/2022-78 Requerente: CHRISTINA SCHADE Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTINA SCHADE Data Nascimento: 21/02/1983 Passaporte: CGRR0Z293 País: ALEMANHA Mãe: GERLINDE MARIA ELISABET SCHADE Pai: HANS WERNER.

Processo: 08228.015030/2022-81 Requerente: PATRICK WARREN RICE Prazo: Indeterminado Imigrante: PATRICK WARREN RICE Data Nascimento: 13/04/1945 Passaporte: 656066963 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: ELIZABETH RICE MEIER Pai: WARREN LELAND RICE.

Processo: 08228.015587/2022-12 Requerente: NFM SERVICOS DE PUBLICIDADE LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ JOÃO VINHAS DA SILVA Data Nascimento: 06/02/1972 Passaporte: CB985551 País: PORTUGAL Mãe: MARIA HELENA DA CONCEIÇÃO PINTO VINHAS Pai: ALBINO DA SILVA.

Processo: 08228.016663/2022-15 Requerente: MODESTUS OGUCHI ALOZIE Prazo: Indeterminado Imigrante: MODESTUS OGUCHI ALOZIE Data Nascimento: 06/03/1983 Passaporte: A10297696 País: NIGÉRIA Mãe: LUCY ALOZIE Pai: PHILIP ALOZIE.

Processo: 08228.016122/2022-89 Requerente: SIMÃO PAULO VICTOR Prazo: Indeterminado Imigrante: SIMÃO PAULO VICTOR Data Nascimento: 15/04/1985 Passaporte: N1992537 País: ANGOLA Mãe: SENGA SOFIA DA CONCEIÇÃO Pai: VICTOR VITA.

Processo: 08228.017673/2022-61 Requerente: ASSOCIACAO BENEFICENTE DA EDUCACAO BRASIL & CHINA Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAOSHU ZHU Data Nascimento: 17/06/1965 Passaporte: EB4312407 País: CHINA Mãe: GUILAN FAN Pai: GUOHUA ZHU.

Processo: 08228.017381/2022-27 Requerente: MOHD JASEEM KHAN Prazo: 31/03/2023 Imigrante: Mohd Jaseem Khan Data Nascimento: 10/01/1979 Passaporte: P4449032 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014752/2022-19 Requerente: SUBSTANCIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 10 Dias Imigrante: Vicente Almuna Morales Data Nascimento: 02/07/1988 Passaporte: F23703242 País: CHILE Imigrante: Camila Fernanda González Brito Data Nascimento: 02/02/1988 Passaporte: F28798391 País: CHILE Imigrante: María Jesús Del Rosario González Landeta Data Nascimento: 03/12/1987 Passaporte: P18280046 País: CHILE Imigrante: Ximena de Los Andes Sánchez Egaña Data Nascimento: 11/11/1987 Passaporte: P14338945 País: CHILE Imigrante: María Paz González Durney Data Nascimento: 17/10/1985 Passaporte: F24246052 País: CHILE Imigrante: Manuela Mege Quesney Data Nascimento: 13/01/1988 Passaporte: P16657736 País: CHILE Imigrante: Luis Enrique Cerda Esparza Data Nascimento: 28/07/1979 Passaporte: F24000157 País: CHILE.

Processo: 08228.015314/2022-78 Requerente: DIOCESE DE JUAZEIRO BAHIA Prazo: Indeterminado Imigrante: Lissamma Joseph Data Nascimento: 27/04/1977 Passaporte: U8442146 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011362/2022-97 Requerente: PIME - PONTIFICIO INSTITUTO DAS MISSOES Prazo: 2 Anos Imigrante: CARLOS CARMONA CASTRO Data Nascimento: 04/11/1986 Passaporte: PASSAPORTE País: MÉXICO.

Processo: 08228.014342/2022-78 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/07/2023 Imigrante: NOEL SALONGA CABRERA Data Nascimento: 14/06/1969 Passaporte: P6712589B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013655/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 31/01/2023 Imigrante: VICTOR FELIPE BARRIOS TOUS Data Nascimento: 09/12/1964 Passaporte: AT873752 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.013640/2022-41 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 03/03/2023 Imigrante: JOSE ANTONIO MAITAN BRICEÑO Data Nascimento: 24/03/1986 Passaporte: 100990735 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.013609/2022-18 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 08/06/2024 Imigrante: ABELARDO PITAGAN LUTERIA Data Nascimento: 08/08/1968 Passaporte: P6145835A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013563/2022-29 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/07/2023 Imigrante: IRAKLI TAKIDZE Data Nascimento: 30/10/1998 Passaporte: 18AB65188 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.013350/2022-13 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 03/07/2023 Imigrante: JEFFREDO MAJOMITANO. CALOPEZ Data Nascimento: 16/04/1963 Passaporte: P6894967A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013343/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 03/07/2023 Imigrante: MANUEL III ITALIA BELGICA Data Nascimento: 05/02/2000 Passaporte: P1845570B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013335/2022-59 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/05/2023 Imigrante: RUDOLF CHUA CAMPOSANO Data Nascimento: 16/11/1982 Passaporte: P5713578B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013334/2022-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/05/2023 Imigrante: JOSELITO ALSOL DELA PASION Data Nascimento: 19/03/1977 Passaporte: P7701777B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012825/2022-38 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: PRAVINKUMAR DUNDAYYA MASTIHOLIMATH Data Nascimento: 29/07/1975 Passaporte: M5327915 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.012792/2022-26 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/08/2023 Imigrante: Desmar Hernandez Consigo Data Nascimento: 12/12/1992 Passaporte: P8835937B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011548/2022-46 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 22/03/2023 Imigrante: Zein Siraj Khot Data Nascimento: 19/11/1994 Passaporte: W0379759 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016603/2022-94 Requerente: Ambre Doussan Prazo: 1 Ano Imigrante: Ambre Flora Doussan Data Nascimento: 13/06/1997 Passaporte: 19CH81919 País: FRANÇA.

Processo: 08228.015316/2022-67 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Manuel Alarcon Villegas Data Nascimento: 19/04/1995 Passaporte: PAN429066 País: ESPANHA.

Processo: 08228.015600/2022-33 Requerente: BING LU Prazo: 2 Anos Imigrante: BING LU Data Nascimento: 09/03/1968 Passaporte: EG3558972 País: CHINA Mãe: YIYUN LIU Pai: XIANGKUAN LU.

Processo: 08228.015516/2022-11 Requerente: KASSEM MUSTAPHA HARIRI Prazo: 02 Anos Imigrante: hassan kassir Data Nascimento: 30/07/1995 Passaporte: LR647247 País: LÍBANO Mãe: laila hariri Pai: mahid kassir.

Processo: 08228.015061/2022-32 Requerente: RAISSA NSENSELE NYARWAYA Prazo: Indeterminado Imigrante: RAISSA NSENSELE NYARWAYA Data Nascimento: 03/06/1989 Passaporte: PASSAPORTE País: REPÚBLICA DO CONGO Mãe: MARIE LOUISE NYARWAYA Pai: BAUDOUIN KALUME.

Processo: 08228.014493/2022-26 Requerente: MACNICA DHW LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ALEKSANDR IGOREVICH Data Nascimento: 31/03/1988 Passaporte: 2555592 País: RÚSSIA Mãe: VALENTINA PETROVNA TARASOVA Pai: IGOR ALEXANDROVICH TARASOV.

Processo: 08228.013319/2022-66 Requerente: FABIO MIGUEL GONCALVES SANTOS Prazo: 2 Anos Imigrante: Fábio Miguel Goncalves Santos Data Nascimento: 31/08/1989 Passaporte: C716964 País: PORTUGAL Mãe: Maria Eugenia Goncalves Santos Pai: José António Coelho dos Santos.

Processo: 08228.011878/2022-31 Requerente: SAO BRAZ ESCRITORIO DE SERVICOS LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: Noumen Fotsing Florine Samantha Data Nascimento: 27/02/2001 Passaporte: 1258894 País: CAMARÕES Mãe: Nyonzo Chendjou Judith Nadege Pai: Fotsing Michel.

Processo: 08228.011155/2022-32 Requerente: ANTONIA PICORNELL LUCAS Prazo: Indeterminado Imigrante: Antonia Data Nascimento: 22/07/1963 Passaporte: Passaporte País: ESPANHA Mãe: Francisca Pai: José Antonio.

Processo: 08228.008577/2022-21 Requerente: IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: FRANCISCO RAFAEL GUERRERO JIMENEZ Data Nascimento: 30/12/1968 Passaporte: 674519 País: ESPANHA Mãe: MARGARIDA JIMENEZ Y FLOR Pai: FRANCISCO GUERRERO Y DIAZ.

Processo: 08228.008306/2022-75 Requerente: ENZO BRASIL VARIEDADES E ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: XIAYING LIN Data Nascimento: 23/05/2001 Passaporte: EH 2066236 País: CHINA Mãe: AIXIN LIN Pai: BENGENG LIN.

Processo: 08228.006919/2022-78 Requerente: SHAHADAT HOSSAIN Prazo: 02 Anos Imigrante: SHAHADAT HOSSAIN Data Nascimento: 01/01/1985 Passaporte: BY0280931 País: BANGLADESH Mãe: MATLUBUR RAHMAN Pai: NUR NOBI.

Processo: 08228.015035/2022-12 Requerente: JOANA ANDREIA ANTUNES GARNACHO DE OLIVEIRA SANTOS Prazo: 03 Anos Imigrante: JOANA ANDREIA ANTUNES GARNACHO DE OLIVEIRA SANTOS Data Nascimento: 10/02/1991 Passaporte: CA772456

País: PORTUGAL Mãe: Maria de Fátima Antunes Garnacho Pai: Arnaldo de Oliveira Santos.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 175, de 14/09/2022, Seção 1, Pág. 197, Processo: 08228.011392/2022-11, onde se lê: Prazo: 02/11/2022, leia-se: Prazo: 30/10/2023.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 184, de 27/09/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.006599/2022-56, onde se lê: Mãe: ZEINABE NASSER, leia-se: Mãe: ZEINAB NASSER.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 61, Processo: 08228.015028/2022-11, onde se lê: Imigrante: GILBERT JOHN ROSETE; Mãe: VILMA BALAY SARAY; leia-se: Imigrante: GILBERT JOHN SARAY ROSETE; Mãe: VILMA SARAY ROSETE.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 175, de 14/09/2022, Seção 1, Pág. 195, Processo: 08228.011435/2022-41, onde se lê: Mãe: VALENTINA TVERDOKHLEB FEDOROVNA; Pai: VALENTIN TVERDOKHLEB VIKTOROVICH; leia-se: Mãe: VALENTINA FEDOROVNA TVERDOKHLEB, Pai: VALENTIN VIKTOROVICH TVERDOKHLEB.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 57, Processo: 08228.016267/2022-81, onde se lê: Data de nascimento: 09/10/1980, leia-se: Data de nascimento: 29/09/1970.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 40, de 25/02/2022, Seção 1, Pág. 94, Processo: 47039.021222/2021-25, onde se lê: Mãe: MARIA DE LOS ANGELES LARIOS GUZMAN, leia-se: Mãe: MARIA DE LOS ANGELES LARIOS.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 171, de 08/09/2022, Seção 1, Pág. 51, Processo: 08228.011175/2022-11, onde se lê: Prazo: 2 Dias, leia-se: Prazo: 2 Anos.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.267, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADÉRITO MATEUS ARTUR - G019805-1, natural da Angola, nascido em 20 de setembro de 1990, filho de Mateus Artur João e Olga Manuela Luís José, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0088873/2021);

ALEJANDRO ALBERTO MINAYA RIVERTT - G162119-G, natural da Bolívia, nascido em 22 de janeiro de 1984, filho de Johnny Alberto Minaya Soza e filho de Beatriz Rivertt Yucra, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 235881.0086998/2021);

AHMAD AL DAMONI - G445731-F, apátrida, nascido em 4 de Outubro de 1996, filho de Mohammad Fayez Al Damoni e de Suher Al Dandari, residente no Estado de São Paulo (Processo nº235881.0088451/2021);

ALESIA ANDREEVNA ISAKOVA GOMES - G326590-L, natural da Rússia, nascida em 20 de abril de 1992, filha de Andrei Aleksandrovich Isakov e de Tatiana Nikolaevna Isakova, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0069222/2021);

ALUÍSIO DO NASCIMENTO GONÇALVES - V826515-S, natural da Angola, nascido em 4 de dezembro de 1992, filho de Manuel de Jesus de Oliveira Gonçalves e de Ana Manuela Granato do Nascimento Gonçalves, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0064360/2021);

BIENVENU KINAKA MANIONGISA - G464055-M, natural da República Democrática do Congo, nascido em 6 de Abril de 1994, filho de Ngalula Thsibanza Lerions e Lisoria Egbango Jacquie, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0089029/2021);

BERQUESNOYHE SCHYLFER MOUNKASSA TSELET - G342207-H, natural da República do Congo, nascida em 15 de maio de 1998, filha de Mounkassa Bertin e de Suzanne Olga Ngoma Ntsoko, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0094389/2021);

Carolina Isabel Laya Obando - V573762-H, natural da Venezuela, nascida em 21 de junho de 1983, filha de Luis Enrique Laya e de Gloria Isabel Laya Obando, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0088641/2021);

CHIEMEZUO OHAKWE - G357244-H, natural da Nigéria, nascido em 11 de maio de 1984, filho de Francis Ohakwe e de Celestina Ohakwe, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0093518/2021);

DAMARIS RODRIGUEZ PADRON - G314962-Q, natural de Cuba, nascida em 19 de agosto de 1974, filha de Araceli Padron Sanchez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0065219/2021);

DEBORA GESSIKA ADJOUAVI DEGNON SOSSAVI DOSSA - F014197-V, natural do Benin, nascida em 21 de março de 1994, filha de Chantal Eclou, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0085561/2021);

DENNIS EFRAIN ESTEVES NICOLICH - V838915-X, natural do Peru, nascido em 15 de novembro de 1984, filho de Dennis Efrain Esteves Teran e de Milica Nicolich de Esteves, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0088405/2021);

DIALA MAME GADIAGA - G228830-0, natural do Senegal, nascida em 1 de setembro de 1978, filha de Ibrahima Gadiaga e de Fatimata Dioum, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0079484/2021);

DORA DINGANGA LONDE - F108368-9, natural da Angola, nascida em 16 de janeiro de 1999, filha de Silva Lema Londe e de Nadia Nzingula Dinganga, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0096824/2021);

ELLIA ABOU ASALI - G202811-X, natural da Síria, nascido em 8 de abril de 1966, filho de Mekhael Abou Asali e de Rouza Gabour, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0088998/2021);

ELIANA PAOLA MARIN CASTAÑO - V959550-N, natural da Colômbia, nascida em 3 de junho de 1988, filha de Martin Fabian Marin Guevara e de Nelcy Del Socorro Castaño Agudelo, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0090548/2021);

FERNANDO ARAMIS ALVAREZ ROJAS - V972386-X, natural de Cuba, nascido em 20 de dezembro de 1972, filho de Fernando Rafael Alvarez Cardoso e de Rita Olema Rojas Gutierrez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0064676/2021);

FREDY ANDREY LOPEZ GONZALEZ - V811956-T, natural da Colômbia, nascido em 21 de julho de 1985, filho de Bernabe Lopez Lopez e de Marilce Gonzalez Gonzalez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0089447/2021);

GERF DALY FORTUNA GUERRIER- G096908-W, natural do Haiti, nascida em 02 de outubro de 1993, filha de Journelia Multy e de Georges Fortuna, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 235881.0090334/2021);

GUERDA JEANTY EMILE - G321358-D, natural do Haiti, nascida em 4 de agosto de 1988, filha de Merveis Jeanty e Dieula Manasse, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0089293/2021);

GOLAM SAROAR - F178541-G, natural de Bangladesh, nascido em 1 de janeiro de 1982, filho de Mozibul Hoqe e de Tayeber Nesa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0085809/2021);

HIKMAT AWALI ABOC RAYA - V450456-l, natural do Uruguai, nascido em 28 de julho de 1990, filho de Hussein Daoud Awali e de Saade HoujeijeAaboc Raya, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0096544/2021);

HASSANE ECH CHOAYBY - V598400-E, natural do Marrocos, nascido em 1 de janeiro de 1980, filho de Thami Ben Mohamed e de Habiba Bent Bousselham, residente no Estado do Paraná. (Processo nº 235881.0066284/2021);

JIMMY MICHEL EL FEGALI - G243765-M, natural do Líbano, nascido em 17 de abril de 1981, filho de Michel El Fegali e de Thereze Abi Saloum, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0173366/2022);

JOAO CASACO CO - G458081-7, natural da Guiné-Bissau, nascido em 5 de maio de 1980, filho de Casaco Co e de Dipolina Te, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0090932/2021);

JOSUE WOHO ONESEKA - G319044-2, natural da República Democrática do Congo, nascido em 5 de junho de 1996, filho de Jules Cesar Omana Pene Kalema Okitocho e de Veronique Owela Kanyama, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0086653/2021);

KAMOAN YANNICK BERENGER GONOLIE - G396123-A, natural da Costa do Marfim, nascido em 10 de janeiro de 1988, filho de Gonolie Lambert e de Ahoua Ahouanambie Paulette, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0094121/2021);

KHADY WADE - G320235-Y, natural do Senegal, nascido em 8 de dezembro de 1986, filho de Ibra Gueye Wade e de Isseu Fall, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0066407/2021);

MARIA GISELA BUITRAGO DUQUE - G232354-H, natural da Venezuela, nascida em 5 de junho de 1990, filha de David Alberto Bultrago Mora e de Nuvia Gicela Duque de Bultrago, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0092745/2021);

MARIA GUADALUPE BAUTA VALDIVIA - G285600-K, natural de Cuba, nascida em 19 de julho de 1980, filha de Alberto Severino Bauta Diaz e de Maribel Magaly Valdivia Garcia, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0089678/2021);

MARINÉS CHIQUINQUIRÁ CARVAJAL BRAVO GOMES - V568940-0, natural da Venezuela, nascida em 18 de novembro de 1987, filha de Rigoberto Carvajal Uribe e de Ines Bravo Castro, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0095270/2021);

MARLY MUNOZ - V736007-B, natural da Colômbia, nascida em 17 de janeiro de 1984, filha de Jorge Delio Montero Mambuscay e de Erfilia Emerita Munoz Hurtado, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0085637/2021);

MERIL HAZEEM - G107515-J, natural da Síria, nascida em 3 de julho de 1997, filha de Scarlet Daub e de Wael Hazeem, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0090473/2021);

MEREANA SALLOUM - G318269-K, natural da Síria, nascida em 25 de janeiro de 1994, filha de Bassam Salloum e de Najah Ibrahim, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0064513/2021);

MHD KHAIR ADNAN AL JAWIESH - G066407-Z, natural da Síria, nascido em 1 de janeiro de 1993, filho de Adnan Al Jawiesh e de Asma Al Bahlawan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0092374/2021);

MODOU THIOUNE SYLLA - G166557-9 , natural de Senegal, nascido em 27 de janeiro de 1985, filho de Fatimata Boye e de Daouda Sylla, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 235881.0094548/2021);

MOHAMAD EL JAMAL - F103530-E, natural do Líbano, nascido em 3 de março de 1990, filho de Mohamad Nasser Al Jamal e de Hajar Youssef, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0091815/2021);

MOHAMAD HAMMOUD - F017587-3, natural do Líbano, nascido em 1 de março de 1990, filho de Ali Hammoud e de Hadla Hammoud, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0090699/2021);

MOAZ ALABBAR - F062210-8, natural da Síria, nascido em 23 de fevereiro de 1992, filho de Ousama Alabbar e de Shahrazad Allaham, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0093109/2021);

NANI KUMPOVELA JOAO - G469239-O, natural da Angola, nascida em 25 de maio de 1987, filha de Ndongala Joao e de Mafuta Maria, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0066306/2021);

OSVALDINA JOSE GOMES - G231801-N, natural da Guiné-Bissau, nascida em 26 de maio de 1992, filha de Jose Gomes e de Maria Isabel Gomes Co, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0089274/2021);

PATRICIA JOSEPH JEAN - G204989-J, natural do Haiti, nascida em 4 de agosto de 1979, filha de Pierre Jean e de Denise JN Charles, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0090886/2021);

PAPA CHEIKHOU DRAME - G341454-5, natural do Senegal, nascido em 26 de fevereiro de 1976, filho de Djim Mamadou Drame e de Ndeye Toure, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0082361/2021);

PEDRAM REZAEE - F045675-Z, natural do Irã, nascido em 12 de novembro de 1992, filho de Amir Rezaee e de Effat Pouraghaei, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0088001/2021);

PIERRE JUDE AVRIL - G207461-9, natural do Haiti, nascido em 2 de fevereiro de 1984, filho de Faril Avril e de Sainmilia Mesidor, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0085197/2021);

REMA AL KHALEL - F220676-J, natural da Síria, nascida em 28 de outubro de 1985, filha de Bahjat Al Khalel e de Alia Almohammad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0089310/2021);

RIHAB KHALED MRAICH - V650281-G, natural do Líbano, nascido em 16 de setembro de 1986, filho de Khaled Mraich e de Nazah Kherfan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0086447/2021);

ROKEBED JEAN LOUIS AUGUSTIN - G083190-0, natural do Haiti, nascido em 16 de setembro de 1996, filho de Rosemond Jean Louis e Rose-Carmelle Jean Louis Merisier, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0164689/2022);

SAIDO DAFE - G450680-P, natural da Guiné-Bissau, nascido em 17 de setembro de 1984, filho de Braima Dafe e de Arramata Seidi, residente no Paraná (Processo 235881.0095636/2021);

SALIM DOURI - G318270-Z, natural da Síria, nascido em 29 de janeiro de 1982, filho de Ghawi Duori e de Najah Assi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0064425/2021);

SHAKEEL MURAD - F276035-Y, natural do Paquistão, nascido em 13 de abril de 1992, filho de Murad Ali e de Sughran Bibi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0126090/2021);

SOHAIB AHMAD KALEEM - G015164-X, natural do Paquistão, nascido em 6 de novembro de 1999, filho de Kaleem Masood e de Aqila Yasmin, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0084704/2021);

TAREK ALTAIR ALTAIR - G089757-1, natural da Síria, nascido em 20 de março de 1982, filho de Mohamad Altair e de Nariman Alkojak, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0093257/2021);

VAIRTLES NEHISEN MOUNKASSA LIEL - G342231-K, natural da República do Congo, nascido em 11 de julho de 2002, filho de Bertin Mounkassa e de Suzanne Olga Ngoma Ntsoko, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0094088/2021);

VALDEMAR TEODORO - G087324-M, natural de Portugal, nascido em 3 de julho de 1983, filho de José Correia Teodoro e de Balbina Lúcia Correia Teodoro, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0080103/2021);

WAEL HAZEEM - G107506-K, natural da Síria, nascido em 16 de dezembro de 1965, filho de Refat Hazeem e de Afifa Mansour, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0090483/2021) e

YULIERKY LUIS FRANCISCO - V992419-W, natural de Cuba, nascida em 16 de janeiro de 1980, filha de Felix Luis Alfonso e de Candida Francisco Baro, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0081799/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA 1.268, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADOLFO VALDIVIES GONZALEZ - V459124-1, natural de Cuba, nascido em 13 de dezembro de 1964, filho de Adolfo Valdives Macias e de Carmem Gonzales Morado, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0093068/2021);

GEORGE FIDEL RIZK - Y242464-8, natural do Líbano, nascido em 05 de setembro de 1970, filho de Fidel Rizk e de Angel Tanos, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0107035/2021);

HASSAN NAJIB AL MOKADEM - Y232200-B, natural do Líbano, nascido em 03 de março de 1974, filho de Najib Mokadem e de Fatme Tahini, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0089477/2021);

NORMA LUZ PARADA LOAYZA ALBUQUERQUE - V349797-0, natural da Bolívia, nascida em 26 de fevereiro de 1988, filha de José Santos Parada Arteaga e de Angela Loayza Alencar, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0096409/2021);

RABII AZIRI - V429991-9, natural do Reino de Marrocos, nascido em 01 de outubro de 1979, filho de Lahoussine Filho Maati e de Fatna Filha Rahal, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0033870/2021);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.582, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1582/2022
Processo Administrativo nº 08700.004914/2021-05 (Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.001546/2016-78)
Representante: Cade ex officio.
Representados: ARC Consultoria Ltda; Agência Fato Publicidade e Propaganda Ltda.; Ativa Brigadista Ltda.; Brasfort Administração e Serviços Ltda.; Buriti Segurança Especializada S.A.; Buriti Serviços Empresariais S.A.; Capital Service Serviços Profissionais Eireli; Carvalho Prestação de Serviços Padronizados Ltda; Dfox Serviços e Conservação Eireli; Ebras Empresa de Conservação Ltda.; Essa Serviços Especializados e Facilities Eireli; Empresa Brasileira de Comunicação Produção Ltda.; Fortaleza Serviços Empresariais Eireli; Gold Serviços de Monitoramento e Limpeza Eireli; I & M Produção de Eventos Ltda; Imperial Serviços Empresariais Eireli; Interativa Facilities Ltda.; Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda.; Latin Promo Ltda.; Lions Laparo Serviços Inteligentes Ltda.; Lyon - Serviços Terceirizados Ltda.; Lyon Executiva - Comércio e Serviços Empresariais Ltda.; Mercado Cultural Ltda.; Meta - Importação, Comércio, Prestação de Serviços, Construção e Reforma Ltda.; Mezan Comércio e Serviços Ltda.; Mistral Serviços Ltda.; NB Comércio, Serviços e Construções Eireli; Office Serviços de Administração Soluções em Rh e Contábil Ltda.; Online Segurança Patrimonial Eireli; Planalto Service Eireli; Prime Bureau de Negócios Eireli; R2 Radiodifusão e Telecomunicações Ltda.; Regina Neli Monteiro de Sousa Barbosa do Nascimento ME; Sefix - Gestão de Profissionais Eireli; Sefix Empresa de Segurança Ltda; Setta - Serviços Terceirizados Ltda.; Solo Participações e Investimentos Eireli; Solution Serviços de Conservação e Limpeza Ltda.; Soma Conservação e Limpeza Eireli; Sousa & Silva Supera Serviços Empresariais Ltda; VIPPIM Segurança e Vigilância Ltda.; ZP Conservação e Limpeza Eireli; Adriana Rodrigues Anjos; Antônio dos Reis Cardoso; Antônio Luís Alves da Silva; Caio César Perestrello Goncalves; Carolina Moniz de Almeida; Caroline Dourado de Carvalho; Chiara Brandão Florêncio; Clóvis Pinto de Queiroz; Dgival Alves dos Santos Filho; Diego de Oliveira Barreto; Eurípedes Gonçalves; Gilson Leandro dos Santos; Gineir Silva Santos; Ionara Talita Pereira da Silva; Ivaldo Correa da Silva; Jéssica Cristhiny Ferreira de Barros Santos; Juliana dos Santos Camilo Monteiro; Krisnaly Carneiro da Silva; Leandro Gallo; Lourival Moreira de Carvalho; Lucas Tobias da Fonseca; Luciene Cristina da Cruz; Ludmila Lima Mesquita; Marcelo Araújo Meneses; Mayara Ferreira de Barros Santos; Michelle Martins Cano; Michelly Barros da Conceição; Neusimar Oliveira de Sousa; Paulo Roberto de Souza Duarte; Raimundo José Pereira Marchão; Raphael Rodrigues de Sousa; Regina Néli Monteiro de Sousa Barbosa do Nascimento; Reginaldo Francisco da Silva; Ricardo Willian da Rocha; Rita de Cássia de Sousa; Robério Bandeira de Negreiros; Rodrigo Henrique Motta da Silva; Selma Tabita Campos de Oliveira Farias; Tahiana Oliveira de Moraes Rego; Talita Cristino Aires; Ubiracy Silva de Carvalho; Ugo Eike Yamao.
Advogados: Adão Jorge Rodrigues Pereira; Alexandre Augusto Reis Bastos; Antônio Dias Dos Santos Neto; Bruno Henrique de Araujo; Bruno Pires De Oliveira; Camilla Kercia Medeiros De Lacerda; Carlos Francisco de Magalhães; Cíntia Saraiva De Alcântara; Danieli da Rosa Loeblein; Elda Gomes De Araujo; Francisco De Assis Lima Filho; Gabriel Nogueira Dias; Giovanni Simão Da Silva Júnior; Huilder Magno de Souza; Karina Amorim Sampaio Costa; Kelly Carioca Tondineili; Luiz Carlos Ormay Júnior; Marcelo Luiz Ávila De Bessa; Marita Amorelli Andrade; Michelle Cristhina Dias; Michelle Cristhina Dias; Nerylton Thiago Lopes Pereira; Paula Santos Fialho; Rafael Echeverria Lopes; Rafael Luz de Lima ; Regina Neli Monteiro de Sousa Barbosa do Nascimento; Renato Stecca Carciofi; Ricardo Inglez De Souza; Roberto Chaves De Aguiar; Sandro Araujo; Tiago Tondinelli; Yuri Rezende De Macedo.

Com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 80/2022/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 1142510) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida Nota Técnica e com base nos art. 13, inciso VI, alíneas seguintes e art. 72 da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela(o): (i) decretação da revelia dos Representados Ativa Brigadista Ltda.; Dfox Serviços e Conservação Eireli; Ebras Empresa de Conservação Ltda.; Gold Serviços de Monitoramento e Limpeza Eireli; I & M Produção de Eventos Ltda.; Lions Laparo Serviços Inteligentes Ltda.; Lyon - Serviços Terceirizados Ltda.; Mercado Cultural Ltda.; Meta - Importação, Comércio, Prestação de Serviços, Construção e Reforma Ltda.; Mistral Serviços Ltda.; Online Segurança Patrimonial Eireli; Planalto Service Eireli; Prime Bureau de Negócios Eireli; Solution Serviços de Conservação e Limpeza Ltda.; Soma Conservação e Limpeza Eireli; Sousa & Silva Supera Serviços Empresariais Ltda.; Antonio Luis Alves da Silva; Carolina Moniz de Almeida; Clovis Pinto de Queiroz; Dgival Alves dos Santos Filho; Ionara Talita Pereira da Silva; Ivaldo Correa da Silva; Krisnaly Carneiro da Silva; Michelle Martins Cano; Michelly Barros da Conceição; Neusimar Oliveira de Sousa; Raimundo José Pereira Marchao; Rita de Cassia de Sousa; Rodrigo Henrique Motta da Silva; Selma Tabita Campos de Oliveira Farias; e Talita Cristino Aires, já que, devidamente notificados quanto à instauração do presente Processo Administrativo, deixaram de apresentar defesa nos autos, nos termos do art. 71 da Lei nº 12.529/2011, correndo contra eles os demais prazos, sem prejuízo de poderem intervir em qualquer fase do processo, sem direito à repetição de qualquer ato já praticado; (ii) indeferimento das preliminares por falta de amparo legal, nos termos acima referidos; (iii) deferimento da produção de prova documental até o encerramento da instrução, para todos os Representados; (iv) intimação dos Representados Sefix - Gestão de Profissionais Eireli, Sefix Empresa de Segurança Ltda., Raphael Rodrigues de Sousa e Ricardo Willian da Rocha para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar os pontos controvertidos nos presentes autos que poderiam ser esclarecidos com envio dos Ofícios Metrô, CONFEA, BRB, e EBC e em que medida as respostas a eles contribuiriam para a sustentação das teses de defesa, bem como especificar e indicar quais informações seriam solicitadas para a análise de pertinência pela SG/CADE, sob pena de indeferimento do pedido de produção de provas; (v) indeferimento da prova pericial solicitada pelos Representados Mezan Comércio e Serviços Ltda. e Leandro Gallo, sem prejuízo, no entanto, de que tal prova seja produzida pelos Representados e o laudo seja apresentado até o encerramento da instrução, tendo em vista que é assegurado o direito de apresentação de novos documentos até tal momento processual; (vi) deferimento da prova testemunhal solicitada pelos Representados Sefix - Gestão de Profissionais Eireli, Sefix Empresa de Segurança Ltda., Raphael Rodrigues de Sousa e Ricardo Willian da Rocha; (vii) deferimento do depoimento pessoal solicitado pelos Representados Chiara Brandao Florencio, Ludmila Lima Mesquita, Raphael Rodrigues de Sousa, Ricardo Willian da Rocha e Tahiana Oliveira de Moraes Rego; (viii) intimação dos Representados Agência Fato Publicidade e Propaganda Ltda., Buriti Segurança Especializada S.A., Buriti Serviços Empresariais S.A., Solo Participações e Investimentos Eireli, VIPPIM Segurança e Vigilância Ltda., ZP Conservação e Limpeza Eireli, Caio Cesar Perestrello Goncalves, Caroline Dourado de Carvalho, Chiara Brandao Florencio, Euripedes Goncalves, Gineir Silva Santos, Luciene Cristina da Cruz para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar os pontos controvertidos nos presentes autos que poderiam ser esclarecidos pela oitiva das testemunhas indicadas e em que medida tais declarações contribuiriam para a sustentação das teses de defesa, sob pena de indeferimento do pedido de produção de provas; (ix) indeferimento da prova testemunhal solicitada pelos Representado Capital Service Serviços Profissionais Eireli, Lucas Tobias da Fonseca e Ludmila Lima Mesquita, a partir de pedido genérico e sem apresentação do rol de testemunhas, já que as notificações de instauração de Processo Administrativo, em observância ao art. 70 da Lei nº 12.529/2011, continham, de forma clara, a solicitação para que os Representados indicassem as provas que pretendiam produzir em suas respectivas defesas, inclusive declinando a qualificação completa de testemunhas; (x) intimação dos Representados Agência Fato Publicidade e Propaganda Ltda., Capital Service Serviços Profissionais Eireli, Essa Serviços Especializados e Facilities Eireli, Sefix - Gestão de Profissionais Eireli e Sefix Empresa de Segurança Ltda. para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar o representante da empresa que deseja o depoimento, juntamente com o cargo e período de atuação no cargo, sob pena de indeferimento; (xi) facultar aos Representados a possibilidade de trazer aos autos declarações escritas assinadas pelas pessoas arroladas como testemunhas contendo as informações fáticas que estas conhecem acerca do mérito do presente processo administrativo. Nessa hipótese, o Representado deve indicar, no prazo de 30 (trinta) dias se aceita essa opção e, no prazo

de 30 (trinta) dias contados do término do prazo anterior, deve apresentar as declarações escritas, que passarão a ter valor de prova documental; (xii) a produção de provas documentais e testemunhais por esta Superintendência-Geral do CADE, a serem oportunamente produzidas, no interesse da instrução desse Processo Administrativo, nos termos do inciso VI, do art. 13, da Lei nº 12.529/2011.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente- Geral
Substituta

ATA DA 204ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2022

Às 10h02 do dia 25 de outubro de dois mil e vinte e dois, o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, declarou aberta a presente sessão, realizada sob a forma remota conforme pauta publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2022. Participaram os Conselheiros do Cade Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Rodrigues Prado, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann, Luis Henrique Bertolino Braido, Gustavo Augusto e Victor Oliveira Fernandes; o Procurador-Chefe Adjunto da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Paulo Firmeza Soares; o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alves; o Superintendente Geral, Alexandre Barreto de Souza e a Secretária do Plenário, Keila de Sousa Ferreira. Foi disponibilizado equipamento eletrônico nas instalações do Cade a fim de garantir a participação de advogados, nos termos dos §§ 5º e 8º do artigo 81, do Regimento Interno do Cade.

JULGAMENTOS

1. Processo Administrativo nº 08700.001831/2014-27

Representante: Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda. (Gran Petro).

Advogados: Daniel Santos Guimarães, Julio Cesar Cavalcante Aires, Marcos Drummond Malvar, Mariana Tavares de Araujo e Mauricio Monteiro Ferraresi.

Representados: Air BP Brasil Ltda. (Air BP), Vibra Energia (antiga BR Distribuidora S.A.), Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (GRU Airport) e Raízen Combustíveis S.A. (Raízen).

Advogados: Ricardo Noronha Inglez de Souza, Marcos Paulo Verissimo, Ana Carolina Lopes de Carvalho, João Felipe Achcar de Azambuja, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Marcelo Rizzo Napolitano, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tercio Sampaio Ferraz Júnior e Miguel Garzeri Freire e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Voto-Vista: Conselheira Lenisa Rodrigues Prado.

Impedido o Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

Na 193ª SOJ manifestaram-se em sustentação oral Mariana Tavares de Araújo pela representante Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda; Lauro Celidonio Neto pela representada Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU Airport; Juliano Souza de Albuquerque Maranhão pela representada Raízen Combustíveis S.A; Marcos Paulo Verissimo, pela representada Vibra Energia (antiga BR Distribuidora) e Ricardo Noronha Inglez de Sousa pela representada Air BP Brasil Ltda. Fez uso da palavra o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alves. Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do Processo Administrativo, tanto no que diz respeito (i) à recusa de contratação de cessão de espaço, por parte da Raízen, em base primária de distribuição de querosene de aviação, no entorno da Refinaria de Paulínia/SP ("Conduta 1"); quanto (ii) em relação à suposta imposição de barreiras artificiais à entrada e de dificuldades ao acesso a infraestrutura essencial, por parte das distribuidoras Air BP, BR e Raízen e do GRU Airport, no mercado de querosene de aviação no aeroporto de Guarulhos ("Conduta 2"); em razão da ausência de elementos capazes de demonstrar a geração de efeitos (potenciais ou reais) à concorrência, a teor do que dispõe o art. 36, da Lei no 12.529/2011. O Relator determinou também a remessa de cópia do voto e da decisão à ANP e à ANAC. O julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Luis Braido.

Na 203ª SOJ o Conselheiro Luis Braido apresentou voto-vista pela condenação das Representadas Vibra Energia (antiga BR Distribuidora S.A.), Raízen e Air BP por infração prevista no art. 36, incisos I, II e IV do caput, combinado com seu § 3º, incisos III e IV, da Lei 12.529/2011; e pela condenação da Representada GRU Airport por infração prevista no art. 36, inciso I do caput, combinado com seu § 3º, inciso III, da Lei 12.529/2011. O Conselheiro Luis Braido votou pela aplicação das respectivas multas: Vibra Energia (antiga BR Distribuidora S.A.), multa no valor de R$ 62.290.894,61; Raízen, multa no valor de R$ 61.713.350,08; Air BP, multa no valor de R$ 26.758.338,99, GRU Airport, multa no valor de R$ 2.087.534,56.

O Conselheiro manifestou-se, também, pela aplicação de obrigação não pecuniária, sob pena de multa diária de R$ 100.000,00, de publicação, no prazo de trinta dias contados da data da decisão do Tribunal do Cade, das regras de acesso, por terceiros interessados, para (i) transferência de combustíveis para outros aeroportos, (ii) operações into-plane e (iii) aquisição de quotas condominiais do CCAIG, conforme previsto no "Termo de Acordo para o Início da Operação da Gran Petro no Parque de Abastecimento de Aeronaves - PAA, do Aeroporto Internacional de Guarulhos e Outras Avenças", devendo a definição do valor das quotas do condomínio ser realizada por consultoria independente, com base no custo do investimento não amortizado, e disponibilizada a qualquer interessado. O Conselheiro determinou, ainda, a comunicação da decisão do Tribunal do Cade à Agência Nacional de Aviação Civil, acompanhada de cópia da versão pública deste voto. Manifestou-se em questão de fato o advogado Ricardo Inglez pela Representa Air BP, as quais foram acolhidas pelo Conselheiro Luis Braido. O Conselheiro-Relator manifestou-se sobre os novos fatos e documentos apresentados nos autos, reiterando o seu posicionamento e mantendo os termos do seu voto. O julgamento do processo foi suspenso em razão do pedido de vista da Conselheira da Lenisa Prado.

O julgamento do processo foi adiado a pedido da Conselheira Lenisa Prado.

Os itens 2 e 3 foram julgados em bloco.

2. Recurso Voluntário nº 08700.005936/2022-65

Recorrente: HNK BR Indústria de Bebidas Ltda.

Advogados(as): Daniel Oliveira Andreoli, Fabianna Vieira Barbosa Morselli, Otávio Cividanes Ribeiro Cabral, José Del Chiaro Ferreira da Rosa e Ademir Antônio Pereira Júnior e outros.

Interessado: Ambev S.A.

Advogados(as): Caio Mário da Silva Pereira Neto, Daniel Tinoco Douek, Felipe Zolezi Pelussi, e Gabriel de Carvalho Fernandes e outros.

Terceiros interessados:

Cervejaria Petrópolis

Advogados: Laércio Nilton Farina, Renan Matheus Macedo Tolfo, Gabriel Ozanique Borges;

Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (ABRAPE)

Advogados: Daniel Moraes de Miranda Farias e Diógenes Domingos de Andrade Neto;

Associação Paranaense das Microcervejarias (PROCERVA)

Advogados: Alberto Israel Barbosa de Amorim Goldenstein, Giordano Luigi Perini Malucelli, Gustavo Portugal Heinze e Raphael Medeiros Adada;

Federação Brasileira das Cervejarias Artesanais (FEBRACERVA)

Representantes: Marco Falcone (Presidente) e Ronaldo Pinto Flor (Diretor).

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

3. Recurso Voluntário nº 08700.007547/2022-74

Recorrente: Ambev S.A.

Advogados(as): Caio Mário da Silva Pereira Neto, Daniel Tinoco Douek, Ricardo Ferreira Pastore, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Felipe Zolezi Pelussi, Gabriel de Carvalho Fernandes, Daniel Favoretto Rocha, Mydyã do Nascimento Lira, Raíssa Leite de Freitas Paixão, Antonio Bloch Belizario e outros.

Interessado: HNK BR Indústria de Bebidas Ltda.

Advogados(as): Daniel Oliveira Andreoli, Fabianna Vieira Barbosa Morselli, Otávio Cividanes Ribeiro Cabral, José Del Chiaro Ferreira da Rosa e Ademir Antônio Pereira Júnior e outros.

Terceiros interessados:

Cervejaria Petrópolis

Advogados: Laércio Nilton Farina, Renan Matheus Macedo Tolfo, Gabriel Ozanique Borges;

Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (ABRAPE)

Advogados: Daniel Moraes de Miranda Farias e Diógenes Domingos de Andrade Neto;

Associação Paranaense das Microcervejarias (PROCERVA)

Advogados: Alberto Israel Barbosa de Amorim Goldenstein, Giordano Luigi Perini Malucelli, Gustavo Portugal Heinze e Raphael Medeiros Adada;

Federação Brasileira das Cervejarias Artesanais (FEBRACERVA)

Representantes: Marco Falcone (Presidente) e Ronaldo Pinto Flor (Diretor).

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

Na 203ª SOJ os processos foram levados em mesa, em atendimento ao art. 86, II combinado com o art. 218 do Regimento Interno do Cade, e os julgamentos foram adiados a pedido do Conselheiro-Relator.

Na presente sessão, manifestaram-se em sustentação oral os advogados: Laércio N. Farina pela terceira interessada Cervejaria Petrópolis S.A.; Diogenes Andrade Neto pela terceira interessada ABRAPE; Daniel Oliveira Andreoli em conjunto com Ademir Pereira Junior pela HNK BR Indústria de Bebidas; e Caio Mario da Silva Pereira Neto pela Ambev S.A..

O advogado Caio Mario da Silva Pereira Neto apresentou questão de ordem para registrar que dados de acesso restrito ao Cade foram mencionados no voto oral do Relator, apresentou, também, questão de fato informando que a Ambev tem acompanhado mensalmente, por meio de planilha, a questão da exclusividade mencionada no voto do Conselheiro-Relator e que será esclarecido nos autos.

O Conselheiro-Relator conheceu do recurso da Heineken e concedeu parcialmente a medida preventiva, com fundamento no art. 84 da Lei nº 12.529, de 2011, aplicável aos pontos de venda de cerveja de malte no canal frio, no segmento de bares, restaurantes e casas noturnas, bem como conheceu do recurso da Ambev e deu parcial provimento reconsiderando em parte a medida preventiva, manifestando-se que as restrições aos contratos de exclusividade devem ser mantidas, tudo nos termos do seu no voto. O Conselheiro Victor Oliveira Fernandes, o Conselheiro Sérgio Ravagnani, o Conselheiro Luiz Hoffmann e o Presidente do Cade acompanharam integralmente o voto do Conselheiro-Relator. A Conselheira Lenisa Prado apresentou voto vogal divergindo pela não adoção da medida preventiva. O Conselheiro Luis Braido divergiu apenas no parágrafo 350, subitens (f) e (l), do voto do Conselheiro-Relator.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos Recursos Voluntários e, por maioria, deu-lhes parcial provimento para rever e conceder, em parte, medida preventiva, nos termos do voto do Conselheiro-Relator. Vencida a Conselheira Lenisa Prado que não concordou com a medida preventiva, e o Conselheiro Luis Braido que divergiu do voto do Relator no parágrafo 350, subitens (f) e (l).

4. Embargos de Declaração no Requerimento nº 08700.006611/2021-19

Embargante: Total Pass Participações LTDA. (TotalPass)

Advogados: Juana Melo Pimentel dos Santos, Francisco Ribeiro Todorov e outros.

Interessado: GPBR Participações Ltda.

Advogados: Barbara Rosenberg, Maria Amaral de Almeida Sampaio, Guilherme El Hadi Franco Morgulis e outros.

Relator: Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

O julgamento do processo foi retirado a pedido do Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

5. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.004532/2016-14.

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica ex officio.

Representados: Arteche do Brasil Ltda., Ailton Fabiano Vendramini, Albano de Abreu Lima Junior, Alexandre Kiste Malveiro, Amauri Deger Junior, Angélica Maria Soto Sepulveda Angelhag, Carlos Eduardo de Almeida Fabbro, Carlos Alberto Alvim de Almeida Prado, Evandro Luis Idalgo de Oliveira, Franco Bechere, João Alberto Gomes, José Roberto Bossolani, José Wagner Degelo, Kasutomo Matsushita, Lazaro Ricardo de Macedo Coutinho, Luis Eduardo Gonçalves Bucciarelli, Marcelo Machado, Márcio Antônio Simões Rocha, Marco Aurélio Caviola, Nadia Aparecida dos Santos Rezende, Renato de Souza Meirelles Neto, Roberto Moure de Held e Valdiney Barboza Bonfim.

Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Tatiana Lins Cruz, Pedro Sergio Costa Zanotta, Rodrigo Orlandini, Aurélio Marchini Santos, Daniel Costa Caselta, Mauro Grinberg, Karen Caldeira Ruback, Beatriz Malerba Cravo, Airton Sister, Mauricio Schaun Jalil, Gilberto Andrade Junior, Edson Franciscato Mortari, Alexandre Ditzel Faraco, Marcos Drummond Malvar, Eduardo Saldanha, Cassiano Ricardo Regis, Thomas Benes Felsberg, Vivian Tito Rudge, Isabela Braga Pompilio, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Victor Hugo Gebhard de Aguiar, Luciano Augusto Barreto de Carvalho Filho, Fabrício Dias Rodrigues, Nelson Aguiar Cayres e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Decisão: O Plenário, por unanimidade não conheceu dos embargos de declaração opostos por Márcio Antônio Simões Rocha.

REFERENDOS

Despachos PRES nº 120 (Acesso Restrito), nº 121/2022 (Acesso Restrito), nº 122/2022 (Acesso Restrito), nº 123/2022 (Processo nº 08700.005016/2021-66) e nº 125/2022 (Processo nº 08700.005053/2021-74), apresentados pelo Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

Despacho Decisório nº 20/2022 (Processo nº 08700.007278/2015-17), Ofício nº 8002/2022 (Processo nº 08700.007278/2015-17), apresentados pelo Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

Despachos Decisórios nº 18/2022 (Acesso Restrito), nº 19/2022 e nº 24/2022 (Processo nº 08700.005936/2022-65), nº 21/2022 (Acesso restrito), nº 23/2022 (Processo nº 08700.007547/2022-74), nº 26/2022 (Acesso Restrito) apresentados pelo Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 15h06 do dia 25 de outubro de dois mil e vinte e dois, o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 104 do Regimento Interno do Cade, quanto ao resultado do julgamento dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões constam nos autos disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Cade: 2, 3 e 5.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MMA Nº 251, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a atualização das listas de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento e de municípios com desmatamento monitorado e sob controle, a que se refere o Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 14 do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, nos arts. 1º, 2º e 3º da Portaria nº 474, de 19 de outubro de 2021, e o que consta no Processo SEI nº 02000.002171/2014-11, resolve declarar:

Art. 1º Os municípios de Rio Branco e de Tarauacá, no Estado do Acre, o município de Canutama, no Estado do Amazonas, e o município de Apiacás, no Estado do Mato Grosso, passam a integrar a lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia.

Art. 2º O município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia, passa a integrar a lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Art. 3º Os municípios de Dom Eliseu e de Itupiranga, localizados no Estado do Pará, regressam à lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

PORTARIA GM/MMA Nº 268, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Torna pública a abertura de processo de consulta pública da proposta de Decreto que regulamenta o § 2º do caput do art. 32 e o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de papel e papelão.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, no Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 02000.006392/2022-60, resolve:

Art. 1º Tornar pública a abertura do processo de consulta pública da proposta de Decreto que regulamenta o § 2º do caput do art. 32 e o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de papel e papelão.

Art. 2º A consulta pública será realizada pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 3º As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas deverão ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico disponível no endereço https://www.gov.br/participamaisbrasil/decreto-embalagens-de-papel-e-papelao, relativo a esta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

PORTARIA GM/MMA Nº 269, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Torna pública a abertura de processo de consulta pública da proposta de Decreto que regulamenta o § 2º do caput do art. 32 e o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de metal.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, no Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, e o que consta no Processo Administrativo nº 02000.006394/2022-59, resolve:

Art. 1º Tornar pública a abertura do processo de consulta pública da proposta de Decreto que regulamenta o § 2º do caput do art. 32 e o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de embalagens de metal.

Art. 2º A consulta pública será realizada pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 3º As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas deverão ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico disponível no endereço https://www.gov.br/participamaisbrasil/decreto-embalagensde-metal, relativo a esta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 702/GM/MME, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, no Decreto nº 10.893, de 14 de dezembro de 2021, e o que consta no Processo nº 48360.000221/2022-39, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, minuta de Portaria Normativa contendo proposta de regulamentação das Diretrizes para o Procedimento Competitivo para a Contratação de Margem de Escoamento para Acesso ao Sistema Interligado Nacional - SIN, denominado Procedimento Competitivo por Margem - PCM, de que trata o Decreto nº 10.893, de 14 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Os documentos e as informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta de que trata o art. 1º, serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de trinta dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

ANEXO

MINUTA DE PORTARIA NORMATIVA Nº /GM/MME, DE DE DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, no art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, no art. 2º do Decreto nº 10.893, de 14 de dezembro de 2021, e o que consta do Processo nº 48360.000221/2022-39, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria Normativa e do Decreto nº 10.893, de 14 de dezembro de 2021, o Procedimento Competitivo para a Contratação de Margem de Escoamento para Acesso ao Sistema Interligado Nacional - SIN, denominado Procedimento Competitivo por Margem - PCM.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO COMPETITIVO POR MARGEM

Art. 2º O PCM terá como objetivo possibilitar a disputa pela capacidade remanescente do Sistema Interligado Nacional - SIN para escoamento de geração pela Rede Básica - RB, Demais Instalações de Transmissão - DIT e Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG.

§ 1º O Procedimento Competitivo de que trata o caput receberá propostas de pagamento à vista dos interessados pelo acesso ao SIN no ponto de interesse, nos termos desta Portaria.

§ 2º Os valores pagos pelos agentes vencedores do PCM deverão ser destinados à modicidade das tarifas do serviço público de transmissão ou distribuição, a depender do Contrato assinado, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

§ 3º Caso os agentes vencedores do PCM não assinem os Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão - CUST ou Contratos de Uso dos Sistemas de Distribuição - CUSD, a Aneel deverá regular e direcionar a aplicação dos respectivos valores auferidos no processo, incluídos aqueles oriundos das penalidades previstas no Edital, para fins de modicidade tarifária do serviço público de transmissão ou distribuição de energia elétrica.

§ 4º Poderão participar do PCM de que trata o caput qualquer empreendimento de geração, independentemente da fonte ou de fazer jus ao percentual de redução de que trata o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, condicionado a:

I - realização de Cadastramento prévio;

II - aporte de garantia de participação; e

III - atendimento aos critérios de elegibilidade, nos termos estabelecidos por esta Portaria Normativa.

§ 5º O PCM não fará distinção entre a natureza de geração das fontes candidatas.

§ 6º Somente serão assinados CUSD para empreendimentos de geração que se conectarem em DIT.

§ 7º Não se vincula aos vencedores do Procedimento Competitivo qualquer garantia ao percentual de redução de que trata o art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996.

§ 8º Para a definição e a divulgação das margens de transmissão disponíveis na RB, DIT e ICG a serem ofertadas no PCM, deverão ser observadas as seguintes etapas e prazos:

I - a Nota Técnica de Metodologia, Premissas e Critérios, que será elaborada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da publicação desta Portaria Normativa, e que deverá ser aprovada pelo Ministério de Minas e Energia em até 10 (dez) dias a contar de seu recebimento;

II - o prazo para realização da etapa de Cadastramento no PCM, que ficará a cargo do ONS, com apoio da Aneel, será de até 35 (trinta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria Normativa;

III - as margens de transmissão disponíveis nos barramentos cadastrados no PCM serão divulgadas pelo ONS em até 60 (sessenta) dias após o final da etapa de Cadastramento; e

IV - para a definição da margem disponível em ICG deverá ser considerado o limite de instalação de novos equipamentos de transformação, a partir de consulta junto à concessionária de transmissão responsável pela Subestação.

§ 9º A realização do PCM não ensejará qualquer reequilíbrio de Contratos já celebrados ou excludente de responsabilidade para todos os efeitos, inclusive prazos de entrega de produtos comercializados ou entrada em operação de empreendimentos.

Art. 3º A Aneel deverá promover, direta ou indiretamente, o Procedimento Competitivo por Margem no primeiro semestre de 2023.

§ 1º Serão considerados elegíveis para o PCM:

I - as centrais geradoras outorgadas que não tenham CUST ou CUSD vigentes; e

II - os empreendimentos de geração que solicitaram outorga à Aneel até 2 de março de 2022.

§ 2º O PCM deverá contemplar as margens disponíveis em todo o horizonte vigente no Plano de Ampliações e Reforços - PAR do ONS.

§ 3º O Cadastramento para o PCM deverá ser realizado conforme Diretrizes a serem divulgadas pelo ONS, que deverão considerar todas as instruções necessárias e complementares para a operacionalização dessa etapa, bem como ter seu prazo de divulgação compatibilizado com o exposto no inciso II, § 8º, do art. 2º.

§ 4º No ato do Cadastramento, os participantes elegíveis ao PCM poderão indicar até 3 (três) Barramentos Candidatos, para fins de cálculo das margens de escoamento que serão disponibilizadas para competição.

§ 5º Independentemente das 3 (três) opções anteriormente indicadas na etapa de que trata o § 4º, os empreendimentos, desde que ainda não tenham se sagrado vencedores em outro Barramento, poderão competir por qualquer Barramento habilitado para o PCM.

§ 6º Para o Cadastramento em Seccionamento de Linhas de Transmissão - LT na RB, DIT ou ICG, o agente deverá apresentar, no ato do Cadastramento, Parecer da EPE ratificando o Ponto de Conexão informado pelo agente como sendo o ponto de mínimo custo global.

§ 7º Concluída a etapa de Cadastramento, o ONS encaminhará às concessionárias de transmissão e de distribuição de energia elétrica consulta formal sobre a viabilidade física de conexão nos Barramentos Candidatos, observando-se que:

I - a consulta deverá ser respondida no prazo de até 15 (quinze) dias de seu recebimento, observado o critério de classificação das Subestações estabelecido na Nota Técnica de Metodologia, Premissas e Critérios; e

II - o ONS deverá enviar à Aneel a relação das concessionárias de transmissão e de distribuição que não atenderem as solicitações de informações no prazo fixado, para avaliação da Agência quanto às ações pertinentes de fiscalização.

§ 8º Para o Procedimento Competitivo de que trata o caput, a Aneel e o ONS poderão afastar ou simplificar, excepcionalmente, as regras de acesso aos sistemas de transmissão, nos termos definidos no Edital do Certame.

§ 9º A partir da divulgação, pelo ONS, das margens de escoamento disponíveis nos Barramentos Candidatos, as referidas margens serão disponibilizadas por meio de Procedimento Competitivo, conforme Sistemática a ser estabelecida em Portaria específica do Ministério de Minas e Energia.

§ 10. Além do cálculo das margens por Barramento, em condições específicas onde se verifique a necessidade de ampliação das análises, deverão ser avaliadas também as limitações pertinentes das margens por área e subárea.

Art. 4º O Edital e seus Anexos deverão considerar as medidas necessárias para a realização do PCM, em conformidade com as Diretrizes definidas nesta Portaria Normativa.

§ 1º A Aneel deverá definir aportes de garantia para a participação no PCM e para a celebração do CUST e do CUSD.

§ 2º As garantias aportadas para a participação no PCM serão devolvidas aos agentes que não se sagrarem vencedores no Certame.

§ 3º No caso dos empreendimentos vencedores, as garantias de participação do PCM:

I - serão substituídas por novas garantias a serem aportadas quando da assinatura dos Contratos, nos termos estabelecidos nesta Portaria Normativa e conforme critérios definidos pela Aneel; ou

II - serão executadas, caso os Contratos não sejam assinados.

§ 4º A Aneel poderá estabelecer critérios de aportes de garantia crescentes, entre a data de assinatura do Contrato e o início de sua execução, que representem o valor de escassez no tempo da capacidade de transporte nos Sistemas de Transmissão de que trata o art. 2º.

§ 5º Os Contratos celebrados pelos empreendimentos vencedores do PCM não poderão ser antecipados ou postergados, assim como não poderão sofrer alterações referentes ao Ponto de Conexão e às demais características técnicas que estejam relacionadas com a capacidade de transporte associada.

§ 6º Caso algum empreendimento descumpra as condições estabelecidas no CUST ou no CUSD, inclusive no que se refere ao seu início de execução e ao pagamento dos respectivos encargos, seu Contrato será rescindido.

§ 7º No caso dos descumprimentos de que trata o § 6º, assim como para os empreendimentos vencedores do PCM que não assinem o Contrato, sem prejuízo à aplicação das penalidades previstas no Edital:

I - serão executadas as garantias pertinentes à etapa do processo envolvida;

II - os valores despendidos em decorrência do PCM não serão passíveis de devolução; e

III - a capacidade que havia sido alocada ao empreendimento no PCM passará a estar novamente disponível ao SIN.

§ 8º Durante prazo mínimo a ser definido pela Aneel, a capacidade de que trata o inciso III do § 7º não poderá ser disponibilizada, via qualquer procedimento ou mecanismo, para empreendimentos vinculados ao mesmo grupo controlador cujo Contrato foi objeto de rescisão ou cujo Contrato não tenha sido assinado após sagrar-se vencedor no PCM.

§ 9º A alocação de margens aos empreendimentos vencedores do PCM não será condicionada apenas ao resultado do Procedimento Competitivo e à assinatura do respectivo Contrato, mas também ao atendimento a todas as disposições e regramentos estabelecidos para a completa execução do CUST ou CUSD.

Art. 5º Caberá ao ONS operacionalizar o Edital aprovado pela Aneel, assim como os seus Anexos, bem como adotar as medidas necessárias para a realização do PCM.

§ 1º Para fins do PCM, o ONS deverá estabelecer e divulgar, em data a ser definida de acordo com o exposto no inciso III, § 8º, do art. 2º, as margens de escoamento disponíveis no SIN para todos os anos constantes no horizonte vigente do PAR, as quais, para elaboração dos casos base para simulações elétricas, deverão considerar:

I - as instalações homologadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE na Reunião Ordinária a ser realizada no mês final da etapa de Cadastramento;

II - as instalações autorizadas pela Aneel, como reforços e melhorias, até a data de realização da Reunião Ordinária do CMSE a ser realizada no mês final do Cadastramento;

III - novas instalações de transmissão arrematadas nos Leilões de Transmissão até o mês final do Cadastramento, desde que a previsão de data de operação comercial não ultrapasse o horizonte vigente do PAR;

IV - as instalações de transmissão já contratadas ou autorizadas considerando as datas de entrada em operação comercial previstas nas respectivas outorgas de transmissão; e

V - as margens ocupadas por empreendimentos de geração que tenham CUST assinado.

§ 2º Caberá ao ONS disponibilizar ferramenta computacional especializada para a realização do PCM, conforme Sistemática a ser estabelecida em Portaria específica do Ministério de Minas e Energia.

§ 3º Os estudos para definição das margens a serem ofertadas no PCM deverão ser efetuados considerando os critérios constantes nos Procedimentos de Rede.

Art. 6º Os empreendimentos que participarem do PCM assumem os riscos de indisponibilidade das instalações de uso, no âmbito de transmissão, necessárias para a conexão por empreendimento de geração, à época do seu respectivo processo de integração ao SIN, não se caracterizando qualquer excludente de responsabilidade.

Art. 7º Os empreendimentos que se sagrarem vencedores no PCM terão os seus pedidos de outorga avaliados prioritariamente pela Aneel.

Art. 8º A partir da homologação do resultado do PCM, exclusivamente para os empreendimentos que possuam pedido de outorga protocolado na Aneel e que não tenham se sagrado vencedores no PCM, a ausência de manifestação formal à Aneel de interesse na manutenção do processo de emissão da outorga, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, ensejará o arquivamento do respectivo processo.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º É facultada a participação no PCM aos empreendimentos que possuem Informação de Acesso publicada pelo ONS antes de 14 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Para os empreendimentos de que trata o caput permanece válido o direito de solicitar o Parecer de Acesso junto ao ONS.

Art. 10. Os vencedores do Certame de que trata esta Portaria Normativa deverão assinar os respectivos Contratos e aportar as garantias pertinentes, impreterivelmente, dentro dos prazos regulamentares a serem fixados pela Aneel.

Parágrafo único. Em caso de descumprimentos dos prazos de que trata o caput, sem prejuízo à aplicação das penalidades previstas no Edital, os respectivos empreendimentos estarão submetidos aos desdobramentos de que trata o § 7º do art. 4º.

Art. 11. A Sistemática a ser adotada na realização do PCM será estabelecida em Portaria específica do Ministério de Minas e Energia.

Art. 12. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.753/SPE/MME, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.005102/2022-21. Interessada: EDF EN do Brasil Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 21.812.954/0001-79. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Serra das Almas IV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.037084-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.852, de 26 de maio de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.754/SPE/MME, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso V, da Portaria nº 692/GM/MME, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, e o que consta do Processo nº 29000.029463/1991-18, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de trinta anos, a contar de 13 de março de 2023, a Concessão de Uso de Bem Público para Exploração do Potencial de Energia Hidráulica localizado no Rio do Sangue, Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, por meio da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Baruíto, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.MT.000233-0.02, com 18.000 kW de potência instalada, bem como as respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito, outorgada à Global Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.948.016/0001-78, por meio da Portaria nº 443/GM/MME, de 17 de agosto de 1992.

§ 1º A partir da publicação desta Portaria a outorga da PCH Baruíto passa a ser objeto de Autorização, nos termos da legislação vigente para essa Faixa de Potencial Hidráulico, renunciando a Empresa Outorgada a direitos preexistentes que contrariem o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e no Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017.

§ 2º A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Constituem obrigações da Autorizada:

I - cumprir o disposto no Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, na Resolução Normativa Aneel nº 921, de 23 de fevereiro de 2021, subsidiariamente, na legislação atual e superveniente e nas normas e regulamentos expedidos pelo Poder Concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;

II - recolher, com início no dia vinte do mês subsequente ao da publicação desta Portaria, em favor da modicidade tarifária a título de Uso de Bem Público - UBP da PCH Baruíto parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R$ 178.401,67 (cento e setenta e oito mil, quatrocentos e um reais e sessenta e sete centavos), referente à data-base de abril de 2022;

III - recolher a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, em favor dos Municípios de localidade do Aproveitamento, e limitada, para os Aproveitamentos Autorizados de potência superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e igual ou inferior a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), a cinquenta por cento do valor calculado, conforme estabelecido no art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e

IV - elaborar Estudos de Inventário Hidrelétrico para identificação do Aproveitamento Ótimo do Rio pela PCH, considerando as estruturas civis existentes, e submetê-los à avaliação da Aneel no prazo de vinte e quatro meses após a publicação desta Portaria, observando a legislação e a regulamentação específicas, e promover a eventual ampliação da PCH.

Art. 3º Ao final do prazo da Outorga, os bens e as instalações vinculados à Outorga passarão a integrar o patrimônio da União vedada a indenização, nos termos do art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017.

Art. 4º A revogação da Autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.819, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007988/2022-47. Interessado Gavião Real Transmissora de Energia Ltda. . Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para instituição de servidão administrativa, em favor Gavião Real Transmissora de Energia Ltda., de área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Itacaiúnas (EQTL-PA) - Cidade Nova - Itupiranga, na Subestação Itacaiúnas, localizada no estado do Pará. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.820, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007916/2022-08. Interessado PEC Energia S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da PEC Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Serra da Palmeira - Campina Grande III, localizada nos municípios de Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Cubati, Olivedos, Pocinhos, Boa Vista e Campina Grande, estado da Paraíba. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.821, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.007934/2022-81. Interessado: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para servidão administrativa, em favor da RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE, as áreas de terra necessárias à passagem de trecho da Linha de Distribuição 69 kV Uruguaiana 5 - Uruguaiana 1, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.823, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005995/2022-12 e 48500.005994/2022-60. Interessada: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A - Taesa Objeto: Autorizar Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A - Taesa, Contrato de Concessão n° 095/2000, a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.892, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005996/2022-59. Interessada: Copel Geração e Transmissão S.A. Objeto: Autorizar Copel Geração e Transmissão S.A., Contrato de Concessão nº 60/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.950, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.004657/2020, 48500.004655/2020, 48500.004654/2020, 48500.004652/2020, 48500.004651/2020, 48500.004653/2020, 48500.004650/2020, 48500.004649/2020, 48500.004647/2020 e 48500.004656/2020. Interessada: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda.- CNPJ nº 23.417.495/0001-54. Objeto: Revogar as Resoluções Autorizativas nº 9.103, nº 9.104, nº 9.105, nº 9.106, nº 9.107, nº 9.108, nº 9.109, nº 9.110, nº 9.111, nº 9.112, de 11 de agosto de 2020, para implantação e exploração das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV Dourado 1 a 10, todas de titularidade da Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda., localizadas no município de Floresta, no estado de Pernambuco. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.951, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.001883/2020, 48500.001882/2020, 48500.001881/2020, 48500.001880/2020, 48500.001879/2020, 48500.001878/2020, 48500.001877/2020, 48500.001876/2020, 48500.001875/2020, 48500.001874/2020, 48500.001873/2020, 48500.001872/2020, 48500.001871/2020, 48500.001870/2020 e 48500.001869/2020. Interessada: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. - CNPJ nº 23.417.495/0001-54. Objeto: Revogar as Resoluções Autorizativas nº 8.624, nº 8.625, nº 8.626, nº 8.627, nº 8.628, nº 8.629, nº 8.630, nº 8.631, nº 8.632, nº 8.633, nº 8.634, nº 8.635, nº 8.636, nº 8.637, nº 8.638, de 3 de março de 2020, para implantação e exploração das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV Surubim 1 a 15, todas de titularidade da Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda., localizadas no município de Petrolândia, no estado de Pernambuco. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.955, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007676/2022-33. Interessado Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para desapropriação, em favor da Interessada, a área de terra necessária à implantação da Subestação 230/34,5/13,8 kV EOLs Coxilha Negra, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.956, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007881/2022-07. Interessado: Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para desapropriação, em favor da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A., da área de terra necessária à implantação da Subestação 138/13,8 kV Gurupi III, localizada no estado do Tocantins. A íntegra desta Resolução e se anexo consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.957, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.006138/2022-21 Interessada: Mez 7 Energia Ltda., CNPJ nº 43.394.153/0001-73. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Mez 7 Energia Ltda., a área de terra necessária à implantação da Subestação 500/138 kV Cuiabá Norte, localizada no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.959, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007912/2022-11. Interessado Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para instituição de servidão administrativa, em favor Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV SE Novo Progresso - Projeto Tocantinzinho, localizada nos municípios de Novo Progresso e Itaituba, estado do Pará. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.132, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004894/2021-35. Interessados: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - AmE, CNPJ nº 02.341.467/0001-20, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, Manaus Transmissora de Energia S.A. - Manaus TR, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Amazonas Distribuidora de Energia S/A - AmE, a vigorar a partir de 1º de novembro de 2022, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.133, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004963/2021-19. Interessados: Roraima Energia S/A - Roraima Energia (CNPJ nº 02.341.470/0001-44), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologar o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Roraima Energia S/A - Roraima Energia, a vigorar a partir de 1º de novembro de 2022, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.134, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004961/2021-11. Interessados: Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - NDB (CNPL nº 07.522.669/0001-92, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. - VSB, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. - NDB, a vigorar a partir de 3 de novembro de 2022, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 3.098, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004982/2014-16, decide declarar a perda de objeto do processo de pedido de reconsideração interposto pela Cia. Bom Sucesso de Eletricidade em face da Resolução Autorizativa nº 10.970, de 2021, que autorizou a empresa a implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Espraiado, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada nos municípios de Timbó Grande e Irineópolis, estado de Santa Catarina, por restar exaurida sua finalidade, nos termos do art. 14 da Norma de Organização ANEEL n° 001, aprovada pela Resolução Normativa n° 273, de 2007.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 3.099, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004867/2021-62, decide declarar a perda de objeto do processo de medida cautelar, interposto pela Potenza Energias Ltda. com vistas à determinação do prosseguimento e conclusão da conexão das Usinas Fotovoltaicas - UFVs Riachinho 1, Riachinho 2 e Brasilândia de Minas 1 ao sistema de distribuição da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig-D, por restar exaurida sua finalidade, nos termos do art. 14 da Norma de Organização ANEEL n° 001, aprovada pela Resolução Normativa n° 273, de 2007.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHO Nº 3.129, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.005494/2021-47, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo interposto pela UTE Paulínia Verde S.A., em face do Despacho nº 2.710, de 2022, para, no mérito, negar provimento.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 3.149, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.003089/2022-75, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo interposto pela Central Geradora Hidrelétrica Poço da Cruz Ltda., em face do Despacho n. 2.943/2022-SFG/ANEEL para, no mérito, negar provimento.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 2 de novembro de 2022.

Nº 3.153 Processo nº: 48500.003994/2020-63. Interessados: Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Roque 18. Unidades Geradoras: UG1, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 3.154 Processo nº: 48500.002320/2020-41. Interessados: Baraúnas IV Energética S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Baraúnas IV (Antiga Massaroca II). Unidades Geradoras: UG6 e UG12, de 3.465,00 kW cada. Localização: Município de Sento Sé, no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 3.127, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Processos nº 48500.005674/2021-29, 48500.005675/2021-73, 48500.005676/2021-18, 48500.005677/2021-62, 48500.005317/2015-12, 48500.005337/2015-93, 48500.005318/2015-67, 48500.005338/2015-38, 48500.001842/2013-05, 48500.005319/2015-10, 48500.005322/2015-25, 48500.005340/2015-15, 48500.003810/2017-60, 48500.002248/2018-38, 48500.002249/2018-82, 48500.002575/2018-90, 48500.002250/2018-15 e 48500.002574/2018-45. Interessados: Solar São Conrado IV S.A. (CNPJ 38.427.542/0001-18), Solar São Conrado V S.A. (CNPJ 38.427.653/0001-24) , Solar São Conrado VI S.A. (CNPJ 38.426.845/0001-16), Solar São Conrado VII S.A. (CNPJ 38.427.660/0001-26), Eólica Serra da Babilônia II S.A. (CNPJ 24.263.234/0001-90), Eólica Serra da Babilônia VI S.A. (CNPJ 24.325.137/0001-84), Eólica Serra da Babilônia VII S.A. (CNPJ 24.325.076/0001-55), Eólica Serra da Babilônia VIII S.A. (CNPJ 24.263.248/0001-03), Eólica Serra da Babilônia IX S.A. (CNPJ 24.263.209/0001-06), Eólica Serra da Babilônia X S.A. (CNPJ 24.263.312/0001-56), Eólica Serra da Babilônia XI S.A. (CNPJ 24.263.070/0001-09), Eólica Serra da Babilônia XII S.A. (CNPJ 24.263.276/0001-20), Eólica SDB ALFA S.A. (CNPJ 30.063.842/0001-53), Eólica SDB B S.A. (CNPJ 29.527.877/0001-17), Eólica SDB C S.A. (CNPJ 29.591.504/0001-05), Eólica SDB D S.A. (CNPJ 30.062.725/0001-75), Eólica SDB ECO S.A. (CNPJ 30.062.736/0001-55) e Eólica SDB F S.A. (CNPJ 30.234.798/0001-05) Decisão: (i) registrar o enquadramento das UFVs P Solar I a IV, EOLs Serra da Babilônia II, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII e EOLs Serra da Babilônia A, B, C, D, E e F como centrais geradoras associadas; e (ii) definir a faixa de potência da associação em 382.250 kW a 505.250 kW. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 3.130, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº: 48500.004383/2020-32. Interessadas: ESB Engenharia Ltda. e Quenuma Energia Ltda. Decisão: alterar a titularidade do DRI, Despacho nº 2.479, de 2020, e do DRS, Despacho nº 138, de 2022, referentes à PCH Arroio da Reserva, cadastrada sob o CEG PCH.PH.RS.048706-6.01, da ESB Engenharia Ltda. para a Quenuma Energia Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.101, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.004646/2009-06. Interessado: Brasil Bio Fuels S.A. Decisão: aplicar multa de R$3.498.732,00 devido ao atraso na execução da UTEBrasil Bio Fuels.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 3.145, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.005494/2021-47. Interessado: UTE Paulínia Verde S.A. Decisão: aplicar multa de R$ 2.580.611,49 devido ao atraso na execução da UTE Paulínia Verde.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 3.142, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 1.002, de 25 de janeiro de 2022, e nº 1.009, de 22 de março de 2022, e o que consta no Processo nº 48500.006168/2009-61, resolve homologar o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCESUP celebrado entre a compradora (unidade suprida) Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller - COOPERMILA, CNPJ 75.568.154/0001-83 e a vendedora (unidade supridora) CELESC Distribuição S.A. - CELESC, CNPJ 08.336.783/0001-90, na modalidade de contratação com tarifa regulada do atual agente supridor, ressalvados os montantes de janeiro a agosto de 2022, conforme condições detalhadas a seguir:

Mês	10º Termo Aditivo (kWh)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	1.694.952*	1.007.400	1.010.400	1.007.400	1.007.400
Fevereiro	1.537.226*				
Março	1.582.655*				
Abril	1.463.284*				
Maio	1.547.199*				
Junho	1.522.864*				
Julho	1.573.425*				
Agosto	1.586.828*				
Setembro	1.541.868				
Outubro	1.471.868				
Novembro	1.591.868				
Dezembro	1.601.868				

*Valores não homologados

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 158/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.919/2022-ERICK DA SILVA CERQUEIRA-OF. N°49829/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.311/2018-MINERACT CONSULTORIA MINERAL LTDA- Cessionário:Ibmg Mineração C omercio e Indústria Ltda.- CPF ou CNPJ 08.626.569/0001- 79- Alvará n°1373/2019
872.147/2012-GOLDCOLTAN MINERAIS LTDA- Cessionário:Minerals Trading Mining Services Ltda- CPF ou CNPJ 26.767.198/0001- 27- Alvará n°9260/2015
870.563/2022-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA- Cessionário:Aroeiras Extração e Comercialização de Pedras Ornamentais Ltda- CPF ou CNPJ 40.924.040/0001- 44- Alvará n°5851/2022
871.844/2021-GRAN ROCHA LTDA- Cessionário:Rm Rochas Ornamentais Me- CPF ou CNPJ 18.502.763/0001- 04- Alvará n°1926/2022
871.431/2015-NORIZETE MARIA CALIMAN COMERIO- Cessionário:N M Caliman Comerio Extração de Areia- CPF ou CNPJ 34.608.087/0001- 04- Alvará n°14462/2015
873.977/2008-TOMACOM MARMORE E GRANITO DA BAHIA LTDA- Cessionário:Minas Bahia Mineração Ltda Epp- CPF ou CNPJ 03.064.824/0001- 13- Alvará n°12325/2008
871.765/2014-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP- Cessionário:J B Mineração da Bahia- CPF ou CNPJ 27.836.648/0001- 59- Alvará n°12238/2015
871.764/2014-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP- Cessionário:J B Mineração da Bahia- CPF ou CNPJ 27.836.648/0001- 59- Alvará n°12237/2015
872.150/2017-GOLDCOLTAN MINERAIS LTDA- Cessionário:Tree Stone Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 04.582.089/0001- 00- Alvará n°4161/2018
871.269/2012-GOLDCOLTAN MINERAIS LTDA- Cessionário:Minerals Trading Mining Services Ltda- CPF ou CNPJ 26.767.198/0001- 27- Alvará n°8979/2015
871.493/2018-NEW CENTURY EXTRACAO DE MINERIO DE ESTANHO LTDA- Cessionário:Marbrax Comércio e Extração Mineral Ltda- CPF ou CNPJ 06.173.797/0001- 05- Alvará n°1989/2019
871.494/2018-NEW CENTURY EXTRACAO DE MINERIO DE ESTANHO LTDA- Cessionário:Marbrax Comércio e Extração Mineral Ltda- CPF ou CNPJ 06.173.797/0001- 05- Alvará n°2018/2019
871.659/2021-JOSE MILTON DIAS DOS SANTOS- Cessionário:Jose Milton Dias dos Santos- CPF ou CNPJ 28.588.673/0001- 23- Alvará n°6876/2021
Indefere pedido de reconsideração(263)
870.350/2019-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
874.732/2007-GERALDO FERREIRA DANTAS FILHO
874.731/2007-GERALDO FERREIRA DANTAS FILHO
870.715/2002-MANOEL OLIVEIRA NUNES
871.509/2005-GRANAZUL EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
873.403/2008-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.
873.221/2007-CAMALEÃO MINERAÇÃO LTDA ME
872.092/2004-HENRIQUE JORGE DE OLIVEIRA PINHO
Fase de Concessão de Lavra
Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2177)
870.830/2004-BAHIA MINERACAO S/A-Minério de Ferro- Concessão de Lavra Nº 149/2013
Defere pedido de servidão para a implantação e operação do empreendimento mineiro em conformidade com os Laudos Técnicos e Memoriais Descritivos juntados nos autos(435)
870.830/2004-BAHIA MINERACAO S/A-Minério de Ferro- Concessão de Lavra Nº 149/2013
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
872.627/2016-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP
870.050/2016-MINERACAO JERUSALEM IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
872.540/2016-TRIUNFO MINERAÇAO LTDA EPP
872.545/2016-TRIUNFO MINERAÇAO LTDA EPP
870.332/2011-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA
872.544/2016-TRIUNFO MINERAÇAO LTDA EPP
871.070/2016-MINERACAO SANTA INES LTDA
874.446/2011-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA.
872.953/2015-MEDITERRANEO MINERAÇÃO LTDA
302.766/2015-
300.171/2017-
300.370/2016-
302.655/2015-
300.238/2016-
300.377/2017-
300.114/2017-
302.681/2015-
300.079/2016-
300.447/2017-
300.731/2017-
300.359/2018-
300.452/2017-
300.697/2016-
300.782/2017-
302.859/2015-
300.166/2017-
300.165/2017-
302.767/2015-
302.768/2015-
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
873.335/2006-COOPERATIVA MINERAL DA BAHIA CMB-OF. N°50254/2022/DIOUT-BA/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
872.089/2012-OURO CAMPO STONE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-OF. N°49162/2022/DIOUT-BA/ANM
874.307/2007-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.-OF. N°49221/2022/DIOUT-BA/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
871.481/2022-CBV CONSTRUTORA LTDA-OF. N°49107/2022/DIOUT-BA/ANM
871.592/2022-GEOFERTIL MINERACAO LTDA-OF. N°49177/2022/DIOUT-BA/ANM
870.051/2022-FABIO ROGÉRIO CALAIS-OF. N°49193/2022/DIOUT-BA/ANM
870.696/2022-CERAMICA E PRE MOLDADOS MODENESI LTDA-OF. N°49237/2022/DIOUT-BA/ANM

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 67/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
844.066/2016-SILVÉRIO ALVES DA SILVA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
844.059/2014-LUIZ CARLOS LINS DE LIMA- Registro de Licença N° 038/2014 - Vencimento em 18/07/2052
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
844.040/2022-TT COMERCIO DE AREIA E BRITA E SERVICOS DE SOLDA LTDA-OF. N°51346/2022/SEOUFI-AL/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
844.027/2015-ROBERTO OITICICA QUINTELLA CAVALCANTI-OF. N°51371/2022/SEOUFI-AL/ANM

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 68/2022

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
844.028/2022-MUNICIPIO DE PAULO JACINTO- Registro de Extração N°004/2022 de 01/11/2022

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 150/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
860.318/2019-OSMAR RODOVALHO
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1027)
860.363/2022-MARGARETH DE FATIMA LEITE DE MEDEIROS RODRIGUES
860.364/2022-JOÃO VICTOR DUARTE ALVES
861.378/2015-ELIVELTON ALVES GOMES

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
861.023/2016-OURO 7 MINERACAO LTDA
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
860.707/2018-VINÍCIUS SIQUEIRA DE DEUS
Não conhece requerimento protocolizado(270)
860.150/2019-OURO PRETO AGROCIENCIA EIRELI
860.149/2019-OURO PRETO AGROCIENCIA EIRELI
Fase de Concessão de Lavra
Nega autorização constituição de Grupamento Mineiro(483)
961.098/2016-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.
961.148/2020-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.
Autoriza inclusão de área no Grupamento Mineiro(485)
GM N°92/1988-48406.960658/1987-16-Concessão incluída:804.366/1975-Portaria de Lavra N°50/2010, DOU de 05/02/2010
GM N°92/1988-48406.960658/1987-16-Concessão incluída:862.103/1994-Portaria de Lavra N°175/2013, DOU de 28/05/2013
GM N°92/1988-48406.960658/1987-16-Concessão incluída:860.746/2005-Portaria de Lavra N°171/2015, DOU de 08/05/2015
GM N°92/1988-48406.960658/1987-16-Concessão incluída:002.286/1935-Portaria de Lavra N°323, DOU de 13/03/1936
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
860.726/2015-FERNANDO LIMA SPINOLA
declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
860.091/2014-AGUA MINERAL DARA LTDA
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
861.094/2014-STAFF EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA EIRELLI ME
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
860.984/2017-LEANDRO MARTINS DE ASSUNÇÃO
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
860.984/2017-LEANDRO MARTINS DE ASSUNÇÃO
Fase de Requerimento de Lavra
Não conhece requerimento protocolizado(1057)
861.123/2010-MINERPAL MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
860.792/2018-ALECIO PEREIRA ALVARENGA
Autoriza transformação do regime de PLG para Autorização de Pesquisa(2066)
860.468/2019-RICARDO ZIMETBAUM 59994703749
Determina arquivamento definitivo do processo(565)
860.468/2019-RICARDO ZIMETBAUM 59994703749
860.861/2022-ANTONIO MENDES FERREIRA JUNIOR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
860.802/2018-GERSON ALVES BARROS
860.341/2020-CERAMICA XAVANTE LTDA
861.399/2016-OTANIEL ESTEVES PINTO
860.366/2021-GERCINA MARIA PINHEIRO
861.413/2016-RAPHAEL AUGUSTO TAVARES RAMOS
860.863/2017-VITOR CARMO COSTA ME
860.438/2020-IDEBRANDO BENTO PEREIRA
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1165)
860.863/2017-VITOR CARMO COSTA ME-OF. N°16745/2022/DIFAM-GO/ANM
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
860.872/2022-OSMAR RODOVALHO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.642/2022-ALEX DIONISIO PESSOA
860.674/2022-BRAS KLEYBER BORGES TEODORO
860.647/2022-CECILIA GONCALVES DOS SANTOS DIAS
860.661/2022-MINERACAO SANTA RITA LTDA
860.662/2022-ZEUS MINERACAO LTDA
860.673/2022-STENIO SCHNEIDER CARDONA ROCHA
860.602/2022-BRAS KLEYBER BORGES TEODORO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
860.557/2022-MINERACAO DORNAS LTDA
860.558/2022-MINERACAO DORNAS LTDA
860.635/2022-E2 MINERAIS E FERTILIZANTES LTDA
860.409/2022-ACAI INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
860.410/2022-ACAI INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
860.507/2022-MINERACAO AZUL TROPICAL LTDA

WENDELL MONTANARO CARDOSO MESQUITA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 91/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.157/2017-LINHA ZERO ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-AI N°5980/2022/DIFIS-SC/ANM
815.209/2017-CERÂMICA MARCHI LTDA-AI N°5981/2022/DIFIS-SC/ANM
815.372/2018-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-AI N°4907/2022/DIFIS-SC/ANM
815.072/2018-EMPREITEIRA E TRANSPORTADORA SAO ROQUE LTDA-AI N°4902/2022/DIFIS-SC/ANM
815.022/2018-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA-AI N°4856/2022/DIFIS-SC/ANM
815.021/2018-MONDINI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-AI N°4855/2022/DIFIS-SC/ANM
815.042/2018-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-AI N°4854/2022/DIFIS-SC/ANM
815.042/2018-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-AI N°4853/2022/DIFIS-SC/ANM
815.227/2017-CLEUSA MARIA GANZERT BASSETTI-AI N°5983/2022/DIFIS-SC/ANM
815.232/2017-MIGUEL SOMMARIVA JUNIOR-AI N°5982/2022/DIFIS-SC/ANM
815.095/2017-JEAN CARLOS ZIMMERMANN ME-AI N°5967/2022/DIFIS-SC/ANM
815.611/2016-JADSON DE SOUZA ME-AI N°4906/2022/DIFIS-SC/ANM
815.110/2018-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA SANTA ANA LTDA-AI N°4905/2022/DIFIS-SC/ANM
815.067/2018-CERÂMICA NARA LTDA.-AI N°4899/2022/DIFIS-SC/ANM
815.117/2018-SIMAS CONSTRUTORA LTDA-AI N°4901/2022/DIFIS-SC/ANM
815.431/2018-SANTUÁRIO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AGROPECUÁRIA ME-AI N°4900/2022/DIFIS-SC/ANM
815.082/2018-RUDNICK MINERIOS LTDA.-AI N°4908/2022/DIFIS-SC/ANM
815.156/2018-A. J. POTTER & CIA LTDA-AI N°4909/2022/DIFIS-SC/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.642/2021-JAZIDA ECKERT LTDA-OF. N°5560/2022/CAREAS-SC/ANM
Defere pedido de reconsideração(262)
815.109/2020-GENESIO BELTRAME EIRELI
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
815.248/2018-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA - AI N°4929/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.023/2021-EDUARDO PEREIRA- Alvará n°Parte do Alvará nº 2309/2021 - Cessionario:815.581/2021-Eduardo Pereira O Dudu- CPF ou CNPJ 00.657.426/0001-12
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.003/1995-RUDNICK MINERIOS LTDA.-OF. N°18838/2022/GER-SC/ANM
815.304/1998-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°50833/2022/DIOUT-SC/ANM
Autoriza o aditamento de substância mineral(2914)
800.375/1978-CONSTRUTORA PIUCCO LTDA-Saibro-Portaria de Lavra N°1.546, DOU de 03/11/1986
Determina a interdição da lavra(442)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA S/A- N° do Termo de Interdição:53/2022/GER-SC/UAC-SC, de 24/10/2022- Lacre N° s/nº
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(2244)
815.216/2019-ARGISUL MINERACAO LTDA
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
815.856/2016-MARIA ANGELITA MAFRA- Cessionário:OLEGÁRIO TERRAPLENAGEM LTDA- CNPJ 18 866 907/0001-01- Registro de Licença N° 2068/2017- Vencimento da Licença: 21/03/2026
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.459/2015-MARCELO DE SOUSA TRANSPORTES ME-CANELINHA/SC - Guia n° 180616/DIFIS-SC/ANM/2022-12.000toneladas/ano-Saibro- Vigência da Guia:3
815.574/2010-TERRAPLANAGEM PIRITU LTDA-PRAIA GRANDE/SC, SÃO JOÃO DO SUL/SC - Guia n° 33/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-8.500toneladas/ano-Cascalho- Vigência da Guia:2
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
815.516/2021-ALCEU ANTONIO FORESTI
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(2194)
815.606/2021-GILSON HEITOR ZANETTE
815.443/2021-LZK CONSTRUTORA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.057/2022-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE (SIE)-OF. N°50335/2022/DIOUT-SC/ANM
815.063/2022-MUNICIPIO DE ARARANGUA-OF. N°50615/2022/DIOUT-SC/ANM
Homologa desistência do requerimento de Registro de Extração(840)
815.609/2021-MUNICIPIO DE BALNEARIO DE PICARRAS

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 20/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
880.167/2019-MINERAÇÃO DIAMANTE NEGRO LTDA.- Cessionário:Kaatena do Brasil Distribuidora de Produtos e Insumos Ltda.- CPF ou CNPJ 13.979.542/0001-08- Alvará n°3427/2020
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
880.362/2009-G I PARTICIPACOES LTDA- NOVA ÁQUA - Água Mineral Natural - Embalagem de 5 litros retornável, sem gás.- MANAUS/AM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.114/2009-NAVEGACAO ANA CAROLINA LTDA- Registro de Licença N° 411/2009 - Vencimento em 30/05/2023
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
880.186/2022-COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MINERADORES DO PARA E DO AMAZONAS - COMPAM-OF. N°49408/2022
880.181/2022-COOPMGE - COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS ELDORADO-OF. N°49418/2022
880.183/2022-COOPMGE - COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS ELDORADO-OF. N°49418/2022
880.184/2022-COOPMGE - COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS ELDORADO-OF. N°49418/2022
880.185/2022-COOPMGE - COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS ELDORADO-OF. N°49418/2022

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 405/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total da PLG(527)
850.795/2017-DANIEL GEYERHAHN GARCIA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 174/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.499/2007-MARIA LUCIA VIDAL DE SOUZA-ALVARÁ N°6323/2015
811.628/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°12127/2016
810.129/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°12113/2016
811.636/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°12129/2016
811.595/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°11587/2016
811.600/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°11589/2016
811.555/2015-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°12120/2016
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.358/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos e Camaquã/RS

810.357/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos e Camaquã/RS
810.356/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos e Camaquã/RS
810.355/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos, Camaquã e São Lourenço do Sul/RS
810.361/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos e Camaquã/RS
810.362/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos e Camaquã/RS
810.359/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos e Camaquã/RS
810.360/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-AREIA E CONCHAS CALCÁRIAS-Lagoa dos Patos e Camaquã/RS
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
811.177/2014-BRITAMIL - MINERACAO E BRITAGEM SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - AI N°6130/2021
811.175/2014-BRITAMIL - MINERACAO E BRITAGEM SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - AI N°6129/2021
811.179/2014-BRITAMIL - MINERACAO E BRITAGEM SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - AI N°6131/2021
811.470/2014-CERÂMICA KOTTWITZ LTDA. - AI N°232/2022
811.469/2014-CERÂMICA KOTTWITZ LTDA. - AI N°231/2022
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
810.189/2022-CARINA MACHADO PALUDO -Alvará N°3229/2022
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
810.054/2001-AUTO GRAMAR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA ME- Prazo:01 ANO
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
810.251/1997-AGUA MINERAL SANTO ANJO LTDA-Água Mineral
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
810.018/2017-MUNICIPIO DE TRES CACHOEIRAS-OF. N°51085/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM

DESPACHO
Relação nº 606/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Aguinaldo Pimenta Siqueira - 880222/13 - Not.51/2022 - R$ 3.967,69
Anderson Clayton da Mota Lima - 880108/14 - Not.55/2022 - R$ 10.537,67
Força Imobiliaria Ltda - 880006/18 - Not.57/2022 - R$ 186,98
Juliano Almeida da Silva - 880065/20 - Not.53/2022 - R$ 4.894,73
Marcos Jose Dantas - 880136/14 - Not.49/2022 - R$ 3.050,10
Mineradora Minametais Eireli - 880160/21 - Not.59/2022 - R$ 11.939,86

EUTÍQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 607/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Aguinaldo Pimenta Siqueira - 880222/13 - Not.52/2022 - R$ 4.642,23
Anderson Clayton da Mota Lima - 880108/14 - Not.56/2022 - R$ 4.642,23
Força Imobiliaria Ltda - 880006/18 - Not.58/2022 - R$ 4.661,53
Juliano Almeida da Silva - 880065/20 - Not.54/2022 - R$ 4.642,23
Marcos Jose Dantas - 880136/14 - Not.50/2022 - R$ 4.642,23
Mineradora Minametais Eireli - 880160/21 - Not.60/2022 - R$ 5.084,22.

EUTÍQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
Relação nº 267/2022

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(766)
890.215/1995-AREAL JAMAPARA LTDA-OF. N°522/2014/DNPM/RJ-DFAM-DOU de 10/04/2014
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito despacho de indeferimento(575)
866.057/2017-COOPERATIVA DE EXTRACAO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO- Publicado DOU de 04/05/2022, Seção 1, Pág. 485
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Torna sem efeito despacho de indeferimento(834)
871.595/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE JABURANDI- Publicado DOU de 03 de abril de 2019, Seção1, Pág. 46

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO-EIXO SUL

DESPACHO
Relação nº 15/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina o embargo da barragem de mineração.(2515)
Barragem Cruz de Malta-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA-014.928/1936
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
MBR II SUL, MBR II NORTE-MINERACAO BOM RETIRO II EIRELI-820.853/1996-OF. N°48085/2022/SEFBM-S/ANM

ALVARO ANDRÉ VON GLEHN DOS SANTOS
Coordenador

RESOLUÇÃO ANP Nº 892, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece dilação de prazos para a remessa de informações à ANP pelos agentes regulados para poços localizados em áreas na fase de produção, previstos nos instrumentos que menciona.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 45 da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, considerando o que consta do Processo nº 48610.221081/2022-41, e com base na Resolução de Diretoria nº 561, de 31 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica regulamentada a dilação dos prazos para a remessa de dados informações à ANP referente a poços localizados em áreas na fase de produção pelos agentes regulados, de que tratam:

I - a Resolução ANP nº 47, de 3 de setembro de 2014; e

II - os contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural.

Art. 2º O prazo previsto no art. 8º da Resolução ANP nº 47, de 3 de setembro de 2014, para a divulgação pela ANP das informações consolidadas dos recursos e reservas nacionais de petróleo e gás natural referentes ao ano de 2022, fica prorrogado para o dia 30 de abril de 2023.

Parágrafo único. O prazo para o envio pelas contratadas dos Boletins Anuais de Recursos e Reservas (BAR) referentes a 31 de dezembro de 2022 permanece inalterado.

Art. 3º O prazo contratual para apresentação do Programa Anual de Produção (PAP) e Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PAT), com ano de referência 2023, fica prorrogado para o dia 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. O prazo para análise dos programas de que trata o caput pela ANP será de noventa dias.

Art. 4º Os prazos previstos para a remessa de dados informações à ANP referente a poços, áreas de desenvolvimento e campos na fase de produção pelos agentes regulados, ficam acrescidos:

I - de um dia útil por dia de indisponibilidade para o envio de:

a) dados de situação operacional de poço (SOP);
b) relatório final de perfuração (FP); e
c) relatório final de abandono de poço (RFAP).

II - de quinze dias corridos, após a comunicação de que trata o art. 5º, para o envio de:

a) Boletins Mensais de Produção, dos meses de julho e agosto de 2022;
b) notificações de perfuração de poço (NPP);
c) status de poço (SP);
d) relatórios finais de poço explotatório (RFP-PROD);
e) relatórios de completação de poço (RCP);
f) relatórios finais de poço exploratório (RFP);
g) notificações de descoberta (ND);
h) relatórios de teste de formação (TF);
i) comunicações de reentrada em poço (CRP); e
j) notificações de conclusão de reentrada em poço (NCRP).

Art. 5º A comunicação com as orientações para o envio das informações pelos agentes regulados será de responsabilidade das unidades organizacionais da ANP responsáveis pelo recebimento e pela gestão dos dados a serem enviados.

Parágrafo único. Os dias a serem acrescidos aos prazos para o envio das informações pelos agentes regulados de que trata esta Resolução serão contabilizados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de envio das orientações previstas no caput ou de publicação de Comunicado da ANP em seu sítio de internet com as orientações a serem seguidas pelos agentes regulados.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 812, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.206018/2022-85, resolve: autorizar a empresa CONSTRÓLEO LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 08.234.805/0003-73, a operar a instalação de rerrefinador de óleo lubrificante usado ou contaminado, localizada a Estrada Vicinal Eduardo Dias de Castro, s/n, Km-04, sentido Gália - Fernão (Área Rural)- Gália/SP. CEP: 17.450-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:18:37,924; -49:32:00,258 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 1.560,00 m³. Ficam revogadas a Autorização ANP nº 176, de 21/02/2013, e a Autorização ANP nº 158, de 08/02/2013.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
17	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo
18	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo
19	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo
20	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo
21	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo
22	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo
23	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo
24	4,50	4,80	70,00	IIIB	Vertical aéreo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 813, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 19, de 19/06/2009, e considerando o que consta no Processo 48610.206018/2022-85, resolve: autorizar a empresa CONSTRÓLEO LUBRIFICANTES LTDA-CNPJ 08.234.805/0003-73, a exercer a atividade de rerrefinador de óleo lubrificante usado ou contaminado.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.339, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública

a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPPA0406818	A. R. T. DE LIMA & CIA LTDA	41.707.327/0001-85	48610.218986/2022-34
GLPPB0406847	ANTONIO SILVA DE SOUSA COMERCIO	41.847.845/0001-02	48610.213676/2021-42
GLP/SP0246674	BANZAI DEPOSITO DE GAS LTDA	39.998.259/0001-09	48610.222414/2022-50
GLP/SP0246675	COMERCIO DE GAS SAN REMO LTDA	46.199.636/0001-05	48610.224979/2022-71
GLPPA0406869	F SANTOS SILVA COM VAREJISTA DE AGUA E GAS LTDA	45.342.349/0001-40	48610.218672/2022-31
GLPPA0406812	FELIPE PONTES COMERCIO DE GAS LTDA	45.653.556/0001-15	48610.214671/2022-18
GLPMG0406878	GASMASTER COMERCIO DE GAS LTDA	18.176.658/0003-86	48610.219188/2022-20
GLPSE0406826	JB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES EIRELI	31.482.491/0003-40	48610.206187/2022-15
GLP/PB0246676	JOSE DE FARIAS	43.883.158/0001-60	48610.221845/2022-07
GLPAL0406814	L N D SANTOS LUNARA NASCIMENTO DOS SANTOS	45.402.816/0001-80	48610.225028/2022-10
GLPSP0406830	LUANA SILVA DOS SANTOS NEVES	40.574.327/0001-91	48610.225630/2022-57
GLP/BA0246677	LUCIMAR LESSA DOS SANTOS	46.162.133/0001-65	48610.223475/2022-34
GLPPI0406881	M SIQUEIRA LTDA	10.599.985/0007-62	48610.218405/2022-64
GLPSP0406824	MURILO TEIXEIRA GOMES GAS	46.761.499/0001-50	48610.224699/2022-63
GLPSP0406873	MVIC COMERCIO DE GAS LTDA	01.337.428/0003-59	48610.201834/2022-01
GLP/SP0246678	ODAIR ARANTES COMERCIO DE GAS	43.351.371/0001-20	48610.222487/2022-41
GLPSP0406850	PIRES COELHO COMERCIO DE GAS LTDA	45.557.092/0001-43	48610.209002/2022-24
GLP/BA0246679	ROSELI OLIVEIRA MATOS	34.957.212/0001-83	48610.214022/2022-17
GLPPE0406809	S G DE FRANCA GAS LTDA	45.703.039/0001-03	48610.218839/2022-64
GLPSP0406876	SARAH EVELYN DA SILVA DANIEL	45.083.879/0001-10	48610.205703/2022-94
GLP/SC0246680	VD GAS CENTRAL E COMERCIO LTDA	45.607.613/0001-20	48610.224226/2022-66

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.340, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/AM0231597	OZENIL CURY DE CASTRO	02.435.486/0004-69	48610.222867/2022-86

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.341, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0231521	AUTO POSTO CAMPEAO DO IMIRIM LTDA	45.983.318/0001-78	48610.225828/2022-31
PR/SP0231519	AUTO POSTO CORUMBA LTDA	43.926.271/0001-85	48610.225668/2022-20
PR/MT0231522	AUTO POSTO PILOTO LTDA	44.641.377/0001-03	48610.216374/2022-15
PR/SP0231529	AUTO POSTO TRIUNFO TATETUBA LTDA	46.710.986/0001-94	48610.221867/2022-69
PR/RS0231520	FORMULA DISTRIBUIDORA LTDA	11.125.256/0001-41	48610.223857/2022-68
PR/RN0231598	I R COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	46.414.010/0001-74	48610.221566/2022-35
PR/RS0231523	JUNIOR DA SILVA GADINI EIRELI	37.852.330/0001-15	48610.224908/2022-79
PR/BA0231576	P R J COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	38.945.596/0001-75	48610.225894/2022-19
PR/SP0231596	PM PETRO BOM SUCESSO DE ITARARE LTDA	46.730.346/0001-46	48610.225223/2022-40
PR/BA0231518	POSTO AGUIA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	43.456.552/0001-11	48610.225642/2022-81
PR/MG0231526	POSTO AVELAR LTDA	44.172.050/0001-21	48610.220599/2022-68
PR/RS0231527	SANDER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	91.411.256/0014-61	48610.224945/2022-87
PR/PR0231528	V.A.C. EMPREENDIMENTOS LTDA	24.453.329/0002-57	48610.223874/2022-03
PR/RS0231524	WOLLMANN POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	43.812.998/0001-31	48610.226109/2021-56

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.342, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu art. 17, inciso II e o que consta do processo nº 48600.203935/2021-46, torna pública a revogação da Autorização de Operação ANP nº 193/2013, outorgada à sociedade CASTOLDI DIESEL LTDA - CNPJ nº 26.810.556/0008-03.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 814, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
2562641	INTERLUB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA	07.830.331/0001-06	CHAMPGEAR EPS	48600.203717/2022-92	1397
2561312	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA	43.995.646/0001-69	TITAN SINTOFLUID FE 75W	48600.202379/2022-71	17857
2552799	GTOIL DO BRASIL- EIRELI	25.080.233/0001-72	GT OIL ULTRAMAX FORCE	48600.203172/2022-14	19765
2552494	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	PROMAX SINTÉTICO S1	48600.200117/2022-72	21384
2550802	PETROCAR PRODUTOS AUTOMOTIVOS EIRELI	21.587.263/0001-19	RADNAQ AUTOMOTIVE MOTOR OIL 4T	48600.203413/2022-25	21706
2556240	HIGEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA	09.468.552/0001-01	DRY GLIDE SILICONE	48600.203371/2022-22	21738
2550868	P. PRADO SOUSA LUBRIFICANTES EIRELI	30.154.676/0001-09	MAXIME SPECIALIS	48600.203307/2022-41	21755
2552312	REPSOL LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES BRASIL LTDA	21.498.454/0001-04	SMARTER V-TWIN CUSTON	48600.203243/2022-89	21756
2551263	HIGEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA	09.468.552/0001-01	JAX WHITE MINERAL OIL 100	48600.203399/2022-60	21757
2552365	PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI	06.001.076/0001-18	MN 8216 O.E.M. ATF CVT	48600.203154/2022-32	21758
2552534	REPSOL LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES BRASIL LTDA	21.498.454/0001-04	ELITE EVOLUTION V	48600.203225/2022-05	21759
2557951	FALUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	00.384.061/0001-11	TECTRON	48600.203350/2022-15	21761
2558164	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	KELUBE SPRAY	48600.203278/2022-18	21762
2558363	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA	43.054.261/0001-05	KLÜBERTEMP GR M07 N	48600.203464/2022-57	21763
2562783	HIGEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA	09.468.552/0001-01	JAX MAGNA PLATE 60	48600.203400/2022-56	21764
2562832	TOTAL BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	NEVASTANE GREASE SPRAY	48600.203673/2022-09	21765
2566061	VIBRA ENERGIA S.A.	34.274.233/0001-02	LUBRAX SUPERA PREMIUM C2	48600.203387/2022-35	21766
2566076	RAÍZEN S.A	33.453.598/0001-23	SHELL ADVANCE 4T AX6 10W-40 SL/MA2	48600.203572/2022-20	21767
2569241	SUPORTE E SOLUÇÕES DISTRIBUIDORA EIRELLI - EPP	23.445.886/0001-82	SS CAR WLUB MOTOR OIL	48600.203360/2022-42	21768
2569297	AUTOZONE BRASIL COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	14.310.170/0001-87	VALUCRAFT 10W30 SEMISSINTÉTICO API SL	48600.203347/2022-93	21769

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA Nº 302/CA/2022
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2022

REG. JC/DF - 5330000166-9 - Extrato da Ata nº 302/CA/2022, Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, mediante prévia convocação dos Conselheiros, na forma das disposições estatutárias em vigor, reuniu-se, às 15 horas, por videoconferência, o Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, em sua trecentésima segunda reunião, a qual foi presidida pela Presidente do Conselho, Lilia Mascarenhas Sant'Agostino, e contou com a presença dos Conselheiros Fernando Antônio Freitas Lins, Antônio Simões Branco Júnior e Cássio Roberto da Silva. Atuou como Secretário João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, chefe da Secretaria Geral - SEGER. Também participaram da reunião: Cassiano de Souza Alves, Diretor de Administração e Finanças e Diretor-Presidente Interino, Silvana de Carvalho Melo, chefe da Divisão de Geoquímica - DIGEOQ, Diogo Rodrigues Andrade da Silva, chefe do DEGET, Frederico Claudio Peixinho, chefe do DEHID, Fernando Antônio Carneiro Feitosa, Pesquisador em Geociências da DHT, Cristiano Jorge André, Analista em Geociências da SEGER, a Sra. Marisa Maia de Barros, indicada para membro do Conselho de Administração pelo Ministério de Minas e Energia, que passou a participar da reunião após a sua eleição, e os membros do Comitê de Auditoria - COAUD Roberto Rocha Gomes e Palmiro Franco Capone. A Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu início à reunião, onde o seguinte assunto, dentre outros, foi abordado: Eleição da Sra. Marisa Maia de Barros como membro do Conselho de Administração. A Presidente do Conselho, Lilia Mascarenhas, informou aos demais membros do Colegiado, que o Ministério de Minas e Energia -es MME, através do Ofício n° 378/2022/GM-MME, de 22 de agosto de 2022, indicou a Senhora Marisa Maia de Barros para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, cargo que se encontrava vago em função da renúncia do Senhor Alexandre Vidigal de Oliveira, ocorrida em 07 de julho de 2021. Lilia Mascarenhas destacou que a presente indicação foi submetida e aprovada pela Casa Civil da Presidência da República e passou pela análise do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Remuneração e Sucessão da CPRM, o qual concluiu, de forma unânime, pela ausência de vedações e pelo atendimento aos requisitos obrigatórios previstos na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e no Estatuto Social da CPRM. A Presidente do Conselho de Administração, com base nos artigos 56, 62 e 64 do Estatuto Social, submeteu aos membros do Conselho o nome da Senhora Marisa Maia de Barros, que foi nomeada, por unanimidade, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da CPRM, complementando o prazo de gestão unificado daquele Colegiado, com mandato até 12 de agosto de 2023. A presente nomeação, conforme o artigo 64 do Estatuto Social, deverá ser ratificada na próxima Assembleia Geral de Acionistas. A Conselheira nomeada assinou o Termo de Posse, na forma do artigo 26 do Estatuto Social, entrando em exercício nesta data e assumindo o compromisso de exercer o cargo de acordo com as prescrições legais e estatutárias. MARISA MAIA DE BARROS, nomeada para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da CPRM, complementando o prazo de gestão unificado daquele Colegiado, com mandato até 12 de agosto de 2023. A Conselheira empossada declarou, sob as penas da lei, não estar impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (art. 51, Lei nº 5764/1971 e art. 1.011, § 1º, CC/2002). Os membros do Conselho deram as boas-vindas à nova Conselheira, que agradeceu a acolhida e se disse honrada em fazer parte do Conselho de Administração da CPRM. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho encerrou a reunião às 18:15, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata. Assinaram: A Presidente do Conselho, LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO, a Conselheira empossada MARISA MAIA DE BARROS, os Conselheiros FERNANDO ANTONIO FREITAS LINS, ANTÔNIO SIMÕES BRANCO JÚNIOR e CÁSSIO ROBERTO DA SILVA, além do Secretário JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR. Arquivamento da Ata na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, em 31/10/2022, sob Registro nº 1911347.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.405, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 0134656-65.2022.3.00.0000, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 01617/2022/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 57/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.52322, em nome de ERIVAN CORREA DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 204.559.847-00, resolve:

Suspender a Portaria nº 487, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de fevereiro de 2022.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.406, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 19161/DF (2012/0195853-7), do Superior Tribunal de Justiça, impetrado por CLAUDELINO LORAN DA SILVA, referente ao Requerimento de Anisa nº 2003.01.15163, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 01445/2022/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 61/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2.538, de 10 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2012.

Art. 2º RESTABELECER OS EFEITOS da Portaria nº 1.934, de 4 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2012, que anulou a Portaria nº 2.261, de 9 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2003.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.890, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Altera os anexos I e II da Portaria GM/MS 3.596, de 29 de setembro de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, resolve:
Art. 1º Ficam alterados os Anexos I e II da Portaria GM/MS 3.596, de 29 de setembro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

UF	Resolução CIB
PI	Resolução - CIB-PI Nº. 467/2022, de 21 de setembro de 2022

ANEXO II

UF	IBGE	MUNICÍPIO	PFVS TOTAL ANUAL (R$)
PI	220000	SES/PI	4.829.288,11
PI	220005	Acauã	24.085,97
PI	220010	Agricolândia	17.948,32
PI	220020	Água Branca	56.331,75
PI	220025	Alagoinha do Piauí	25.835,49
PI	220027	Alegrete do Piauí	16.777,54
PI	220030	Alto Longá	46.592,50
PI	220040	Altos	170.508,25
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	18.936,45
PI	220050	Amarante	56.742,87
PI	220060	Angical do Piauí	23.087,61
PI	220070	Anísio de Abreu	32.911,90
PI	220080	Antônio Almeida	11.855,40
PI	220090	Aroazes	20.113,03
PI	220095	Aroeiras do Itaim	9.927,58
PI	220100	Arraial	16.670,26
PI	220105	Assunção do Piauí	26.451,87
PI	220110	Avelino Lopes	37.747,10
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	38.304,21
PI	220117	Barra d'Alcântara	14.285,04
PI	220120	Barras	148.743,82
PI	220130	Barreiras do Piauí	16.335,53
PI	220140	Barro Duro	23.846,34
PI	220150	Batalha	85.671,69
PI	220155	Bela Vista do Piauí	12.687,88
PI	220157	Belém do Piauí	13.160,25
PI	220160	Beneditinos	45.493,53
PI	220170	Bertolínia	19.122,65
PI	220173	Betânia do Piauí	21.308,53
PI	220177	Boa Hora	23.197,78
PI	220180	Bocaina	16.006,46
PI	220190	Bom Jesus	80.962,74
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	19.575,27
PI	220192	Bonfim do Piauí	19.678,89
PI	220194	Boqueirão do Piauí	21.984,24
PI	220196	Brasileira	27.957,12
PI	220198	Brejo do Piauí	13.948,75
PI	220200	Buriti dos Lopes	63.595,99
PI	220202	Buriti dos Montes	27.699,41
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	35.060,71
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	13.113,72
PI	220208	Cajueiro da Praia	25.867,97
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	19.974,39
PI	220210	Campinas do Piauí	19.474,58
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	17.767,42
PI	220213	Campo Grande do Piauí	20.551,94
PI	220217	Campo Largo do Piauí	24.739,18
PI	220220	Campo Maior	147.833,42
PI	220225	Canavieira	14.256,39
PI	220230	Canto do Buriti	68.112,43
PI	220240	Capitão de Campos	37.592,32
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	14.794,03
PI	220250	Caracol	36.099,95
PI	220253	Caraúbas do Piauí	20.318,58
PI	220255	Caridade do Piauí	17.814,63
PI	220260	Castelo do Piauí	63.307,33
PI	220265	Caxingó	18.955,59
PI	220270	Cocal	88.595,40
PI	220271	Cocal de Telha	17.232,72
PI	220272	Cocal dos Alves	21.180,31
PI	220273	Coivaras	18.732,16
PI	220275	Colônia do Gurguéia	22.267,60
PI	220277	Colônia do Piauí	25.820,55
PI	220280	Conceição do Canindé	16.945,34

PI	220285	Coronel José Dias	16.565,35
PI	220290	Corrente	85.063,35
PI	220300	Cristalândia do Piauí	27.884,88
PI	220310	Cristino Castro	33.965,13
PI	220320	Curimatá	37.535,69
PI	220323	Currais	16.935,83
PI	220325	Curralinhos	28.938,79
PI	220327	Curral Novo do Piauí	18.693,53
PI	220330	Demerval Lobão	59.432,75
PI	220335	Dirceu Arcoverde	23.858,62
PI	220340	Dom Expedito Lopes	23.526,06
PI	220342	Domingos Mourão	15.534,50
PI	220345	Dom Inocêncio	31.742,70
PI	220350	Elesbão Veloso	71.587,76
PI	220360	Eliseu Martins	17.331,49
PI	220370	Esperantina	125.926,27
PI	220375	Fartura do Piauí	17.184,63
PI	220380	Flores do Piauí	15.870,49
PI	220385	Floresta do Piauí	9.956,56
PI	220390	Floriano	188.674,35
PI	220400	Francinópolis	18.111,09
PI	220410	Francisco Ayres	14.920,16
PI	220415	Francisco Macedo	11.955,40
PI	220420	Francisco Santos	31.151,38
PI	220430	Fronteiras	38.258,68
PI	220435	Geminiano	26.608,68
PI	220440	Gilbués	34.740,74
PI	220450	Guadalupe	34.639,30
PI	220455	Guaribas	15.689,92
PI	220460	Hugo Napoleão	14.058,43
PI	220465	Ilha Grande	31.411,17
PI	220470	Inhuma	49.637,29
PI	220480	Ipiranga do Piauí	32.595,01
PI	220490	Isaías Coelho	28.634,82
PI	220500	Itainópolis	37.920,78
PI	220510	Itaueira	36.292,30
PI	220515	Jacobina do Piauí	19.807,13
PI	220520	Jaicós	61.618,96
PI	220525	Jardim do Mulato	16.033,13
PI	220527	Jatobá do Piauí	17.158,76
PI	220530	Jerumenha	15.822,06
PI	220535	João Costa	11.338,09
PI	220540	Joaquim Pires	46.705,97
PI	220545	Joca Marques	19.000,88
PI	220550	José de Freitas	163.886,32
PI	220551	Juazeiro do Piauí	19.054,32
PI	220552	Júlio Borges	19.538,66
PI	220553	Jurema	16.855,95
PI	220554	Lagoinha do Piauí	10.890,66
PI	220555	Lagoa Alegre	37.596,17
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	16.474,42
PI	220557	Lagoa de São Francisco	23.075,47
PI	220558	Lagoa do Piauí	18.910,33
PI	220559	Lagoa do Sítio	18.167,58
PI	220560	Landri Sales	18.419,73
PI	220570	Luís Correia	96.663,80
PI	220580	Luzilândia	81.312,60
PI	220585	Madeiro	27.429,91
PI	220590	Manoel Emídio	18.635,86
PI	220595	Marcolândia	28.573,56
PI	220600	Marcos Parente	16.134,44
PI	220605	Massapê do Piauí	22.052,46
PI	220610	Matias Olímpio	36.076,76
PI	220620	Miguel Alves	107.218,40
PI	220630	Miguel Leão	7.142,24
PI	220635	Milton Brandão	22.543,47
PI	220640	Monsenhor Gil	45.833,18
PI	220650	Monsenhor Hipólito	26.153,63
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	35.006,69
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	22.163,26
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	23.180,26
PI	220669	Murici dos Portelas	30.644,11
PI	220670	Nazaré do Piauí	24.760,93
PI	220672	Nazária	37.184,56
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	17.212,97
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	28.614,44
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	22.380,45
PI	220695	Novo Santo Antônio	11.340,61
PI	220700	Oeiras	117.330,97
PI	220710	Olho d'Água do Piauí	9.161,81
PI	220720	Padre Marcos	23.370,44
PI	220730	Paes Landim	14.824,60
PI	220735	Pajeú do Piauí	12.587,55
PI	220740	Palmeira do Piauí	17.653,21
PI	220750	Palmeirais	47.365,52
PI	220755	Paquetá	14.234,30
PI	220760	Parnaguá	35.645,69
PI	220770	Parnaíba	479.327,73
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	15.967,77
PI	220777	Patos do Piauí	21.920,40
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	18.872,65
PI	220780	Paulistana	65.919,56
PI	220785	Pavussu	13.400,25
PI	220790	Pedro II	122.595,07
PI	220793	Pedro Laurentino	8.066,14
PI	220795	Nova Santa Rita	15.628,95
PI	220800	Picos	245.919,18
PI	220810	Pimenteiras	39.747,80
PI	220820	Pio IX	59.404,78
PI	220830	Piracuruca	91.797,32
PI	220840	Piripiri	200.372,70
PI	220850	Porto	41.210,57
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	10.459,94
PI	220860	Prata do Piauí	11.789,42
PI	220865	Queimada Nova	30.041,98
PI	220870	Redenção do Gurguéia	29.353,30

PI	220880	Regeneração	57.908,59
PI	220885	Riacho Frio	13.555,29
PI	220887	Ribeira do Piauí	15.956,14
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	35.946,12
PI	220900	Rio Grande do Piauí	21.488,84
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	21.424,13
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	14.542,67
PI	220920	Santa Filomena	21.443,89
PI	220930	Santa Luz	28.665,23
PI	220935	Santana do Piauí	16.433,61
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	25.644,27
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	22.032,98
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	8.221,10
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	13.312,17
PI	220955	São Braz do Piauí	15.837,88
PI	220960	São Félix do Piauí	10.596,24
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	19.974,16
PI	220970	São Francisco do Piauí	21.959,17
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	11.510,77
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	17.642,78
PI	220985	São João da Canabrava	16.345,79
PI	220987	São João da Fronteira	20.860,04
PI	220990	São João da Serra	21.028,02
PI	220995	São João da Varjota	17.074,08
PI	220997	São João do Arraial	27.003,34
PI	221000	São João do Piauí	66.258,13
PI	221005	São José do Divino	18.647,49
PI	221010	São José do Peixe	13.115,05
PI	221020	São José do Piauí	22.829,52
PI	221030	São Julião	21.809,96
PI	221035	São Lourenço do Piauí	22.305,41
PI	221037	São Luis do Piauí	10.224,33
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	11.959,20
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	11.441,86
PI	221040	São Miguel do Tapuio	56.848,72
PI	221050	São Pedro do Piauí	46.545,78
PI	221060	São Raimundo Nonato	110.470,20
PI	221062	Sebastião Barros	12.717,05
PI	221063	Sebastião Leal	15.379,99
PI	221065	Sigefredo Pacheco	33.277,12
PI	221070	Simões	47.554,36
PI	221080	Simplício Mendes	41.640,32
PI	221090	Socorro do Piauí	14.345,23
PI	221093	Sussuapara	32.978,25
PI	221095	Tamboril do Piauí	11.109,31
PI	221097	Tanque do Piauí	10.623,23
PI	221100	Teresina	3.935.324,70
PI	221110	União	186.958,69
PI	221120	Uruçuí	69.349,15
PI	221130	Valença do Piauí	67.084,00
PI	221135	Várzea Branca	17.347,70
PI	221140	Várzea Grande	15.632,00
PI	221150	Vera Mendes	9.733,10
PI	221160	Vila Nova do Piauí	11.163,02
PI	221170	Wall Ferraz	15.902,13
Total			16.994.185,74

PORTARIA GM/MS Nº 3.903, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Paraná e Municípios, correspondente a recomposição de teto financeiro relacionados aos procedimentos de radioterapia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 263, de 22 de fevereiro de 2019, que atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação Assistencial e Controle (DRAC/SAES/MS), constante do NUP 25000.128155/2022-54, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 8.712.542,01 (oito milhões, setecentos e doze mil quinhentos e quarenta e dois reais e um centavo), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Paraná e Municípios, para recomposição do teto financeiro relacionados aos novos procedimentos de radioterapia, alterados para tratamento por localização tumoral, no ano de 2019, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, aos respetivos Fundos de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR
PR	410000	Paraná	E	6.062.120,46
PR	410430	Campo Mourão	M	172.068,35
PR	410830	Foz do Iguaçu	M	300.421,65
PR	411370	Londrina	M	1.009.430,37
PR	411520	Maringá	M	856.048,65
PR	412810	Umuarama	M	312.452,53
TOTAL				8.712.542,01

PORTARIA GM/MS Nº 3.904, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Inclui na Tabela de Procedimento, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS o Implante Transcateter da Válvula Aórtica (ITVA) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes com contraindicação cirúrgica, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXXI da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade e a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.099, de 12 de maio de 2022, que institui o Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular - QualiSUS Cardio; e a Portaria nº 1.100, de 12 de maio de 2022, que define o 1º Ciclo do Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular, QualiSUS Cardio, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando Portaria SCTIE/MS nº 32, de 28 de junho de 2021, que torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Implante Transcateter de Válvula Aórtica (ITVA) para tratamento da estenose aórtica grave em pacientes inoperáveis, condicionada, no máximo, ao valor considerado custo-efetivo na análise para o SUS; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAES/MS), constante do NUP/SEI nº 25000.150891/2022-99, resolve:

Art. 1º Fica incluído, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o procedimento descrito no Anexo a esta Portaria

§ 1º A operacionalização do procedimento incluído conforme caput está condicionada à habilitação dos hospitais classificados como nível A do Programa QualiSUS Cardio, e que atenderem aos critérios e condicionantes estabelecidos pelo Ministério da Saúde, conforme ato normativo específico a ser editado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde -SAES/MS.

§ 2º O pedido de habilitação deverá ser formalizado pelos hospitais aptos a realizar o procedimento juntamente às respectivas gestões em saúde, às quais competirá o cadastramento e a instrução da proposta de habilitação por meio do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

Art. 2º Fica incluída na Tabela de Habilitações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a habilitação 08.15 Implante Transcateter de válvula aórtica (ITVA), de inserção Centralizada, para identificação dos estabelecimentos autorizados a realizar o Implante Transcateter de Válvula Aórtica (ITVA) pelo SUS.

Art. 3º Caberá à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação Assistencial e Controle (CGSI/DRAC/SAES/MS) a adoção das providências necessárias no sentido de adequar os sistemas de informação do SUS com vistas a implantar as disposições desta Portaria.

Art. 4º O recurso financeiro anual referente à contrapartida federal para o financiamento do procedimento está limitado ao valor de R$ 59.280.000,00 (cinquenta e nove milhões duzentos e oitenta mil reais).

Parágrafo único: Os recursos orçamentários onerarão o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais e financeiros nos sistemas de informações do SUS a partir da competência seguinte à da publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Procedimento	04.06.01.152-4 - IMPLANTE TRANSCATETER DE VÁLVULA AÓRTICA (ITVA)
Descrição	Consiste da intervenção, transcateter, com implante valvar sem necessidade de toracotomia e circulação extracorpórea. Indicado no tratamento da estenose aórtica grave em caso de paciente idoso com contraindicação a cirurgia. Inclui prótese cardíaca do tipo biológica e de aplicação aórtica, além de cateteres, cateteres balão, fios guia e todos os materiais necessários a realização do procedimento.
Modalidade de Atendimento	02 - Hospitalar
Complexidade:	AC - Alta Complexidade
Financiamento	04 - Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
Subtipo	0078 - QualiSUS Cardio
Instrumento de Registro	03 - AIH (Proc. Principal)
Sexo	Ambos
Média de Permanência	5
Quantidade Máxima	1
Idade Mínima	75 anos
Idade Máxima	130 anos
Valor Serviço Hospitalar (SH)	R$ 50.461,44
Valor Serviço Profissional (SP)	R$ 6.538,56
Valor Total Hospitalar	R$ 57.000,00
Atributos Complementares	001 - Inclui valor da anestesia; 004 - Admite permanência a maior; 006 - CNRAC; 049 - Permite Informação de Equipe Cirúrgica;
Leito	01 - Cirúrgico
Grupo de Habilitação	08.01 Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular com Cirurgia Cardiovascular, 08.03 Procedimentos em Cardiologia Intervencionista e 08.15 - Implante Transcateter de válvula aórtica (ITVA); 08.02 Centro de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular com Cirurgia Cardiovascular, 08.03 e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista e 08.15 - Implante Transcateter de válvula aórtica (ITVA);
CBO	2252-10 - Medico Cirurgiao Cardiovascular 2231-G1 - Medico Cardiologista Intervencionista
CID	I35.0 - Estenose (da valva) aórtica I35.2 - Estenose (da valva) aórtica com insuficiência
Renases	165 - Cirurgia Cardiovascular

DESPACHO Nº 124, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 25000.131368/2021-82
Interessada: Merck S.A.
Assunto: Recurso Administrativo referente à Portaria SCTIE/MS nº 66, de 8 de julho de 2022, que tornou pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a cladribina oral para o tratamento de primeira linha de pacientes com esclerose múltipla remitente-recorrente altamente ativa.

À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 273/2022-CITEC/DGITS/SCTIE/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, nos termos do PARECER n. 00814/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO n. 04051/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Merck S.A.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

DESPACHO Nº 125, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Referência: Processo nº 25000.004128/2022-97
Interessada: Associação Crônicos do Dia a Dia (CDD)
Assunto: Recurso Administrativo referente à Portaria SCTIE/MS nº 111, de 26 de setembro de 2022, que tornou pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a terapia de reposição enzimática com alfa-alglicosidase para o tratamento da doença de Pompe de início tardio.

À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 397/2022-CITEC/DGITS/SCTIE/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, nos termos do PARECER nº 00851/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU e do DESPACHO nº 04337/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Associação Crônicos do Dia a Dia (CDD).

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

AUDITORIA-GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

PORTARIA AUDSUS/MS Nº 1, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Institui e estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho - PGD no âmbito da Auditoria-Geral do Sistema Único de Saúde - AudSUS do Ministério da Saúde.

O AUDITOR-GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui e estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho - PGD no âmbito da Auditoria-Geral do Sistema Único de Saúde - AudSUS do Ministério da Saúde.

§ 1º O PGD, no âmbito da AudSUS, observará o disposto:

I - no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022;

II - nas normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC; e

III - na Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022.

§ 2º O disposto nesta Portaria aplica-se a todos os agentes públicos em exercício nas unidades administrativas vinculadas à AudSUS.

Art. 2º O PGD poderá ser adotado nas seguintes modalidades:

I - presencial; ou

II - teletrabalho.

§ 1º O teletrabalho poderá ocorrer em regime de execução integral ou parcial.

§ 2º A participação no PGD poderá incluir até cem por cento dos agentes públicos em exercício nas unidades da AudSUS, observado o seguinte:

I - para os agentes cujas atribuições e atividades exijam sua realização em campo, não poderá ser adotado o teletrabalho em regime de execução integral;

II - deverá haver a presença de servidores públicos durante 8 (oito) horas diárias na unidade administrativa, no horário das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, conforme art. 2º da Portaria GM/MS nº 3.720, de 4 de outubro de 2022;

III - os ocupantes de CCE e de FCE de níveis 13 e 14 poderão participar do PGD por meio de autorização expressamente fundamentada pelo Auditor-Geral.

§ 3º A seleção dos participantes do PGD será realizada pela chefia imediata, após avaliação quanto à compatibilidade das atividades desenvolvidas pelo agente público com aquelas constantes da tabela de atividades, conforme Anexo I a esta Portaria.

§ 4º A adesão ao PGD é facultativa, não gera direito adquirido à permanência e não implica alteração de lotação e de exercício.

§ 5º A implementação do PGD ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço público, não se constituindo direito do participante.

§ 6º A participação no PGD, independentemente da modalidade, respeitará a jornada semanal de trabalho do participante.

Art. 3º A implementação do PGD, no âmbito da AudSUS, deverá considerar a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico dos interessados.

§ 1º Para participar do PGD, o candidato deverá se inscrever por meio do sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão central do SIPEC.

§ 2º Caso o total de candidatos habilitados exceda o total de vagas, serão observados os seguintes critérios na priorização dos participantes:

I - com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

IV - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;

V - com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; ou

VI - com vínculo efetivo.

Art. 4º Para aderir ao PGD, o agente público e a sua chefia imediata pactuarão plano de trabalho com, no mínimo, as seguintes informações:

I - modalidade e regime de execução;

II - data de início e de término, com duração de até seis meses;

III - atividades a serem desenvolvidas pelo participante, conforme Anexo I;

IV - metas e prazos; e

V - formas de aferição das entregas realizadas.

§ 1º Na modalidade de teletrabalho com regime de execução parcial, o plano de trabalho conterá a indicação do cronograma em que a jornada será cumprida presencialmente.

§ 2º O plano de trabalho deverá conter as datas de início e fim, fixadas em dias úteis, devendo ser deduzidos os períodos de férias, licenças e afastamentos previstos em lei, além de feriados, pontos facultativos, entre outros.

§ 3º A chefia imediata poderá, por necessidade do serviço, redefinir as metas e o cronograma constantes do plano de trabalho do participante, bem como na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

§ 4º O plano de trabalho deverá ser acompanhado periodicamente, podendo ser realizadas alterações e ajustes nas atividades e no prazo previsto para sua conclusão, com a concordância da chefia imediata e do participante.

§ 5º As atividades inerentes à execução do PGD deverão ser registradas em sistema eletrônico, em conformidade com o modelo da tabela de atividades constante do Anexo I.

§ 6º As comunicações entre a chefia imediata e o servidor observarão o horário previamente pactuado no plano de trabalho, respeitada a jornada diária, devendo o servidor permanecer em disponibilidade para contato, por telefonia fixa ou móvel, caixa postal de correio eletrônico institucional ou por outros meios de comunicação oficial do Ministério da Saúde.

§ 7º Poderá ser autorizado o desenvolvimento de atividades funcionais em regime de teletrabalho no exterior, desde que observado o disposto no art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022.

§ 8º O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento presencial do participante é de 72 (setenta e duas) horas, salvo para os participantes que executarem o teletrabalho na modalidade de execução integral no exterior, pela impossibilidade de deslocamento.

§ 9º O participante do PGD estará dispensado do controle de frequência, sendo vedada a adesão ao banco de horas, independente da modalidade.

Art. 5º Após a pactuação do plano de trabalho, o participante do PGD e a sua chefia imediata deverão assinar termo de ciência e responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo II a esta Portaria.

Art. 6º A chefia imediata realizará a aferição das entregas realizadas, após o encerramento das atividades, mediante análise fundamentada, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas.

§ 1º A aferição de que trata o caput deverá ser registrada em valor que varie de 0 (zero) a 10 (dez), em que 0 (zero) é a menor nota e 10 (dez) a maior nota, somente sendo consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de não entrega ou de avaliação com nota abaixo de 5 (cinco), o participante deverá ser submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, visando a melhoria da qualidade dos trabalhos executados.

§ 3º A avaliação deverá ser concluída até o final do cronograma do plano de trabalho do participante.

Art. 7º O desligamento do participante do PGD será de responsabilidade do Auditor-Geral, que o fará mediante solicitação fundamentada da chefia imediata.

Parágrafo único. O desligamento de que trata o caput deverá ser precedido de notificação ao participante e observará as hipóteses e os requisitos estabelecidos pelo órgão central do SIPEC.

Art. 8º Além do previsto nesta Portaria e pelo órgão central do SIPEC, constituem atribuições e responsabilidades:

I - do Auditor-Geral:

a) definir a modalidade e o regime a serem adotados;

b) aprovar o relatório do PGD da AudSUS e encaminhar à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde; e

c) colaborar com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde e o Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Dados e Informações Estratégicas em Saúde no acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do PGD;

II - do Coordenador-Geral, do Coordenador e do Chefe de Seção:

a) divulgar os critérios técnicos necessários para adesão dos interessados ao PGD;

b) planejar, coordenar e controlar a execução do Programa;

c) elaborar relatório sobre o PGD, tendo como subsídio dados e informações dos relatórios emitidos pelas suas unidades, submetendo à apreciação do Auditor-Geral; e

d) sugerir ao Auditor-Geral, de forma fundamentada, a suspensão do PGD no âmbito do respectivo setor;

III - das chefias imediatas:

a) acompanhar e supervisionar a adaptação e a execução do PGD de cada participante;

b) manter contato permanente com os participantes para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

c) elaborar e ajustar, sempre que necessário, o plano de trabalho, em conjunto com o participante;

d) disseminar os procedimentos relacionados à aferição do cumprimento das metas estabelecidas;

e) avaliar a quantidade e a qualidade das entregas, bem como aferir os resultados alcançados;

f) manter o controle da retirada de documentações, processos físicos ou equipamentos das dependências da unidade administrativa, em conformidade com as normas de sigilo e segurança;

g) registrar, periodicamente, a evolução das atividades do PGD;

h) dar ciência ao dirigente da unidade sobre a evolução do Programa, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas; e

i) elaborar relatório sobre o PGD no âmbito de sua unidade;

IV - dos participantes do PGD:

a) assinar o termo de ciência e responsabilidade; e

b) cumprir o plano de trabalho previamente estabelecido.

Art. 9º Decorridos 6 (seis) meses da publicação desta Portaria, as chefias imediatas elaborarão relatórios sobre a execução do PGD, que deverão ser enviados às instâncias superiores para elaboração do relatório consolidado no âmbito da AudSUS.

Parágrafo único. O relatório consolidado de que trata o caput deverá ser encaminhado à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria- Executiva do Ministério da Saúde para manifestação técnica.

Art. 10. Serão divulgadas no sítio eletrônico do Ministério da Saúde:

I - as informações relativas à implementação do PGD, observadas as normas do SIPEC; e

II - a tabela de atividades de que trata o Anexo I.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO AZEVEDO COSTA

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES
(INCISO VI DO ART. 10 E § 2º DO ART. 26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/ME Nº 65, DE 30 DE JULHO DE 2020)

Atividade	Faixa de complexidade da atividade (*)	Tempo de execução da atividade	Entregas esperadas
[Descrição]	A a F	[Em horas, com base na faixa de complexidade]	É vedada a inclusão de atividades cujos resultados não possam ser mensurados

(*) PARÂMETROS DE HORAS		
Faixa de complexidade	Descrição	Horas (até)
A	Muito alta complexidade	40
B	Alta complexidade	20
C	Médio alta complexidade	10
D	Média complexidade	8
E	Baixa complexidade	4
F	Muito baixa complexidade	2

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

1 - Identificação do colaborador	
Nome:	
Matrícula SIAPE:	E-mail:
Unidade de exercício:	
Telefone para contato:	
2 - Identificação da chefia imediata	
Nome:	
Telefone para contato:	E-mail
3 - Modalidade de execução	

Assinale uma das alternativas:

( ) Presencial

( ) Teletrabalho integral

( ) Teletrabalho parcial

No caso de regime de execução teletrabalho parcial **semanal**, sinalize com um X uma das opções indicadas:

Dias da semana	Jornada na modalidade teletrabalho, fora das dependências físicas da unidade administrativa	Jornada na modalidade teletrabalho, nas dependências da unidade administrativa (*)
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		

No caso de regime de execução teletrabalho parcial **mensal**, informe:

Quantidade de dias de trabalho nas dependências da unidade administrativa na modalidade teletrabalho parcial (*):

(*) Os dias de trabalho nas dependências da unidade administrativa, na modalidade teletrabalho parcial, deverão ser acordados com chefia imediata.

O participante do Programa de Gestão e Desempenho - PGD acima qualificado declara que está ciente das seguintes responsabilidades, entre outras:

I - observar, estritamente, as normas constantes do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022; da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020; da Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022; e de demais normas aplicáveis;

II - desenvolver suas atribuições em conformidade com o plano de trabalho a ser acordado com a chefia imediata;

III - alimentar os sistemas informatizados ou ferramentas inerentes às atividades desenvolvidas pela unidade administrativa e definidas no plano de trabalho;

IV - custear as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados, assumindo todos os custos referentes a conexão à internet, energia elétrica e telefonia, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições;

V - prover o transporte e zelar pela documentação, pelos processos físicos e pelos equipamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho retirados das dependências da unidade administrativa e que se encontrem sob sua responsabilidade;

VI - comparecer presencialmente no prazo de antecedência mínima de convocação de 72 (setenta e duas) horas, salvo no caso de teletrabalho na modalidade de execução integral no exterior;

VII - manter os dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;

VIII - permanecer em disponibilidade para contato, por telefonia fixa ou móvel, caixa postal de correio eletrônico institucional ou por outros meios de comunicação oficial do Ministério da Saúde, pelo período acordado com a chefia imediata;

IX - consultar, constantemente, a caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a intranet e demais formas de comunicação oficial do órgão ou entidade de exercício;

X - priorizar o atendimento ao serviço durante o horário de funcionamento da unidade administrativa;

XI - comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição do trabalho;

XII - zelar pelas informações acessadas remotamente, observando as normas internas e externas de segurança da informação e a salvaguarda de informações de natureza sigilosa, sob pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor; e

XIII - prestar informações à chefia imediata sobre o andamento dos trabalhos e apontar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar a entrega dos trabalhos sob sua responsabilidade, de forma periódica e sempre que demandado.

O participante do PGD acima qualificado declara, ainda, que está ciente:

I - de que sua participação no Programa não constitui direito adquirido, podendo ser desligado na forma prevista na legislação aplicável;

II - da vedação de pagamento de vantagens, nos termos previstos no Decreto nº 11.072, de 2022, e na Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020;

III - da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; e

IV - do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD", no que couber, e as orientações da Portaria SEDGG/ME nº 15.543, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

Assinatura do participante	Assinatura da chefia imediata

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 781, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Habilita, em Regime de Hospital Dia, a Unidade Hospitalar Butantã, localizado no Município de São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo V, Anexo 1 do Anexo XXIV - Da modalidade de assistência em regime de Hospital-Dia - da Portaria de Consolidação GM/MS n° 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a documentação apresentada pelo gestor local do SUS e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHID/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.129428/2022-88, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em regime de Hospital Dia, o estabelecimento de saúde descrito a seguir:

UF	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº LEITOS	PROPOSTA SAIPS
SP	SÃO PAULO	2027240	UNIDADE HOSPITALAR BUTANTÃ	MUNICIPAL	4	161469

Art. 2º A habilitação concedida por meio desta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro ao Estado e/ou Município, conforme disposto no art. 7º, inciso V, Anexo 1 do Anexo XXIV, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 782, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Cancela o CEBAS da Sociedade Hospitalar Santo Antônio, com sede em Braga (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.106, de 8 de setembro de 2016, que defere a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de Saúde, para o período 6 de fevereiro de 2013 a 5 de fevereiro de 2018, constante do NUP-SEI 25000.139758/2011-29;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado;

Considerando que os processos de supervisão são analisados com base nos critérios que ensejaram a certificação; e

Considerando o Parecer nº 279/2022-CGSUP/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 1.639, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.028952/2018-56, que conclui pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de Saúde, concedido à Sociedade Hospitalar Santo Antônio, CNPJ nº 87.714.457/0001-46, com sede em Braga (RS).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 6 de fevereiro de 2013, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislações pertinentes.

Art. 3º º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 783, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Penápolis, com sede em Penápolis (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do 'Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 378/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.135219/2021-92, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Penápolis, CNPJ nº 53.894.218/0001-01, com sede em Penápolis (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 784, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da entidade Cruz Azul no Brasil, com sede em Blumenau (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do 'Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 384/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 71000.125126/2015-29, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com a legislação pertinente, da entidade Cruz Azul no Brasil, CNPJ nº 01.127.311/0001-89, com sede em Blumenau (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de fevereiro de 2016 a 27 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 785, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Defere, em Grau de Reconsideração, a Concessão do CEBAS da Rede Feminina de Combate ao Câncer, com sede em Ponta Grossa (PR).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 192/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.025225/2021-32, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com a legislação pertinente, da Rede Feminina de Combate ao Câncer, CNPJ nº 77.774.305/0001-85, com sede em Ponta Grossa (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Fica sem efeito a Portaria SAES/MS nº 232, de 15 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 136, de 20 de julho de 2022, seção 1, página 121.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 786, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital do Tricentenário, com sede em Olinda (PE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do 'Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 386/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.182078/2020-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%(sessenta por cento), do Hospital do Tricentenário, CNPJ nº 10.583.920/0001-33, com sede em Olinda (PE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 1.032, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2022

Institui a Política da Qualidade da Anvisa

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 172, IX, aliado ao art. 203, III, § 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir a Política da Qualidade da Anvisa, nos termos do Anexo, conforme o previsto na alínea a do inciso III do art. 16 da Portaria nº 60, de 24 de janeiro de 2022, que institui a Política de Governança Organizacional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 2º A Política da Qualidade da Anvisa, alinhada à direção estratégica, servirá de estrutura para o estabelecimento dos objetivos da qualidade.

Parágrafo único. A Política da Qualidade da Anvisa poderá ser revisada sempre que necessário, com base no desempenho do Sistema de Gestão da Qualidade da Anvisa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

POLÍTICA DA QUALIDADE DA ANVISA

A Diretoria da Anvisa se compromete a assegurar, por meio da implementação e melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade, de forma alinhada ao Planejamento Estratégico da Anvisa e às Boas Práticas Regulatórias, o desenvolvimento adequado das competências da força de trabalho da Anvisa, a melhoria do desempenho dos processos e serviços ofertados e o aumento do nível de satisfação das partes interessadas, sempre em observância à legislação e requisitos regulatórios nacionais e internacionais aplicáveis.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.769, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o encerramento do regime de direção técnica na operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 26 de janeiro de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 31 de outubro de 2022, considerando os documentos constantes no processo administrativo nº 33910.038786/2020-86, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado, em 30 de setembro de 2022, o regime de direção técnica na operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA., CNPJ nº 00.303.696/0001-25 e registro ANS nº 40.247-8.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.770, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a prorrogação da concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 26 de janeiro de 2022, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa (RN) nº 438, de 2018, na reunião ordinária de 31 de outubro de 2022, considerando as anormalidades administrativas e assistenciais graves constantes do processo administrativo nº 33910.038786/2020-86, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA., CNPJ nº 00.303.696/0001-25 e registro ANS nº 40.247-8, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta RO, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada neste artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário perante a operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópias dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 8 (oito) meses.

§ 4º O beneficiário da ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA. exercerá a portabilidade especial de carências observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 438, de 2018;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta RO;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos arts. 5º e 9º da RN nº 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto nos arts. 18 e 19 da RN nº 438, de 2018;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da ORALCLASS ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA LTDA. estar internado, a solicitação de portabilidade especial de carências poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.771, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora HAPPYMED PLANO DE SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 26 de janeiro de 2022, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa (RN) nº 438, de 2018, na reunião ordinária de 31 de outubro de 2022, considerando as anormalidades administrativas e assistenciais graves constantes do processo administrativo nº 33910.009473/2022-82, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora HAPPYMED PLANO DE SAÚDE LTDA., CNPJ nº 37.179.657/0001-78 e registro ANS nº 42.244-4, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta RO, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora HAPPYMED PLANO DE SAÚDE LTDA. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada neste artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário perante a operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópias dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 8 (oito) meses.

§ 4º O beneficiário da HAPPYMED PLANO DE SAÚDE LTDA. exercerá a portabilidade especial de carências observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 438, de 2018;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta RO;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos arts. 5º e 9º da RN nº 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto nos arts. 18 e 19 da RN nº 438, de 2018;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da HAPPYMED PLANO DE SAÚDE LTDA. estar internado, a solicitação de portabilidade especial de carências poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.772, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora AMERON - Assistência Médica Rondônia S/A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, em reunião ordinária de 31 de outubro de 2022, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.032905/2021-78, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de direção fiscal na operadora AMERON - Assistência Médica Rondônia S/A, registro ANS nº 32.133-8 e CNPJ nº 84.638.345/0001-65.

Art. 2º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.773, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, em reunião ordinária de 31 de outubro de 2022, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.032911/2021-25, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de direção fiscal na operadora UNIMED NORTE/NORDESTE - FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL., registro ANS nº 32.421-3 e CNPJ nº 09.237.009/0001-95.

Art. 2º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.774, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora VIDAPLAN SAÚDE LTDA. - EPP.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 31 de outubro de 2022, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.032260/2022-54, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora VIDAPLAN SAÚDE LTDA. - EPP, registro ANS nº 34.444-3 e CNPJ nº 00.864.888/0001-00, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa (RN) nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora VIDAPLAN SAÚDE LTDA. - EPP com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.775, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial de carências aos beneficiários da operadora VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 2022, e na forma do disposto no art. 12 da Resolução Normativa (RN) nº 438, de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde constantes no processo administrativo nº 33910.039291/2021-55, adotou a seguinte Resolução Operacional (RO) e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 dias para que os beneficiários da operadora VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA, registro ANS nº 42.199-5 e CNPJ nº 31.519.109/0001-63, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta RO, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA pode exercer a portabilidade especial de carências, sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 meses ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada neste artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 dias pode exercer a portabilidade especial de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º do art. 3º da RN nº 438, de 2018.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário perante a operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópias dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 meses.

§ 4º O beneficiário da VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA exercerá a portabilidade especial de carências observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 438, de 2018;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta RO;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos arts. 5º e 9º da RN nº 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto nos arts. 18 e 19 da RN nº 438, de 2018;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso do beneficiário da VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA estar internado a portabilidade especial de carências poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 190, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre alteração das Monografias dos ingredientes ativo na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Substituir as culturas de cravo, crisântemo e rosa por plantas ornamentais, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo A18 - ABAMECTINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 2º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) pós-colheita para as culturas de melancia e melão, com Intervalo de Segurança - IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", alterando-se o Limite Máximo de Resíduo - LMR de 0,05 para 7 mg/kg, na monografia do ingrediente ativo A26 - AZOXISTROBINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 3º Alterar o LMR das culturas de caju, caqui, carambola, figo, goiaba, quiuí e uva, de 0,02 mg/kg para 0,05 mg/kg; e incluir as culturas de ameixa, maçã, marmelo, nectarina, nêspera, pera e pêssego, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 14 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo B55 - BENZOATO DE EMAMECTINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 4º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) solo para a cultura da batata, com IS de 90 dias; incluir a modalidade de emprego (aplicação) maturador para a cultura da maçã, com IS de 70 dias; e no item h), incluir a classe "Regulador de crescimento", na monografia do ingrediente ativo C03 - CARBARIL, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 5º Incluir a cultura do milheto, com LMR de 0,5 mg/kg e IS "Não determinado devido à modalidade de emprego", na modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, e substituir a cultura do feijão-caupi por feijões, na monografia do ingrediente ativo C32 - CLETODIM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 6º Alterar o LMR da cultura do tomate, de 0,2 mg/kg para 1 mg/kg, alterando-se o IS de 7 dias para 1 dia; e alterar o LMR da cultura do algodão, de 0,3 mg/kg para 0,4 mg/kg, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na modalidade de emprego (aplicação) , na monografia do ingrediente ativo C40 - CLORFENAPIR, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 7º Incluir a cultura de feijões, com LMR e IS "Sem restrições", na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo C55 - COMPOSTOS À BASE DE COBRE, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 8º Incluir as culturas de milheto e sorgo, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 20 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo C61 - BETA-CIFLUTRINA, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 9º Incluir as culturas de melancia e melão, com LMR de 8 mg/kg e IS "Não determinado devido à modalidade de emprego", na modalidade de emprego (aplicação) pós-colheita, na monografia do ingrediente ativo F49 - FLUDIOXONIL, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 10. Incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-plantio para as culturas de milho e feijão, com IS "Não determinado devido à modalidade de emprego"; alterar o IS de 10 dias para 8 dias para a cultura da soja, na modalidade de emprego (aplicação) dessecante; alterar o LMR de 0,05 mg/kg para 0,1 mg/kg para a cultura do milho; e alterar o LMR de 0,05 mg/kg para 0,3 mg/kg para a cultura do feijão, mantendo o IS atualmente aprovado para a cultura, na modalidade de emprego (aplicação) dessecante, na monografia do ingrediente ativo G05.1 - GLUFOSINATO DE AMÔNIO, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 11. Incluir as culturas de amendoim, ervilha, grão-de-bico e lentilha, com LMR de 0,06 mg/kg e IS de 65 dias, para pré e pós-emergência e IS "Não determinado devido à modalidade de emprego"(pré-emergência da cultura), na monografia do ingrediente ativo H07 - HALOXIFOPE-P METÍLICO, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 12. Alterar o LMR de 0,1 mg/kg para 2 mg/kg, para a cultura da soja, nas modalidades de emprego (aplicação) foliar e sementes, na monografia do ingrediente ativo I13 - IMIDACLOPRIDO, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 13. Incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-plantio, para a cultura da soja, com IS "Não determinado devido à modalidade de emprego", na monografia do ingrediente ativo I15 - IMAZAMOXI, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 14. Incluir as culturas de caju, caqui, carambola, figo, goiaba, quiuí e uva, com LMR de 0,7 mg/kg e IS de 7 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo L05 - LUFENUROM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 15. Alterar o LMR da cultura do algodão de 1,5 para 40 mg/kg, e o IS de 60 dias para 40 dias, na monografia do ingrediente ativo M37 - MEPIQUATE, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 16. Alterar o IS das culturas de amendoim e tomate, de 42 dias para 30 dias, e de 3 dias para 1 dia, respectivamente, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo T48 - TIAMETOXAM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 17. Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/agrotoxicos/monografias/monografias-autorizadas-por-letra.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 191, DE 31, DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre alteração das Monografias dos ingredientes ativo na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º. Incluir a cultura de noz-pecã, com Limite Máximo de Resíduo - LMR de 6 mg/kg e Intervalo de Segurança - IS de 3 dias; alterar o IS de 20 para 3 dias para a cultura do abacaxi, e de 7 para 2 dias para as culturas de carambola, figo, mangaba, batata-doce, batata-yacon, cará, cenoura, gengibre, inhame, mandioca, mandioquinha-salsa, nabo e rabanete; alterar o IS de 3 para 2 dias para a cultura do quiuí; e alterar o LMR de 0,05 para 0,5 mg/kg e o IS de 3 para 2 dias para a cultura da berinjela, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo A26 - AZOXISTROBINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 2º. Alterar o LMR de 0,1 para 0,2 mg/kg para a cultura do algodão e de 0,03 para 0,07 mg/kg para a cultura da soja, ambas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo B54 - BIXAFEM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 3º. Incluir as culturas de ervilha, grão-de-bico, lentilha e sorgo, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 14 dias; brócolis, couve-chinesa, couve-de-bruxelas e couve-flor, com LMR de 1,0 mg/kg e IS de 7 dias; aveia, centeio, cevada e triticale, com LMR de 0,02 mg/kg e IS de 14 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo C38 - CLORFLUAZUROM, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 4º. Excluir o item "d1)", mantendo a aplicação foliar a todas as culturas de ocorrência dos alvos biológicos, conforme item "d2)", na monografia do ingrediente ativo C78 - CITRUS SINENSIS, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 5º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) sementes armazenadas para as culturas de amendoim, cevada e feijão-caupi, com IS "Não determinado devido à modalidade de emprego", e a modalidade de emprego (aplicação) produtos armazenados para a cultura de feijão-caupi, com IS de 30 dias, na monografia do ingrediente ativo D06 - DELTAMETRINA, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 6º. Incluir as culturas de mamona, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 21 dias, milheto e sorgo, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 60 dias, e aveia, centeio, cevada e triticale, com LMR de 0,5 mg/kg e IS de 30 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo D17 - DIFLUBENZUROM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 7º. Alterar o LMR de 2,0 para 3,0 mg/kg para a cultura da uva, e o IS de 5 para 14 dias, na modalidade de emprego (aplicação) maturador, na monografia do ingrediente ativo E05 - ETEFOM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 8º. Incluir as culturas de algodão, com LMR de 0,07 mg/kg e IS de 14 dias; feijão, com LMR de 0,02 mg/kg e IS de 14 dias; soja, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 14 dias; e tomate, com LMR de 0,4 mg/kg e IS de 3 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo E33 - ESPIROPIDIONA, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 9º. Substituir a cultura da rosa por plantas ornamentais, na monografia do ingrediente ativo F49 - FLUDIOXONIL, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 10. Alterar o LMR de 0,02 para 0,01 mg/kg para a cultura do milho; Incluir as culturas de banana, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 3 dias; citros (fruto), com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 3 dias; citros (suco), com LMR de 0,04 mg/kg; batata doce, beterraba, cará, cenoura, gengibre, inhame, mandioca, mandioquinha-salsa, nabo e rabanete, com LMR de 0,06 mg/kg e IS "Não determinado devido à modalidade de emprego"; caju, caqui, carambola, figo, goiaba e mangaba, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 3 dias; melancia e melão, com LMR de 0,3 mg/kg e IS "Não determinado devido à modalidade de emprego"; milheto e sorgo, com LMR de 0,01 mg/kg e IS "Não determinado devido à modalidade de emprego"; tomate, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 30 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) solo; incluir a modalidade de emprego (aplicação) solo para as culturas de algodão, milho e soja, com IS "Não determinado devido à modalidade de emprego"; alterar o item g. Grupo químico para benzamida piramida; no item b, excluir as sinonímias 948 e AE C656984; incluir a Dose de Referência Aguda - DRfA = 0,5 mg/kg p.c. (JMPR, 2021); substituir a "OBS" pela frase "Definição de resíduo para conformidade com o LMR e avaliação do risco dietético: fluopiram"; e incluir a classe nematicida no item h, na monografia do ingrediente ativo F72 - FLUOPIRAM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 11. Alterar o LMR de 0,1 para 0,2 mg/kg e o IS de 40 para 30 dias, para as culturas de açaí, castanha-do-pará, coco, dendê, macadâmia, pinhão e pupunha, na modalidade de emprego (aplicação) pós-emergência; incluir as culturas de caju, caqui, carambola, figo, goiaba, mangaba e quiuí, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 7 dias, marmelo, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 7 dias; agrião, almeirão, chicória, espinafre, estévia, mostarda e rúcula, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 7 dias; brócolis, couve, couve-flor, couve chinesa e couve-de-bruxelas, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 7 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) pós-emergência; incluir a modalidade de emprego (aplicação) dessecante para as culturas de aveia e centeio, com IS de 7 dias; incluir a cultura do amendoim, com LMR de 2,0 mg/kg e IS "Não determinado devido à modalidade de emprego", na modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência, e com IS de 5 dias na modalidade de emprego (aplicação) dessecante; e incluir a modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência para a cultura do feijão, com IS "Não determinado devido à modalidade de emprego", na monografia do ingrediente ativo G05.1 - GLUFOSINATO DE AMÔNIO, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 12. Incluir as culturas de arroz, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 35 dias, banana, com LMR de 0,6 mg/kg e IS de 1 dia, citros, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 35 dias, melancia e melão, com LMR de 0,3 mg/kg e IS de 1 dia, plantas ornamentais, de Uso Não Alimentar - UNA, tomate, com LMR de 0,15 mg/kg e IS de 7 dias, e uva, com LMR de 3 mg/kg e IS de 28 dias, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo M52 - MEFENTRIFUCONAZOL, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 13. Alterar o LMR de 0,03 para 0,3 mg/kg para a cultura do algodão, e de 0,03 para 0,05 mg/kg para a cultura do trigo, ambas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo P53 - PROTIOCONAZOL, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 14. Incluir o grupo de culturas das plantas ornamentais, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo P65 - PIDIFLUMETOFEM, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 15. Alterar o LMR para a cultura do arroz, de 3 para 8 mg/kg, incluir a Ingestão Diária Aceitável (IDA) = 0,067 mg/kg p.c. (EPA, 2014) e a Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,07 mg/kg p.c. (EPA, 2014), e a frase "Definição de resíduo para conformidade com o LMR e avaliação do risco dietético: triciclazol", na monografia do ingrediente ativo T19 - TRICICLAZOL, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 16. Alterar o LMR de 1 para 6 mg/kg e o IS de 35 para 30 dias, para a cultura do arroz, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo T32 - TEBUCONAZOL, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 17. Alterar o LMR de 0,05 para 0,06 mg/kg para a cultura do trigo, e alterar o IS de 30 para 20 dias para a cultura do girassol, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar; Incluir a modalidade de emprego (aplicação) sementes para a cultura do algodão, com IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", mantendo o LMR atualmente aprovado, na monografia do ingrediente ativo T54 - TRIFLOXISTROBINA, na Relação de Monografias de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 18. Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/agrotoxicos/monografias/monografias-autorizadas-por-letra.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 192, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre Inclusão da Monografia do ingrediente ativo A68: Aminociclopiracloro na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Determinar a inclusão da monografia do ingrediente ativo A68: Aminociclopiracloro no Anexo da Instrução Normativa-IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art.2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/agrotoxicos/monografias/monografias-autorizadas-por-letra

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 193, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre Inclusão da Monografia do ingrediente ativo A67: AFIDOPIROPENO na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Determinar a inclusão da monografia do ingrediente ativo A67: AFIDOPIROPENO no Anexo da Instrução Normativa-IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art.2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/agrotoxicos/monografias/monografias-autorizadas-por-letra

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 194, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre Inclusão da Monografia do ingrediente ativo L07: Larrea tridentata na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Determinar a inclusão da monografia do ingrediente ativo L07: Larrea tridentata no Anexo da Instrução Normativa-IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art.2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/agrotoxicos/monografias/monografias-autorizadas-por-letra

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 195, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre Inclusão da Monografia do ingrediente ativo D58: Doryctobracon areolatus na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Determinar a inclusão da monografia do ingrediente ativo D58: Doryctobracon areolatus no Anexo da Instrução Normativa-IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art.2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/agrotoxicos/monografias/monografias-autorizadas-por-letra

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

CONSULTA PÚBLICA Nº 1.123, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, III, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de alteração da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 548 de 30 de agosto de 2021 que dispõe sobre a realização de ensaios clínicos com dispositivos médicos no Brasil, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário eletrônico específico, disponível no endereço: https://pesquisa.anvisa.gov.br/index.php/555485?lang=pt-BR.

§1º Com exceção dos dados pessoais informados pelos participantes, todas as contribuições recebidas são consideradas públicas e de livre acesso aos interessados, conforme previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e estarão disponíveis após o encerramento da consulta pública, em sua página específica, no campo "Documentos Relacionados".

§2º Ao término do preenchimento e envio do formulário eletrônico será disponibilizado número de identificação do participante (ID) que poderá ser utilizado pelo usuário para localizar a sua própria contribuição, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/[Área responsável - SIGLA], SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.910384/2022-35
Assunto: Proposta de Revisão da RDC 548/2021
Agenda Regulatória 2021-2023: Projeto regulatório 11.7 : Ensaios clínicos com dispositivos médicos
Área responsável: CPPRO
Diretor Relator: Alex Machado Campos

DESPACHO N° 119, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 204, § 5º, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: MENDELICS ANÁLISE GENÔMICA S.A.
CNPJ: 15.519.353/0001-70
Processo nº: 25351.225480/2021-01
Expediente do recurso: 0681551/22-4

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 757, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VI, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Resolução estabelece os níveis de segurança nos depósitos de estabelecimentos que trabalham com substâncias e produtos controlados, nos termos de seu Anexo.

Parágrafo único. Todos os estabelecimentos fabricantes de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), fabricantes de medicamentos, importadores, exportadores, fracionadores de substâncias e produtos controlados, bem como os estabelecimentos com depósitos de produtos acabados de substâncias controladas, constantes do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344/1998, estão sujeitos ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução MERCOSUL/GMC/RES. N° 31/20.

Art. 3º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor:

I - em 2 de maio de 2024, para os estabelecimentos de Nível A.

II - em 1 de agosto de 2023, para os estabelecimentos de Nível B.

III - em 2 de janeiro de 2023, para os estabecimentos de Nível C.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

TENDO EM VISTA:
O Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto.
CONSIDERANDO:
Que é necessário acordar os níveis de segurança nos depósitos de estabelecimentos que trabalham com substâncias e produtos controlados no âmbito do MERCOSUL.
O GRUPO MERCADO COMUM
Aprova os "Níveis de Segurança nos Depósitos de Estabelecimentos que Trabalham com Substâncias e Produtos Controlados", que constam como Anexo e fazem parte da presente Resolução.
NÍVEIS DE SEGURANÇA NOS DEPÓSITOS DE ESTABELECIMENTOS QUE TRABALHAM COM SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS CONTROLADOS
Os estabelecimentos serão classificados de acordo com a segurança de seus depósitos em 3 níveis: A, B e C. Sendo o nível A o de maior segurança no manuseio de substâncias ou produtos controlados e o nível C de menor segurança.
Requisitos mínimos de segurança para cada nível:
Nível A:
- Local segregado, acesso restrito (abertura eletrônica ou abertura manual com chave e registro de acesso);
- Embalagens de matéria-prima fechadas com lacre numerado e registros de movimento;
- Procedimento Operacional Padrão (POP) detalhando pessoas autorizadas, o método de acesso ao local e registros de movimento de produtos ou substâncias controladas;
- Liberação de substância por meio de sistema informatizado validado;
- Sistema de monitoramento contínuo de segurança com câmeras.

Nível B:
- Local segregado, acesso restrito (abertura manual com chave ou senha e registro de acesso);
- POP detalhando pessoas autorizadas, o método de acesso ao local e registros de movimento de produtos ou substâncias controladas.
- Possuir lacres numerados utilizados em embalagens fechadas de matéria-prima com o registro dos mesmos.

Nível C:

- Local segregado, acesso restrito (abertura manual com chave ou cadeado);
- POP detalhando pessoas autorizadas, o método de acesso ao local e registros de movimento de produtos controlados acabados.

Níveis de depósitos exigidos por tipo de estabelecimento:

- Estabelecimentos fabricantes de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), fabricantes de medicamentos, importadores, exportadores e fracionadores de substâncias de controle máximo: Nível A
- Estabelecimentos fabricantes de IFA, fabricantes de medicamentos, importadores, exportadores e fracionadores de substâncias de controle médio: Nível B
- Estabelecimentos com depósitos de produto acabado de substâncias controladas: Nível C

Níveis de controle de acordo com o tipo de substância ou produto controlado:

Quadro 1- Níveis de controle segundo o tipo de substância

Nível de controle segundo o tipo de substância	**Argentina**	**Brasil**	**Paraguai**	**Uruguai**
Nível A (substâncias de máximo controle)	Entorpecentes, psicotrópicos, Listas I e II e de precursores químicos.	Entorpecentes, psicotrópicos, precursores e anabolizantes.	Entorpecentes, psicotrópicos e precursores de controle nacional e internacional.	Entorpecentes, psicotrópicos e precursores de controle nacional e internacional.
Nível B (substâncias de controle médio)	Psicotrópicos, Listas III e IV e substâncias de controle nacional.	Outras substâncias sujeitas a controle especial.	Produtos químicos de controle nacional e Internacional e outras substâncias de controle nacional.	Produtos químicos de controle nacional e internacional (Quadro II da Lista Vermelha) e outras substâncias de controle nacional.
Nível C (produto acabado)	Produtos acabados que contenham substâncias controladas.			

Para estabelecimentos que trabalhem com substâncias incluídas em mais de um nível de segurança em um mesmo depósito aplicar-se-ão as medidas de nível mais elevado para a situação correspondente.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 758, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VI, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Ficam incluídas as Denominações Comuns Brasileiras (DCB) relacionadas no Anexo I, à lista de DCB aprovada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 469, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Ficam alteradas as DCB relacionadas no Anexo II, mantendo-se os números DCB, mediante a revogação daquela a ela correspondente, aprovada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 469, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I - DENOMINAÇÕES INCLUÍDAS À LISTA DE DCB

Item	Nº DCB	DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA	CAS
1	12703	elranatamabe	2408850-14-4
2	12704	etil-hexanoato estanoso	301-10-0
3	12705	silicato de tetrapropila	682-01-9
4	12706	fezolinetanto	1629229-37-3
5	12707	tecovirimate	869572-92-9
6	12708	epcoritamabe	2134641-34-0
7	12709	tislelizumabe	1858168-59-8
8	12710	vacina covid-19 bivalente (recombinante)	[Ref. 8]
9	12711	zolbetuximabe	1496553-00-4
10	12712	acetato de difelicefalina	1024829-44-4
11	12713	gadopiclenol	933983-75-6
12	12714	ivosidenibe	1448347-49-6

ANEXO II - DENOMINAÇÕES DA LISTA DE DCB QUE SOFRERAM ALTERAÇÕES

De:			Para:			Justificativa
Nº DCB	DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA	Nº CAS	Nº DCB	DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA	Nº CAS	
09164	hemitartarato de vinorelbina	125317-39-7	09164	tartarato de vinorelbina	125317-39-7	adequação da nomenclatura
00465	alcatrão mineral	[Ref. 2]	00465	alcatrão mineral	8007-45-2	inclusão do CAS

ARESTO N° 1.532, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 19, realizada no dia 11 de outubro de 2022, com fundamento no art. 15, VI da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 187, VIII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos, conforme anexo.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente:RC Premium Comércio Importadora e Exportadora Eirelli - EPP
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Processos:25351.923242/2022-38 (SEI); 25351.344051/2019-18 (Datavisa)
Expedientes alvo de revisão: 0163463/22-1; 0069333/22-0
Área: CRES3/GGREC
Decisões anteriores:
Deliberação:

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, pela REVISÃO DE ATO e reformulação da decisão exarada pela Diretoria Colegiada - Dicol na Reunião Ordinária Pública - ROP 23/2021, determinando o retorno do processo a area técnica, nos termos do voto do Relator - Voto 142/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.

Recorrente:RC Premium Comércio Importadora e Exportadora Eirelli - EPP
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Processos: 25351.923242/2022-38 (SEI); 25351.344052/2019-54 (Datavisa)
Expedientes alvo de revisão: 0163454/22-2; 0069586/22-5
Área: CRES3/GGREC
Deliberação:

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, pela REVISÃO DE ATO e reformulação da decisão exarada pela Diretoria Colegiada - Dicol na Reunião Ordinária Pública - ROP 23/2021, determinando o retorno do processo a area técnica, nos termos do voto do Relator - Voto 142/2022/SEI/DIRE5/Anvisa.

ARESTO N° 1.533, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em reuniões realizadas por meio de Circuitos Deliberativos, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 522, de 23 de junho de 2021, aliado aos fundamentos do art. 15, VI da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, do art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e do art. 187, VIII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos incluídos na pauta da Reunião Ordinária Pública - ROP 19/2022, conforme anexo.

ANTONIO BARRA TORRES

DIRETOR-PRESIDENTE

Recorrente: MJM Produtos Farmacêuticos e de Radioproteção Ltda.
CNPJ: 04.891.262/0001-44
Processo: 25351.381469/2015-99
Expediente: 4973427/21-7
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo - CD 1.046/2022, de 13 de outbro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, com o retorno a área técnica, nos termos do voto do relator - Voto nº 132/2022/SEI/DIRE3/Anvisa.

Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional S/A
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25000.018174/98-73
Expediente: 1516906/21-7
Área: CRES1/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo - CD 1.047/2022, de 13 de outubro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, com o retorno a área técnica, nos termos do voto do relator - Voto nº 184/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.

Recorrente: EMS S/A.
CNPJ: 57.507.378/0001-01
Processo: 25351.304138/2013-07
Expediente: 2961629/21-7
Área: CRES2/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo - CD 1.048/2022, de 13 de outubro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, minorando-se a multa, nos termos do voto do relator - Voto nº 173/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.

Recorrente: Moringa Superfood Comercio Eireli - ME
CNPJ: 24.764.712/0001- 45
Processo: 25351.607195/2020-16
Processo: 25351.607229/2020-72
Processo: 25351.607339/2020-34
Expediente: 4315045/22-5
Expediente: 4315051/22-5
Expediente: 4315036/22-6
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo - CD 1.049/2022, de 13 de outubro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 181/2022/SEI/DIRE4/Anvisa.

Recorrente: Labserv Comércio de Produtos e Serviços Diagnósticos Ltda.
CNPJ: 28.555.652/0002-92
Processo: 25351.540502/2020-71
Processo: 25351.540503/2020-16
Processo: 25351.575325/2020-44
Processo: 25351.575337/2020-79
Processo: 25351.667220/2020-11
Processo: 25351.667226/2020-98
Expediente: 6394149/21-7
Expediente: 6394127/21-3
Expediente: 6394138/21-5
Expediente: 6394126/21-7
Expediente: 0407530/22-3
Expediente: 6394148/21-1
Área: CRES3/GGREC
Deliberação: Em Circuito Deliberativo - CD 1.050/2022, de 13 de outubro de 2022.

- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator - Voto nº 186/2022/SEI/DIRE4/Anvisa:

I) CONHECER E DAR PROVIMENTO aos recursos, tornando INSUBSISTENTE a Resolução - RE nº 2.694, de 8 de julho de 2021, a fim de reestabelecer as notificações dos produtos FENILALANINA NEONATAL (processo nº 25351.575337/2020-79, registro nº 82018020004); NEOMASS AAAC (processo nº 25351.540502/2020-71, registro nº 82018020001); GALACTOSE NEONATAL (processo nº 25351.667226/2020-98, registro nº 82018020007); 17-OH PROGESTERONA NEONATAL FEIA (processo nº 25351.540503/2020-16, registro nº 82018020002); G6PD NEONATAL (processo nº 25351.667220/2020-11, registro nº 82018020006) e G6PD NEONATAL (processo nº 25351.667220/2020-11, registro nº 82018020006); e

II) DETERMINAR a Gerência de Produtos para Diagnóstico In Vitro (Gevit/GGTPS) a rediscussão quanto à classificação dos produtos de diagnóstico in vitro destinados ao uso em recém-nascidos para identificação de desordens congênitas.

3ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 1.121, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no exercício da competência que lhe foi delegada por meio do Despacho 153, de 27 de outubro de 2021, aliado ao art. 187, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa que inclui o ingrediente ativo R04: Rheum palmatum e R04.1 - Extrato hidroetanólico de Rheum palmatum na Relação dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://antigo.anvisa.gov.br/consultas-publicas# e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br, ou para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050.

§1° O formulário para envio de contribuições se encontra à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/agrotoxicos/formulario-padrao-consulta-publica-ggtox.docx/view.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES
GERENTE-GERAL DE TOXICOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 1.122, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no exercício da competência que lhe foi delegada por meio do Despacho 153, de 27 de outubro de 2021, aliado ao art. 187, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa que atualiza as Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN n° 103, de 19 de outubro de 2021.

Art. 2º A proposta supracitada estará disponível na íntegra no endereço eletrônico: http://antigo.anvisa.gov.br/consultas-publicas# e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050, ou para o e-mail: cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/agrotoxicos/formulario-padrao-consulta-publica-ggtox.docx/view.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES
GERENTE-GERAL DE TOXICOLOGIA

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processos nº: 25351.764543/2014-80,25000.014622/97-70,25351.228268/2016-87,25351.028470/2012-87,25351.628100/2010-91,25351.693008/2013-27,25001.0188/25-84,25351.679893/2015-74,25000.014850/91-17,25351.795047/2016-47,25351.749169/2015-24,25351.450158/2015-20,25351.108638/2015-39,25351.731414/2019-43,25351.731414/2019-43,25351.365725/2021-24,25351.731414/2019-43,25351.731414/2019-43
Assunto: Proposta de Alteração das Monografia de ingredientes na Relação de Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfestantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN N° 103, de 19 de outubro de 2021.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relatora: Meiruze Sousa Freitas

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.603, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: PRO NOVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP - CNPJ: 11151445000199
Produto - (Lote): OLEOZON(todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4863034/22-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.604, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Jardim dos Anjos Perfumaria Ltda - CNPJ: 12.470.512/0001-09
Produto - (Lote): TODOS(Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4887152/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Suspensão
Motivação: Considerando fabricação de produtos saneantes sem licença sanitária e sem assistência de responsável técnico legalmente habilitado infringindo artigos 2º e 53 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e tendo em vista o disposto nosartigos 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.605, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Hipper Produtos de Limpeza EIRELI - ME - CNPJ: 22.434.026/0001-80
Produto - (Lote): ÁGUA SANITÁRIA HIPPER(0171);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4872760/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de Determinação do Teor de Cloro Livre e Rotulagem primária comprovado no Laudo de Análise Fiscal Definitivo n.º 1507.1P.0/2022, emitido pela FUNED e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE n° 3.554, de 27 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 206, de 31 de outubro de 2022, seção 1, pág. 187, referente a medida de publicação da empresa TKL Importação e Exportação de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda, CNPJ: 07.415.627/0001-52, conforme expediente nº 4859336/22-2 e 4889973/22-9.

Onde se lê:

"A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:"

Leia-se:

"A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021 e o art. 23, § 2º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolve:"

Onde se lê:

"Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO."

Leia-se:

"Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) constante(s) no ANEXO."

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2425 (28889011), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.117534/2022-28, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ALTO RIO NOVO - ES, CNPJ 10.543.222/0001-04, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em Regime de economia familiar, em área igual ou inferior a 02 módulos rurais, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

JOSE DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

DECISÃO SECULT/MTUR Nº 62, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 62 da Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, e do art. 14 da Portaria MTUR nº 19, de 14 de abril de 2022, em consonância com o art. 7º, § 4º, do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, conheço o recurso interposto pelo proponente "CGC-CSA Consultoria e Assessoria Ltda - ME", CNPJ nº 07.981.568/0001-80, nos autos do Processo nº 01400.022043/2018-33, e CONCEDO-LHE PROVIMENTO, revertendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto "Música no Pequeno Príncipe" - Pronac nº 18-5240, em aprovação, com base nas razões contidas na Análise nº 27/2022/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, da Secretaria-Executiva, do Ministério do Turismo.

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA
Secretário Especial de Cultura

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 592, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
221476 - 15º FESTFOLk- FESTIVAL NACIONAL DE DANCAS FOLCLORICAS DE BLUMENAU
Instituto de Artes Integradas de Blumenau
CNPJ/CPF: 06.292.251/0001-73
Processo: 01400001476202231
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 669.635,96
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O 15º FESTFOLK, é o encontro das danças folclóricas,pretende divulgar a nossa brasilidade, a valorização da cultura e a identidade de nosso país. O evento é oferecido gratuitamente em diversos espaços como praças, entidades, e no espaço oficial do parque da Vila Germânica para o público de Blumenau e região, com apresentações de grupos folclóricos de diversos estados do Brasil, roda de conversa, oficinas/aulões e a publicação de revista do evento. É conhecido como evento que abraça a Família e grupos dos mais diferentes pontos do País,transformando-se num emocionante reencontro com um Brasil de muitos sons, muitas cores, muitas crenças e surpreendentes formas de expressão coreográficas.

221360 - 38ª FESTA POMERANA
FUNDACAO PROMOTORA DE EVENTOS,ESPORTES E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL
CNPJ/CPF: 08.482.156/0001-68
Processo: 01400001360202201
Cidade: Pomerode - SC;
Valor Aprovado: R$ 499.999,97
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa realizar a 38ª (trigésima oitava) Festa Pomerana, que é um evento nacional de origem alemã em comemoração, preservação e, principalmente, revitalização da cultura alemã, sendo como um dos principais atrativos turísticos da cidade, bem como realizar uma ação educativa atinente a contrapartida social.

221179 - Gaúchos ao Sul do Brasil
LIGIANE DOS SANTOS - EVENTOS - GRUPO LUMNES
CNPJ/CPF: 20.823.848/0001-28
Processo: 01400001179202296
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 498.104,11
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto contempla, Grupo de Dança Cultura Regional e será 4 Apresentações. A realização será gratuita para a comunidade

221163 - Natal Sobre Rodas
Timbre de Galo Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 11.098.948/0001-48
Processo: 01400001163202283
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 896.395,50
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Natal Sobre Rodas é uma esquete teatral natalina que circulará em várias cidades, embarcada em um caminhão palco, levando a lugares públicos (praças, bairros, ruas) um grupo de teatro que encenará um espetáculo natalino dando o tom a um show de luzes, efeitos especiais e magia contando com a alegria dos personagens lúdicosque criam o ambiente de amor que invade os corações neste período do ano. As apresentações serão realizadas em locais previamente definidos, preferencialmente bairros e vilas onde o caminhão palco estaciona e se integra a comunidade, atraindo o público de forma orgânica. Todas as ações acontecem de forma gratuíta e a céu aberto, oportunizando a participação de todas as camadas sociais e atingindo todas as faixas etárias.

221145 - Projeto ARTitude - 2023
Geraldo Elias de Souza
CNPJ/CPF: 320.275.368-17
Processo: 01400001145202200
Cidade: Araraquara - SP;
Valor Aprovado: R$ 234.737,25
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: ARTitude é um projeto cultural que utiliza a ARTE como ferramenta principal para contribuir com a formação de crianças e adolescentes de 04 a 17 anos de idade, prioritariamente vivendo em situação de vulnerabilidade social e econômica, ofertando cursos gratuitos de violino, violão popular, ballet clássico, sapateado, teatro, guitarra e circo. Visa, além de oportunizar os cursos, realizar espetáculo artístico oficial ao final do exercício, estendendo os benefícios da arte a mais pessoas, gratuitamente. E mais, propõe a realização de uma oficina para professores e fazedores culturais, como contrapartida.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
221299 - 44º Festival de Música de Prados - MG
GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 05.778.530/0001-89
Processo: 01400001299202293
Cidade: Mococa - SP;
Valor Aprovado: R$ 421.106,40
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Festival de Música de Prados, de música instrumental e clássica, acontece há 43 anos consecutivos (em 2020 e 2021 a pandemia não permitiu a realização do evento) naquela cidade histórica e colonial de Minas Gerais, bem como em cidades da região. O Festival oferece a todos os interessados concertos de música de câmara e orquestral, oferecidos por músicos renomados e jovens músicos em início da carreira profissional. Todas as atividades, concertos e ensaios, acontecem em locais públicos, com classificação etária livre e entrada gratuita, integrando o público local e os participantes do Festival, com músicos convidados reconhecidos no cenário musical.

221227 - BANDA NA ESTRADA ANO III
CORPORAÇÃO MUSICAL UNIÃO SETE DE SETEMBRO
CNPJ/CPF: 18.585.505/0001-20
Processo: 01400001227202246
Cidade: Ponte Nova - MG;
Valor Aprovado: R$ 464.802,24
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto pretende dar continuidade à segunda edição da proposta "Banda na Estrada", e assim viabilizar as apresentações de música instrumental da Banda Sete de Setembro, adquirir e reformar os instrumentos, e promover ações totalmente democráticas e acessíveis ao público.

221422 - Banda na Praça
ADA CAROLINE DE ASSIS LESSA
CNPJ/CPF: 086.886.516-80
Processo: 01400001422202276
Cidade: Passos - MG;
Valor Aprovado: R$ 452.925,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projetoBanda na Praça tem como objetivoa realização de apresentações de músicas tradicionais em praças públicas. As apresentações musicais atender crianças, jovens e adultos. A disponibilização dos videos das apresentações através da plataforma YouTube.

221094 - Chapada Jazz Festival
i9SHOW PRODUÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 13.523.064/0001-19
Processo: 01400001094202216
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 998.291,25
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Chapada Jazz Festival será um festival de música instrumental, que reunirá grandes nomes desse segmento musical, sendo representados por artista locais, regionais e nacionais e terá como base as cidades de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante.

221432 - Circuito de Gaitas e Talentos
Andressa Betina Friske Bar MEI
CNPJ/CPF: 15.789.645/0001-22
Processo: 01400001432202210
Cidade: Aceguá - RS;
Valor Aprovado: R$ 466.598,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto buscar realizar apresentações de artistas gaúchos renomados, sendo um grupo com gaitas pianos e outro com gaita ponto, ocorrendo em forma de circuito.

221285 - Colonial Inédito
Associação Cultural Canto Livre
CNPJ/CPF: 03.074.602/0001-81
Processo: 01400001285202270
Cidade: Congonhas - MG;
Valor Aprovado: R$ 498.146,71
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O ciclo do ouro no Brasil deixou um patrimônio como legado simbolizado por um rico acervo musical, a maior parte dele desconhecido. O projeto "Colonial Inédito" pretende atuar em dois eixos compreendendo pesquisar, selecionar e difundir, gratuitamente, composições que permaneceram desconhecidas em uma série de apresentações musicais e vídeos das apresentações do Coral Cidade dos Profetas.

221493 - Concertos para Juventude Carioca
CNPJ/CPF: 44.911.920/0001-37
Processo: 01400001493202279
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 497.677,95
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar 08 concertos com uma Orquestra Sinfônica de Jovens músicos oriundos de projetos sociais nas principais salas de concertos da cidade, com repertório clássico e popular, enfatizando a música brasileira através da execução de obras de grandes compositores brasileiros como Heitor Villa-Lobos, Carlos Gomes, Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha, Cartola entre outros. Será realizado também 01 concerto didático com objetivo de difundir a educação musical, estimular o interesse do público pela música orquestral e contribuir para a formação de uma platéia mais democrática. A proposta pretende aproximar a juventude da arte da música clássica, estimulando o gosto musical da juventude para apreciação da música sinfônica. O projeto tem como produto apresentações musicais.

221130 - DOUTORES DA MÚSICA
RENATA CRISTINA BONALDO
CNPJ/CPF: 347.480.498-71
Processo: 01400001130202233
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado: R$ 245.867,40
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Apresentações gratuitas de música instrumental em hospitais, para pacientes, familiares, médicos e profissionais da saúde, produção de vídeo sobre essas apresentações e, como contrapartida social, realização de concertos didáticos em escolas públicas.

221403 - Festival Ambienta
SONIQUE PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.602.556/0001-01
Processo: 01400001403202240
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 835.216,25
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Ambienta é um festival ecologicamente responsável com o objetivo de chamar atenção para as causas ambientais através da música e das artes. Com este projeto, buscamos realizar a terceira edição do festival, aumentando o alcance e impacto de todas as ações, trazendo atrações nacionais de música intrumental e atrações locais de música instrumental, além de pocket shows, oficina de instrumentos com material reciclável e fórum sobre música e sustentabilidade.O projeto traz dois (2) produtos em seu Plano de Distribuição: Apresentação Musical e Contrapartida Social.

221149 - Festival de Música de Santa Catarina - FEMUSC 2023
ABAJAS - ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO
CNPJ/CPF: 05.023.026/0001-79
Processo: 01400001149202280
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 3.953.399,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar o Maior Festival Escola de Música Erudita da América Latina, na edição de 2023,o Festival de Música de Santa Catarina,será um festival-escola não competitivo onde serão ministradas oficinas instrumentais e de canto, certificadas por professores do mais alto prestígio. Será o mais completo festival do Brasil na modalidade,com cursos em cinco programas, Orquestral, Música Antiga, Quartetos de Cordas, Canto/Ópera e MPB, oportunizando a participação de alunos experientes e iniciantes, além de crianças e jovens. Apresentações de concertos ao público em sua maioria sem cobrança de ingressos.

221144 - Festival Sotaques da Sanfona Brasileira
TREM MINEIRO 2006 PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 07.763.223/0001-50
Processo: 01400001144202257
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.441.011,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto, em sua 2ª edição, propõe a continuidade desse passeio musical, através da sanfona, este instrumento tão brasileiro e popular. Em 03 noites, com shows instrumentais vamos mostrar a diversidade do instrumento com participação de músicos populares e clássicos de diferentes regiões do país. Os seguintes produtos compoem o projeto: Festival e apresentação musical.

221224 - Jovens Cantores do Brasil - Concertos itinerantes
Sergio Alexandre José Cunha
CNPJ/CPF: 954.056.316-04
Processo: 01400001224202211
Cidade: Patos de Minas - MG;
Valor Aprovado: R$ 499.409,07
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Jovens Cantores do Brasil - Concertos itinerantes" tem como objetivo a realização de apresentações de um Coral de música erudita, constituído por crianças e adolescentes entre 9 e 18 anos de idade, alunos de oficina permanentes e gratuitas do projeto jovens cantores do Brasil, ministradas pelo Maestro Sergio Cunha

221120 - KOMBI DO SOM
RICARDO DE PINA FREITAS
CNPJ/CPF: 024.806.671-46
Processo: 01400001120202206
Cidade: Pirenópolis - GO;
Valor Aprovado: R$ 169.325,64
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto é uma série de shows em espaços públicos que acontece de forma itinerante em uma Kombi estilizada e equipada com sonorização e iluminação para apresentações de música instrumental de alto nível. Tem como objetivo democratizar a música instrumental de qualidade para a comunidade da turística e histórica cidade de Pirenópolis e periferia. Os shows acontecem com uma banda fixa e convidados especiais como atrações principais definidas por temporadas.

221488 - MÚSICA NA ÁRVORE INSTRUMENTAL - SOLAR FESTIVAL
ROBSON GERALDO NOIA DE ASSIS 55608221672
CNPJ/CPF: 36.034.035/0001-99
Processo: 01400001488202266
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 473.741,90
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Apresentações musicais: Realização do projeto "Música na Árvore Instrumental - SOLAR FESTIVAL, ano 3, continuação. Eventos gratuitos.

221238 - MÚSICA NAS CIDADES HISTÓRICAS - MUCIH II
DUO PRODUCOES EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 21.281.041/0001-73
Processo: 01400001238202226
Cidade: Teresópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 488.859,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto vai realizar uma série de apresentações de música instrumental nas cidades históricas do Brasil , revitalizando e resgatando a obra dos grande autores brasileiros , passando pela musica do periodo Colonial , Imperial ,chegando a contemporânea .Os recitais serão realizados em igrejas, monumentos historicos , museus ,centros culturais , promovendo o dialogo da música com a história, difundindo e revitalizando o acervo cultural brasileiro das Cidades Históricas , estimulando o turismo na região .O projeto também realiza oficinas com conceituados nomes da cena musical brasileira .Todas as atrações serão franqueadas ao público .

221495 - Orquestra Jovem de Ilha Solteira
RODRIGUES VERONA MUSICAL LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.271.313/0001-35
Processo: 01400001495202268
Cidade: Pereira Barreto - SP;
Valor Aprovado: R$ 232.254,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Orquestra Jovem de Ilha Solteira" irá promover a revitalização da corporação e promover sua execução instrumental, atuando em 03 ações principais: a) Concessão de bolsas de estudo; b) Construção do espetáculo "Clássicos do Pop e Rock"; b) Circulação da corporação.

221444 - Orquestra Rio Villarmônica - Temporada I
VFC/RIO MARKETING CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 04.297.469/0001-95
Processo: 01400001444202236
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.998.435,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto realizará uma série de 8 concertos com a carioca Orquestra Rio Villarmônica, cujo nome remete ao grande homenageado, o nosso maestro maior Heitor Villa-Lobos .Criada no aniversário de Mozart , a orquestra é formada por músicos virtuosos , mas também por grandes talentos que vieram de projetos sociais, possibilitando a troca com músicos experientes ,promovendo a integração e desenvolvimento do grupo. Nessa primeira temporada, 2022 - 2023 a Orquestra Rio Villarmônica estará de forma mais presente no cenário musical carioca, apresentando belíssimos concertos a preços populares , realizando 8 palestras musicadas totalmente gratuitas para o público, professores e estudantes, que serão filmadas e disponibilizados gratuitamente pela internet e redes sociais e ainda ensaios abertos gratuitos.

221219 - ORQUESTRA SANFÔNICA BALAIO NORDESTE
JADIEL GUERRA DE MOURA 10144889404
CNPJ/CPF: 30.375.942/0001-15
Processo: 01400001219202208
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 427.974,25
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Apresentação da Orquestra Sanfônica Balaio Nordeste de repertório baseado predominantemente no FORRÓ, reforçado com as matrizes tradicionais (sanfona, zabumba e triângulo) e arranjos renovadores do processo criativo da música nordestina da tradição à inovação sem a deturpação das origens. O objetivo do projeto é o de preservação do Forró como Patrimonio Cultural Imaterial Nacional (IPHAN 2021), divulgando a sua música, facilitando e ampliando o acesso da população à fruição do bem, em especial alunos e professores da rede pública de ensino e pessoas incapacitadas.

221263 - Orquestra Sanfônica de Pato Branco - Quinze anos de história!
Orquestra Sanfônica de Pato Branco
CNPJ/CPF: 12.547.283/0001-75
Processo: 01400001263202218
Cidade: Pato Branco - PR;
Valor Aprovado: R$ 175.256,40
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a gravação de um álbum especial em comemoração aos quinze anos da Orquestra Sanfônica de Pato Branco, composto de músicas instrumentais autorais e de domínio público, interpretadas pelos acordeonistas da Orquestra. O álbum será disponibilizado em plataformas de streaming e, será realizada uma apresentação de lançamento do álbum.

221289 - Orquestra Vai à Praça - Concerto com a Big Band Carajazz Marabá Orquestra Popular
THEROQUE PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 24.879.216/0001-37
Processo: 01400001289202258
Cidade: Marabá - PA;
Valor Aprovado: R$ 499.883,07
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Circulação de concerto de música instrumental com big band, sendo as apresentações públicas e ao vivo para municípios brasileiros. Mais realização de oficinas e minicursos sobre música instrumental brasileira em cada cidade de execução do projeto.

221433 - PIANO E CENA - RECITAIS EM CATANDUVA 2023
CM PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 35.696.847/0001-37
Processo: 01400001433202256
Cidade: Catanduva - SP;
Valor Aprovado: R$ 286.382,80
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Projeto gratuito ao público para a realização de 2 recitais de música instrumental /erudita e 04 Masterclass. PROJETO TOTALMENTE GRATUITO AO PÚBLICO.

221338 - Prá ver a Banda Tocar - 2º Edição
Associaçao de Bandas Filarmônica e Marcial de Aimorés
CNPJ/CPF: 06.105.179/0001-28
Processo: 01400001338202252
Cidade: Aimorés - MG;
Valor Aprovado: R$ 170.135,63
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Prá ver a Banda Tocar" pretende contribuir com a agenda cultural e com a movimentação de recursos de municípios do interior de Minas Gerais e Espírito Santo com a produção de concertos gratuitos da ASBAN- Associação de Bandas Filarmônica e Marcial de Aimorés. Os concertos terão entrada franca e adaptações de músicas populares.

221446 - Projeto Orquestra Jovem de Sergipe - OJSE
INSTITUTO BANESE
CNPJ/CPF: 10.645.538/0001-07
Processo: 01400001446202225
Cidade: Aracaju - SE;
Valor Aprovado: R$ 898.232,50
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Orquestra Jovem é um projeto sócio educacional que tem por missão oferecer formação musical e artística de excelência de música clássica, erudita e popular, através da realização de aulas de instrumentos de cordas (violino, viola, violoncelo e contrabaixo), teoria musical, canto coral, musicalização, percussão e instrumentos de sopro (flauta doce, flauta transversal, flautin, clarinete, oboé e fagote), além da realização de apresentações musicais, proporcionando desenvolvimento pessoal e criando oportunidades de profissionalização, através da inclusão social por meio da arte, cultura e educação a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

221358 - Reciclando com a Orquestra de Sucata
Duval Fernandes da Silveira
CNPJ/CPF: 905.547.870-91
Processo: 01400001358202223
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 479.886,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de espetáculos musicais utilizando instrumentos confeccionados com sucata e materiais recicláveis. As apresentações serão distribuídas de forma totalmente gratuita, com classificação livre, destinadas às escolas públicas dos municípios.

220994 - REVITALIZACAO DA BANDINHA FILARMÔNICA DE BARRO VERMELHO
ROMERIO GONÇALVES DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 872.694.145-72
Processo: 01400000994202238
Cidade: Curaçá - BA;
Valor Aprovado: R$ 161.031,02
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa disponibilizar gratuitamente oficinas de instrumentalização musical para adolescentes da comunidade de Barro Vermelho, cidade de Curaçá/BA como meio de oportunizar acesso à cultura, o entretenimento, o lazer e a profissionalização, oportunizando ao público-alvo a participação em oficinas voltadas ao ensino musical, orientados por profissionais capacitados, usando de técnicas e instrumentos condizentes as necessidades de ensino, ofertadas no contraturno escolar. Visa também oportunizar apresentação pública como forma de acesso a produtos culturais de qualidade e gratuitos.

221202 - Rogério Delayon apresenta Nelson Cavaquinho em outros tons
ROGERIO REIS PINTO 87497441604
CNPJ/CPF: 15.084.305/0001-04
Processo: 01400001202202242
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 311.192,75
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta do artista mineiro Rogério Delayon é uma releitura inédita e inusitada , uma seleção de onze músicas de Nelson Cavaquinho, relidas pela ótica do blues, do rock, do jazz, que como o samba, possuem raízes africanas e afroamericanas. Na produção do album a escolha particular pelo formato vinil, porém,sem perder o elo com a atualidade,será produzido, também, no formato digital e CD. Serão 200 vinis, 1000 CD's, 1 Live de lançamento e 5 shows em cinco capitais brasileiras. Público estimado de mais de cinco mil pessoas.

221242 - Serie de Concertos Sinfonicos
CENTRO INTEGRADO DE ANALISE E PLANEJAMENTO S/C LTDA
CNPJ/CPF: 57.662.504/0001-94
Processo: 01400001242202294
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.028.046,82
Prazo de Captação: 35/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar concertos sinfônicos de música clássica, apresentados por orquestra, aproximando o público da música erudita, através de diálogos com a música popular instrumental, clássicos de cinema que funcionem bem com sonoridade orquestral, ou outras formas de interação. Em parte de suas apresentações orquestrais,

o projeto contará com apresentações de ballet e participação de um solista internacional. Como contrapartida, o projeto realizará um curso completo de 40h, gratuito, em atendimento ao artigo 25, da IN 01/22.

221483 - Slan - Música Instrumental
SOCIEDADE LAJEADENSE DE ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
CNPJ/CPF: 88.070.040/0001-50
Processo: 01400001483202233
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Aprovado: R$ 457.043,30
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Slan - Música Instrumental visa a manutenção da orquestra musical da Slan, entidade sem fins lucrativos que busca oportunizar ao turno inverso da escola atividades culturais para crianças e jovens, oferecendo diversas qualificações e atividades. Com este projeto conseguiremos realizar a turnê da Orquestra Instrumental da Slan.

221128 - SONS DO SUL
ARNALDO SOBRINHO DE OLIVEIRA 53185234120
CNPJ/CPF: 22.568.306/0001-81
Processo: 01400001128202264
Cidade: Santa Fé do Sul - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.693,59
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende realizar um evento cultural em um local aberto ao público com destinação gratuita a todas as pessoas sem distinção de faixa etária. Serão apresentadas músicas que retratam a cultura regional, além de expandir e fortalecer os laços da música como forma de inclusão social.

221267 - Turnê Orquestra Viva Música - Tocantins em Concerto
ASSOCIAÇÃO VIVA MÚSICA
CNPJ/CPF: 17.911.647/0001-78
Processo: 01400001267202298
Cidade: Palmas - TO;
Valor Aprovado: R$ 269.630,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de uma turnê em cidades tocantinenses, consideradas históricas, como forma de promover a formação de plateia para apreciação da música do cancioneiro regional tocantinense, pouco difundidos nos meios de comunicação de grande circulação. Serão interpretadas obras de consagrados artistas tocantinenses. Como contrapartida social, serão realizadas palestras com temática sobre música no contexto cidadão.

221394 - Um Dia de Domingo
RONNY PETTERSON BUENO
CNPJ/CPF: 036.151.679-70
Processo: 01400001394202297
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 121.403,92
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar apresentações musicais com Quinteto de Metais e bateria.

220946 - Vivências Musicais - 2ª Edição
Graviola Promoções e Eventos
CNPJ/CPF: 11.327.823/0001-42
Processo: 01400000946202240
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.298.524,60
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de apresentações de um concerto musical com instrumentos diversos, entre eles piano, violino, flauta e outros, com crianças e jovens, de 08 a 17 anos."Vivências Musicias" terá ainda como convidado um grande artista instrumentista da música brasileira.

221274 - Vou vivendo - Concertos didáticos em homenagem ao Pixinguinha
ASSOCIAÇÃO VIVA MÚSICA
CNPJ/CPF: 17.911.647/0001-78
Processo: 01400001274202290
Cidade: Palmas - TO;
Valor Aprovado: R$ 80.646,50
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Em homenagem ao cinquentenário de morte de Pixinguinha, propõe-se a realização de concertos didáticos, que terão como um dos objetivos, proporcionar a sociendade tocantinense, especialmente, alunos da rede básica de ensino, fruição e o acesso ao gênero musical choro. Durante as apresentações o público terá a oportunidade de interagir de forma dinâmica, através de perguntas e intervenções musicais, com os instrumentistas do grupo.Como contrapartida social, serão realizadas palestras com temática sobre música no contexto cidadão.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
221195 - Moda Brasileira: Uma Retrospectiva
THIAGO MATIOLI DA SILVA
CNPJ/CPF: 29.594.038/0001-11
Processo: 01400001195202289
Cidade: Diadema - SP;
Valor Aprovado: R$ 493.709,70
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Moda Brasileira: Uma Retrospectiva pretende realizar uma exposição que marca a trajetória e evolução da moda brasileira dos últimos anos 60 trazendo vestuários de aristas, estilistas e artesãos brasileiros convidados. A entrada da exposição será gratuita e a mesma será realizada em espaço expositivo de fácil acesso como medida de democratização.

221300 - Tradições Brasileiras
MARCIA CRISTINA GLIOSCE MOREIRA EIRELI
CNPJ/CPF: 03.816.791/0001-10
Processo: 01400001300202280
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.284,50
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este Projeto tem como objetivo uma ação cultural que pretende selecionar fotografias de profissionais e amadores, ressaltando a importância socio cultural do estado de São Paulo, além de oferecer uma curadoria aos artistas que participarão da exposição em uma cidade do Estado de São Paulo. Será realizado uma exposição de 30 dias, de forma gratuita e com classificação livre.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
221111 - Mercado Municipal de São Paulo
Christian Mori Sperli
CNPJ/CPF: 190.274.778-09
Processo: 01400001111202215
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.014,95
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Publicar livro com extensa pesquisa e ensaio fotográfico sobre o Mercado Municipal de São Paulo, cuja construção foi iniciada em 1928 e foi inaugurado em 1933. Trata-se de uma instituição consagrada na capital paulista, quer como ponto de distribuição de alimentos, quer como referência gastronômica e cultural da cidade além de realizar ação formativa cultural como contrapartida.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
221305 - AMPLIAÇÃO DO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO (ANNE FRANK HOUSE BRASIL)
ASSOCIACAO CULTURAL BRASILEIRA KEHILAT ISRAEL
CNPJ/CPF: 63.018.972/0001-23
Processo: 01400001305202211
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 18.168.959,59
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Ao longo dos anos, o conselho curatorial do Memorial do Holocausto e da Imigração Judaica, verificou a necessidade de um espaço maior para atendimento a seus visitantes especialmente a área do "Holocausto". Com aquisição de 2 imóveis laterais ao Memorial, o processo de ampliação se tornará realidade, visando implantar uma memória universal e global, integrando à cultura brasileira. Mediante permissão/autorização da Instituição "Anne Frank House" de Amsterdã - Holanda, iremos construir a réplica da casa de Anne Frank no prédio (1º e 2º andares) que será anexado ao Memorial (chamado de Anne Frank House Brasil), que estará localizado nos 2 imóveis citados acima.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
221121 - SHOW NO SUL
EDSON BRUCH DA SILVA
CNPJ/CPF: 051.247.069-37
Processo: 01400001121202242
Cidade: Santo Antônio do Sudoeste - PR;
Valor Aprovado: R$ 186.526,00
Prazo de Captação: 03/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A presente proposta tem por objetivo realizar apresentações musicais com acesso totalmente gratuitos, de maneiraa garantir acesso a cultura expressada por meio da música.

PORTARIA Nº 593, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178074 - Cultura e Gastronomia
ACERTE PROJETOS
CNPJ/CPF: 77.515.120/0001-56
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 207.865,00
Valor total atual: R$ 1.422.145,00

PORTARIA Nº 594, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211379 - A Ciumenta
PALCO 7 PRODUCOES EIRELI
CNPJ/CPF: 17.292.307/0001-06
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

212444 - Anything Goes
BIC PRODUCOES ARTISTICAS
CNPJ/CPF: 17.680.465/0001-33
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

211817 - APAE de Pomerode: oficinas de apoio e incentivo cultural.
ASSOC PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE
CNPJ/CPF: 83.788.661/0001-50
Cidade: Pomerode - SC;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

201834 - Circuito de Teatro Brasileiro
Souza Gomes Empreendimentos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 37.169.778/0001-39
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

203580 - Companhia Candongas - Manutenção e Programação 2021
Companhia Candongas e Outras Firulas
CNPJ/CPF: 02.365.486/0001-97
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

211815 - Corpo de Baile de Pomerode - Aperfeiçoamento Técnico por meio do Método Vaganova.
ASSOCIACAO CULTURAL CORPO DE BAILE DE POMERODE
CNPJ/CPF: 22.873.334/0001-02
Cidade: Pomerode - SC;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

191379 - PLANO ANUAL CENTRO CULTURAL TEATRO SESI 2020
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI
CNPJ/CPF: 03.786.187/0016-75
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

192919 - Samba Carioca Patrimônio Cultural do Brasil - BR 2020 - Belo Horizonte - MG
JUMASE BRAZILIAN SAMBA SHOW PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 03.260.217/0001-29
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 24/10/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
200007 - A música semeando conhecimentos
TIAGO AUGUSTO RIBEIRO MARTINS 01476740690
CNPJ/CPF: 97.528.816/0001-24
Cidade: Araxá - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

212678 - Blues Jazz Festival Brasil 7a edição - Circulação Nacional
LAPILAR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.408.195/0001-15
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

202566 - CD Syahamba -
CRISTIANO FLORENCIO 00357295978
CNPJ/CPF: 19.639.464/0001-70
Cidade: Timbó - SC;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

211289 - CULTURA TEUTO BRASILEIRA ATRAVÉS DA MUSICALIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA E CULTURAL DE SÃO JOÃO DO OESTE
CNPJ/CPF: 72.376.767/0001-20
Cidade: São João do Oeste - SC;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

211386 - Festival de Música de Câmara de Florianópolis - 1º Edição
Luiz Carlos Mantovani Junior
CNPJ/CPF: 256.887.798-70
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

191442 - FMCB 8 - Festival de Música Contemporânea Brasileira
Sintonize Produtora Cultural LTDA - ME
CNPJ/CPF: 19.727.082/0001-07
Cidade: Bauru - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

220257 - Mostra Instrumental Canguçu (título provisório)
MAITHAN TIMM KNABACH 02616047080
CNPJ/CPF: 27.540.916/0001-90
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

211840 - PRIMEIRO PASSO
ASSOCIACAO REAL LINCE DE KARATE-DO
CNPJ/CPF: 03.256.015/0001-03
Cidade: Francisco Beltrão - PR;
Prazo de Captação: 09/10/2022 à 31/12/2022

211895 - TOCAR O LAR COM ARTE 2021 - 2022
Congregação Israelita Paulista
CNPJ/CPF: 60.766.060/0001-41
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

212768 - VII Maratona de Flauta e Fole
LUCIANA APARECIDA SCHMIDT DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 004.099.129-64
Cidade: Londrina - PR;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
210854 - Hacklab Volante
OSSO DESIGN LTDA
CNPJ/CPF: 05.748.026/0001-36
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 31/12/2022

204838 - Olhar Mágico
MAUREEN LOUISE GARCIA
CNPJ/CPF: 632.165.909-68
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 31/10/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
204745 - Irmandade Os Carolinos 100 anos
NAPELE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.686.004/0001-87
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
211340 - O CAMINHO DAS CORES
MARCELO DAMASIO PEREIRA
CNPJ/CPF: 789.875.399-20
Cidade: Pomerode - SC;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 31/12/2022

220254 - 15 ANOS DE INCLUSÃO
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

211331 - CORNUCOPIA MEXICANA: missão cultural para concepção, edição e publicação de livro infantil ilustrado ludico | ação formativa cultural na forma de evento cultural - Projeto Voar
MARIA ALICE CARRIJO DIAS BAPTISTA
CNPJ/CPF: 703.303.471-79
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 14/09/2022 à 31/12/2022

212287 - Oravrohom 20 anos - Ações que transformam fazendo história (EVENTO VIRTUAL)
ASSOCIACAO DE INTERESSE PUBLICO E ASSISTENCIA A SAUDE ORAVROHOM
CNPJ/CPF: 06.143.765/0001-67
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

220346 - RUDOLPH MEIO SÉCULO DE PESSOAS, AÇO E PRECISÃO
SELMA RUTZEN
CNPJ/CPF: 460.226.869-20
Cidade: Blumenau - SC;
Prazo de Captação: 02/09/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
220473 - HABITAR A HISTORIA - A HISTÓRIA DE SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO, CONTADA PELO SEU PATRIMÔNIO
ISTITUTO EUROPEO DI DESIGN-BRASIL
CNPJ/CPF: 08.639.029/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 11/10/2022 à 31/12/2022

193039 - Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil - Plano Anual 2021
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA E DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ/CPF: 61.511.127/0001-60
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

212371 - Museu Itinerante - Conhecendo os ODS
Cultura Ambiental Produções Ltda
CNPJ/CPF: 19.898.338/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

204577 - Novo Museu do Ipiranga - Implantação da Museografia
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo
CNPJ/CPF: 68.314.830/0001-27
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 595, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181792 - Carreta Cultural - Juntos por um Mundo melhor
MAURICIO MACHADO VIEIRA PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 01.142.861/0001-77
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 98.625,00
Valor total atual: R$ 2.860.681,25

203237 - Chapeuzinho Vermelho e os ODS
CULTURA ADX - PRODUCAO DE EVENTOS CULTURAIS LIMITADA
CNPJ/CPF: 31.883.714/0001-19
Cidade: São José do Rio Preto - SP;
Valor Reduzido: R$ 198,00
Valor total atual: R$ 188.562,00

210809 - FEIRA GASTRONÔMICA DE MG - ATIVIDADES CULTURAIS
EDGARD BESSA BATISTA
CNPJ/CPF: 040.334.476-01
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 7.666,00
Valor total atual: R$ 928.088,60

210899 - Itinerância em Cena
AMPLA EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.463.189/0001-38
Cidade: Canoas - RS;
Valor Reduzido: R$ 91.146,00
Valor total atual: R$ 906.048,00

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
193989 - Festival Internacional Eurochestries 2020 - França
QUARTETO DE CORDAS ALBERTO NEPOMUCENO
CNPJ/CPF: 01.201.878/0001-58
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 9.868,00
Valor total atual: R$ 381.207,36

212288 - 1º FIM DE SEMANA DE MÚSICA DE CÂMARA DE BRUSQUE
Fundação Cultural de Brusque
CNPJ/CPF: 04.894.677/0001-71
Cidade: Brusque - SC;
Valor Reduzido: R$ 1.800,00
Valor total atual: R$ 46.920,02

212029 - AURORA DOS TALENTOS
MARCELO PAULINO DA SILVA 29541315860
CNPJ/CPF: 29.272.433/0001-88
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 146.506,00
Valor total atual: R$ 216.531,18

193389 - MÚSICA NO MUSEU - IMORTAIS DA MÚSICA BRASILEIRA E OS GÊNIOS INTERNACIONAIS
CARPEX EMPREENDIMENTOS E PROMOCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 30.019.483/0001-37
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 3.052,00
Valor total atual: R$ 502.564,10

212760 - TRAMAVOZ "IN CONCERT" - 4ª edição
Associação Cultural Grupo Vocal Tramavoz
CNPJ/CPF: 01.379.045/0001-81
Cidade: Carlos Barbosa - RS;
Valor Reduzido: R$ 3.206,00
Valor total atual: R$ 84.216,50

180354 - XXXI FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA DO PARÁ
Fundação Carlos Gomes
CNPJ/CPF: 14.700.157/0001-34
Cidade: Belém - PA;
Valor Reduzido: R$ 227.377,00
Valor total atual: R$ 1.120.669,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
203391 - A Paleo Arte, retratando a vida pré-histórica na exposição museológica
INSTITUTO SOCIAL KERIGMA - ISK
CNPJ/CPF: 35.186.360/0001-04
Cidade: São Luís - MA;
Valor Reduzido: R$ 3.466,00
Valor total atual: R$ 195.964,00

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
134866 - Preservação, Restauro e Conservação Integrada do Seminário de Olinda PE
Arquidiocese de Olinda e Recife
CNPJ/CPF: 09.756.859/0001-08
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 1.384,42
Valor total atual: R$ 3.728.466,88

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204878 - Ventos do Saber - 3ª edição
INVENTO CRIAÇÕES E PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.649.236/0001-07
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 3.933,60
Valor total atual: R$ 981.050,40

PORTARIA Nº 596, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 192847 - Cantata de Natal de Sorocaba - 2020, publicado na portaria nº 0624/19 de 21/10/2019, no D.O.U. de 22/10/2019, para Cantata de Natal de Sorocaba - 22.

PRONAC: 200585 - Concertos Sinfônicos - Sons do Brasil - Porto Alegre, publicado na portaria nº 0063/20 de 24/01/2020, no D.O.U. de 27/01/2020, para Concertos Sinfônicos - Sons do Brasil - Pouso Alegre.

PRONAC: 203642 - Plano Bianual Paço do Frevo 2021-2022, publicado na portaria nº 0565/20 de 21/09/2020, no D.O.U. de 22/09/2020, para Plano Trianual Paço do Frevo 2021-2023.

PRONAC: 204524 - Museu de Arte do Rio - Plano Anual 2021, publicado na portaria nº 0685/20 de 24/11/2020, no D.O.U. de 25/11/2020, para Museu de Arte do Rio - Plano Trianual de 2021/2022/2023.

PRONAC: 211076 - Natal de Estância Velha, publicado na portaria nº 0586/21 de 21/10/2021, no D.O.U. de 22/10/2021, para 2º NATAL DA FAMÍLIA.

Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 191441 - Músicos do Contestado, publicado na portaria nº 0443/19 de 30/07/2019, no D.O.U. de 31/07/2019.

Onde se lê: O presente projeto visa oferecer a musicalização como ferramenta de qualificação cultural. Serão realizadas oficinas de flauta doce, percussão, e violão para crianças e adolescentes. Além disso, objetiva-se a formação de um grupo musical com alunos do projeto. Ao final do projeto serão realizadas apresentações, gratuitamente a população em geral, do grupo musical na cidade local, e região. Pelo projeto também se viabilizará palestras nas escolas, retratando a importância da música/ cultura como ferramenta de inclusão social.

Leia-se: O presente projeto visa oferecer a musicalização como ferramenta de qualificação cultural. Serão realizadas oficinas de musicalização nas modalidades: flauta doce, flauta transversal, clarinete, sax alto, sax tenor, trompete, trombone de vara, eufônio, tuba e percussão para crianças e adolescentes. Além disso, objetiva-se a formação de um grupo musical com alunos do projeto. Ao final do projeto serão realizadas apresentações, gratuitamente a população em geral, do grupo musical na cidade local, e região. Pelo projeto também será viabilizará palestras nas escolas, retratando a importância da música/ cultura como ferramenta de inclusão social.

PRONAC: 201867 - Banda Filarmônica Vale do Sapucaí - EnCantos de Minas, publicado na portaria nº 0273/20 de 13/04/2020, no D.O.U. de 14/04/2020.

Onde se lê: O projeto Banda Filarmônica Vale do Sapucaí - EnCantos de Minas" visa a manutenção da Banda Filarmônica do Vale do Sapucaí, a partir da realização de ensaios e de concertos gratuitos em municípios do sulmineiro, bem como a realização de ações formativas com alunos e professores da rede pública, oficinas para músicos e regentes de banda da região e ações filantrópicas em cada cidade.

Leia-se: O projeto Banda Filarmônica Vale do Sapucaí - EnCantos de Minas" visa a manutenção da Banda Filarmônica do Vale do Sapucaí, a partir da realização de ensaios e de concertos gratuitos em municípios do sulmineiro, bem como a realização de ações formativas com alunos e professores da rede pública, oficinas para músicos e regentes de banda da região e ações filantrópicas em cada cidade.Descrição de atividadesProduto: Contrapartida Social Serão realizadas Masterclass nas cidades de Pouso Alegre e Caxambu, sendo esta última com dois dias de duração. As aulas serão sobre técnicas básicas de instrumentos de sopro e de percussão (6 horas/dia), destinadas a estudantes e professores de instituições públicas de ensino, de modo a seguir o exposto no art. 22 da Instrução Normativa nº 2/2019 do Ministério da Cidadania, a saber:Art. 22. As propostas culturais deverão apresentar ações formativas culturais em suas atividades ou equivalente, em território brasileiro, com rubricas orçamentárias próprias.§ 1º As ações formativas culturais deverão corresponder a pelo menos 10% (dez por cento) do quantitativo de público previsto no plano de distribuição, contemplando no mínimo 20 (vinte) limitando-se a 1.000 (mil) beneficiários, a critério do proponente.§ 2º 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de beneficiários das ações formativas culturais devem se constituir de estudantes e professores de instituições públicas de ensino.

PRONAC: 204695 - BuZum! ao vivo, publicado na portaria nº 0116/21 de 01/03/2021, no D.O.U. de 02/03/2021.

Onde se lê: O projeto "BuZum! ao vivo e online" prevê a montagem e circulação online e ao vivo do de um novo espetáculo da Cia BuZum!, ainda sem nome definido, sobre reciclagem. Pretendemos apresentar o espetáculo online em centenas de escolas do pais, teremos uma pequena equipe na escola, com uma televisão para que os alunos, em sala de aula, possam assistir à apresentação, que acontecerá ao vivo e online. Todas as apresentações também serão transmitidas online em nosso canal no Youtube. Além das apresentações online, prevemos também, apresentações presenciais fora do nosso ônibus teatro, montaremos um pequeno palco e assentos com distanciamento para que as crianças possam assistir a peça. Como esse projeto está sendo escrito meio a pandemia do Covid-19, ambos os modelos de apresentação serão possíveis, dependendo dos protocolos estabelecidos na execução do projeto.

Leia-se: O projeto ?BuZum! ao vivo e online" prevê a montagem e circulação online e ao vivo do de um novo espetáculo da Cia BuZum!, ainda sem nome definido, sobre reciclagem. Pretendemos apresentar o espetáculo online em centenas de escolas do pais, teremos uma pequena equipe na escola, com uma televisão para que os alunos, em sala de aula, possam assistir à apresentação, que acontecerá ao vivo e online. Todas as apresentações também serão transmitidas online em nosso canal no Youtube. Além das apresentações online, prevemos também, apresentações presenciais fora do nosso ônibus teatro, montaremos um pequeno palco e assentos com distanciamento para que as crianças possam assistir a peça. Como esse projeto está sendo escrito meio a pandemia do Covid-19, ambos os modelos de apresentação serão possíveis, dependendo dos protocolos estabelecidos na execução do projeto.VERSÃO READEQUADAO projeto ?BuZum! ao vivo" prevê a montagem e circulação ao vivo do de um novo espetáculo da Cia BuZum!, ainda sem nome definido, sobre reciclagem. Faremos centenas de apresentações presenciais fora do nosso ônibus teatro, montaremos um pequeno palco e assentos com distanciamento para que as crianças possam assistir a peça. Caso as apresentações aconteçam fora do período de distanciamento social, poderemos realizá-las dentro do nosso ônibus teatro.

PRONAC: 204878 - Ventos do Saber - 3ª edição, publicado na portaria nº 0131/21 de 08/03/2021, publicada no D.O.U. de 09/03/2021.

Onde se lê: Realizar atividades educativas-culturais de incentivo à leitura e de resgate e promoção da identidade cultural. O epicentro do projeto será a biblioteca de escolas públicas municipais, as quais recebem um novoacervo bibliográfico, jogos educativos-culturais, mobiliários e equipamentos eletrônicos a fim de tornar as bibliotecas um espaço de arte e convivência social agradável e atraente.O projeto ofertacontações de histórias, oficinas literárias (contrapartida social), oficinas sobre memória e identidade cultural(contrapartida social), um seminário virtual para educadores(contrapartida social), uma oficinapara educadores (contrapartida social) e uma pesquisa sobre a identidade cultural das comunidades atendidas a ser realizada junto aos alunos. Este projeto é a sua terceira edição.

Leia-se: Realizar atividades educativas-culturais de incentivo à leitura. O epicentro do projeto será a biblioteca de escolas públicas municipais, as quais recebem um novoa cervo bibliográfico, jogos educativos-culturais, mobiliários e equipamentos eletrônicos a fim de tornar as bibliotecas um espaço de arte e convivência social agradável e atraente. O projeto oferta contações de histórias, oficinas literárias (contrapartida social), um seminário virtual para educadores (contrapartida social), oficinas para educadores (contrapartida social) e uma pesquisa sobre o impacto social e cultural do projeto junto aos alunos. Este projeto é a sua terceira edição.

Art. 3.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) enquadramento(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC 184404 - VIOLA CAIPIRA, publicado na portaria n. 0715 de 14/11/2018, no D.O.U. de 18/11/2018:

Onde se lê: ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 1, § 1º)

Leia-se: 3 MÚSICA (Artigo 26)

Art. 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 34-E, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento de fontes de recursos do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

21-0151 CAINDO NA REAL
Processo: 01416.002733/2021-01
Proponente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 07.700.630/0001-18
Valor total aprovado: R$ 6.315.789,47
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 2.500.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 7916-2
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 7917-0
Valor aprovado no art. 41 da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 0,00 para 500.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8890-0
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Substituta

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 15, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente no exercício da Presidência)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 15 horas e 33 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro Aroldo Cedraz, em missão oficial.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSO APRECIADO POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, o Acórdão nº 2403.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2404 a 2406.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base no § 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-007.382/2013-8, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz foi transferida para a sessão extraordinária reservada do Plenário de 30 de novembro de 2022. O processo está sob pedido de vista formulado em 10 de agosto de 2022 pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (Ata nº 12/2022-R).

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

Na apreciação do processo TC-011.144/2015-7, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi admitido na Sala das Sessões o Dr. Maurício Muriack de Fernandes e Peixoto, representante da Advocacia-Geral da União. Acórdão nº 2404.

Na apreciação do processo TC-044.236/2021-2, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi admitida na Sala das Sessões a Dra. Raíssa Roese, representante legal da empresa Keppel Fels Brasil S.A. Acórdão nº 2405.

MANUTENÇÃO DE SIGILO DE PROCESSO

Foi mantido o sigilo dos relatórios e votos que fundamentaram:

- o Acórdão nº 2404, adotado no processo TC-011.144/2015-7;
- o Acórdão nº 2405, adotado no processo TC-044.236/2021-2; e
- o Acórdão nº 2406, adotado no processo TC-000.928/2022-4.

Os referidos relatórios e votos constam no Anexo I desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Tornam-se públicos Acórdãos de nºs 2403 a 2406, listados a seguir.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2403/2022 - TCU - Plenário

Considerando que a presente peça denunciatória não preenche os requisitos de admissibilidade pertinentes à espécie;

Considerando a ausência de competência desta Corte para apreciação do assunto objeto da denúncia;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 235, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em não conhecer da denúncia, por não adimplir os requisitos de admissibilidade, consoante os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.8 desta deliberação.

1. Processo TC-017.024/2022-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. Arquivar este processo, com fundamento no parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução-TCU 259/2014;

1.8.2. Dar ciência desta deliberação ao denunciante e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACÓRDÃO Nº 2404/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.144/2015-7.

1.1. Apenso: 023.519/2016-9

2. Grupo II - Classe de Assunto V: Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgãos/Entidades: Advocacia-Geral da União; Controladoria-Geral da União.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal: Juliana Carvalho Tostes Nunes (131.998/OAB-RJ), Danielle Gama Bessa Bites (115.408/OAB-RJ); Renato Tai (156.610/OAB-SP), Itamar Rodrigues Barbosa (138.485/OAB-RJ); Wagner de Campos Rosario, Luana Roriz Meireles; Laura Fernandes de Lima Lira (32.720/OAB-DF), Mauricio Muriack de Fernandes e Peixoto (10928/OAB-CE); Renato Tai (156.610/OAB-SP) e Itamar Rodrigues Barbosa (138.485/OAB-RJ).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este acompanhamento de Acordo de Leniência previsto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar que os valores negociados no acordo em curso não satisfazem aos critérios estabelecidos para a quitação do dano às entidades lesadas, nos termos previstos no item 4, da segunda ação operacional do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), celebrado em 6 de agosto de 2020, entre a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a coordenação do Supremo Tribunal Federal;

9.2. considerar que não há evidências suficientes de que as obrigações financeiras do acordo de leniência venham sendo regularmente adimplidas pelas empresas colaboradoras;

9.3. nos termos dos art. 8º, §3º, inciso III, da Resolução-TCU 294/2018, manter o caráter sigiloso dos presentes autos, incluindo os presentes Relatório e Voto, por conterem informações e documentos protegidos por sigilo estabelecido em legislação específica;

9.4. encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam à Controladoria-Geral da União e à Advocacia-Geral da União.

10. Ata n° 15/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: não há.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2405/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 044.236/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma).

8. Representação legal: Antenor Madruga (25.930/OAB-DF); Renato Portella (119.778/OAB-SP); Ana Maria Belotto (69.068/OAB-DF); Lucas Guimarães Ribeiro (215.050/OAB-RJ).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este acompanhamento de Acordo de Leniência previsto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar à Controladoria-Geral da União (CGU) e Advocacia-Geral da União (AGU) a existência de processos de controle externo em tramitação no Tribunal de Contas da União que indicam a prática de irregularidades de que resultam dano ao Erário por parte da empresa colaboradora, a saber: TC 046.902/2020-1, TC 004.997/2018-2 e TC 007.103/2007-7;

9.2. considerar que os valores negociados no acordo em curso não satisfazem aos critérios estabelecidos para a quitação do dano à Petrobrás, nos termos previstos no item 4, da segunda ação operacional do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), celebrado em 6 de agosto de 2020, entre a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a coordenação do Supremo Tribunal Federal

9.3. conceder aos servidores da comissão de negociação, expressamente designados pela CGU e AGU, acesso irrestrito aos processos especificados no item 9.1, para fins de eventual negociação complementar com a empresa colaboradora, com base no item 4, da segunda ação operacional do ACT;

9.4. nos termos dos art. 8º, §3º, inciso III, da Resolução-TCU 294/2018, manter o caráter sigiloso dos presentes autos, incluindo os presentes Relatório e Voto, por conterem informações e documentos protegidos por sigilo estabelecido em legislação específica;

9.5. encaminhar cópia da deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam à CGU e à AGU.

10. Ata n° 15/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: não há.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2406/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.928/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Levantamento de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria com o objetivo de analisar as atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial de Comunicação Social, no âmbito de sua atual estrutura, identificar objetos, riscos e possíveis pontos de controle a serem observados por este Tribunal;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar a realização de levantamento de escopo restrito sobre a sistemática de precificação da Secom para custear as ações de publicidade e propaganda, para avaliar a confiabilidade, utilização e atualização das informações sobre preços de referência, abrangentes do Sistema de Disponibilização de Referências de Preços (Siref);

9.2. manter o sigilo do relatório de peça 38, bem como do Relatório e Voto que fundamentam o presente Acórdão, por disporem de informações que subsidiarão futuras ações de fiscalização;

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no item 110 do Roteiro de Levantamento, anexo à Portaria-Segecex 5/2021.

10. Ata n° 15/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: não há.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 52 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta Ata, a ser aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 1º de novembro de 2022.

MINISTRO BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
No exercício da Presidência

ATA Nº 41, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente no exercício da Presidência)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 35 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro Aroldo Cedraz, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 40, referente à sessão realizada em 19 de outubro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Convite à participação no Diálogo Público para tratar dos estudos relativos à desestatização do Porto de Santos, a ser realizado às 14h do dia 31 de outubro, na Sala de Conferências do edifício Sede deste Tribunal, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TCU no Youtube.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-011.465/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-010.314/2014-8, TC-011.101/2003-6 e TC-018.957/2017-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-001.892/2022-3, TC-008.663/2022-0, TC-009.206/2017-5, TC-012.000/2020-5, TC-013.293/2021-4 e TC-040.594/2021-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-010.413/2001-2 e TC-011.357/2009-1, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

- TC-010.099/2022-0 e TC- 045.461/2021-0, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;

- TC-004.578/2019-8 e TC-042.261/2021-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- TC-001.826/2017-4, TC-006.118/2022-4 e TC-033.637/2020-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 2407 a 2440.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2370 a 2402, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-001.722/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 1º de novembro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da realização da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 31 de agosto de 2022 pelo Ministro Aroldo Cedraz (Ata nº 34/2022-Plenário).

SUSTENTAÇÃO ORAL

A sustentação oral solicitada pelo Dr. Fernando Filgueiras da Silva em nome de Carlos Moisés da Silva, referente ao processo TC-001.722/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 31 de agosto de 2022.

A sustentação oral solicitada pela Dra. Marília Silvia Oliveira de Sousa em nome do Consórcio RAC, KOKOT e RAAA, referente ao processo TC-006.118/2022-4, cujo relator é o Ministro Weder Oliveira, não foi realizada, em vista da exclusão do processo da pauta de julgamento.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-008.307/2022-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 30 de novembro de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Augusto Nardes.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-029.296/2019-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 1º de fevereiro de 2023, ante pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-038.711/2021-4, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo e o revisor é o Ministro Jorge Oliveira (Ata nº 21/2022). O Tribunal aprovou o Acórdão nº 2373, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

REEXAME DE PROCESSO COM ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO

Nos termos do artigo 129 do Regimento Interno, o Ministro Benjamin Zymler pediu o reexame do processo TC-038.711/2021-4, que havia sido julgado nesta sessão plenária, para sugerir alteração da redação do acórdão aprovado para a inclusão de oitiva das empresas FIB Bank e o Profit Bank, com vistas à possível aplicação da sanção de inidoneidade para participar de licitação na administração pública federal. A proposta foi aprovada pelo colegiado. Acórdão nº 2373.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2370/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.645/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).
3. Recorrentes: Akira Homma (047.818.997-49); Artur Roberto Couto (329.664.747-34).
4. Unidades Jurisdicionadas: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Fundação Oswaldo Cruz; Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos; Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde; Secretaria-Geral das Relações Exteriores.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: Fábio Caldas Feliciano (OAB/RJ 152.299) e outros, representando Akira Homma e Artur Roberto Couto.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se aprecia pedido de reexame interposto por Akira Homma e Artur Roberto Couto contra o Acórdão 538/2020-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal aplicou multa aos recorrentes em razão de irregularidades constatadas em contrato firmado entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Instituto Bio-Manguinhos, e a empresa Cubana Cimab S.A., para fornecimento do medicamento Eritropoietina Humana Recombinante (EPO).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do pedido de reexame, para negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes, à Fundação Oswaldo Cruz e ao Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão à Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD);
9.4. juntar cópia deste acórdão aos autos dos processos TC 032.625/2017-0, TC 011.242/2018-3 e TC 014.687/2017-8.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2370-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2371/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.918/2017-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Acompanhamento).
3. Recorrentes: Artur Roberto Couto (329.664.747-34), Mauricio Zuma Medeiros (603.466.717- 87) e Paulo Ernani Gadelha Vieira (422.312.997-04).
4. Unidade Jurisdicionada: Fundação Oswaldo Cruz.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marta Regina de Alencar (OAB/RJ 171.770) e outro, representando Artur Roberto Couto, Mauricio Zuma Medeiros e Paulo Ernani Gadelha Vieira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto conjuntamente por Artur Roberto Couto, Mauricio Zuma Medeiros e Paulo Ernani Gadelha Vieira contra o Acórdão 1.365/2021-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal apreciou acompanhamento de providências decorrentes de auditoria na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que teve por escopo a construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos (NCPFI), e, ao fim, aplicou multa aos recorrentes,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao pedido de reexame;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2371-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2372/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.014/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidades Jurisdicionadas: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Departamento de Informática do SUS; Hospital Federal de Bonsucesso; Hospital Federal dos Servidores do Estado; Ministério da Saúde; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este Relatório de Monitoramento com o objetivo de avaliar o cumprimento das determinações contidas no Acórdão 448/2019-TCU-Plenário, relativas ao aumento da efetividade dos procedimentos de controle na aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais pelo Ministério da Saúde,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo, em:
9.1. considerar parcialmente cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.5.1, 9.5.2.1, 9.5.2.2, 9.5.2.3, 9.5.2.4 e 9.6.1, todas do Acórdão 448/2019-TCU-Plenário (item 9.1 e subitens 9.1.1 a 9.1.4 do Acórdão 435/2016-TCU-Plenário);
9.2. considerar não cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.5.3, 9.6.2 e 9.6.3, todas do Acórdão 448/2019-TCU-Plenário (subitens 9.2.2 e 9.3.1 do Acórdão 435/2016-TCU-Plenário);

9.3. tornar a determinação contida no subitem 9.5.2.5 do Acórdão 448/2019-TCU-Plenário insubsistente, mas permanecendo a deliberação original (subitem 9.2.2 do Acórdão 435/2016-TCU-Plenário);

9.4. considerar em cumprimento a determinação contida subitem 9.2.2 do Acórdão 435/2016-TCU-Plenário;

9.5. fixar novo e improrrogável prazo de 120 (cento e vinte) dias para que:

9.5.1. o Hospital Federal de Bonsucesso e o Hospital Federal dos Servidores do Estado, em conjunto com a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro e com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, atendam ao disposto no subitem 9.2.2 do Acórdão 435/2016-TCU-Plenário;

9.5.2. a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro atenda ao disposto no subitem 9.3.1 do Acórdão 435/2016-TCU-Plenário;

9.5.3. a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro apresente informações atualizadas da maneira como está atuando para coordenar e monitorar as compras de OPME efetuadas pelas unidades hospitalares a ela vinculadas;

9.5.4. o Ministério da Saúde apresente as informações, acompanhadas, quando couber, das provas correspondentes, da situação da proposição legislativa acerca da regulação econômica do mercado de OPME, assim como cópia dessa proposição e dos pareceres porventura emitidos pelas áreas técnicas e pela Consultoria Jurídica;

9.6. fazer constar em ata da sessão, nos termos do art. 8º e 17 da Resolução-TCU315/2020, novo ciclo de monitoramento, a partir de janeiro de 2023, para que sejam avaliados os seguintes itens:

9.6.1. cumprimento das determinações contidas nos subitens 9.5.2.4, 9.5.3, 9.6.2 e 9.6.3, todas do Acórdão 448/2019-TCU-Plenário;

9.6.2. ações e resultados previstos nos cronogramas apresentados pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde para o cumprimento da determinação contida no subitem 9.1 do Acórdão 435/2016-TCU-Plenário (itens 9.5.1 e 9.5.2.1, ambos do Acórdão 448/2019-TCU-Plenário);

9.6.3. resultados alcançados em relação aos subitens 9.5.2.3 e 9.6,1, ambos do Acórdão 448/2019-TCU-Plenário;

9.7. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam e da instrução contida na peça 119 à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, à Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, ao Hospital Federal dos Servidores do Estado, ao Hospital Federal de Bonsucesso e ao Departamento de Informática do SUS; e

9.8. apensar estes autos ao TC 014.109/2015.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2372-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2373/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 038.711/2021-4.

1.1. Apenso: 037.514/2021-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional - SCN.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Revisor: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Roberto Ozelame Ochoa (OAB/SP 332.451 - A), representando FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional - SCN, materializada pela aprovação e envio a esta Corte pela chamada "CPI da Pandemia", do Requerimento 1503/2021, de autoria dos Senadores Rogério Carvalho (PT/SE) e Humberto Costa (PT/PE), que solicita ao TCU a realização de fiscalização em todos os contratos de todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União em que a empresa FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S/A, CNPJ 23.706.333/0001-36, figure como instituição garantidora;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo redator, em:

9.1. conhecer da presente SCN por atender aos requisitos de admissibilidade de que tratam os arts. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008, e 232, inciso III, do RITCU;

9.2. informar ao Exmo. Sr. Rodrigo Otávio Soares Pacheco, Presidente do Senado Federal que, em relação ao Requerimento 1503/2021-CPIPANDEMIA de realização de auditoria em todos os contratos de todos os órgãos da administração direta e indireta da União em que a empresa FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S/A (CNPJ 23.706.333/0001-36) figure com instituição garantidora:

9.2.1. foram identificados quatro contratos firmados pelo Ministério da Saúde (Contratos 249/2018, 152/2019, 316/2020 e 29/2021) em que houve aceitação de "carta de fiança fidejussória" em garantia de adimplemento contratual, modalidade de garantia que não possui respaldo legal;

9.2.2. em três dos citados contratos (Contratos 249/2018, 316/2020 e 29/2021) o Ministério da Saúde aceitou como garantia de adimplemento contratual "cartas de fiança fidejussória" emitidas pela empresa FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S/A (CNPJ 23.706.333/0001-36) e no Contrato 152/2019 foi aceita "carta de fiança fidejussória" emitida pela empresa P.B. Investment Empresarial S/A - Profit Bank (CNPJ: 07.376.572/0001-19);

9.2.3. além da aceitação de "carta de fiança fidejussória" em garantia de adimplemento contratual no Ministério da Saúde, constatou-se a existência de indícios do cometimento de fraude à licitação: i) no Pregão Eletrônico SRP 53/2018, do qual foram originados a Ata de Registro de Preços 115/2018 e os Contratos 249/2018 e 152/2019; ii) no Pregão Eletrônico SRP 81/2020, do qual foram originados a Ata de Registro de Preços 108/2020 e o Contrato 316/2020;

9.2.4. a apuração dos indícios dessas irregularidades será conduzida no âmbito de processo de representação a ser autuado especificamente para essa finalidade, cujos resultados das apurações deverão ser informados à autoridade solicitante;

9.2.5. não foram identificados contratos em outros órgãos públicos federais nos quais tenha sido aceita "carta de fiança fidejussória" em garantia de adimplemento contratual;

9.2.6. tramita no TCU representação autuada sob o número TC 042.441/2021-8, em que se apura a atuação de empresas que comercializam "carta de fiança fidejussória", muitas delas usando o termo "bank", mas sem registro e autorização do Banco Central ou da Superintendência de Seguros Privados para atuar;

9.3. considerar parcialmente atendida esta SCN, nos termos do art. 18 da Resolução/TCU 215/2008;

9.4. recomendar ao Ministério da Economia, nos termos do art. 250, inciso III, do RITCU, para que insira no Portal Nacional de Contratações Públicas funcionalidade que possibilite o registro descritivo pelos entes contratantes, em caráter obrigatório, dos instrumentos de garantia legalmente aceitos, vinculados a cada contratação, de modo a identificar, em cada caso:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública: identificação da instituição financeira depositária e comprovação de seu cadastramento no Banco Central do Brasil (Bacen) com a correspondente Certidão de Autorização para Funcionamento e o respectivo comprovante do depósito em caução/recibo de caução efetuado em favor do ente público contratante. Em caso de a caução corresponder a títulos da dívida pública, identificação dos títulos e comprovante de que estão devidamente registrados no ente custodiante Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil;

II - seguro-garantia: identificação da seguradora com a devida comprovação de registro mediante Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e comprovante de emissão da respectiva apólice/certificado de seguro;

III - fiança bancária: carta de fiança emitida com identificação da instituição financeira emitente e comprovação de seu cadastramento no Banco Central do Brasil (Bacen) e correspondente Certidão de Autorização para Funcionamento.

9.5. condenar a empresa FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S/A (CNPJ: 23.706.333/0001-36) ao pagamento da multa prevista no artigo 58 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 80, incisos II, III e V, e 81, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 298 do RI/TCU, por litigância de má-fé, no valor de R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), em razão da alteração da verdade dos fatos para induzir a erro este TCU e da execução de atos processuais tendentes a retardar as apurações em curso, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente;

9.6. determinar à Selog que:

9.6.1. autue processo específico de representação para apuração dos indícios de irregularidade trazidos ao conhecimento desta Corte de Contas no âmbito desta SCN, relacionados à condução e homologação dos Pregões Eletrônicos SRP 53/2018 e SRP 81/2020, conduzidos pelo Ministério da Saúde - MS, bem como relativos à formalização, gestão e fiscalização dos Contratos MS 249/2018, 152/2019 e 316/2020, e à aceitação da garantia na forma de carta de fiança fidejussória apresentada pela FIB Bank no âmbito do Contrato 29/2021, ficando a referida unidade técnica autorizada, desde já, a realizar as audiências, as oitivas e as demais providências descritas no Anexo I da instrução de mérito de peça 161;

9.6.2. atribua ao processo autuado nos termos do subitem anterior os atributos que integram o art. 5º da Resolução TCU 215/2008, por força do disposto no art. 14, inciso III, do mesmo normativo;

9.6.3. realize a apuração, caso ainda não o tenha feito, da atuação da empresa P.B. Investment Empresarial S/A - Profit Bank (CNPJ: 07.376.572/0001-19) por ter emitido carta de fiança fidejussória como garantia de execução do Contrato MS 152/2019, seja promovida no âmbito do TC 042.441/2021-8, que trata de objeto conexo;

9.6.4. promova a oitiva das empresas Profit Bank e FIB Bank para fins de aplicação da sanção prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, nos processos pertinentes;

9.7. encaminhar cópia da presente decisão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, nos termos do que dispõe o art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.8. encaminhar cópia da presente decisão:

9.8.1. ao Senador Omar Aziz (PSD-AM), Presidente da CPI da Pandemia (encerrada);

9.8.2. aos Senadores Rogério Carvalho (PT-SE) e Humberto Costa (PT-PE), autores do requerimento 1503/2021 que originou esta Solicitação do Congresso Nacional;

9.8.3. ao Dr. Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral do MPTCU, representante no TC 037.514/2021-0 (apenso);

9.8.4. ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ;

9.8.5. ao Ministério da Saúde (Processo SEI 25000.152562/2021-00);

9.8.6. ao Banco Central do Brasil (Ofício 23722/2021-BCB/AUDIT, de 19/10/2021);

9.8.7. à Controladoria-Geral da União (Processo 00190.109127/2021-36);

9.8.8. à Advocacia-Geral da União (NUP: 00688.001232/2021-36);

9.8.9. ao Ministério da Economia (Processo SEI 1634224059338);

9.8.10. à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Processo 10951.106864/2021-81);

9.8.11. ao Departamento de Polícia Federal/CINQ/CGRC/DICOR/PF/Ministério da Justiça e Segurança Pública (Processo SEI 08200.019955/2021-29);

9.8.12. ao Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República (Notícia de Fato 1.00.000.016774/2021-30);

9.8.13. à Procuradoria da República no Distrito Federal/23º Ofício (1º Ofício de Seguridade e Educação)/Procuradora da República Luciana Loureiro Oliveira (Procedimento Preparatório 1.16.000.003608/2017-27, posteriormente convertido em inquérito civil que deu origem ao processo 1028945-67.2018.4.01.3400 Ação Civil de Improbidade Administrativa em trâmite na 22ª Vara Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal/Justiça Federal/Tribunal Regional Federal da 1ª Região);

9.8.14. à SecexSaúde e à SecexTributária;

9.8.15. à Secretaria da Fazenda e Planejamento/Governo do Estado de São Paulo (SFP-EXP-2021/251239);

9.9. notificar a autoridade solicitante da presente decisão, na forma prevista no art. 19 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2373-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira (Revisor) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2374/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.466/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Agravo

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Federação Paulista de Hipismo (43.638.543/0001-41); Francisco José Mari (014.350.888-16).

3.2. Recorrente: Francisco José Mari (014.350.888-16).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Fabio Luis Izidoro (229445/OAB-SP), Gabriela Oliveira Alves Ferreira (62.348/OAB-DF); Robson Luiz Adami Louro Souza de Campos (247.514/OAB-SP); Roselle Adriane Soglio (177.840/OAB-SP); Luiz Antonio Santos de Oliveira (352.600/OAB-SP); Valdir Soglio (152.635/OAB-SP)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de agravo interposto por Francisco José Mari contra decisão monocrática que indeferiu pedido de declaração de nulidade de atos processuais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 289 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do agravo para, no mérito, rejeitá-lo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao agravante.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2374-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2375/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.775/2015-8.

1.1. Apensos: TC 032.672/2017-9; TC 032.673/2017-5; TC 032.671/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (CNPJ 05.457.283/0001-19).

3.2. Responsáveis: Antônio Mendonça Monteiro Junior (CPF 343.734.384-04); Lima Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 05.593.663/0001-80).

3.3. Recorrente: Antônio Mendonça Monteiro Junior (CPF 343.734.384-04).

4. Entidade: Município de Lucena/PB.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); e Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (1663/OAB-PB), Arthur Sarmento Sales (18081/OAB-PB), Rodrigo Oliveira dos Santos Lima (10478/OAB-PB), Luiz Rodrigues de Carvalho Neto (25.156/OAB-PB) e Pedro Rawan Meireles Limeira (26.652/OAB-PB).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Antônio Mendonça Monteiro Júnior contra o Acórdão 8.622/2016-TCU-2ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Raimundo Carreiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. convalidar a decisão proferida pelo Acórdão 11.591/2020-TCU-1ª Câmara no sentido de indeferir o efeito suspensivo do recurso de revisão interposto por Antônio Mendonça Monteiro Júnior e o pedido de habilitação como interessado nos autos do Partido Cidadania, em sintonia com os arts. 15, inciso III, e 172 do Regimento Interno do TCU;

9.2. conhecer do recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2375-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2376/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.907/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (10.918.674/0001-23); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (00.394.445/0023-09)..

4. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional com o objetivo de avaliar a política de reserva de vagas para ingresso nas instituições federais de ensino no Brasil, no período de 2013 a 2022;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Educação que, no prazo de 90 dias, informe ao Tribunal as tratativas junto à Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e à Fundação Nacional do Índio, para definição de metodologias para acompanhamento e avaliação do programa de cotas, bem como as providências para elaborar e divulgar relatórios sobre os resultados advindos da política de cotas, incluindo o período a partir do qual não foram divulgados dados (2016), em atendimento ao disposto no art. 6º da Lei 12.711/2012;

9.2. recomendar ao Ministério da Educação que:

9.2.1. regulamente ou expeça diretrizes e orientações a respeito do procedimento de verificação da autodeclaração de candidatos pretos, pardos e indígenas para fins de preenchimento de vagas reservadas pela Lei 12.711/2012;

9.2.2. realize estudos sobre o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil e o Programa de Bolsa Permanência no atingimento dos objetivos da Lei de Cotas, para avaliar a necessidade e o efeito da assistência estudantil na taxa de retenção e evasão/desistência dos estudantes cotistas e não cotistas;

9.2.3. elabore estudos de revisão do critério de renda atualmente previsto na Lei 12.711/2012, consoante § 6º do art. 6º, e art. 9º do Decreto 7.824/2012, com o objetivo de subsidiar o aperfeiçoamento da política de cotas, especialmente no que diz respeito à:

9.2.3.1. abrangência da faixa de renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita como critério de reserva de vagas, com o objetivo de beneficiar adequadamente estudantes que pertencem a grupos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, em especial nos estados com pior rendimento médio mensal real domiciliar per capita; e

9.2.3.2. influência do atual critério de renda na determinação de oportunidades desiguais, em que pessoas de baixa renda, principalmente pretas, pardas e indígenas, são expostas a maiores níveis de competitividade nos grupos de reserva de vagas em que concorrem.

9.2.4. no âmbito da revisão da política de cotas determinada pela Lei 12.711/2012, elabore estudos para identificar as causas do não preenchimento de vagas, de eventual evasão de alunos cotistas e de outros fatores que resultem na baixa representatividade de negros, pardos, índios e deficientes nas Ifes, em relação à população total desses grupos nas unidades da federação dos processos seletivos, planejando e implementando ações necessárias para que o corpo discente de cada Ifes represente, de forma proporcional, os diferentes perfis de renda, raças e, também, os deficientes em cada região;

9.3. ordenar à Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação) que monitore as recomendações constantes desta decisão;

9.4. encaminhar este acórdão para as instituições federais de ensino (Universidades Federais e instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), ao Ministério da Educação, ao Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; e

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2376-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2377/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.104/2014-8.

1.1. Apenso: 035.386/2020-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: André Luiz Ceciliano (872.396.397-20); Município de Paracambi - RJ (29.138.294/0001-02).

3.2. Recorrente: André Luiz Ceciliano (872.396.397-20).

4. Órgãos/Entidades: Fundo Nacional de Saúde - MS; Município de Paracambi - RJ.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Marcos Andre Ceciliano Menezes (236934/OAB-RJ), representando André Luiz Ceciliano.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o agravo interposto por André Luiz Ceciliano contra o despacho de peça 174,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 276 e 289 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do agravo, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados; e

9.2. restituir os autos à Serur, para proceder à instrução de mérito recursal.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2377-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2378/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.889/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (92.242.080/0001-00).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Representação, no qual foram solicitados esclarecimentos acerca da aplicação da decadência no cumprimento do Acórdão 593/2022-Plenário:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. prorrogar, por mais 60 dias, a contar do conhecimento do presente Acórdão, o prazo para que a Universidade Federal de Pelotas (UFpel) dê cumprimento aos subitens 9.2.1 e 9.2.3 do Acórdão 593/2022-Plenário;

9.2. esclarecer à UFPel que a decisão objeto do Acórdão 593/2022-Plenário, não pretende a desconstituição do direito à vantagem de quintos de FC incorporadas com base na Portaria-MEC 474/1987, mas a correção da ilegalidade dos cálculos referentes a prestação mensal de trato sucessivo, cuja possibilidade de correção renova-se mensalmente no tempo, razão pela qual não é aplicável, à matéria, o instituto da decadência previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999;

9.3. determinar à Sefip que dê início ao monitoramento das determinações exaradas nos autos, com vistas à responsabilização dos agentes eventualmente omissos, tão logo termine o prazo ora prorrogado.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2378-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2379/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.775/2021-3.
1.1. Apensos: 001.667/2022-0; 003.767/2022-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Desestatização
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Empresa de Planejamento e Logística S.a.; Ministério da Infraestrutura.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Edilson Avelar Silva (13558/OAB-PR).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização do processo de desestatização dos lotes 1 e 2 do sistema rodoviário no Estado do Paraná, também conhecido como Concessão das Rodovias Integradas do Paraná;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à ANTT, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:
9.1.1. atualize as informações cadastrais das rodovias a serem licitadas, com o objetivo de dar conhecimento aos interessados das reais condições dos ativos que irão à licitação, para evitar a possibilidade de questionamentos futuros acerca do objeto entregue à iniciativa privada, em consonância com o art. 23, I, da Lei 8.987/1995;
9.1.2. inclua, no cálculo dos percentuais das tabelas II e III dos anexos 5 dos contratos, a totalidade dos valores referentes às desapropriações de cada contrato, em consonância com o art. 6º § 1º da Lei 8.987/1995 e com o art. 20, inciso II, alínea b da Lei 10.233/2001;
9.1.3. preveja, no contrato, a compatibilidade entre a taxa utilizada para atualizar a verba relativa a desapropriações e aquela utilizada para atualizar os valores efetivamente gastos com tais ações;
9.1.4. estabeleça, de modo claro e preciso, na minuta contratual, qual tratamento será dado para obras de terceiros supervenientes (decorrentes de acordos de leniência e/ou decisões judiciais futuros), evitando pleitos de reequilíbrio, em função da inclusão da obrigação de manter e operar obras realizadas por terceiros, em consonância com o art. 23, V, da Lei 8.987/1995;
9.1.5. defina o conceito de "obras do poder concedente e do DER" e "obras executadas pelo poder concedente e DER com recursos de terceiros", para esclarecer a aplicabilidade em cada caso das cláusulas 4.2.3 e 4.2.4 da minuta contratual, em consonância com o art. 23, V, da Lei 8.987/1995;
9.1.6. defina, na minuta contratual, a quais obras se aplicariam a cláusula 8.1.6 da minuta contratual, em consonância com o art. 23, V, da Lei 8.987/1995;
9.1.7. promova o correto enquadramento das obras em andamento, nos Lotes 1 e 2, nos conceitos aplicáveis, de modo que a listagem de obras do Anexo 14 contenha apenas as obras de acordos com terceiros, em consonância com o art. 23, V, da Lei 8.987/1995;
9.1.8. realize os ajustes necessários no modelo econômico-financeiro - MEF, de modo que não haja duplicidade para os investimentos previstos para as obras identificadas (terceira faixa da BR-277, entre o km 146,50 e o km 147,50-LD; duplicação da PR 092 e implantação de marginais em Siqueira Campos; e duplicação da PR 407, entre o km 17,4 e km 19), em consonância com o art. 23, V, da Lei 8.987/1995;
9.2. determinar ao Ministério da Infraestrutura, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que adote as medidas necessárias para restabelecer a guarda patrimonial dessas edificações, seja por meio de convênios com o Estado do Paraná ou por outros meios que entender adequados, com vistas a estancar as depredações que estão ocorrendo naqueles imóveis;
9.3. recomendar à ANTT, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:
9.3.1. nos próximos projetos de concessão, realize ou contrate estudos que associem diferentes perfis de rodovias aos respectivos custos generalizados de transporte, sopesando economicamente os custos, decorrentes das alternativas de investimentos e suportados pelos usuários, como meio de subsidiar o EVTEA e as decisões do gestor em projetos de concessão rodoviária.
9.3.2. reapresente o projeto, na sua mais nova versão à sociedade paranaense, para que esta tome ciência dos novos patamares tarifários das novas concessões, bem como das alterações efetuadas ao longo da fiscalização;
9.3.3. finalize a regulamentação necessária para a efetiva aplicação da subcláusula 11.6.1, relativa às garantias de execução do contrato, antes da licitação da PR Vias, em nome da segurança jurídica;
9.3.4. adote as ações pertinentes para assegurar, em conjunto com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que a regulamentação necessária à efetiva aplicação da cláusula 9.1 do contrato esteja integralmente disponível antes da licitação, em nome da segurança jurídica, e ao regulamentar o tema, preveja:
9.3.4.1. mecanismos e critérios para assegurar a isenção e imparcialidade do Verificador Acreditado, bem como os requisitos a configurar o rigor técnico das aferições;
9.3.4.2. estratégias de acompanhamento e verificação das informações e análises produzidas por terceiros, por parte da ANTT;
9.3.5. reveja o mecanismo de incentivo ao cumprimento contratual relacionado com os trabalhos iniciais, prevendo que a tarifa básica de pedágio seja incrementada após o atingimento dos parâmetros de desempenho, ao invés de haver retenção após os 12 meses iniciais, no caso de não execução daqueles.
9.3.6. inclua, nos contratos de concessão das rodovias do Paraná, marcos temporais para apuração dos valores previstos nas subcláusulas 6.4.1 para fins de compartilhamento dos riscos relacionados aos gastos de desapropriação, em consonância com o art. 6º § 1º da Lei 8.987/1995 e com o art. 20, inciso II, alínea b da Lei 10.233/2001;
9.3.7. revise os mecanismos de incentivo à execução das obras de duplicação dos lotes 1 e 2 das Rodovias do Paraná, com vistas a conferir maior grau de equalização aos incentivos financeiros associados à aplicação da reclassificação tarifária para as obras de duplicação relacionadas a diferentes praças de pedágio;
9.3.8. estabeleça mecanismos regulatórios relacionados à execução das demais obras de ampliação de capacidade e de melhorias aptos a impactar a rentabilidade da concessionária, com vistas a incentivar sua execução de forma mais efetiva.
9.3.9. avalie a conveniência e oportunidade de alocação expressa de riscos de implantação de novos trechos ferroviários com impactos sobre as receitas da concessão às futuras concessionárias nos contratos de concessão que vierem a ser assinados, em consonância com o art. 23, inciso V da Lei 8.987/1995;
9.4. informar a ANTT que a Frente Parlamentar sobre o Pedágio apoia a criação de conselho de usuários para cada lote de rodovias do Paraná, dado que acredita que a participação do usuário em todos os debates sobre as rodovias, obras, serviços e tarifa, minimizaria possíveis entraves e prejuízos;
9.5. encaminhar cópia do relatório de auditoria, bem como desta deliberação:
9.5.1. ao Ministério da Infraestrutura; e
9.5.2. à Agência Nacional de Transportes Terrestres.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2379-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2380/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.079/2021-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Monitoramento)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz (323.157.164-20).
3.2. Recorrente: Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz (323.157.164-20).
4. Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Sra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, ex-reitora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), contra o Acórdão 2.945/2021-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela Sra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito a multa que lhe foi aplicada no subitem 9.3 do Acórdão 2.945/2021-Plenário; e
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Universidade Federal da Paraíba.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2380-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2381/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.605/2010-6.
1.1. Apensos: 017.791/2015-4; 000.332/2010-0; 024.854/2016-6; 026.486/2020-2; 020.863/2011-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério das Cidades (extinto); Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva (257.931.118-16); Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado de Alagoas
3.2. Responsáveis: Antônio Jessé Leite (031.583.144-87); José Alberto Maia Paiva (376.986.724-68); Luigi Vitório Peixoto Talento (941.925.615-49); Ricardo Avelar Campos (110.682.548-90); Sandro Pepe (139.265.978-79); Santa Bárbara Engenharia S.A. (17.290.057/0001-75)
3.3. Recorrente: Santa Barbara S.A. (17.290.057/0001-75).
4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Entidades/órgãos do Governo do Estado de Alagoas.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
8. Representação legal:
8.1. Matheus Feitosa Gomes de Oliveira, Iuri Batista de Oliveira (14066/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
8.2. Mariana Albuquerque Rabelo (44.918/OAB-DF), Gabriel Juliano Aguilar Gonçalves, Luiz Piauhylino de Mello Monteiro (1296/A/OAB-DF) e outros, representando Santa Bárbara Engenharia S.A.
8.3. Ricardo Antonio de Barros Wanderley (5106/OAB-AL) e Andrea de Albuquerque Calheiros (8.270/OAB-AL), representando José Alberto Maia Paiva.
8.4. Jamile Duarte Coelho Vieira (5868/OAB-AL) e José de Barros Lima Neto (7274/OAB-AL), representando Antônio Jessé Leite.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Santa Bárbara Engenharia S.A. ao Acórdão 1.957/2022-Plenário, por meio do qual foi apreciado recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.890/2020-Plenário, que apreciou o mérito de tomada de contas especial instaurada em atendimento ao subitem 9.2. do Acórdão 1.834/2010-Plenário, em virtude do indício de superfaturamento apurado nas obras de redes coletoras de esgoto, poços de visita, interceptor de esgoto, estações elevatórias, linhas de recalque e ramais domiciliares nas ruas e avenida dos bairros Vergel do Lago, Joaquim Leão, Trapiche da Barra, Cambona, Bom Parto, Pinheiro e Bebedouro em Maceió/AL, implementadas com a utilização de recursos provenientes do Contrato de Repasse 226.554-75/2007,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los com efeitos infringentes, aproveitando-os em favor do Sr. José Alberto Maia Paiva;
9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 1.890/2020-Plenário, em face do reconhecimento da prescrição intercorrente prevista no art. 1º, §1º, da Lei 9.873/1999, c/c o art. 8º da Resolução 344/2022;
9.3. arquivar a presente tomada de contas especial sem julgamento de mérito;
9.4. dar ciência desta deliberação ao embargante e aos demais responsáveis e interessados.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2381-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2382/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.614/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) (34.028.316/0001-03).
3.2. Responsável: Zadir Pereira dos Santos (759.846.877-04).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - AC ARARUAMA/RJ.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Flavio Garcia Ramos (154.330/OAB-RJ), representando Zadir Pereira dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em desfavor do Sr. Zadir Pereira dos Santos, em razão de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, evidenciado pela falta de numerário na Agência dos Correios Araruama/SE/RJ,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas da Sr. Zadir Pereira dos Santos, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Débitos relacionados ao Sr. Zadir Pereira dos Santos

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
5/3/2016	108.951,54	Débito

9.2. aplicar ao Sr. Zadir Pereira dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. considerar graves as condutas praticadas pelo Sr. Zadir Pereira dos Santos, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU;
9.4. inabilitar o Sr. Zadir Pereira dos Santos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública por um prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c arts. 15, inciso I, alínea "i" e 270, do Regimento Interno do TCU;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.7. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e
9.8. dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e ao responsável.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2382-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2383/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 045.394/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo (em processo de Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (33.541.368/0001-16); Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (42.160.192/0001-43).
3.2. Recorrente: Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (42.160.192/0001-43).
4. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
8. Representação legal: Marco Antonio Bevilaqua (139333/OAB-SP) e outros, representando Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oferecida pela Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças), noticiando possíveis irregularidades no custeio dos planos de benefícios de previdência complementar patrocinados pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar prejudicada, por perda de objeto, a presente representação;
9.2. revogar, em consequência, a medida cautelar referendada pelo Acórdão 1.274/2022-Plenário;
9.3. dar ciência desta deliberação à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social;
9.4. determinar o arquivamento dos autos.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2383-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2384/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.379/2018-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsáveis: Construtora Royal Ltda. (05.684.728/0001-01); Moacir José Bezerra Mota (241.633.682-72).
3.3. Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, por meio do Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
4. Órgão/Entidade: Município de Amajari/RR.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Murilo Muraro Fracari (22.934/OAB-DF), Gryecos Attom Valente Loureiro (54.459/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Jose dos Reis Salazar Filho (1603/OAB-RR), representando Construtora Royal Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto contra o Acórdão 4.988/2019-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer do presente recurso de revisão e, no mérito, dar-lhe provimento, para tornar insubsistente o acórdão recorrido;
9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Moacir José Bezerra Mota, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.3. julgar regulares as contas da empresa Lopes e Melo Ltda., dando-lhe quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;
9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, aos responsáveis e à Procuradoria da República no Estado de Roraima.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2384-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2385/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.738/2022-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Solicitação do Congresso Nacional relativa ao Ofício 115/2022/CFFC-P, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Federal Áureo Ribeiro, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, requisita a esta Corte de Contas - em virtude de aprovação, pela referida comissão, do Requerimento 63/2022-CFFC, de autoria do Deputado Federal Jorge Solla - a realização de fiscalização com o objetivo de avaliar a regularidade da alienação, pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução - TCU 215/2008;
9.2. comunicar ao solicitante, Exmo. Sr. Deputado Federal Áureo Ribeiro, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que já se encontra autorizada e em execução, no âmbito do processo TC 024.764/2020-5, sob a relatoria do Min. Walton Alencar Rodrigues, a realização de fiscalização na Petrobras com o objetivo de avaliar a regularidade da alienação, pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), e que, assim que apreciada no mérito pelo Tribunal, dar-se-á notícia quanto ao seu resultado ou outras informações adequadas ao caso, devendo-se aguardar a manifestação do Tribunal naquele processo para que seja possível o atendimento integral desta solicitação;
9.3. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução-TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução ao processo TC 024.764/2020-5, uma vez reconhecida a conexão do respectivo objeto com o da presente solicitação;
9.4. juntar cópia deste acórdão, acompanhado de seu relatório e voto, ao processo conexo TC 024.764/2020-5, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução - TCU 215/2008;
9.5. enviar cópia deste acórdão ao solicitante, informando-lhe que o relatório e voto que o fundamentam podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.6. sobrestar o presente processo, com fundamento no art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, até que sejam encaminhadas as informações relativas ao processo conexo, necessárias ao integral cumprimento do solicitado.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2385-41/22-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2386/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.271/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representação legal: Juliana Carvalho Tostes Nunes (131998/OAB-RJ), representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Solicitação do Congresso Nacional relativa ao Ofício 155/2022/CFFC-P, de 30/6/2022, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Federal Áureo Ribeiro, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, requisita a esta Corte de Contas - em virtude de aprovação, pela referida comissão, da Proposta de Fiscalização e Controle 14/2022, de autoria do Deputado Federal Leo de Brito, nos termos do Relatório Prévio emitido pelo Deputado Federal Jorge Solla - a realização de fiscalização sobre a informação de que a Petrobras S.A. vendeu a Refinaria Isaac Sabbá (Reman) por valor correspondente a 70% do seu valor, e sem estudos que determinassem o impacto na região Norte do país;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução - TCU 215/2008;
9.2. comunicar ao solicitante, Exmo. Sr. Deputado Federal Áureo Ribeiro, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que este Tribunal já realizou as duas fiscalizações que resultaram nos acórdãos a seguir relacionadas, que atendem aos objetivos demandados:
9.2.1. acompanhamento realizado na empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), com o objetivo de avaliar os processos de desinvestimento dos ativos da Refinaria Isaac Sabbá (Reman), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) e Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor) - Acórdão 977/2022-TCU-Plenário;
9.2.2. auditoria de natureza operacional para verificar como o Governo Federal tem atuado para reorganizar o mercado nacional de refino de petróleo, tendo em vista os desinvestimentos pretendidos pela Petrobras - Acórdão 1.876/2021-TCU-Plenário;
9.3. enviar cópia dos acórdãos referenciados no item anterior ao solicitante, Exmo. Sr. Deputado Federal Áureo Ribeiro, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, acompanhado dos respectivos relatórios e votos que os fundamentaram;
9.4. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução-TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução aos processos TC 024.764/2020-5 e TC 003.245/2020-9, uma vez reconhecida a conexão do respectivo objeto com o da presente solicitação;
9.5. juntar cópia deste acórdão, acompanhado de seu relatório e voto, aos processos conexos TC 024.764/2020-5 e TC 003.245/2020-9, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução - TCU 215/2008;
9.6. enviar cópia deste acórdão ao solicitante, informando-lhe que o relatório e voto que o fundamentam podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.7. considerar a solicitação integralmente atendida e encerrar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso II, da Resolução - TCU 215/2008.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2386-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2387/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.706/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de ofício (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Alberto Jorge Silva Colares (055.333.412-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Revisão de Ofício de ato de aposentadoria de Alberto Jorge Silva Colares, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. revisar de ofício o Acórdão 18.977/2021-TCU-2ª Câmara, de modo que o ato de aposentadoria de Alberto Jorge Silva Colares seja considerado ilegal;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no inciso I do art. 4º da Resolução TCU 315/2020, que:
9.3.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.3.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;
9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2387-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2388/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.959/2015-9.
1.1. Apensos: 031.524/2020-6; 020.925/2017-4; 034.022/2020-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Lest Engenharia Ltda - ME (12.312.542/0001-89); Luiz Eduardo Studart Gomes Junior (101.307.993-00).
4. Entidade: Município de Aquiraz - CE.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Gislene Rodrigues de Macedo (OAB/DF 32.527).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Lest Engenharia Ltda. e Luiz Eduardo Studart Gomes Júnior contra o Acórdão 993/2022-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992;
9.2. acolher os embargos de declaração opostos por Lest Engenharia Ltda. e Luiz Eduardo Studart Gomes Júnior, conferindo-lhes efeitos infringentes, de forma a tornar insubsistente os subitens 9.4 a 9.7 do Acórdão 993/2022-TCU-Plenário;
9.3. julgar regulares as contas de Lest Engenharia Ltda. e de Luiz Eduardo Studart Gomes Júnior, e dar-lhes quitação plena;
9.4. notificar os recorrentes e a Procuradoria da República no Estado do Ceará acerca desta decisão.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2388-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2389/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.501/2008-8.
1.1. Apenso: 010.171/2008-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (37.115.375/0003-79); UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica (02.715.397/0001-23).
3.2. Responsáveis: Faleta e Bomfim Industria e Comercio de Aço e Serviços Ltda. (40.602.468/0001-70); Israel Beserra de Farias (132.513.174-15); Itazil Fonseca Benicio dos Santos (400.974.477-49); Jose Eduardo Athayde de Almeida (094.147.705-34); Mestra Ltda. (03.457.778/0001-12); Milton de Santana Faleta (117.812.385-53); Moreira Trindade Engenharia e Construções Ltda. - ME (01.907.258/0001-39); Paulo José Borba da Trindade (080.171.315-34); Paulo Ramiro Perez Toscano (076.068.501-00); Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira (130.377.905-63); Rui Melo de Carvalho (370.198.997-49); Tl Construtora Ltda. (00.058.984/0001-61); UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica (02.715.397/0001-23).
3.3. Recorrentes: Itazil Fonseca Benicio dos Santos (400.974.477-49) e Neuma de Fátima Costa de Farias (181.324.134-15).
4. Órgãos: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Meio Ambiente, dos Rec. Hídricos e da Amazônia Legal - Sec de Rec. Hídricos (excluída).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Mariza Dias Marum Jorge (OAB/DF 44.242), Jose Silvino da Silva Filho (OAB/DF 48.279); Alexandre Melo Soares (OAB/DF 24.518); Iuri Mattos de Carvalho (OAB/BA 16.741), Maria de Lourdes Nunes (OAB/DF 4.872); Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 51.623), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Bruno Degrazia Mohn (OAB/DF 18.161), João Maria de Oliveira Souza (OAB/DF 9.121), Fabiana de Castro Souza (OAB/DF 26.113), Francisco Bastos Filho (OAB/BA 8.504) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que, nesta etapa, cuidam de embargos de declaração opostos por Itazil Fonseca Benício dos Santos em face do Acórdão 1.334/2022-TCU-Plenário, que, em relação ao embargante, conheceu do recurso de reconsideração por ele interposto contra o Acórdão 1.723/2016-TCU-Plenário, para, no mérito, negar-lhe provimento, e por Neuma de Fátima Costa de Farias, viúva do Sr. Israel Bessera de Farias, em face do Acórdão 1.334/2022-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Itazil Fonseca Benício dos Santos em face do Acórdão 1.334/2022-TCU-Plenário, por adimplir os requisitos de admissibilidade tratados nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. não conhecer dos embargos de declaração opostos por Neuma de Fátima Costa de Farias, viúva do Sr. Israel Bessera de Farias, por não observar os requisitos de admissão tratados nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do RITCU nem, de forma alternativa, recebê-los como arguição de questão de ordem pública;
9.3. notificar os embargantes da presente decisão.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2389-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2390/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.786/2021-9.

1.1. Apenso: 045.544/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Responsável: Luciene Andrade Gomes Martinho (CPF 057.472.764-76), Prefeita de Bayeux/PB (gestão 2021-2024).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Bayeux/PB.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com fulcro no inciso IV do art. 237 do Regimento Interno do TCU, acerca de possíveis irregularidades na execução dos contratos 158/2020 e 168/2020, celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bayeux/PB;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aplicar à Sra. Luciene Andrade Gomes Martinho (CPF 057.472.764-76), prefeita de Bayeux/PB (gestão 2021-2024), a multa prevista no inciso IV do art. 58 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até o efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Tribunal;

9.2. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. diligenciar a Prefeitura Municipal de Bayeux/PB, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos:

a) cópia integral do processo de execução do contrato 158/2020, decorrente da dispensa de licitação 18/2020, acompanhado de cópias de notas de empenho, termos de recebimento e liquidação e demais documentos concernentes ao objeto;

b) cópia integral do processo de execução do contrato 168/2020, decorrente da dispensa de licitação 25/2020, acompanhado de cópias de notas de empenho, termos de recebimento e liquidação e demais documentos concernentes ao objeto;

c) informações sobre a fonte de recursos aplicados na execução dos contratos 158/2020 e 168/2020 tratados nestes autos, indicando se provenientes do Fundo Nacional de Saúde ou de outras transferências federais, acompanhadas da documentação comprobatória;

d) extratos bancários da conta corrente utilizada para os pagamentos efetuados na execução dos contratos mencionados, desde o mês de setembro/2020;

e) documentação comprobatória da destinação dada aos testes rápidos adquiridos através dos contratos em comento;

f) demais informações que julgar necessárias; e

g) designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato.

9.4. notificar a Sra. Luciene Andrade Gomes Martinho (CPF 057.472.764-76) acerca da presente deliberação; e

9.5. encaminhar à Prefeitura Municipal de Bayeux/PB cópia da presente instrução e da peça 25, a fim de subsidiar as respostas e documentos requeridos na diligência.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2390-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2391/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.771/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Frennessey Souza Leal (184.037.941-34).

4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Frennessey Souza Leal em face do Acórdão 2.992/2021-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito os subitens "1.7.1.1" e "1.7.1.3" da decisão recorrida, sem prejuízo de orientar o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para que siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, mantendo a parcela incorporada a título de quintos, nos proventos da recorrente, nos termos em que foi inicialmente deferida, imune à absorção por reajustes futuros, considerando que a referida incorporação está amparada em decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança 2003.002.008895-7 (0008895-76.2003.8.07.0000), que tramitou no Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Territórios e que transitou em julgado em 9/2/2009;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2391-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2392/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.604/2021-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento

3. Responsáveis: não há

4. Unidades: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Ministério do Desenvolvimento Regional

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório decorrente da 1ª etapa de acompanhamento, de natureza operacional, com foco nas ações de implementação do Novo Marco Legal de Saneamento Básico - NMLSB trazido pela Lei 14.026/2020.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso IV, e 41, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 241 do Regimento Interno, em:

9.1. dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento Regional, na qualidade de presidente do Comitê Interministerial de Saneamento Básico - Cisb, que a inoperância do Comitê, considerando a relevância de suas competências definidas no art. 53-B da Lei 11.445/2007, com a redação conferida pela Lei 14.026/2020, pode comprometer a implementação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, inclusive no que concerne à efetividade da alocação dos recursos federais e da interlocução com outras políticas públicas, destacando, outrossim, que a não realização de ao menos duas reuniões ordinárias anuais do Comitê configura desrespeito ao art. 6º, caput, do Decreto 10.430/2020;

9.2. recomendar à Secretaria Nacional de Saneamento, na qualidade de Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial de Saneamento Básico - Cisb, que promova esforços para fornecer o apoio institucional e técnico-administrativo de forma a subsidiar a efetiva atuação do Comitê, conforme prevê o art. 5º do Decreto 10.430/2021;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que a fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.3.1. ao Ministério da Economia, para que avalie a conveniência e oportunidade de apoiar a estruturação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, tendo em vista a sua competência de promover a lotação ou exercício de servidores federais na autarquia, conforme estabelecido no art. 17-A da Lei 9.984/2000, com a redação dada pela Lei 14.026/2020;

9.3.2. à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;

9.3.3. ao Ministério do Desenvolvimento Regional;

9.4. restituir os autos à SeinfraUrbana para continuidade do presente acompanhamento.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2392-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2393/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.118/2020-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Responsáveis: Giselly Vieira Gomes (032.563.393-28); Mariana Jales de Souza (048.767.783-88); Raffael Cordeiro Milhomem Moreira (027.321.753-40)

4. Unidade: Município de Imperatriz/MA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog

8. Representação legal: Daniel Endrigo Almeida Macedo (7018/OAB-MA) e Caio Cesar de Oliveira Luciano (11.798/OAB-MA), representando Mariana Jales de Souza; Alessandra Belfort Braga (7472/OAB-MA), representando Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog sobre indícios de irregularidades na aquisição de medicamentos para o enfrentamento da covid-19 pela Secretaria de Saúde - Semus de Imperatriz/MA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante os motivos expostos pelo Relator e com fundamento nos artigos, 12 § 3º, 26, 28 inc. II, 41, e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 217, 235, 237, inciso VI, e 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. considerar Mariana Jales de Souza e Giselly Vieira Gomes revéis para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Raffael Cordeiro Milhomem Moreira, deixando, excepcionalmente, de aplicar-lhe sanção pecuniária;

9.4. aplicar a Mariana Jales de Souza multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. aplicar a Giselly Vieira Gomes multa no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.10. alertar os responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis e à Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam pode ser consultada no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2393-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2394/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.432/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria Operacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Empresa de Planejamento e Logística S.A.; Ministério da Infraestrutura.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria operacional no campo de atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com o objetivo de avaliar a periodicidade e a metodologia para definição do cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC ou Weighted Average Cost of Capital - WACC, na sigla em inglês) do setor ferroviário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com base no art. 4º, inciso I da Resolução-TCU 315/2020, que, até dezembro de 2023, quando da finalização do ciclo de atualização do cálculo do custo médio ponderado de capital regulatório ferroviário (WACC):
9.1.1. realize estudo técnico conclusivo, levando em consideração a experiência dos demais setores de infraestrutura no Brasil, a respeito da periodicidade máxima de atualização do valor do WACC regulatório para fins de aplicação em modelagens de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão ferroviária, incluindo processos de prorrogação antecipada e ordinária, em respeito ao art. 24, inciso III, da Lei 10.233/2001;
9.1.2. submeta à participação social o eventual ajuste de periodicidade no cálculo do WACC ferroviário, decorrente do estudo técnico objeto da determinação acima apresentada, nos termos do art. 9º da Lei 13.848/2019 e da Resolução ANTT 5.624/2017;
9.1.3. incorpore, em sua metodologia de cálculo do WACC regulatório ferroviário, a escolha de percentis, ou faixa de percentis, na curva de distribuição do WACC resultante, associados a distintos patamares de riscos, de acordo com as diretrizes da "Metodologia de Cálculo do WACC - concessões públicas", de 2018, do Ministério da Economia;
9.1.4. elabore estudo técnico com vistas a fundamentar o estabelecimento metodológico do período das séries históricas utilizadas no cômputo do WACC ferroviário, o qual deve manter consonância com as práticas correntes em outros setores de infraestrutura regulados, com base no art. 24, inciso III, c/c art. 11, inciso IV, da Lei 10.233/2001;
9.1.5. atualize a metodologia de cálculo do WACC, atualmente definida na Nota Técnica Suexe 16/2015, de forma a, motivadamente, escolher método e critérios para cálculo e atualização da estrutura de capital a ser usada no cálculo do WACC ferroviário, de modo a cumprir o disposto o art. 20, parágrafo único, da LINDB;
9.2. recomendar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, que:
9.2.1. incorpore, em sua metodologia de cálculo do WACC regulatório ferroviário, definição para que o WACC seja escolhido, a cada projeto ferroviário, dentre aqueles calculados conforme determinação do subitem 9.1.3, de forma que tal custo de capital seja aquele associado ao patamar de risco relacionado ao projeto em análise, a exemplo do que faz a Metodologia de Cálculo do WACC - concessões públicas", de 2018, do Ministério da Economia;
9.2.2. revise a metodologia para cômputo do WACC ferroviário, atualmente sistematizada na Nota Técnica Suexe 16/2015, de forma a adotar o prazo apontado no estudo objeto do subitem 9.1.4 deste Acórdão para delimitação do tamanho das séries históricas utilizadas nos cálculos, de forma a reduzir o peso relativo dos dados mais antigos, a exemplo do que fazem as metodologias definidas pela Aneel, Ministério da Economia e Antaq;
9.2.3. incorpore, na atualização da metodologia de cálculo do WACC ferroviário determinada acima, as diferenças na estrutura de capital a depender do nível de investimentos constante da modelagem econômico-financeiro dos projetos ferroviários, de forma a apresentar ao regulador opções relativas a esta estrutura de capital;
9.3. notificar a Agência Nacional de Transportes Terrestres deste acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenha interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhe cópia desses documentos sem quaisquer custos;
9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2394-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2395/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.787/2018-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Revisão de ofício (Pensão militar)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Andrea Martins Pessoa (155.702.718-80); Maria Alaide Gutierres Araujo (088.055.778-80).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de pensão militar instituídos pelo Comando da Marinha, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União para fins de registro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, e da Questão de ordem - Ata nº 33, de 16/8/2006, em:
9.1. revisar de ofício o Acórdão 10.494/2018-TCU-2ª Câmara, de modo a considerar ilegal e recusar registro ao ato de reversão de pensão militar instituída por João Araujo Pessoa às Sras. Andrea Martins Pessoa e Maria Adelaide Gutierres Araujo;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando da Marinha, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no inciso I do art. 4º da Resolução TCU 315/2020, que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos dos arts. 262 do Regimento Interno/TCU e 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;
9.3.2. cadastre no e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, com base no art. 19, § 3º, da IN TCU 78/2018, e do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, novo ato de pensão militar, livre da irregularidade verificada nos autos;
9.3.3. comunique as interessadas acerca do teor deste Acórdão;
9.3.4. nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, os comprovantes de que as interessadas tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;
9.4. dar ciência deste Acórdão ao Órgão responsável pela concessão e às Sras. Andrea Martins Pessoa e Maria Adelaide Gutierres Araujo, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.5. juntar cópia da presente deliberação ao TC 043.838/2021-9.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2395-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2396/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.600/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos: Câmara dos Deputados; Defensoria Pública da União; Ministério Público Federal; Presidência da República; Senado Federal; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Levantamento realizado com o objetivo de avaliar a transparência de portais eletrônicos de órgãos federais.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. enviar cópia do presente Acórdão e do Relatório à peça 8 aos órgãos a seguir elencados, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa:
9.1.1. Presidência da República;
9.1.2. Defensoria Pública da União;
9.1.3. Câmara dos Deputados;
9.1.4. Senado Federal;
9.1.5. Tribunal de Contas da União;
9.1.6. Supremo Tribunal Federal;
9.1.7. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
9.1.8. Ministério Público Federal; e
9.1.9. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
9.2. autorizar a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação:
9.2.1. a compartilhar com a coordenação do Programa Nacional de Transparência Pública todos os resultados obtidos na avaliação realizada por meio da presente fiscalização, o que inclui o preenchimento de formulários e sistemas que consolidarão essas informações;
9.2.2. a enviar relatório individualizado aos órgãos fiscalizados e a divulgar os resultados deste levantamento como forma de induzir maior aderência aos normativos e às boas práticas de transparência;
9.3. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, tornando-as públicas;
9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2396-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2397/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.595/2017-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Fundação de Previdência Complementar dos Empregados Ou Servidores da Finep, Ipea, Cnpq, Inpe e Inpa (00.529.958/0001-74).
4. Órgãos/Entidades: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Financiadora de Estudos e Projetos; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

8. Representação legal: Augusto Cesar Nogueira de Souza (55713/OAB-DF), Beatriz Araujo Andrade (54.145/OAB-DF) e outros, representando Fundação de Previdência Complementar dos Empregados Ou Servidores da Finep, Ipea, Cnpq, Inpe e Inpa; Maria Ines Caldeira Pereira da Silva Murgel (64029/OAB-MG), representando Associacao dos Empregados da Finep-Afin.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, formulada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), fundada na ausência de restituição, pela Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do Inpe e do Inpa (Fipecq), das contribuições patronais ao Fundo no período anterior à Lei 8.112/1990, quando houve a transposição de servidores para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da Representação, determinando seu arquivamento, sem julgamento de mérito;

9.2. nos termos do art. 241 do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do Inpe e do Inpa (Fipecq), à Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que informem a esta Corte de Contas, para fins de acompanhamento, sobre os resultados das ações versadas nos Processos 0059508-42.2010.4.01.3400 e 1007362-26.2018.4.01.3400, ajuizadas originalmente na 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, atualmente em grau de recurso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no prazo de até 15 (quinze) dias após cada trânsito em julgado;

9.3. dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, esclarecendo que o teor integral de suas peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.3.1. Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

9.3.2. Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, Ipea, Cnpq, Inpe e Inpa (Fipecq);

9.3.3. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

9.3.4. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

9.3.5. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;

9.3.6. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

9.3.7. Financiadora de Estudos e Projetos;

9.3.8. Associação dos Empregados da FINEP (Afin).

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2397-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2398/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.235/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (04.903.587/0001-08); Atu 18 Arrendataria Portuaria Spe S.A. (41.718.266/0001-51).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

8. Representação legal: Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra (35253/OAB-DF), Alexandre Moreira Lopes (41.351/OAB-DF) e outros, representando Intermaritima Portos e Logistica S.A; Geneci Maria Fachinello Bonetti, representando Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Henrique Cesar Mourão (32340/OAB-MG), Paulo Henrique Monteiro da Silva (39327/OAB-DF) e outros, representando Atu 18 Arrendataria Portuaria Spe S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação acerca de indícios de irregularidades em decisões da SNPTA e da Antaq que autorizaram a inclusão de perfil de carga granel sólido mineral no Contrato de Arrendamento 3/2021, firmado entre o Ministério da Infraestrutura (MInfra) e ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A (ATU18);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, conhecer da presente Representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no art. 9º da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao Ministério da Infraestrutura e à Antaq de que a alteração do tipo de carga para o qual o terminal foi planejado, antes do cumprimento, pelo arrendatário, das obrigações imediatas previstas no edital de licitação, fere o art. 16, incisos I e II, da Lei 12.815/2013 c/c o art. 174 da Constituição Federal, bem como o art. 14 da Lei 8.987/1995;

9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão ao Ministério da Infraestrutura, à Antaq, à Intermaritima Portos e Logistica S.A. e à ATU 18 Arrendataria Portuaria Spe S.A, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2398-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2399/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.136/2021-6.

1.1. Apenso: 042.222/2021-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Andrade Galvão Engenharia Ltda. (13.558.309/0001-43); Congresso Nacional (vinculador); Prefeitura Municipal de Boa Vista - RR (05.943.030/0001-55).

3.2. Responsáveis: Antonio Carlos de Lima Carvalho Filho (816.005.422-04); Deusiana Ferreira Costa Gouveia (048.471.464-33); Maria Teresa Saenz Surita Guimarães (385.344.601-91).

3.3. Recorrente: Andrade Galvão Engenharia Ltda. (13.558.309/0001-43).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: Marcela Medeiros Queiroz Franco Santos (OAB/RR 433), representando Prefeitura Municipal de Boa Vista - RR; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406), Talita Angel Pereira Franca (OAB/DF 54.552) e outros, representando Andrade Galvão Engenharia Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria, agora em fase de embargos de declaração ao Acórdão 1.917/2022-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao embargante e à Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR; e

9.3. orientar a Seproc que, tão logo sejam realizadas as comunicações referentes ao subitem 9.2 acima, retorne os presentes autos ao gabinete do Relator para análise da instrução de mérito.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2399-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2400/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.141/2017-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Milton Rondo Filho (275.501.761-91).

3.2. Recorrente: Milton Rondo Filho (275.501.761-91).

4. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Monique Rafaella Rocha Furtado (OAB-DF 34131), Edgard Rodrigo de Amorim Rocha (OAB-DF 39785) e outros, representando Milton Rondo Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Milton Rondó Filho em face do Acórdão 490/2022 - TCU - Plenário,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2400-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2401/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 037.720/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Órgãos/Entidades: Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal e Município de Boa Vista/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal: Jamil Josepetti Júnior (OAB/PR 16.587), representando Ministério do Turismo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria (Fiscobras 2020) realizada nas obras de requalificação da Orla do Rio Branco/Bacia do Caxangá, que corresponde à urbanização da área de intervenção dando origem ao Parque do Rio Branco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Prefeitura de Boa Vista/RR, nos termos do art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, dos procedimentos que devem ser adotados, em obras custeadas com recursos da União, diante da necessidade de recorrer à pesquisa de preços de insumos e serviços por meio de cotações de mercado a que se refere o art. 6º, in fine, do Decreto 7.983/2013:

9.1.1. fazer constar formalmente nos autos do processo de licitação os parâmetros de busca introduzidos (as palavras chaves, o período, as especificações etc.) com a impressão da página da web e os documentos que julgar necessários; como também os dados inerentes à pesquisa, a exemplo do responsável pela pesquisa, órgão consultado, número da licitação, nome do vendedor, meio de consulta, data da pesquisa, URL do site, CNPJ do fornecedor, quantidade, valor e especificação do objeto, bem como as demais condições de pagamento e entrega;

9.1.2. na cotação direta com os fornecedores, somente admitir os preços cujas datas não se diferenciem em mais de cento e oitenta dias, ou seja, nenhuma proposta direta de fornecedor deve conter diferença de data maior que cento e oitenta dias quando comparadas às demais em um grupo de pesquisa de preços junto a fornecedores no mesmo processo;

9.1.3. para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não considerar os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo;

9.1.4. buscar, na pesquisa de mercado, o mínimo de três cotações de fornecedores distintos e, caso não seja possível obter esse número de cotações, elaborar justificativa circunstanciada;

9.2. encaminhar à Prefeitura de Boa Vista/RR e ao Consórcio Sanches Tripoloni-Coema cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam;

9.3. arquivar o processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2401-41/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2402/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.235/2021-0.
1.1. Apenso: 025.687/2020-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Conselho Nacional de Justiça; Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a relatório de auditoria que teve por objetivo avaliar a sistemática adotada pelos conselhos de fiscalização profissional para a cobrança de profissionais inadimplentes.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. determinar aos conselhos relacionados, com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do RI/TCU, que adotem, em 360 (trezentos e sessenta dias), as seguintes medidas, coordenada e cooperativamente com os conselhos regionais, quando for o caso:
9.1.1. elaborem normativo para instituição de regras para recuperação de crédito, em observância ao disposto no art. 6º, §2º, da Lei 12.514/2011, de modo a unificar os procedimentos adotados pelos conselhos regionais. Destinatários:

Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)
Conselho Federal de Química (CFQ)
Conselho Federal de Odontologia (CFO)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA)
Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Conselho Federal de Estatística (Confe)
Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)
Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
Conselho Federal de Museologia (Cofem)

9.1.2. elaborem normativo regulamentando a avaliação da carteira de créditos, nos termos atualmente preconizados nas normas de contabilidade aplicáveis. Destinatários:

Conselho Federal de Administração (CFA)
Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)
Conselho Federal de Química (CFQ)
Conselho Federal de Odontologia (CFO)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Conselho Federal de Medicina (CFM)
Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Conselho Federal de Estatística (Confe)
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)
Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)
Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
Conselho Federal de Biologia (CFBio)
Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)
Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia (Conter)
Conselho Federal de Educação Física (Confef)
Conselho Federal de Economia (Cofecon)
Conselho Federal de Museologia (Cofem)
Conselho Federal de Representantes Comerciais (Confere)
Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp)

9.1.3. estudem modos de implementar, no âmbito de seus respectivos sistemas profissionais e em seus conselhos regionais, melhorias em seus sistemas de gestão, bem como nos controles internos, notadamente aqueles com reflexo na contabilidade das entidades, a fim de atender adequadamente ao disposto nos arts. 85 e 89 da Lei 4.320/1964. Destinatários:

Conselho Federal de Administração (CFA)
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
Conselho Federal de Biologia (CFBio)
Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
Conselho Federal de Economia (Cofecon)
Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)
Conselho Federal de Educação Física (Confef)
Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)
Conselho Federal de Estatística (Confe)
Conselho Federal de Farmácia (CFF)
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)
Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA)
Conselho Federal de Medicina (CFM)
Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
Conselho Federal de Museologia (Cofem)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Conselho Federal de Odontologia (CFO)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Conselho Federal de Química (CFQ)
Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp)
Conselho Federal de Representantes Comerciais (Confere)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)
Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia (Conter)
Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

9.1.4. estudem modos de implementar, no âmbito de seus respectivos sistemas profissionais e em seus conselhos, sistemas de custos que atendam às finalidades dos arts. 83, 85 e 89, todos, da Lei 4.320/1964, bem como dos arts. 14, §3º, II, e 50, §3º, todos, da LC 101/2000. Destinatários:

Conselho Federal de Administração (CFA)
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
Conselho Federal de Biologia (CFBio)
Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
Conselho Federal de Economia (Cofecon)
Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)
Conselho Federal de Educação Física (Confef)
Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)
Conselho Federal de Estatística (Confe)
Conselho Federal de Farmácia (CFF)
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)
Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA)
Conselho Federal de Medicina (CFM)
Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
Conselho Federal de Museologia (Cofem)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Conselho Federal de Odontologia (CFO)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Conselho Federal de Química (CFQ)
Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp)
Conselho Federal de Representantes Comerciais (Confere)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)
Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia (Conter)
Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

9.1.5. implementem procedimentos de avaliação da carteira de recebíveis, bem como de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos atualmente preconizados no Pronunciamento Técnico CPC 48, bem como na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 48. Destinatários:

Conselho Federal de Administração (CFA)
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
Conselho Federal de Biologia (CFBio)
Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
Conselho Federal de Economia (Cofecon)
Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)
Conselho Federal de Educação Física (Confef)
Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)
Conselho Federal de Estatística (Confe)
Conselho Federal de Farmácia (CFF)
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)
Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA)
Conselho Federal de Medicina (CFM)
Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
Conselho Federal de Museologia (Cofem)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Conselho Federal de Odontologia (CFO)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Conselho Federal de Química (CFQ)
Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp)
Conselho Federal de Representantes Comerciais (Confere)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)
Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia (Conter)
Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

9.1.6. divulguem suas respectivas normas relativas à avaliação da carteira de créditos inadimplidos entre todos seus conselhos regionais. Destinatários:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR)
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
Conselho Federal de Farmácia (CFF)
Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)

9.1.7. editem norma regulamentando o que dispõem os arts. 7º e 8º da Lei 12.514/2011, identificando as situações que envolvem débitos irrisórios, irrecuperáveis, de difícil recuperação ou cujo custo seja superior ao valor devido. Destinatários: todos os conselhos federais;
9.2. recomendar aos conselhos federais, com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, III, do RI/TCU, que, em 360 (trezentos e sessenta dias), adotem as seguintes medidas, em coordenação e cooperação com os conselhos regionais, quando for o caso:
9.2.1. em conjunto com seus respectivos conselhos regionais, avaliem suas estratégias de cobrança de créditos inadimplidos, a fim de que as modalidades adotadas (ou a serem adotadas) apresentem-se racionais, efetivas, eficientes, devendo observar, entre outros aspectos: i) a taxa de recuperabilidade; ii) o tempo para recuperação; iii) custos internos e externos envolvidos (custos totais); e iv) retorno obtido; de modo a melhor atender ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. Destinatários:

Conselho Federal de Administração (CFA)
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

Conselho Federal de Biologia (CFBio)
Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)
Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
Conselho Federal de Economia (Cofecon)
Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)
Conselho Federal de Educação Física (Confef)
Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)
Conselho Federal de Estatística (Confe)
Conselho Federal de Farmácia (CFF)
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)
Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA)
Conselho Federal de Medicina (CFM)
Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)
Conselho Federal de Museologia (Cofem)
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Conselho Federal de Odontologia (CFO)
Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Conselho Federal de Química (CFQ)
Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp)
Conselho Federal de Representantes Comerciais (Confere)
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA)
Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia (Conter)
Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)

9.3. ordenar à SecexAdministração que promova o monitoramento, ainda que por amostragem, dos itens 9.1 e 9.2 desta deliberação;

9.4. determinar aos conselhos de fiscalização profissional que comuniquem seus regionais do conteúdo da presente decisão;

9.5. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 41/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 26/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2402-41/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2407/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, e 243 do RI/TCU c/c art. 16, II, da Resolução TCU 315/2020, em considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 612/2021-TCU-Plenário; dispensar nova rodada de monitoramento; apensar os presentes autos ao TC 038.129/2019-1, como proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-012.584/2021-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (00.394.445/0532-13).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2408/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em considerar atendidas as medidas solicitadas no item 1.7 do Acórdão 158/2022-Plenário e em ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, dando-se ciência desta deliberação ao Instituto Nacional de Seguro Social, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.073/2022-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Seguro Social.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2409/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC-042.955/2021-1 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 002.379/2022-8 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Recorrente: Andreani Logística Ltda. (04.887.927/0001-46).

1.3. Interessados: Intermodal Brasil Logística Ltda. (03.558.055/0001-00).

1.4. Órgão/Entidade: Coordenação-geral de Recursos Logísticos - MS.

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.9. Representação legal: Anna Carolina Miranda Dantas (41793/OAB-DF), representando Andreani Logística Ltda.; Gustavo Swain Kfouri (35197/OAB-PR), representando Intermodal Brasil Logística Ltda.

VISTOS e relacionados estes autos de embargos de declaração opostos pela empresa Andreani Logística Ltda. ao Acórdão 2.163/2022-Plenário, por meio do qual foram apreciados pedidos de reexame interpostos pela IBL Logística/Intermodal Brasil Logística Ltda. e pela União contra o Acórdão 552/2022-Plenário, proferido em representação,

Considerando que a qualidade de representante é insuficiente para conferir legitimidade processual, pois, em regra, pelo princípio do impulso oficial, instaurado o processo a partir da provocação inicial, o próprio TCU toma o curso das apurações (por exemplo Acórdão 1.924/20165-Plenário);

Considerando que, no âmbito do TCU, a atuação do denunciante ou do representante consiste em provocar a ação fiscalizatória, não lhes cabendo, por ausência de legitimidade e interesse, a prerrogativa de manejar recursos, exceto quando formalmente admitidos nos autos como interessados (por exemplo, Acórdão 186/2016-Plenário);

Considerando que a alegação de se estar buscando o interesse público não confere à representante a condição de interessada;

Considerando que o inconformismo com o conteúdo da decisão proferida em representação também não confere à representante a condição de interessada e que não cabe a esta Corte tutelar interesses privados;

Considerando que a embargante, na condição de representante não atende aos requisitos estabelecidos nos artigos 144 e 145 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que a empresa Andreani Logística Ltda. não figura como parte regularmente habilitada nos autos, sendo caracterizada, tão somente, como legitimada a dar início a ação de controle externo;

Considerando que a empresa Andreani Logística Ltda. não possui legitimidade para manejar recursos nos presentes autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II e parágrafo único, e 34 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso V, alínea "f"" e § 3º, 277, inciso III e 287, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

1.10. não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Andreani Logística Ltda.;

1.11. dar ciência deste acórdão à embargante.

ACÓRDÃO Nº 2410/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 999/2022-TCU-Plenário, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-019.664/2022-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/SGB);

1.6.2. Apensar definitivamente os presentes autos ao TC 006.795/2021-8, com fundamento no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014 e no art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27/2009.

ACÓRDÃO Nº 2411/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar não atendida a medida solicitada no subitem 1.7.1. do Acórdão 2.752/2021-TCU-Plenário, porém, diante do iminente exaurimento do Contrato 59/2018 e considerando que o Ministério da Saúde não dispõe de dados confiáveis relativos à sua execução, não se vislumbra oportuna a continuidade deste monitoramento, sem prejuízo da devida apuração de responsabilidades pelo alongado período de inação dos gestores em face da continuada inexecução contratual, aspecto a ser enfrentado no TC 037.065/2019-0;

b) considerar atendida a medida solicitada no subitem 1.7.3. do Acórdão 2.752/2021- TCU-Plenário, sem prejuízo das providências/determinações descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-044.607/2021-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar ao Ministério da Saúde que, concomitantemente à sua publicação, encaminhe ao Tribunal cópia do edital do certame destinado à contratação de serviços continuados de armazenagem e transporte multimodal de Insumos Estratégicos de Saúde (IES), com vistas ao monitoramento das determinações constantes do subitem 1.7.2. do Acórdão 2.752/2021-TCUPlenário;

1.6.2. autorizar o desentranhamento, por erro de juntada, das peças 20, 21, 22 e 23 destes autos, documentos referentes a processo licitatório ainda em fase preparatória;

1.6.3. Dar ciência desta deliberação ao Ministério da Saúde;

1.6.4. Sobrestar o presente processo até a publicação do edital do futuro certame destinado à contratação de serviços de armazenagem e transporte de IES, nos termos do art. 47 da Resolução TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 2412/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 02/2022, conduzido pelo Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva - INCA, com vistas à "contratação de serviço especializado de pré-impressão, impressão, acabamento e empacotamento de formulários administrativos e da área assistencial/hospitalar, materiais gráficos, sejam estes materiais didáticos, técnicos, científicos, de campanhas educativas, de divulgação, de sensibilização...";

Considerando que a representante aponta a ocorrência de irregularidade na habilitação jurídica e técnica da empresa vencedora (cujo contrato já foi celebrado), no tocante à aceitação de certidão negativa de falência vencida na data do certame e à aceitação de atestados de capacidade técnica que não atendiam aos parâmetros do edital, respectivamente;

Considerando que a Selog verificou que, não obstante a certidão negativa de falência se encontrar com a validade vencida na data de abertura do Pregão Eletrônico 02/2022, a situação da empresa não era de falência ou de recuperação;

Considerando o entendimento deste Tribunal pela admissibilidade de juntada de novos documentos que apenas atestem condições pré-existentes, v.g. Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário:

"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)."

Considerando que não se verificou a existência de elementos nos autos que indiquem incapacidade operacional ou favorecimento da empresa contratada ou outra irregularidade que caracterize prejuízo ao erário;

Considerando que não restaram satisfeitos os pressupostos para concessão da medida cautelar solicitada, nos termos da análise empreendida na peça 9;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade;

Os ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante; encaminhar cópia deste acordão e da instrução à peça 9 ao Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva - INCA e à representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-009.599/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Marc Print Gráfica e Editora Ltda. (15.292.830/0001-07).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2413/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 16/2022, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, cujo objeto é a "prestação de serviços de transporte de urnas e material administrativo com disponibilização de veículos com combustível, motoristas e auxiliares, com coleta, distribuição, recolhimento e devolução de kits Urnas e de kits Convocados, destinados às Seções Eleitorais a serem instaladas nos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, por ocasião das Eleições Gerais de 2022 e das renovações de eleições municipais que ocorrerem durante a vigência contratual";

Considerando que a representante aponta a ocorrência de irregularidades relativas a descumprimento de requisitos de habilitação previstos no edital (itens 5.4, 9.1 e 9.1 f, 9.1 f.1, 9.1 h) e ausência de comprovação de atestado de qualificação econômico-financeira (peça 4, p. 25 e ss.);

Considerando que a autoridade competente julgou improcedente recurso interposto pela representante;

Considerando que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, em análise das justificativas apresentadas no âmbito do TRE-RS para o exame do recurso e manutenção da decisão do pregoeiro, entendeu que as razões estão de acordo com a legislação aplicável e com o edital, bem como com a jurisprudência do TCU (peça 14), restando esclarecidas as inconformidades apontadas na representação;

Considerando que, consoante análise empreendida na peça 14, a unidade instrutora concluiu que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão da medida cautelar solicitada; e

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante; encaminhar cópia deste acordão e da instrução à peça 14 ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e à representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-013.421/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: JCP Andrade Transportes Eireli (23.046.325/0001-00)

1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Janaina Cristina Porcel Andrade, representando JCP Andrade Transportes Eireli.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2414/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico (PE) 38/2022, conduzido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional (SENAT), com valor estimado de R$ 1.726.837,54, cujo objeto é o "registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância eletrônica e monitoramento através de circuito fechado de televisão (CFTV), com aquisição e instalação dos equipamentos, para compor o enxoval das Unidades Operacionais do SEST SENAT, de tipologia CN e DN (peça 4, p. 1)";

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade;

Considerando que a representante se insurge contra a decisão que classificou e habilitou a empresa Tele Alarme Segurança Eletrônica Ltda.;

Considerando que a regularidade da classificação da empresa Tele Alarme Segurança Eletrônica Ltda. no Pregão Eletrônico (PE) 38/2022 já foi apreciada por esta Corte, tendo o Acórdão 1985/2022-TCU-Plenário deliberado por considerar prejudicada a apreciação de mérito da representação, por perda de objeto, em razão da revisão de ofício da decisão que havia desclassificado a citada empresa Tele Alarme Segurança Eletrônica Ltda.;

Considerando a ausência de elementos supervenientes que demandem nova atuação deste Tribunal;

Considerando que não restaram evidenciados os pressupostos necessários à concessão da medida cautelar pleiteada;

Os ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer a representação e considerar prejudicada a continuidade de seu exame, em virtude da inexistência de elementos que demandem nova atuação deste Tribunal;

b) indeferir a medida cautelar pleiteada;

c) encaminhar cópia da representação (peça 1), deste acórdão e da instrução à peça 27 ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional para adoção das providências internas de sua alçada;

d) dar ciência deste acórdão e da instrução à peça 27 à representante;

e) arquivar o processo.

1. Processo TC-019.956/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Seal Telecom Comercio e Serviços de Telecomunicações Ltda. (58.619.404/0008-14).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Felipe Aguiar Costa Luz (OAB/DF 25637), representando Seal Telecom Comercio e Serviços de Telecomunicações Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2415/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de denúncia (autuada como representação) a respeito de possível irregularidade na "Contratação de consultoria jurídica, no valor de R$ 35.000,00, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei 14.133/2021", pelo Conselho Regional de Administração do Paraná;

Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade;

Considerando que, em exame sumário realizado pela unidade instrutora (peça 20), restaram constatados baixo risco, baixa materialidade e baixa relevância nos fatos narrados pelo denunciante;

Considerando que, no caso concreto, não se verifica existência de elementos nos autos que indiquem prejuízo ao erário ou outra irregularidade que justifique a atuação direta deste Tribunal;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso III, 169, inciso III, 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer a denúncia e considerar prejudicada a continuidade de seu exame, em virtude do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto;

b) encaminhar cópia da denúncia (peça 1), deste acórdão e da instrução à peça 20 ao Conselho Regional de Administração do Paraná para adoção das providências internas de sua alçada;

c) encaminhar cópia deste acórdão e da instrução à peça 20 ao denunciante;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

e) arquivar o processo.

1. Processo TC-020.814/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Denunciante: Identidade preservada, conforme art. 55 da Lei 8.443/1992

1.2. Unidade Jurisdicionada: Conselho Regional de Administração do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2416/2022 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de solicitação da Procuradoria da República no Município de Montes Claros/MG para que esta Corte de Contas se manifeste acerca do valor do dano a ser ressarcido, nos termos do art. 17-B, § 3º, da Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), relativamente ao Inquérito Civil 1.22.005.000016/2020-10.

A unidade responsável pela instrução verificou, em resumo, que a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (Seduc/MG) apurou os valores devidos por Odilon Bispo de Oliveira, ex-diretor da Caixa Escolar Albino Rodrigues Pinto, da Escola Estadual Artur José dos Passos, localizada no município de Pintópolis/MG, em razão da irregularidade ou falta de prestação de contas das verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Considerando que o §3º e o art. 17-B da Lei 8.429/1992 assim dispuseram:

"Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:

I - o integral ressarcimento do dano;

II a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

(...)

§ 3º Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias;"

Considerando que ainda não há regulamentação da matéria neste Tribunal, tendo sido criado grupo de trabalho cujos estudos levaram à criação de projeto de resolução apresentado no âmbito do TC 000.216/2022-4, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que ainda se encontra em tramitação;

Considerando que, enquanto não aprovado referido projeto de resolução, e havendo necessidade de disciplinar e uniformizar a forma como este tipo de demanda deve ser tratada, foi expedido o Memorando-Circular 9/2022-Segecex;

Considerando que feitos como este não são precedidos das etapas de um típico processo de controle externo e que, em razão do prazo exíguo para o TCU se manifestar, tem-se que a manifestação da unidade instrutora no tocante à apuração de valor tem natureza estimativa, pois sujeita a modificações decorrentes de eventual processo de controle externo que, após o devido processo legal, venha a ser julgado por esta Corte de Contas;

Considerando que, no caso concreto, a quantificação do débito foi feita por meio de verificação, pois os pareceres conclusivos elaborados pela Seduc/MG identificaram as irregularidades e quantificaram o valor devido por Odilon Bispo de Oliveira;

Considerando que o cálculo do valor do dano elaborado pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação, utilizando-se o Sistema Débito do TCU, concluiu que o saldo do débito atualizado monetariamente, até 5/10/2022, é de R$ 104.377,10 e atualizado com juros de mora, até a mesma data, é de R$ 105.655,99;

Considerando que esta Corte não está examinando de forma expressa e conclusiva os fatos que deram ensejo à ação civil, mas tão somente se manifestando com base nas informações apresentadas nos autos para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido em sede de Acordo de Não Persecução Cível - ANPC a ser celebrado entre o Ministério Público Federal e o responsável;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da SecexEducação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143 e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU e no art. 62 c/c o art. 65, inciso III, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) conhecer da presente solicitação de manifestação do Tribunal para fins do disposto no art. 17-B, §3º, da Lei 8.429/1992, com fundamento nos itens 2 e 3 do Memorando-Circular 9/2022- Segecex;

b) encaminhar os demonstrativos de débito acostados às peças 13 e 14 e cópia desta instrução à Procuradoria da República no Município de Montes Claros/MG, fazendo menção de que se trata de atendimento ao seu Ofício 212/2022 - MPF/PRM-MOC/GAB/MMC e ao Inquérito Civil 1.22.005.000016/2020-10, em face de Odilon Bispo de Oliveira;

b.1) esclarecer que os exames realizados pelo TCU não se deram em processo de controle externo e que as análises e conclusões levaram em conta exclusivamente as informações que constam dos autos e os parâmetros indicados nos demonstrativos de débito, não se tratando de perícia, parecer técnico ou julgamento quanto aos fatos narrados;

c) dar conhecimento desta deliberação e da instrução à peça 15 à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-005.923/2022-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Unidade Jurisdicionada: Município de Pintópolis/MG.

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2417/2022 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de solicitação da Procuradoria da República no Município de Garanhus/Arcoverde/PE, no âmbito do Inquérito Civil 1.26.005.000078/2018-50, para que esta Corte de Contas informe, nos termos do art. 17-B, §3º, da Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), o valor do dano a ser ressarcido em razão de

irregularidades na aplicação dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa Ensino Médio Inovador (Proemi) - exercícios 2016 e 2017, pela Unidade Executora Conselho Escolar Professora Maria Pinto Souto dos Santos, localizada no município de Brejão/PE.

Consta que o citado inquérito foi aberto em desfavor de Helber Côrrea Barros, pois não foram encontrados os materiais permanentes adquiridos com verbas do Proemi (2017) e do PDDE Básico (2016), nos valores de R$ 11.088,00 e R$ 1.072,00.

Considerando que o art. 17-B e seu §3º da Lei 8.429/1992 assim dispõem:

"Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:

I - o integral ressarcimento do dano;

II a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

(...)

§ 3º Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias;"

Considerando que ainda não há regulamentação da matéria neste Tribunal e que foi criado grupo de trabalho cujos estudos levaram à criação de projeto de resolução apresentado no âmbito do TC 000.216/2022-4, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, ainda em tramitação;

Considerando que, enquanto esse projeto de resolução não é aprovado e havendo necessidade de disciplinar e uniformizar a forma como este tipo de demanda deve ser tratada, foi expedido o Memorando-Circular 9/2022-Segecex;

Considerando que feitos como este não são precedidos das etapas de um típico processo de controle externo e que, em razão do prazo exíguo para o TCU se manifestar, tem-se que a manifestação da unidade instrutora no tocante à apuração de valor tem natureza estimativa, pois sujeita a modificações decorrentes de eventual processo de controle externo que, após o devido processo legal, venha a ser julgado por esta Corte de Contas;

Considerando que o cálculo do valor do dano elaborado pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação, utilizando o Sistema Débito do TCU, concluiu que o saldo do débito atualizado monetariamente, até 13/10/2022, é de R$ 16.030,18 e atualizado com juros de mora, até a mesma data, é de R$ 16.061,55;

Considerando que este Tribunal não está examinando de forma expressa e conclusiva os fatos que deram ensejo à citada ação civil, mas tão somente se manifestando com base nas informações apresentadas nos autos, para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido em sede de Acordo de Não Persecução Cível - ANPC a ser celebrado entre o Ministério Público Federal e o responsável;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da SecexEducação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143 e 169, inciso V, do Regimento Interno-TCU e no art. 62 c/c o art. 65, inciso III, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) conhecer da presente solicitação de manifestação do Tribunal para fins do disposto no art. 17-B, §3º, da Lei 8.429/1992, com fundamento nos itens 2 e 3 do Memorando-Circular 9/2022- Segecex;

b) encaminhar à Procuradoria da República no Município de Garanhus/Arcoverde/PE cópia desta deliberação, dos demonstrativos de débito acostados às peças 14 e 15 e da instrução à peça 16, fazendo menção de que se trata de atendimento ao Ofício 775/2022/GAB/MPF/PRM/GAR - 1º OF e ao Inquérito Civil 1.26.005.000078/2018-50, em face de Helber Corrêa de Barros, CPF 046.776.084-58;

b.1) esclarecer que os exames realizados pelo TCU não se deram em processo de controle externo e que as análises e conclusões levaram em conta exclusivamente as informações que constam dos autos e os parâmetros indicados nos demonstrativos de débito, não se tratando de perícia, parecer técnico ou julgamento quanto aos fatos narrados;

b.2) informar que os valores podem ser atualizados mediante o Sistema Débito (https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces) deste Tribunal de Contas.

c) dar conhecimento desta deliberação e da instrução à peça 16 à Secretaria de Estado da Educação e Esportes de Pernambuco e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-010.279/2022-9 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Unidade Jurisdicionada: Município de Brejão - PE.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2418/2022 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de solicitação 7ª Vara Cível Federal de São Paulo, por meio do Ofício nº 132/2022-T-PZO, para que esta Corte de Contas se manifeste acerca do valor do dano a ser ressarcido, nos termos do art. 17-B, § 3º, da Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), relativo à Ação Civil de Improbidade Administrativa (64) n° 5026275-74.2021.4.03.6100.

A unidade responsável pela instrução verificou, em resumo, que Caixa Econômica Federal realizou apuração de toda a cadeia de atos lesivos praticados por Anderson Rogério Botan (313.946.418-50). A partir das informações levantadas, a empresa consolidou os valores desviados.

Considerando que o §3º e o art. 17-B da Lei 8.429/1992 assim dispuseram:

"Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:

I - o integral ressarcimento do dano;

II a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

(...)

§ 3º Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias;"

Considerando que ainda não há regulamentação da matéria neste Tribunal, tendo sido criado grupo de trabalho cujos estudos levaram à criação de projeto de resolução apresentado no âmbito do TC 000.216/2022-4, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que ainda se encontra em tramitação;

Considerando que, enquanto não aprovado referido projeto de resolução, e havendo necessidade de disciplinar e uniformizar a forma como este tipo de demanda deve ser tratada, foi expedido o Memorando-Circular 9/2022-Segecex;

Considerando que feitos como este não são precedidos das etapas de um típico processo de controle externo e que, em razão do prazo exíguo para o TCU se manifestar, tem-se que a manifestação da unidade instrutora no tocante à apuração de valor tem natureza estimativa, pois sujeita a modificações decorrentes de eventual processo de controle externo que, após o devido processo legal, venha a ser julgado por esta Corte de Contas;

Considerando que o cálculo do valor do dano apurado pela Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional - SecexFinanças, utilizando-se o Sistema Débito do TCU, concluiu que o saldo do débito atualizado monetariamente, até 14/10/2022, é de R$ R$ 38.808,30.

Considerando que esta Corte não está examinando de forma expressa e conclusiva os fatos que deram ensejo à ação civil, mas tão somente se manifestando com base nas informações apresentadas nos autos para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido em sede de Acordo de Não Persecução Cível - ANPC a ser celebrado entre o Ministério Público Federal e o responsável;

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da SecexFinanças,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143 e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU e no art. 62 c/c o art. 65, inciso III, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) conhecer da presente solicitação de manifestação do Tribunal para fins do disposto no art. 17-B, §3º, da Lei 8.429/1992, com fundamento nos itens 2 e 3 do Memorando-Circular 9/2022- Segecex;

b) encaminhar os demonstrativos de débito acostados à peça 5 e cópia desta instrução à Justiça Federal Cível de São Paulo informando-lhe que o valor a ser ressarcido à Caixa por Anderson Rogério Botan (313.946.418-50), atualizado até a data de 14 de outubro de 2022, é de R$ 38.808,30 (trinta e oito mil, oitocentos e oito reais e trinta centavos);

c) esclarecer que os exames realizados pelo TCU não se deram em processo de controle externo e que as análises e conclusões levaram em conta exclusivamente as informações que constam dos autos e os parâmetros indicados nos demonstrativos de débito, não se tratando de perícia, parecer técnico ou julgamento quanto aos fatos narrados;

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-019.815/2022-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2419/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 241, inciso I, e 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação contida no item 9.4 do Acórdão 2.715/2020-TCU-Plenário, dada a constatação de inexistirem pagamentos com recursos do precatório do Fundef dos serviços objeto do Contrato 51/2015, firmado entre o Estado do Piauí e a Fundação Getúlio Vargas, sendo que o valor empenhado à conta do Tesouro Estadual, no exercício de 2022, cobre a integralidade das parcelas restantes do contrato;

b) autorizar a juntada da peça 19 deste processo ao TC 000.173/2022-3, em razão de o objeto do Contrato 4/2021, firmado com a FGV, para prestação de serviços relativos à aprendizagem dos jovens e adultos beneficiários do Projeto de Redução do Analfabetismo do Estado do Piauí, no valor de R$ 31.829.138,80, ser objeto de análise naqueles autos;

c) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Procuradoria-Geral do Estado do Piauí; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-018.929/2021-4 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Piauí.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2420/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992, à exceção das peças que contiverem informações pessoais que permitam a identificação do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Companhia Docas do Espírito Santo e ao denunciante; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

1. Processo TC-002.149/2020-6 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.7. Representação legal: Julio Cesar Medeiros Ribeiro (OAB/ES 18.417) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2421/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 1.533/2022-TCU-Plenário (peça 153), por meio do qual esta Corte de Contas não conheceu do pedido de reexame interposto, por ausência de legitimidade recursal, e indeferiu o ingresso do recorrente nos autos na condição de parte interessada.

Considerando que, nos termos do art. 287, § 1º, do Regimento Interno do TCU, os embargos de declaração podem ser opostos pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal;

Considerando que os embargos opostos não atendem aos requisitos de admissibilidade, por estar caracterizada a falta de legitimidade para recorrer, haja vista não ter sido o embargante reconhecido como parte interessada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos IV, alínea "b", e V, alínea "f", e § 3º, 277, inciso III, e 287, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer dos embargos de declaração, por ausência de legitimidade recursal;

b) dar ciência da presente deliberação ao embargante.

1. Processo TC-015.857/2021-2 (DENÚNCIA)
1.1. Recorrente: Identidade Reservada.

1.2. Interessado: Identidade Reservada.
1.3. Órgão: Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.8. Representação legal: Alexandre Rodrigues Souza (OAB/DF 50.319), Carlos Antonio Vieira Fernandes Filho (OAB/DF 34.472), Lucas Almeida Lacerda da Costa (OAB/DF 65.493) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2422/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 2.579/2014-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) considerar em atendimento a determinação e a recomendação constantes dos subitens 9.1.1 e 9.3.3, respectivamente, do Acórdão 2.579/2014-TCU-Plenário, sem prejuízo de se examinar o atendimento de tais decisões em processos futuros relacionados às revisões tarifárias das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica;
b) considerar não cumprida a recomendação constante do subitem 9.3.1 do Acórdão 2.579/2014-TCU-Plenário, mas, tendo em vista as análises realizadas, dispensar a continuidade do monitoramento desse item;
c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-028.054/2014-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).
1.5. Representação legal: Sidnei Furlan, Alexandre Gonçalves Filho e outros.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2423/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 2.322/2015-TCU-Plenário (peça 4), com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) considerar implementadas as recomendações constantes dos subitens 9.2.1, com exceção da alínea "x", e 9.2.2 do Acórdão 2.322/2015-TCU-Plenário;
b) considerar parcialmente implementada a recomendação constante do subitem 9.2.3 do Acórdão 2.322/2015-TCU-Plenário;
c) considerar insubsistente a alínea "x" do item 9.2.1 do Acórdão 2.322/2015-TCU-Plenário;
d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras; e
e) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-040.295/2020-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S/A.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2424/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer da presente representação, uma vez que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
b) indeferir o pedido de medida cautelar para suspender os atos decorrentes do Pregão Presencial 07/2022 realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas - Crea/AM, ante a ausência do requisito autorizativo do perigo da demora;
c) expedir a determinação constante do item 1.7;
d) dar ciência ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas, com vistas a evitar a repetição futura de irregularidade de mesmo teor, nos termos do disposto no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, de que a realização do pregão presencial é medida de exceção prevista no art. 1º, § 4º, do Decreto 10.024/2019, cuja utilização está condicionada à necessidade de justificar e comprovar de maneira clara e fundamentada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização do pregão na forma eletrônica;
e) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas e à representante; e
f) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação monitore a determinação constante do item 1.7.

1. Processo TC-010.177/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: H dos S Ferreira (07.542.421/0001-93).
1.2. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.6. Representação legal: Rafael Inacio Cavalcante (OAB/RR 928), Ana Maria Fernandes Menezes Martins (OAB/AM 4.303) e outros.
1.7. Determinar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, c/c art. 251 do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a anulação do Pregão Presencial 07/2022, na forma do art. 45 da Lei 8.666/93, em razão de violação ao art. 1º, § 4º, do Decreto 10.024/2019, e ao princípio da competitividade previsto no art. 2º do mesmo normativo, informando a este Tribunal, no prazo de trinta dias, as providências adotadas.

ACÓRDÃO Nº 2425/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de agravo interposto pelos representantes contra o despacho proferido em 27/9/2022 (peça 40), por meio do qual, acompanhando entendimento da Secretaria de Controle Externo da Saúde, indeferi o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelos representantes.
Considerando que, nos termos do art. 289 do Regimento Interno do TCU, o agravo é espécie recursal cabível em caso de despacho decisório desfavorável à parte;
Considerando que os representantes não são partes no presente processo tampouco tiveram deferido seus ingressos como interessados;
Considerando, assim, que o presente agravo não atende aos requisitos de admissibilidade, por estar caracterizada a falta de legitimidade para recorrer;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso V, e 289 do Regimento Interno do TCU, em:
a) não conhecer do agravo, por ausência de legitimidade recursal; e
b) dar ciência da presente deliberação aos recorrentes.

1. Processo TC-012.676/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 013.201/2022-0 (REPRESENTAÇÃO); 013.094/2022-0 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Recorrentes: Alessandro Vieira (719.437.905-82); Tabata Claudia Amaral de Pontes (388.483.198-40); Felipe Rigoni Lopes (128.381.827-22).
1.3. Interessados: Alessandro Vieira (719.437.905-82); Secretaria de Atenção À Saúde (00.394.544/0129-49).
1.4. Órgãos: Ministério da Saúde; Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão (217 municípios).
1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
1.8. Unidade Técnica: não atuou.
1.9. Representação legal: Laura Guedes de Souza (OAB/DF 48.769).
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2426/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente;
b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;
c) deixar de dar ciência ao Conselho Federal de Economia - Cofecon, com fundamento no inciso I do parágrafo único do art. 16 da Resolução- TCU 315/2020, tendo em vista que a unidade jurisdicionada dispõe-se a corrigir o edital do Pregão Eletrônico 5/2022, com adequação do item 4.5.1.1, em respeito ao disposto no inciso I do art. 3º da Medida Provisória 1.108/22, sem prejuízo de que o TCU verifique a efetiva implementação e os impactos dela resultantes;
d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Conselho Federal de Economia - Cofecon e à representante; e
e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-013.134/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Conselho Federal de Economia.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Suevandro Barbosa de Moura (OAB/SC 34.771).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2427/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
b) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, por perda do seu objeto;
c) expedir a determinação constante do item 1.6;
d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Nacional de Segurança Pública e à representante; e
e) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore a determinação expedida.

1. Processo TC-016.010/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinar à Secretaria Nacional de Segurança Pública, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:
1.6.1. promover o retorno do Pregão Eletrônico 7/2022 à fase de julgamento das propostas dos itens 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10 e 23, para análise dos documentos de habilitação da empresa P.R.P. Borges Comércio Eireli - EPP, em consonância com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, contido no art. 3º da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 2428/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de pedidos de reexame interpostos por Aroldo Souza Andrade, Carlos Alberto Lopes, Domingos Nascimento Silva, José Vieira Leal Filho e Rubens Pereira Garcia contra o Acórdão 1.614/2019-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas conheceu da representação, considerou-a procedente e fez determinação à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia - SGP, na qualidade de gestora do Sistema Integrado de Administração de Pessoal - Siape (peça 17).
Considerando que a determinação constante do item 9.2 do acórdão recorrido teve como fundamento as disposições contidas no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, bem como o que prescreve o art. 45 da Lei 8.443/1992;
Considerando que o Tribunal de Contas da União exerceu a chamada jurisdição objetiva, ou seja, a relação processual estabeleceu-se apenas entre a Corte de Contas e o Ministério da Economia, tendo-se limitado o órgão de controle externo, no exercício de sua missão constitucional, a expedir ao órgão ministerial comando de natureza mandamental, sem efeito desconstitutivo;
Considerando que, se a natureza da decisão do Tribunal não é, em si mesma, desconstitutiva, não há que reconhecer, aos ora recorrentes, sucumbência no presente processo;

Considerando que, se não há sucumbência, não há interesse em intervir e, consequentemente, não há legitimidade recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, e 282 do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Aroldo Souza Andrade, Carlos Alberto Lopes, Domingos Nascimento Silva, José Vieira Leal Filho e Rubens Pereira Garcia, ante a ausência de legitimidade recursal;

b) dar ciência desta decisão aos recorrentes.

1. Processo TC-030.187/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 004.921/2016-0 (representação); 016.050/2022-3 (solicitação de certidão); 011.767/2022-7 (solicitação de certidão); 013.124/2022-6 (solicitação de certidão); 013.122/2022-3 (solicitação de certidão); 040.624/2020-0 (monitoramento); 014.174/2022-7 (solicitação de certidão).

1.2. Recorrentes: Jose Vieira Leal Filho (176.200.155-15); Aroldo Souza Andrade (116.021.475-15); Carlos Alberto Lopes (123.421.304-49); Domingos Nascimento Silva (350.763.565-87); Rubens Pereira Garcia (055.352.392-91).

1.3. Interessados: Marcelino Ferreira de Azevedo Filho (143.081.262-15); Milton Evangelista Dourado (247.962.711-04).

1.4. Órgãos: Advocacia-geral da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinto).

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.9. Representação legal: Ruy de Araujo Junior (OAB/RJ 123.366), Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256) e outros.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2429/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, e arquivar o processo, sem resolução de mérito;

b) dar ciência desta deliberação à Companhia Docas do Rio de Janeiro.

1. Processo TC-039.002/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2430/2022 - TCU - Plenário

Trata o presente processo de representação formulada por Membro do Ministério Público de Contas, em que solicita a este Tribunal a realização de "ampla investigação" na execução de despesas autorizadas com recursos do chamado "orçamento secreto" (emendas do relator-geral RP9), em cooperação com a Polícia Federal, citando notícia veiculada pelo jornal "O Estado de São Paulo", intitulada "PF pede ao Supremo abertura de inquérito para apurar orçamento secreto".

Considerando que a unidade instrutora, Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, propõe que não se conheça da representação, com fundamento no parágrafo único do art. 235 c/c o parágrafo único do art. 237 do Regimento Interno deste Tribunal, por esta não apontar "(...) irregularidade determinada, bem como não estar acompanhada de indícios (...)"; e

considerando que outro Membro do mesmo Ministério Público de Contas anuiu à proposta da Selog, "(...) em face do que restou apurado nos autos (...)";

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência ao representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-043.321/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.5. Representação legal: não há

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2431/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento dos Acórdãos 1.174/2019-TCU-Plenário e 1.266/2020-TCU-Plenário, ambos de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, originados da auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar o grau de auditabilidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária e Supervisão de Contas, consubstanciado nos pareces uniformes exarados às peças 70 a 72, acerca dos seguintes itens:

i) da análise da Portaria RFB 4, de 22 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Protocolo de Auditabilidade da Administração Tributária e Aduaneira, conjugando-se, ainda, com os Convênios específicos entre a RFB e a Controladoria Geral da União - CGU (Convênio nº 3/2020/SE) e entre a RFB e o Tribunal de Contas da União (TC 038.168/2020-2), colhe-se que os problemas e os riscos identificados na auditoria operacional realizada foram superados ou suficientemente mitigados (item 9.1 do Acórdão 1.174/2019-TCU-Plenário);

ii) a RFB realizou as ações ao seu alcance para, em conjunto com as Portarias Cotec 4/2017 (formas e critérios de segurança da informação para o acesso a dados da RFB por órgãos convenentes ou por órgãos e entidades da Administração Pública Federal) e 21/2020 (procedimentos de segurança da informação a serem adotados para entrega de documento eletrônico em formato digital, protegidos ou não por sigilo fiscal, a órgãos, entidades, autoridades ou cidadãos), dar cumprimento à determinação 9.2.4 do Acórdão 1.174/2019 - TCU - Plenário, a despeito de não ter enviado a este Tribunal plano de ação detalhado para o seu cumprimento (item 9.2.5 do Acórdão 1.174/2019 - TCU - Plenário);

iii) o Ministério da Economia não implementou a recomendação constante do item 9.3.11 1.174/2019-TCU-Plenário (divulgação ativa da memória de cálculo e da descrição metodológica referente às estimativas apresentadas pela RFB);

iv) cabe ao Comitê Central de Governança de Dados da Administração Pública Federal (CCGD) editar regras de compartilhamento de dados, motivo pelo qual se torna insubsistente a recomendação estabelecida no item 9.3.9 do Acórdão 1.174/2019-TCU-Plenário (recomendação ao Ministério da Economia para estabelecer mecanismos de acesso a dados de forma menos onerosa possível); e

v) a Portaria RFB 2.189/2017 foi revogada pela Portaria RFB 167, de 14/4/2022, tornando, no caso concreto, insubsistente a recomendação assinada no item 9.3.10 do Acórdão 1.174/2019-TCU-Plenário (recomendação ao Ministério da Economia para avaliar a constitucionalidade e a legalidade da Portaria MF 457/2016 e da Portaria RFB 2.189/2017, que estabeleceram a venda de acesso para terceiros, pelo Serpro, de dados e informações constantes dos cadastros públicos a que tenha acesso);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso V do art. 143 do RI/TCU, em:

a) considerar cumpridas as determinações dos itens 9.1 e 9.2.4 do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário e do item 9.2 do Acórdão 1266/2020 - TCU - Plenário;

b) considerar implementadas as recomendações dos itens 9.3.4, 9.3.6 e 9.3.12 do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário e do item 9.3 do Acórdão 1266/2020 - TCU - Plenário;

c) considerar em cumprimento a determinação do item 9.2.5 do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário;

d) considerar em implementação as recomendações dos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.8 do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário;

e) considerar parcialmente cumpridas as recomendações dos itens 9.3.5 e 9.3.7 do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário;

f) considerar não implementada a recomendação do item 9.3.11 do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário;

g) considerar não aplicáveis as recomendações dos itens 9.3.9 e 9.3.10 do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário;

h) autorizar a autuação de novo processo para prosseguir o monitoramento do Acórdão 1174/2019 - TCU - Plenário;

i) comunicar ao Ministério da Economia e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a prolação do presente Acórdão, encaminhando-lhes cópia desta deliberação e da instrução à peça 70; e

j) apensar definitivamente este processo ao TC 021.258/2018- 0, encerrando o presente monitoramento, nos termos do art. 169, I, do RITCU.

1. Processo TC-040.671/2020-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária e Supervisão de Contas (SecexTrib).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2432/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de auditoria de conformidade, autorizada pelo Acórdão 2853/2020-TCU-Plenário, relatora Ministra Ana Arraes, realizada no período de 15/3/2021 a 12/5/2021 no processo licitatório CSI70.2020.1192, promovido pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), tendo por objeto a modernização e digitalização da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso IV;

Considerando que os responsáveis foram chamados em audiência decorrente do achado de auditoria "Metodologia utilizada para definição do orçamento e preço de referência deficiente e/ou inadequada";

Considerando que foi promovida oitiva da Chesf e da Voith Hydro Ltda. em decorrência tanto do achado "Metodologia utilizada para definição do orçamento e preço de referência deficiente e/ou inadequada" como do achado "Matriz de Riscos deficiente";

Considerando a conclusão do processo de privatização do grupo Eletrobras em junho de 2022, alterando-se a natureza jurídica da holding e de suas principais subsidiárias, incluindo a Chesf;

Considerando que os riscos apontados pela equipe de auditoria, que seriam decorrentes de possíveis aditivos contratuais, encontram-se mitigados;

Considerando que o contrato decorrente da Licitação CSI-70.2020-1192 foi firmado com deságio de 48% do preço inicialmente orçado;

Considerando que os riscos detectados podem refletir somente na gestão contratual, não competindo à Corte emitir recomendação ou determinação neste caso concreto; e

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica, consubstanciado nos pareces uniformes exarados às peças 86-88;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso III do art. 143, em:

a) considerar prejudicadas, por perda de objeto, as análises das razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Umberto Tenório de Barros, Marcos Antônio dos Santos Caetano, Gilberto Alves Tenório Junior e Décio Cavalcanti Lima, em razão de, no caso concreto, os atos dos gestores não terem causado dano imediato, dado o deságio da licitação e que o potencial prejuízo futuro em eventuais aditivos por conta do orçamento deficiente estará sob a alçada de uma empresa privada;

b) considerar prejudicadas, por perda de objeto, as análises das oitivas apresentadas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e pela empresa Voith Hydro Ltda., em razão de, no caso concreto, as inconformidades apontadas na fiscalização trazerem riscos que são inerentes à fase de execução contratual, e que deverão ser tratados, caso se materializem, na gestão do contrato entre as empresas contratantes;

c) comunicar à Eletrobras e à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-008.961/2021-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Decio Cavalcanti Lima (354.270.274-91); Gilberto Alves Tenorio Junior (036.431.344-79); Marcos Antonio dos Santos Caetano (463.733.573-68); Umberto Tenorio de Barros (248.184.454-87).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.6. Representação legal: Adriano Daleffe (20.619/OAB-PR), representando Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Denise Placa (264170/OAB-SP), Silvana dos Santos Moreno (243.611/OAB-SP) e outros, representando Voith Hydro Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2433/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Monitoramento quanto ao atendimento ao Acórdão 1445/2022 - Plenário, que proferiu determinações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para que se abstivesse de realizar novas aquisições ou permitir qualquer adesão adicional às Atas de Registro de Preços 28 e 29/2021, firmadas em relação aos itens 2 a 5 do Pregão Eletrônico 37/2020 com as empresas Foot Comercial Ltda. e Primax Distribuidora Ltda., e realizasse novo procedimento licitatório para fornecimento dos itens 2 a 5 do Pregão Eletrônico 37/2020, em atenção ao princípio da economicidade, para futuras contratações, no caso de as aquisições ainda serem necessárias (item 9.3), bem como determinou ao 40º Batalhão de Infantaria que se abstivesse de adquirir o saldo remanescente de sua adesão às Atas de Registro de Preços 28 e 29/2021, firmadas em relação aos itens 2 a 5 do Pregão Eletrônico 37/2020 (item 9.4);

Considerando que o certame visava à aquisição de uniformes (vestimentas operacionais profissionais) personalizados, para atender as necessidades da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública e órgãos participantes do Registro de Preços;

Considerando, no tocante ao subitem 9.3.1 do Acórdão 1445/2022 - Plenário, que o MJSP, como ente gerenciador do procedimento, deu notícia do decisum em epígrafe a todos os órgãos públicos participantes das Atas de Registro de Preços 28 e 29/2021-Segen derivadas do Pregão Eletrônico 37/2020, tendo sido devidamente cientificados da deliberação as instâncias internas dos órgãos responsáveis pela contratação e a própria empresa contratada (peças 10-13);

Considerando, com relação ao subitem 9.3.2 do Acórdão 1445/2022 - Plenário, a informação prestada de que não se vislumbraria "a possibilidade de novas demandas e de novo procedimento licitatório" (peça 10, p. 2);

Considerando que o Monitoramento a respeito do cumprimento da determinação contida no subitem 9.4 do Acórdão 1445/2022 - Plenário, endereçada ao 40º Batalhão de Infantaria, já vem sendo conduzido, de modo específico, por meio do TC 016.773/2022-5;

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 16-17,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em: considerar atendidas as medidas solicitadas no subitem 9.3. do Acórdão 1445/2022 - Plenário; e determinar o apensamento do processo ao processo originador (TC 041.972/2021-0), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020.

1. Processo TC-016.768/2022-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2434/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação decorrente de comunicação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) sobre o Acórdão ACI - TC - 01258/2022, relator Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho, prolatado no processo TC 03976/06 daquela Corte de Contas, quando do exame dos termos aditivos ao contrato decorrente da Concorrência 4/2006, realizada pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba - SUPLAN, cujo objeto é a execução das obras de reforma/restauração e ampliação do Museu da Cidade - Império República em João Pessoa (peça 1);

Considerando que a Representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, na medida em que os recursos envolvidos (R$ 700.000,00) são decorrentes do Contrato de Repasse 0177307-22 firmado com o Ministério do Turismo (Mtur) com intermediação da Caixa Econômica Federal (Caixa), bem como refere-se a responsável sujeito a sua jurisdição, está redigida em linguagem clara e objetiva, contém nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontra-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade;

Considerando que o TCE-PB chegou a realizar auditoria na obra, em cumprimento ao Acórdão AC2 - TC - 162/2007, constatando, mediante relatório datado de 6/8/2013, que a obra se encontrava paralisada e inacabada (peça 7), sendo que posteriormente constatou sua conclusão e inauguração da obra (peça 5);

Considerando a aprovação da prestação de contas em epígrafe pela Caixa e a inauguração do objeto do contrato de repasse, havendo notícia nos autos de devolução parcial dos recursos supostamente utilizados inadequadamente (peça 8, p. 2);

Considerando, nos termos do art. 106 da Resolução TCU 259/2014, a baixa relevância na matéria tratada nos autos (visto que não foram noticiadas possíveis fraudes ou desvio de recursos federais, a aprovação da prestação de contas pela Caixa, a inauguração do objeto do contrato de repasse e o prazo de mais de dezessete anos desde a celebração da avença) e o reduzido risco para o MTur, visto que a Caixa acompanha a execução dos contratos de repasse por ela celebrados nos aspectos físico e financeiro;

Considerando, afinal, a instrução técnica às peças 9-10,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU c/c art. 103, § 1°, da Resolução TCU 259/2014;

b) considerar prejudicada a continuidade do exame da representação por este Tribunal, diante da observância do baixo risco, baixa relevância e baixa materialidade de seu objeto;

c) comunicar os fatos representados, encaminhando cópia destes autos ao Ministério do Turismo, à Caixa Econômica Federal e aos respectivos órgãos de controle interno para a adoção das providências internas de suas alçadas e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, conforme prevê o art. 106, 4º; II, da Resolução-TCU 259/2014 c/c os itens 18 e 23 da Portaria Segecex 12, de 27/7/2016;

d) dar ciência ao Ministério do Turismo, à Caixa Econômica Federal e ao Tribunal de Contas da Paraíba deste Acórdão e da instrução de peça 9; e

e) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-016.177/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2435/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação ao denunciante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-005.780/2022-5 (DENÚNCIA)
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Entidade: Conselho Regional de Química da 19ª Região - CRQ/PB.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2436/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicada a determinação contida no subitem 9.1.1 do Acórdão 1.247/2016 - Plenário (rel. Min. Marcos Bemquerer) e cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1.2 a 9.1.4 do referido acórdão, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Oswaldo Cruz, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-010.163/2015-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA - MONITORAMENTO)
1.1. Apenso: TC-023.980/2018-4 (Solicitação).
1.2. Responsáveis: Fernando José Marques de Carvalho (353.393.577-91); Leonardo Ribeiro de Lacerda (023.648.367-60).
1.3. Interessados: C. G. Construções Ltda. (41.333.691/0001-22); Congresso Nacional (vinculador).
1.4. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.8. Representação legal: Jorge Andre Ferreira de Moraes e Raquel Araujo Simões (76893/OAB-RJ), representando Fundacao Tecnico-cientifica de Bio-manguinhos; Deborah Sales Belchior (26833/OAB-DF), Tiago Asfor Rocha Lima (16386/OAB-CE) e outros, representando C. G. Construções Ltda; Eduardo Marcelo de Lima Sales (64.141/OAB-RJ), representando Fundação Oswaldo Cruz.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2437/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução/TCU 315/2020, dar ciência ao Conselho Regional de Administração do Tocantins - CRA/TO sobre a seguinte impropriedade, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao CRA/TO e ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-019.955/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (05.340.639/0001-30)
1.2. Entidade: Conselho Regional de Administração do Tocantins - CRA/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.7. Ciência:
1.7.1. ao Conselho Regional de Administração do Tocantins sobre a seguinte impropriedade identificada no Pregão Eletrônico 1/2022, de forma a evitar a sua materialização, tendo em vista o estágio dos atos referentes ao certame:
1.7.1.1. realização de certame com participação exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme Cláusula 3.2 do Edital, sem demonstrar a existência de pelo menos três fornecedores qualificados como ME/EPP, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no ato convocatório, em afronta ao previsto no art. 6º c/c o art. 10, inciso I, do Decreto 8.538/2015.

ACÓRDÃO Nº 2438/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento das medidas solicitadas no subitem 1.7.1.1 do Acórdão 3260/2021 - Plenário, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária de Goiás, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-038.365/2021-9 (REPRESENTAÇÃO - MONITORAMENTO)
1.1. Representante: Soluções Comércio e Serviços - Eireli (20.306.099/0001-61).
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária de Goiás - SJGO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Anderson Vieira Guedes (28105/OAB-GO), representando Solucoes Comercio e Servicos Eireli.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2439/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida no item 9.2, e atendida a recomendação contida no item 9.4 ambas do acórdão 813/2021- TCU-Plenário, expedidas ao Conselho Federal de Educação Física (Confef), e considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.2 e 9.3 do acórdão 813/2021- TCU-Plenário, expedidas ao Conselho Regional de Educação Física de São Paulo (Cref4/SP), autorizar o arquivamento do processo, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica (peça 39) ao Conselho Federal de Educação Física e ao Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP), e expedir as ciências propostas pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-039.713/2019-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Educação Física; Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP).
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.5. Representação legal: Sandra de Castro Silva (236204/OAB-SP), Anderson Cadan Patricio Fonseca (267.010-B/OAB-SP) e outros, representando Conselho Federal de Educação Física.
1.6. Ciências:
1.6.1. dar ciência ao Conselho Federal de Educação Física (Confef), de que:
1.6.1.1 a definição de indicadores para as metas relativas aos programas/projetos incluídos no seu planejamento é medida essencial para viabilizar a avaliação dos resultados alcançados, devendo atentar para a divulgação dessas informações no seu sítio eletrônico, conforme preconizado pelo art. 7º, VII, "a" da Lei 12.527/2011 e item 9.1.1 do acórdão 96/2016-TCU-Plenário;
1.6.1.2. de que as informações financeiras, notadamente os balancetes de receitas e despesas, devem ser mantidas atualizadas em seu eletrônico, conforme preconizado pelo art. 7º, IV da Lei 12.527/2011 e item 9.1.1 do acórdão 96/2016-TCU-Plenário;
1.6.2. dar ciência ao Conselho Regional de Educação Física de São Paulo (Cref4/SP) de que deve atentar para a divulgação dos resultados dos seus programas, conforme consignado no item 9.6 do Acórdão 813/2021 - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2440/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de solicitação formulada nos termos do § 3º do art. 17-B da Lei 8.429/1992, para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido no âmbito de acordo de não persecução civil na ação de improbidade administrativa 5008874-41.2018.4.04.7102 (peças 6-8), que apura irregularidades em convênio firmado entre município de Pelotas/RS e a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec), sediada no campus da Universidade Federal de Santa Maria;

Considerando que, conforme demonstrado na instrução de peça 13, não restou evidenciada nos autos a ocorrência de dano ao erário público federal, tendo em vista que o valor apurado na ação de improbidade tem origem em pagamentos efetuados por prefeituras municipais.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, V, "a", do RI/TCU, em receber a presente solicitação (peça 1) para, no mérito, considerá-la prejudicada, tendo em vista que os fatos constantes da ação de improbidade administrativa 5008874-41.2018.4.04.7102 não se se adequam à previsão legal contida no § 3º do art. 17-B da Lei 8.429/1992, eis que não restou demonstrado o dano ao erário público federal, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas:

1. Processo TC-012.559/2022-9 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Ministério Público Federal.
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. informar ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República Polo em Santa Maria/RS que, tendo em vista a origem municipal dos recursos em questão, a apuração do valor do dano a ser ressarcido deverá ser realizada pelo Tribunal de Contas competente, consoante § 3º do art. 17-B da Lei 8.429/1992;
1.7.2. encaminhar cópia da instrução da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República Polo em Santa Maria/RS e à Universidade Federal de Santa Maria, fazendo-se referência à ação de improbidade administrativa 5008874-41.2018.4.04.7102;
1.7.3. encerrar o processo e arquivar os autos.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 27 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado, a ser realizada a seguir, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta Ata, a ser aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 1º de novembro de 2022.

MINISTRO BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
No exercício da Presidência

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ 26.994.574/0001-16

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de maio de 2022. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução nº 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de **maio de 2022**. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: Maio/2022 **Valores em R$**

ATIVO			PASSIVO		
	2022	2021		2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	**912.449.530,83**	**869.669.696,54**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**420.793,32**	**461.964,16**
Caixa e Equivalentes de Caixa	905.388.308,34	861.228.875,97	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	1.697,09
Créditos a Curto Prazo	7.061.222,49	8.440.820,57	Demais Obrigações a Curto Prazo	420.793,32	460.267,07
Clientes	5.191,64	3.191,42			
Demais Créditos e Valores	9.171.951,00	10.578.868,72			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.115.920,15	-2.141.239,57			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**161.272,28**	**161.272,28**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**161.272,28**	**161.272,28**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**420.793,32**	**461.964,16**
Créditos a Longo Prazo	161.272,28	161.272,28	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2022**	**2021**
Demais Créditos e Valores	230.388,97	230.388,97	**Resultados Acumulados**	**912.190.009,79**	**869.369.004,66**
(-)Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-69.116,69	-69.116,69	Resultado do Exercício	42.824.295,68	60.075.264,53
			Resultados de Exercícios Anteriores	869.369.004,66	809.293.740,13
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.290,55	
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**912.190.009,79**	**869.369.004,66**
TOTAL DO ATIVO	**912.610.803,11**	**869.830.968,82**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**912.610.803,11**	**869.830.968,82**

Período: Maio/2022 **Valores em R$**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	**2022**	**2021**	**PASSIVO**	**2022**	**2021**
ATIVO FINANCEIRO	905.388.308,34	861.228.875,97	PASSIVO FINANCEIRO	1.497.695,61	969.056,57
ATIVO PERMANENTE	7.222.494,77	8.602.092,85	PASSIVO PERMANENTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	**912.610.803,11**	**869.830.968,82**	**TOTAL DO PASSIVO**	**1.497.695,61**	**969.056,57**
			SALDO PATRIMONIAL	**911.113.107,50**	**868.861.912,25**

Período: Maio/2022 **Valores em R$**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ATIVO			**PASSIVO**		
	2022	**2021**		**2022**	**2021**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**5.106.018,65**	**18.301.645,76**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**-**	**-**
Atos Potenciais Ativos	**5.106.018,65**	**18.301.645,76**	Atos Potenciais Passivos	-	-
Direitos Contratuais	5.106.018,65	18.301.645,76	Obrigações Contratuais	-	-
TOTAL	**5.106.018,65**	**18.301.645,76**	**TOTAL**	**-**	**-**

Período: Maio/2022 **Valores em R$**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO**
Recursos Vinculados	**903.890.612,73**
Alienação de Bens e Direitos	1.466.221,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	902.424.391,23
TOTAL	**903.890.612,73**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: Maio/2022 **Valores em R$**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	**46.046.050,77**	**29.808.183,46**	**Despesas Orçamentárias**	**2.429.382,10**	**4.970.927,02**
Vinculadas	**60.296.085,08**	**42.159.692,74**	**Vinculadas**	**2.429.382,10**	**4.970.927,02**
Alienação de Bens e Direitos	81.064,77	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.429.382,10	4.970.927,02
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	60.215.020,31	42.159.692,74			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-14.250.034,31**	**-12.351.509,28**			
Transferências Financeiras Recebidas	**973,96**	**276,00**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**13.981.311,13**	**11.975.565,54**
Independentes da Execução Orçamentária	973,96	276,00	Independentes da Execução Orçamentária	13.981.311,13	11.975.565,54
Movimento de Saldos Patrimoniais	973,96	276,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	13.981.311,13	11.975.565,54
Recebimentos Extraorçamentários	**15.045.796,18**	**14.613.823,75**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**522.695,31**	**1.855.302,73**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	760,00	35.942,68	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	26.109,09	133.871,14
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.064.699,01	2.602.591,53	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	496.586,22	1.721.431,59
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13.980.337,17	11.975.289,54			
Arrecadação de Outra Unidade	13.980.337,17	11.975.289,54			
Saldo do Exercício Anterior	**861.228.875,97**	**793.471.654,00**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**905.388.308,34**	**819.092.141,92**
Caixa e Equivalentes de Caixa	861.228.875,97	793.471.654,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	905.388.308,34	819.092.141,92
TOTAL	**922.321.696,88**	**837.893.937,21**	**TOTAL**	**922.321.696,88**	**837.893.937,21**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Maio/2022 **Valores em R$**

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**44.093.477,12**	**27.433.702,23**
INGRESSOS	**59.946.521,90**	**41.783.749,00**
Receita Patrimonial	**447.516,10**	**2.226.651,85**
Receita de Serviços	**59.347,02**	**34.662,48**
Remuneração das Disponibilidades	**42.153.937,12**	**25.276.540,17**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**3.304.410,53**	**2.270.328,96**
Outros Ingressos Operacionais	**13.981.311,13**	**11.975.565,54**
Transferências Financeiras Recebidas	973,96	276,00
Arrecadação de Outra Unidade	13.980.337,17	11.975.289,54
DESEMBOLSOS	**-15.853.044,78**	**-14.350.046,77**
Pessoal e Demais Despesas	**-1.871.733,65**	**-2.374.481,23**
Legislativo	-1.871.733,65	-2.374.481,23
Outros Desembolsos Operacionais	**-13.981.311,13**	**-11.975.565,54**
Transferências Financeiras Concedidas	-13.981.311,13	-11.975.565,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**65.955,25**	**-1.813.214,31**
INGRESSOS	**80.840,00**	**-**
Alienação de Bens	**80.840,00**	**-**
DESEMBOLSOS	**-14.884,75**	**-1.813.214,31**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-**	**-1.806.627,64**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-14.884,75**	**-6.586,67**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**44.159.432,37**	**25.620.487,92**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**861.228.875,97**	**793.471.654,00**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**905.388.308,34**	**819.092.141,92**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Maio/2022 **Valores em R$**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	**2021**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**65.592.039,19**	**59.663.297,27**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**16.860.347,13**	**26.940.185,96**
Venda de Mercadorias	54.330,33	3.509,70
Vendas de Produtos	-	31.128,40
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	16.806.016,80	26.905.547,86
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**42.002.520,81**	**25.291.194,40**
Juros e Encargos de Mora	20.412,14	5.065,39
Variações Monetárias e Cambiais	-	79.441,08
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	41.982.108,67	25.206.687,93
Transferências e Delegações Recebidas	**973,96**	**276,00**
Transferências Intragovernamentais	973,96	276,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**94.964,66**	**-**
Ganhos com Alienação	80.840,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	14.124,66	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**6.633.232,63**	**7.431.640,91**
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	244.904,85	4.616.684,01
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.388.327,78	2.814.956,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**22.767.743,51**	**43.705.367,56**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**31.391,74**	**23.388,00**
Serviços	31.391,74	23.388,00
Transferências e Delegações Concedidas	**13.996.195,88**	**12.172.338,60**
Transferências Intragovernamentais	13.981.311,13	11.975.565,54
Outras Transferências e Delegações Concedidas	14.884,75	196.773,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**6.926.860,16**	**29.350.260,13**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	219.585,43	269.594,90
Desincorporação de Ativos	6.707.274,73	29.080.665,23
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.813.295,73**	**2.159.380,83**
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.813.295,73	2.159.380,83
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**42.824.295,68**	**15.957.929,71**

CELSO DE BARROS CORREIA NETO
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA DO TRIBUNAL
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA GDG Nº 265, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e tendo em vista o art. 28º, IX, "b", e 49 do Regulamento da Secretaria, e o que consta do Processo Administrativo 000796/2017, resolve:

Fica alterada a área de atividade e especialidade de um cargo vago de Analista Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade Taquigrafia, para área Judiciária, sem especialidade.

MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.SG.SEOFI Nº 77, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar, no valor global de R$ 1.295.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando os termos do art. 45, §1º, II, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022), c/c o art. 4º, caput, III, "i", item 1, e §3º, da Lei n.º 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2022), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 16, de 3 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho, crédito suplementar, tipo 407 com compensação, no valor global de R$ 1.295.000,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato está em conformidade com o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 165 da Constituição Federal c/c o art. 2º da Portaria 1.110/2022 da Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LELIO BENTES CORRÊA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.295.000
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							1.295.000
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	02 122							1.295.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.295.000
TOTAL - FISCAL									1.295.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.295.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.295.000
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							1.295.000
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	02 122							1.295.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.295.000
TOTAL - FISCAL									1.295.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.295.000

ATO CSJT.GP.SEOFI Nº 187, DE 28 DE OUTUBRO DE 2022

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, crédito suplementar, no valor global de R$ 12.478.847,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos dos arts. 42, § 1°, I, a, e 45, §1º, II da Lei n.º 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 16, de 3 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, crédito suplementar, tipo 420 com compensação, no valor global de R$ 12.478.847,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato está em conformidade com o disposto no §§ 10 e 11 do art. 165 da Constituição Federal c/c o art. 2º da Portaria 1.110/2022 da Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LELIO BENTES CORRÊA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.280.000
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							1.280.000
0033 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	02 122							1.280.000
			F	4-INV	2	90	0	100	1.280.000
TOTAL - FISCAL									1.280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.280.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ANEXO I

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								11.198.847
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							11.198.847
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	02 122							11.198.847
			F	4-INV	2	90	0	100	11.198.847
TOTAL - FISCAL									11.198.847
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.198.847

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.280.000
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							1.280.000
0033 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	02 122							1.280.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.280.000
TOTAL - FISCAL									1.280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.280.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								11.198.847
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							11.198.847
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	02 122							11.198.847
			F	3-ODC	2	90	0	100	11.198.847
TOTAL - FISCAL									11.198.847
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.198.847

ATO CSJT.GP.SEOFI Nº 188, DE 28 DE OUTUBRO DE 2022

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 9ª e 10ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 11.778.353,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, II, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022) c/c o art. 4º, caput, III, "i", item 1, §3 da Lei n.º 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2022), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 16, de 3 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 9ª e 10ª Região, crédito suplementar, tipo 407 com compensação, no valor global de R$ 11.778.353,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato está em conformidade com o disposto no §§ 10 e 11 do art. 165 da Constituição Federal c/c o art. 2º da Portaria 1.110/2022 da Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LELIO BENTES CORRÊA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								3.719.753
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							3.719.753
0033 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	02 122							3.719.753
			F	4-INV	2	90	0	100	3.719.753
TOTAL - FISCAL									3.719.753
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.719.753

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								6.775.500
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							6.775.500
0033 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná	02 122							6.775.500
			F	4-INV	2	90	0	100	6.775.500
TOTAL - FISCAL									6.775.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.775.500

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.283.100
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							1.283.100
0033 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO	02 122							1.283.100
			F	4-INV	2	90	0	100	1.283.100
TOTAL - FISCAL									1.283.100
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.283.100

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								11.778.353
	Atividades								
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02 122							11.778.353
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	02 122							11.778.353
			F	3-ODC	2	90	0	100	11.778.353
TOTAL - FISCAL									11.778.353
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.778.353

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

DESPACHO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Homologo o resultado final do concurso público referente ao Edital nº 01/2022, destinado ao provimento de vagas nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do quadro de pessoal deste TJDFT, conforme documentos encartados sob os IDs. 2605282, 2605289 e 2605296, com base na proposição do Excelentíssimo Desembargador Segundo Vice-Presidente e Presidente da Comissão Permanente de Apoio ao Concurso para Servidores e para Delegação de Serviços de Notas e Registros (2605236).

Des. CRUZ MACEDO
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 617, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o seu Regimento aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 584, de 25 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, alínea "a", da Lei nº 4.769/1965; no art.40, alínea "a", do Decreto nº 61.934/1967; e a Lei nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do CFA em sua 9ª reunião, realizada em 19 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Os valores das anuidades, taxas de serviços e multas, são definidos de acordo com as regras estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º O valor da anuidade deverá ser pago até 30 de março de 2023.

§ 1º No caso de pagamento da anuidade após a data de seu vencimento, incidirá multa de 2% (dois por cento), juros de 1% (um por cento) ao mês e correção pelo INPC/IBGE acumulado entre a data do vencimento até o pagamento.

Art. 3º O pagamento integral da anuidade será efetuado com desconto ou parcelado nos seguintes prazos e valores:

I - do pagamento com desconto:

a) 10% (dez por cento) até 31 de janeiro de 2023;

b) 5% (cinco por cento) até 28 de fevereiro de 2023.

II - do pagamento parcelado:

Fica autorizado o parcelamento da anuidade do exercício vigente em até cinco vezes, sem desconto, apenas uma vez no exercício;

Art. 4º Os valores das anuidades, taxas e multas devidas por Pessoas Físicas são:

I - Anuidades de Pessoas Físicas	Registro Principal	Registro Secundário
Administrador	**R$ 544,37**	**R$ 272,18**
Gestor Público	**R$ 544,37**	**R$ 272,18**
Bacharel em campo conexo à Administração	**R$ 544,37**	**R$ 272,18**
Mestres e Doutores	**R$ 544,37**	**R$ 272,18**
Tecnólogo	**R$ 370,60**	**R$185,30**
Sequencial	**R$ 370,60**	**R$185,30**
Técnico em Administração (nível médio)	**R$ 271,52**	**R$ 135,76**

II - Taxas	Valor (R$)
a) Registro Profissional	**R$ 96,14**
b) Emissão de 2ª via da Carteira Profissional	**R$ 47,50**
c) Cancelamento de Registro Profissional	**R$ 192,76**
d) Licença de Registro Profissional	**R$ 47,50**
e) Transferência de Registro Profissional	**R$ 47,50**
f) RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)	**R$ 47,50**
g) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica)	**R$ 47,50**
h) Certidões (de Regularidade, RCA, Acervo Técnico e outras)	**R$ 47,50**
i) Visto em documentos expedidos por outros CRAs	**R$ 47,50**
j) Remessa e Retorno (Processo em grau de recurso)	**R$ 222,62**
k) Cancelamento do Registro de Responsabilidade. Técnica - RRT	**R$ 47,50**
l) Transferência de Acervo Técnico	**R$ 47,50**

III - Multas	Valor (R$)
a) Exercício ilegal da Profissão	
a.1) Falta de Registro Profissional no CRA	**R$ 544,37**
a.2) Não Graduado em Administração	**R$ 4.368,56**
b) Sonegação de informações/documentos - Embaraço à Fiscalização	**R$ 4.368,56**

§ 1º O valor da taxa prevista na alínea "i" do inciso II refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

Art. 5º Quando da primeira inscrição no CRA, desde que requerida no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de colação de grau, fica assegurada à pessoa física isenção da anuidade do exercício vigente e desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade do exercício subsequente.

Parágrafo único - Quando da reinscrição no CRA, a pessoa física pagará a anuidade obedecendo à proporcionalidade dos meses do ano.

Art. 6º O profissional que possuir mais de um registro em razão de habilitações distintas, fica obrigado ao pagamento unicamente da anuidade correspondente à habilitação de maior grau.

Art. 7º Os valores das anuidades, taxas e multas devidas por Pessoas Jurídicas são:

- ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	REGISTRO PRINCIPAL	REGISTRO SECUNDÁRIO
CAPITAL SOCIAL	R$	R$
a) Até R$ 50.000,00	**R$ 747,99**	**R$ 374,00**
b) De R$ 50.000,01 a R$ 200.000,00	**R$ 1.033,07**	**R$ 516,54**
c) De R$ 200.000,01 a R$ 500.000,00	**R$ 1.429,49**	**R$ 714,75**
d) De R$ 500.000,01 a R$ 1.000.000,00	**R$ 1.979,29**	**R$ 989,65**
e) De R$ 1.000.000,01 a R$ 2.000;000,00	**R$ 2.735,44**	**R$ 1.367,72**
f) De R$ 2.000.000,01 a R$ 10.000.000,00	**R$ 3.783,46**	**R$ 1.891,73**
g) Acima de R$ 10.000.000,01	**R$ 5.233,31**	**R$ 2.616,66**
h) Empresa Júnior, SEBRAE-UF	**R$ 761,56**	**R$ 380,78**

II - TAXAS	R$
a) Registro de Pessoa Jurídica	**R$ 145,25**
b) Cancelamento de Registro de Pessoa Jurídica	**R$ 192,76**
c) Certidões	**R$ 145,25**
d) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica)	**R$ 145,25**
e) Visto em documentos fornecidos por outros CRAs (valor por documento)	**R$ 47,50**
f) Remessa de Retorno (processo em grau de recurso)	**R$ 222,62**
g) Transferência de Acervo Técnico	**R$ 145,25**

III - MULTAS	R$
a) Falta de registro de Pessoa Jurídica no CRA	**R$ 5.233,31**
b) Conivência com o exercício ilegal da Profissão de Administrador	**R$ 4.368,56**
c) Falta do Administrador Responsável Técnico	**R$ 2.614,63**
d) Pela falta de pagamento da anuidade do CRA, de acordo com as seguintes classes de Capital Social.	
d.1) Até R$ 50.000,00	**R$ 747,99**
d.2) De R$ 50.000,01 a R$ 200.000,00	**R$ 1.033,07**
d.3) De R$ 200.000,01 a R$ 500.000,00	**R$ 1.428,13**
d.4) De 500.000,01 a R$ 1.000.000,00	**R$ 1.979,29**
d.5) De R$ 1.000.000,01 a R$ 2.000.000,00	**R$ 2.735,44**
d.6) De R$ 2.000.000,01 a R$ 10.000.000,00	**R$ 3.783,46**
d.7) Acima de R$ 10.000.000,01	**R$ 5.233,31**
e) Sonegação de informações/documentos-Embaraço à Fiscalização	**R$ 4.368,56**

§ 1º A pessoa jurídica que não possuir capital social e aquela sem fins lucrativos pagará anuidade com base no inciso I, alínea "a".

§ 2º Será cobrada anuidade complementar da pessoa jurídica quando houver atualização do seu capital social.

§ 3º A filial ou representação de pessoa jurídica com capital destacado, estabelecida na mesma jurisdição do CRA em que a matriz possuir registro, pagará anuidade correspondente à respectiva faixa de capital prevista no inciso I.

§ 4º A filial ou representação estabelecida em jurisdição diversa da matriz, pagará anuidade correspondente ao registro secundário.

§ 5º O valor da taxa prevista na alínea "e" do inciso II deste artigo refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

Art. 8º Quando da primeira inscrição no CRA, a pessoa jurídica pagará a anuidade obedecendo a proporcionalidade dos meses do ano, cujo valor poderá ser parcelado no cartão de crédito.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Administração.

Art. 10º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Art. 11º Revogam-se as Resoluções Normativas CFA nº 610, de 16 de novembro de 2021 e 612, de 10 de dezembro de 2021.

MAURO KREUZ
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 305, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece os valores a serem recolhidos ao Sistema CFQ/CRQs, por pessoas físicas e jurídicas que laboram na área da Química, nos termos da legislação vigente, para o exercício de 2023.

O Conselho Federal de Química, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, alínea f, da Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956;

Considerando o disposto nos artigos 1º, 25, 26, 27 e 28 da Lei nº 2.800/1956;

Considerando que, para cumprir as suas finalidades de relevante interesse público, determinadas em lei, o Sistema CFQ/CRQs deve dispor de recursos que permitam a sua manutenção financeira;

Considerando que com a fiscalização, o sistema profissional busca atingir o bem comum, em defesa da sociedade;

Considerando o disposto no art. 351 da CLT, combinado com as Leis nº 6.205/1975 e nº 6.986/1982;

Considerando o preconizado na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

Considerando os reajustes às multas referentes aos exercícios 2020, 2021 e 2022 a serem aplicadas pelos Conselhos Regionais de Química;

Considerando que, para o exercício de suas funções, os Conselhos Regionais de Química devem dispor de normas que permitam isonomia em todo o país;

Considerando a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que define os limites de valores a serem recolhidos pelos Conselhos de Fiscalização Profissional e estabelece normas para a sua correção e a obrigação de cobrança dos Conselhos, resolve:

CAPÍTULO I

DAS ANUIDADES

Art. 1º Estabelecer os valores das anuidades, taxas e multas no exercício de 2023 no Sistema CFQ/CRQs.

Art. 2º Os valores das anuidades e taxas devidos ao Sistema CFQ/CRQs no exercício 2023 foram reajustados a partir dos valores corrigidos nas resoluções antecedentes, aplicando a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - de 7,19% correspondente ao período de outubro de 2021 até setembro de 2022, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, concedendo os descontos equivalentes aos reajustes de 2019/2020 e 2020/2021.

SEÇÃO I

DAS PESSOAS JURÍDICAS

Art. 3º As contribuições a serem recolhidas aos CRQs pelas pessoas jurídicas, na forma de anuidade para o exercício 2023, ficam definidas de acordo com a receita bruta ou capital social.

§ 1º As microempresas e as empresas de pequeno porte terão os valores definidos pela receita bruta, conforme o art. 3º, I e II; da Lei Complementar 123/06, e deverão comprovar esta condição com a apresentação da Certidão Simplificada atualizada emitida pela Junta Comercial ou comprovação junto à SRF - Secretaria de Receita Federal.

I - Microempresa com receita bruta anual igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): R$ 803,93 (oitocentos e três reais e noventa e três centavos).

II - Empresa de pequeno porte com receita bruta anual superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais): R$ 1.622,86 (um mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos).

§ 2º As demais pessoas jurídicas terão os valores definidos pelos respectivos capitais sociais:

I - Até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de capital social: R$ 829,65 (oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos);

II - Acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) de capital social: R$ 1.662,52 (um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos);

III - Acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de capital social: R$ 2.495,38 (dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos);

IV - Acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de capital social: R$ 3.322,89 (três mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos);

V - Acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de capital social: R$ 4.155,76 (quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos);

VI - Acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) de capital social: R$ 4.987,55 (quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos);

VII - Acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) de capital social: R$ 6.637,20 (seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e vinte centavos).

Art. 4º O recolhimento das anuidades pelas pessoas jurídicas, quando feito em cota única, será efetuado ao CRQ de acordo com o disposto a seguir:

I - Até 31 de janeiro: desconto de 5% (cinco por cento);

II - Até 28 de fevereiro: desconto de 3% (três por cento);

III - Até 31 de março: sem desconto.

§ 1º No caso de pessoas jurídicas que comprovarem que estão classificadas como microempresas nos termos da legislação vigente, ficam os CRQs autorizados a fazer o desconto não cumulativo de 20% (vinte por cento), se efetuado o pagamento até 31 janeiro. Caso o pagamento seja efetuado no mês de fevereiro, o desconto será de 10% (dez por cento), também, não cumulativo.

§ 2º As pessoas jurídicas que solicitarem o registro voluntariamente no decorrer do ano em exercício será devida, apenas, a parcela proporcional ao período não vencido com redução de 10% (dez por cento) do valor, se pago em parcela única, não cumulativo com os demais descontos.

§ 3º A fixação do valor da anuidade a ser recolhida por filiais ou qualquer outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica, sem capital destacado, será a metade do valor da anuidade paga pela matriz ou estabelecimento-base.

SEÇÃO II

DAS PESSOAS FÍSICAS

Art. 5º Os valores de anuidades a serem recolhidos pelas pessoas físicas aos Conselhos Regionais de Química para o exercício de 2023 ficam estabelecidos, conforme especificado a seguir:

I - Nível superior: R$ 578,83 (quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos);

II - Nível superior com mais de 65 (sessenta e cinco) anos: R$ 463,06 (quatrocentos e sessenta e três reais e seis centavos);

III - Nível médio: R$ 285,13 (duzentos e oitenta e cinco reais e treze centavos);

IV - Nível médio com mais de 65 (sessenta e cinco) anos: R$ 228,10 (duzentos e vinte e oito reais e dez centavos);

V - Auxiliares e provisionados: R$ 203,66 (duzentos e três reais e sessenta e seis centavos);

VI - Auxiliares e provisionados com mais de 65 (sessenta e cinco) anos: R$ 162,93 (cento e sessenta e dois reais e noventa e três centavos).

§ 1º O recolhimento das anuidades pelas pessoas físicas, quando feito em cota única, será efetuado ao CRQ, de acordo com o disposto a seguir:

I - Até 31 de janeiro: desconto de 20% (vinte por cento);

II - Até 28 de fevereiro: desconto de 10% (dez por cento);

III - Até 31 de março: sem desconto.

§ 2º Às pessoas físicas que solicitarem o registro voluntariamente no decorrer do ano em exercício, será concedida redução de 50% (cinquenta por cento) na primeira anuidade e proporcionalidade referente ao período não vencido.

I - Se no ano de conclusão do curso informado no diploma, a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor devido será concedida se a anuidade proporcional for paga em parcela única.

II - Se o ano de conclusão do curso for em exercícios anteriores, terá direito a redução a pessoa física que não atuou nesse período em nenhum ramo da Química, quer na qualidade de empregado ou autônomo, apresentando a documentação comprobatória.

§ 3º Aos professores que comprovarem exercer suas atividades apenas no exercício do magistério será concedida redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da anuidade, não cumulativa com os demais descontos.

§ 4º Aos auxiliares técnicos com formação pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) será concedida redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade mencionada no inciso III do caput deste artigo, não cumulativa com os demais descontos.

Art. 6º As pessoas físicas registradas que estejam desempregadas e sem qualquer fonte de renda, ficam isentas do pagamento da respectiva anuidade, em relação ao CRQ de sua jurisdição, desde que comprovem a condição até o requerimento de isenção, que deverá ocorrer até 31 de março.

§ 1º O benefício é estendido aos estudantes bolsistas de pós-graduação stricto sensu, inativos, aposentados e beneficiários do INSS, desde que não tenham outra fonte de renda.

§ 2º Os beneficiados no caput deste artigo, tão logo adquiram emprego, ou venham a prestar serviços como autônomos, ou passem a auferir qualquer fonte de renda, deverão comunicar imediatamente ao CRQ de sua jurisdição, e será devido, apenas, a anuidade proporcional ao período não vencido.

§ 3º As pessoas físicas que requererem o registro após 31 de março e que atendam aos requisitos do caput deste artigo poderão solicitar a isenção da anuidade no ato da inscrição.

§ 4º O não cumprimento do disposto no § 1º implicará na assunção automática de todas as obrigações e penas pecuniárias previstas na presente Resolução, a partir da data de isenção.

§ 5º A pessoa física assinará Termo de Responsabilidade perante o CRQ, tomando ciência de sua responsabilidade em informar do retorno às obrigações.

SEÇÃO III

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO POR CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 7º O prazo de pagamento das anuidades das pessoas físicas e jurídicas atingidas por calamidade pública é até 30 de junho.

§ 1º O interessado deverá apresentar requerimento até 31 de março, preenchendo os seguintes requisitos:

I - ter sido oficialmente decretada a calamidade pública;

II - a localidade atingida ser do domicílio profissional ou endereço residencial ou empresarial;

III - o registro ser anterior à calamidade pública.

§ 2º Não incidirão multa e juros de mora sobre o valor da anuidade a ser pago até 30 de junho.

CAPÍTULO II

DAS TAXAS

Art. 8º Os valores das taxas correspondentes a serviços da área da Química relativos aos atos indispensáveis ao exercício da profissão ficam estabelecidos conforme designado a seguir:

I - Inscrição de pessoa física: R$ 56,81 (cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos);

II - Inscrição de pessoa jurídica: R$ 265,83 (duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos);

III - Expedição de carteira profissional: R$ 56,81 (cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos);

IV - Substituição de carteira profissional ou expedição 2ª via: R$ 56,81 (cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos);

V - Certidões: R$ 81,46 (oitenta e um reais e quarenta e seis centavos);

VI - Anotação de Função Técnica/Anotação de Responsabilidade Técnica - AFT/ART - de pessoa jurídica ou departamento: R$ 247,61 (duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos);

VII - Anotação de Função Técnica/Anotação de Responsabilidade Técnica - AFT/ART - de firmas individuais de profissionais: R$ 165,07 (cento e sessenta e cinco reais e sete centavos);

VIII - Anotação de Função Técnica/Anotação de Responsabilidade Técnica - AFT/ART - de profissionais autônomos, por projeto, contrato, obra e serviço temporário: R$ 81,46 (oitenta e um reais e quarenta e seis centavos);

IX - Reativação do registro profissional: R$ 56,81 (cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos).

Parágrafo único. A certidão negativa para comprovar a quitação de débitos será expedida gratuitamente.

Art. 9º Ficam os CRQs autorizados a procederem o parcelamento das anuidades de pessoas física e jurídica, em no máximo 5 (cinco) parcelas mensais, quando solicitado, considerando o valor integral da anuidade.

Art. 10. Sobre os valores estabelecidos nos artigos 3º e 5º e sobre as parcelas destes, incidirão correção monetária quando não pagas, respectivamente, até 31 de março, e nos prazos estipulados quando do parcelamento, segundo os índices oficiais em vigor, acrescidos de multa de 20% (vinte por cento) de mora, conforme a Lei de Regência do Sistema CFQ/CRQs.

CAPÍTULO III

DAS MULTAS

Art. 11. As multas previstas no art. 351 da CLT terão valores compreendidos de:

I - R$ 1.845,57 (um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) a R$ 18.455,72 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos), para pessoas jurídicas;

II - R$ 629,64 (seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos) a R$ 6.296,42 (seis mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e dois reais), para pessoas físicas.

§ 1º Os valores das multas, observados os limites deste artigo, serão estabelecidos pelos Conselhos Regionais de Química segundo a natureza da infração, sua extensão, a intenção e a situação econômica de quem a praticou, os motivos e as circunstâncias.

§ 2º Com a cominação da multa e após o trânsito em julgado administrativo, no período de até 5 (cinco) anos, caso haja reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 3º Se ocorrer oposição à fiscalização ou desacato à autoridade a multa aplicada referenciada pelos incisos I e II deste artigo será em dobro.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para efeito de pagamento dos valores não quitados no prazo estabelecido, será aplicado pelo Conselho Regional de Química, a título de juros de mora e correção monetária, o percentual equivalente à variação mensal acumulada da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC -, até o mês anterior ao pagamento, acrescida de 1% (um por cento), no mês de pagamento.

Art. 13. Ficam os Conselhos Regionais de Química autorizados a realizar medidas administrativas gerais para pagamentos e cobrança.

Art. 14. Os valores estabelecidos nos artigos precedentes serão reajustados anualmente pelo Conselho Federal de Química de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 15. Esta Resolução Normativa entrará em vigor, na data de sua publicação, podendo ser alterada em função de lei superveniente.

ANA MARIA BIRIBA DE ALMEIDA
1ª Secretária

JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA FILHO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

RESOLUÇÃO CRCCE Nº 780, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Exercício de 2022 do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará.

O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CFC nº 1161 de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei nª 4.320/64, CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária, onde foi verificada a necessidade de se proceder aos ajustes entre dotações orçamentárias, CONSIDERANDO o parecer favorável da Câmara de Controle Interno do CRCCE, resolve:

Art. 1º - Abrir crédito adicional especial no valor de R$ 15.304,20 (quinze mil trezentos e quatro reais e vinte centavos) conforme demonstrado:

RUBRICA	DESCRIÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
6.2.1.2.02.09.015	PATROCÍNIOS	15.304,20
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	15.304,20

Art. 2º - Os recursos para cobertura deste crédito especial é com fonte de recursos proveniente do excesso de arrecadação como segue:

RUBRICA	DESCRIÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
6.3.1.3.01.01.015	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	3.000,00
6.3.1.3.02.01.026	LOC. BENS MÓVEIS, MÁQ. E EQUIP.	3.304,20
6.3.1.3.02.01.022	DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	9.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	**15.304,20**

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

FELLIPE MATOS GUERRA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 607, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Parecer da Câmara de Controle Interno, constante no Processo Interno 2022/00001; CONSIDERANDO apreciação e deliberação do Plenário, em sessão ordinária 1.157/2022, resolve:

Art.1º: Aprovar a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2022, de R$ 1.671.813,00 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e treze reais). Deliberação CFC 105/2022 de 18/10/2022 - Ata CCI 348 e Homologação em decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC, de 19/10/2022 - Ata 1091.

SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME

PORTARIA CRCRJ Nº 421, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 584, de 29 de novembro de 2021, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2022, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento), resolve:

Art.1º: Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de Dotações ao Orçamento do CRCRJ para o exercício financeiro de 2022, de R$ 179.990,01 (cento e setenta e nove mil, novecentos e noventa reais e um centavo), constante do Processo Interno 2022/00002.

SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF2/RS Nº 191, DE 22 DE OUTUBRO 2022

Dispõe sobre a publicidade da proposta orçamentária do exercício de 2023 do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região - CREF2/RS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO - CREF2/RS - no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Art. 1º Dar publicidade à proposta orçamentária do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região - CREF2/RS, devidamente aprovada, para o exercício financeiro de 2023 que estima a receita em R$ 25.460.683,20 (vinte cinco milhões quatrocentos sessenta mil seiscentos oitenta três reais vinte centavos) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964. Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação da receita total:

EXECUÇÃO DA RECEITA	R$ 25.460.683,20
RECEITA A REALIZAR	R$ 16.960.683,20
RECEITA CORRENTE	R$ 16.960.683,20
CONTRIBUIÇÕES	R$ 14.489.683,20
PESSOA FÍSICA	R$ 10.935.000,00
PESSOA JURÍDICA	R$ 3.554.683,20
EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 55.000,00
RECEITA DE ONUS SUCUMBÊNCIA	R$ 20.000,00
CUSTAS PROCESSUAIS	R$ 10.000,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS POSTAIS E FOTOCÓPIAS	R$ 15.000,00
DEMAIS RECEITAS DIVERSAS	R$ 10.000,00
FINANCEIRAS	R$ 1.706.000,00
JUROS DE MORA S/ ANUIDADES - PF	R$ 350.000,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES - PJ	R$ 30.000,00
JUROS DE MORA S/MULTA INFRAÇÃO - PF	R$ 1.000,00
JUROS DE MORA S/MULTA INFRAÇÃO - PJ	R$ 1.000,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA S/ ANUIDADES - PF	R$ 280.000,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA S/ ANUIDADES - PJ	R$ 10.000,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA S/ MULTA INFRAÇÃO PF	R$ 1.000,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA S/ MULTA INFRAÇÃO PJ	R$ 1.000,00
MULTAS S/ ANUIDADES - PF	R$ 40.000,00
MULTAS S/ ANUIDADES - PJ	R$ 10.000,00
ENCARGOS S/MULTAS DE INFRAÇÃO PF	R$ 1.000,00
ENCARGOS S/MULTAS DE INFRAÇÃO PJ	R$ 1.000,00
REMUNERAÇÃO DE APLIC/TÍTULOS DE RENDA FIXA	R$ 980.000,00
TRANSFERÊNCIAS	R$ 100.000,00
SUBVENÇÕES	R$ 100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R$ 40.000,00
MULTAS POR INFRAÇÕES - PF	R$ 20.000,00
MULTAS POR INFRAÇÕES - PJ	R$ 20.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$ 10.000,00
RESTITUIÇÕES	R$ 10.000,00
RECEITAS A CLASSIFICAR	R$ 560.000,00
RECEITAS A CLASSIFICAR	R$ 50.000,00
RECEBIMENTO DUPLICIDADE	R$ 10.000,00
DEPOSITO JUDICIAIS DIVIDA ATIVA	R$ 500.000,00
RECEITA DE CAPITAL	R$ 8.500.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	-
VENDA DE IMÓVEIS	R$ 5.500.000,00
SUPERÁVIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$ 3.000.000,00

Art. 3º A despesa será realizada com observância ao seguinte desdobramento:

EXECUÇÃO DA DESPESA	25.460.683,20
DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO	16.960.683,20
CRÉDITO DISPONÍVEL	16.960.683,20
DESPESA CORRENTE	16.960.683,20
SALÁRIOS E ORDENADOS	4.035.100,00
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	350.000,00
GRATIFICAÇÃO DE NATAL - 13º SALÁRIO	290.500,00
FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS	397.500,00
ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	40.000,00
HORAS EXTRAS	10.000,00
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00
INSS - ENTIDADE	810.500,00
FGTS	325.000,00
PIS/PASEP	50.000,00
VALE TRANSPORTE	280.000,00
VALE REFEIÇÃO	350.000,00
PLANO DE SAÚDE	490.000,00
VALE ALIMENTAÇÃO	400.000,00
OUTROS BENEFÍCIOS	80.000,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	200.000,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	25.000,00
MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO	20.000,00
MATERIAL DE INFORMÁTICA	30.000,00
MATERIAIS ELÉTRICOS E TELEFONIA	5.000,00
MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS	2.000,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.000,00
UNIFORMES (EPI)	20.000,00
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	19.000,00
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	15.000,00
BENS MÓVEIS NÃO ATIVÁVEIS	5.000,00
MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
PRÊMIOS, DIPLOMAS, PLACAS E MEDALHAS	5.000,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	102.000,00
OUTROS MATERIAIS E CONSUMO	30.000,00
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA CONTÁBIL	85.000,00
SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA	325.000,00
SERVIÇOS DE INSTRUTORES E APRIMORAMENTO	70.000,00
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	450.000,00
SERVIÇOS DE LIMPEZA	80.000,00
SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PREDIAL	259.200,00
SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO	20.000,00
SERVIÇOS DE CONCURSO PÚBLICO ADMISSIONAL	50.000,00
ESTÁGIOS	130.000,00
SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS E VÍDEOS	5.000,00
SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	250.000,00
SERVIÇOS DE CARTÓRIO	1.000,00
DEMAIS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS	300.000,00
INFRAÇÕES, JUROS E MULTAS RECEBIDAS	5.000,00
SEGUROS DE BENS MÓVEIS	10.000,00
SEGUROS DE BENS IMÓVEIS	7.000,00
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS, MÁQ. E EQUIPAMENTOS	480.000,00
LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00
CONDOMÍNIOS	80.000,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	10.000,00
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	35.000,00
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	3.000,00
DEVOLUÇÃO DE ANUIDADE E OUTRAS RECEITAS	20.000,00
POSTAGEM DE CORRESPONDÊNCIA	250.000,00
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	100.000,00
SERVIÇOS DE INTERNET	50.000,00
SERVIÇOS DE ASSINATURAS	5.000,00
PUBLICAÇÕES TÉCNICAS - ADMINISTRATIVAS	50.000,00
IMPRESSOS GRÁFICOS	10.000,00
CÓPIAS E MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS	70.000,00
ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS	1.000,00
AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	650.000,00
DIÁRIAS - FUNCIONÁRIOS	50.000,00
DIÁRIAS - CONSELHEIROS / CONVIDADOS	250.000,00
PASSAGENS - FUNCIONÁRIOS	52.500,00
PASSAGENS - CONSELHEIROS / CONVIDADOS	60.000,00
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO - FUNCIONÁRIOS	350.000,00
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO - CONSELHEIROS / CONVIDADOS	66.000,00
PEDÁGIOS	3.000,00
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.000,00
DESPESAS COM COBRANÇAS	100.000,00
IMPOSTOS E TAXAS	10.000,00
DESPESAS JUDICIAIS	70.000,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	40.000,00
DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	80.000,00
COTA-PARTE CONFEF	3.358.383,20
DESPESAS DE CAPITAL	8.500.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	100.000,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	100.000,00
UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA	10.000,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELEFONIA	500.000,00
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	100.000,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	7.590.000,00

Art. 4º Para a abertura de créditos adicionais será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos, ficando o Presidente autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ALESSANDRO DE AZAMBUJA GAMBOA

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL 14ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Resolução nº 28, de 27 de maio de 2022, que regulamenta a concessão de diárias, auxílio representação, e gratificações no CREFITO-14, e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região (CREFITO-14), no exercício de suas atribuições legais e regimentais, cumprindo deliberação ocorrida durante Reunião Ordinária do Plenário, realizada no dia 21 de outubro de 2022, na sede do órgão, situada na Avenida Universitária, nº 750 - Ed. Diamond Center - Salas 810, 811, 812, 813 - Bairro de Fátima, CEP 64049-494, em Teresina/PI, CEP 64.049-494, resolve:

Art. 1º. Alterar o Anexo I da resolução nº 28 do CREFITO-14, de 27 de maio de 2022, conforme autorização do § 3º do Art. 8º da citada Resolução, atualizando a tabela de valores máximos de referência para o pagamento de diárias, passando o valor das diárias a ser os seguintes:

	Presidentes Diretores Conselheiros (em R$)	Funções de Nível Superior (em R$)	Funções de Nível Médio (em R$)	Funções de Nível Fundamental (em R$)
COM PERNOITE				
ESTADO SEDE DO CONSELHO (outro município)	474,68	408,22	332,28	217,51
OUTRAS UNIDADES FEDERATIVAS (outro estado)	688,28	510,28	439,07	282,64
SEM PERNOITE				
ESTADO SEDE DO CONSELHO (outro município)	237,34	204,11	166,14	108,76
OUTRAS UNIDADES FEDERATIVAS (outro estado)	344,14	255,14	219,54	141,32

RODRIGO AMORIM DE OLIVEIRA NUNES
Presidente do Conselho

KALINE DE MELO ROCHA
Diretora Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 97, DE 24 DE JUNHO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 13/20
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR SUPOSTA LESÃO A PACIENTE. ATENDIMENTO DOMICILIAR. CONDUTA FISIOTERAPÊUTICA. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. EXTINÇÃO DO FEITO E ABSOLVIÇÃO DO REPRESENTADO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 13/2020, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. M. F. L. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do feito e absolvição do representado visto ausência de provas. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 98, DE 24 DE JUNHO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 113/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 423/2013. EXECÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO. FACILITAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ILEGAL. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA POR EMPRESA. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 113/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. B. B. C. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de advertência. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 99, DE 24 DE JUNHO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCALIZATÓRIO Nº: 42/2020
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 423/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO PARA A COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo administrativo fiscalizatório nº 42/2020, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. F. T. G. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, penalidade de advertência e encaminhamento do processo para a Comissão de Conciliação, Mediação e Orientação do CREFITO-3".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

FERNANDA LEANDRO RIBEIRO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 100, DE 24 DE JUNHO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCALIZATÓRIO Nº: 48/2020
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 423/2013. CUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. DÉBITOS RELATIVOS ÀS ANUIDADES. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo nº 48/2020, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. S. G. A. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de advertência. Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dr. Fernanda Leandro Ribeiro".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

FERNANDA LEANDRO RIBEIRO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 119, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCALIZATÓRIO Nº: 3059/2019
EMENTA: DESCUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. CONCESSÃO DE PRAZO PARA NEGOCIAÇÃO E ADIMPLEMENTO DE EVENTUAL ACORDO, SOB PENA DE REPREENSÃO E MULTA DE 02 (DUAS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo nº 3059/2019, em que é representada a profissional terapeuta ocupacional Dra. T. De S. F. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação pelo Departamento de Cobrança, com o prazo de 15 (quinze) dias úteis para celebração de acordo e/ou quitação, caso o acordo não seja feito ou descumprido, aplicação da penalidade de repreensão e multa no valor de 2 (duas) anuidades. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Carolina Salado".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

CAROLINA SALADO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 120, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCALIZATÓRIO Nº: 3129/2019
EMENTA: DESCUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. CONCESSÃO DE PRAZO PARA NEGOCIAÇÃO E ADIMPLEMENTO DE EVENTUAL ACORDO, SOB PENA DE REPREENSÃO E MULTA DE 02 (DUAS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo nº 3129/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. M. A. De A. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação pelo Departamento de Cobrança, com o prazo de 15 (quinze) dias úteis para celebração de acordo e/ou quitação, caso o acordo não seja feito ou descumprido, aplicação da penalidade de repreensão e multa no valor de 2 (duas) anuidades. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Carolina Salado".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

CAROLINA SALADO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 123, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 18/2021
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR SUPOSTA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FALSA QUANTO A PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO DA COVID-19. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. DESATUALIZAÇÃO CADASTRAL. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DE FUNCIONAMENTO. ENCAMINHAMENTO PARA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PARA ORIENTAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 18/2021, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. S. M. A. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do processo ético, quanto à questão da ozonioterapia e encaminhamento à Comissão de Conciliação, para que seja orientada quanto a regularização da DRF. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

JULIANA MENDES DE CERQUEIRA LEITE
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 122, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 10/2021
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO LIBIDINOSO DURANTE SESSÃO DE FISIOTERAPIA. PROCEDIMENTO CRIMINAL EM TRÂMITE. SUSPENSÃO DO FEITO POR UM ANO E VERIFICAÇÃO BIMESTRAL DO PROCEDIMENTO CRIMINAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 10/2021, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. B. M. F. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito por 1 (um) ano até que reste esclarecido no procedimento criminal se o representado de fato incorreu ou não no artigo 215-A do Código Penal e determinou que a secretaria da Comissão de Ética oficie, com periodicidade bimestral a Autoridade Policial e/ou o Juízo Criminal para obtenção de cópias do procedimento criminal em trâmite. Uma vez que se obtenha a informação de que o procedimento criminal findou, ou esgotado o prazo de 1 ano, que este feito seja devolvido para apreciação do Plenário. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

JULIANA MENDES DE CERQUEIRA LEITE
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 123, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 18/2021
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR SUPOSTA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FALSA QUANTO A PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO DA COVID-19. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. DESATUALIZAÇÃO CADASTRAL. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DE FUNCIONAMENTO. ENCAMINHAMENTO PARA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PARA ORIENTAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 18/2021, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. S. M. A. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do processo ético, quanto à questão da ozonioterapia e encaminhamento à Comissão de Conciliação, para que seja orientada quanto a regularização da DRF. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

JULIANA MENDES DE CERQUEIRA LEITE
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 124, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 16/2021
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR SUPOSTA PRÉTICA DE ATO LIBIDINOSO EM SESSÃO DE FISIOTERAPIA. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA CARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO. ABSOLVIÇÃO E EXTINÇÃO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 16/2021, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. C. P. O. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do feito e absolvição do representado. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Ari Osvaldo Alves, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 125, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCALIZATÓRIO Nº: 3036/2019
EMENTA: DESCUMPRIMENTO DE DEVER PECUNIÁRIO. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. CONCESSÃO DE PRAZO PARA NEGOCIAÇÃO E ADIMPLEMENTO DE EVENTUAL ACORDO, SOB PENA DE REPREENSÃO E MULTA DE 03 (TRÊS) ANUIDADES. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo nº 3036/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. E. C. C. B. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação pelo Departamento de Cobrança, com o prazo de 15 (quinze) dias úteis para celebração de acordo e/ou quitação, caso o acordo não seja feito ou descumprido, aplicação da penalidade de repreensão e multa no valor de 3 (três) anuidades. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Carolina Salado"

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, a Diretora Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

CAROLINA SALADO
Conselheira Relatora

